TESE DE DOUTORADO

2019

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
PPGGEO-UFSM

DILSON NICOLOSO CECCHIN

INTEGRAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL AO NATURAL COMO RECURSO GEOTURÍSTICO NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DO GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA, RS, BR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Dilson Nicoloso Cecchin

INTEGRAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL AO NATURAL COMO RECURSO GEOTURÍSTICO NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DO GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA, RS, BRASIL

Santa Maria, RS
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Dilson Nicoloso Cecchin

INTEGRAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL AO NATURAL COMO RECURSO GEOTURÍSTICO NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DO GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA, RS, BRASIL

Santa Maria, RS
2019

Dilson Nicoloso Cecchin

INTEGRAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL AO NATURAL COMO RECURSO GEOTURÍSTICO NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DO GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA, RS, BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia,da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do grau de **Doutor em Geografia**.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Severo Figueiró

Santa Maria, RS
2019

Cecchin, Dilson Nicoloso
Integração do Patrimônio Cultural ao Natural como recurso geoturístico na implantação do projeto do geoparque Quarta Colônia,RS, BR. / Dilson Nicoloso Cecchin.- 2019.
406 p.; 30 cm

Orientador: Adriano Severo Figueiró
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2019

1. Patrimônio Cultural;Geoturismo; Geoconservação I. , Adriano Severo Figueiró II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Foto de capa: Monumento ao Imigrante – Silveira Martins/RS
Aquarela de Dilson Nicoloso Cecchin, março de 2017.

© 2019
Todos os direitos autorais reservados a Dilson Nicoloso Cecchin.
A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.
Endereço: Universidade Federal de Santa Maria, Av. Roraima, 1000, prédio 17, térreo, sala 1113A, Santa Maria, RS. CEP: 97095-170
E-mail: dilsonnc@gmail.com

Dilson Nicoloso Cecchin

INTEGRAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL AO NATURAL COMO RECURSO GEOTURÍSTICO NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DO GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA, RS, BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do grau de **Doutor em Geografia**.

Aprovado em 30 de agosto de 2019:

Adriano Severo Figueiró, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Marcos A. L. do Nascimento, Dr. (UFRN)

Maria Lígia Cassol Pinto, Dra. (UEPG)

André W. de Borba, Dr. (UFSM)

André L. R. Soares, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2019

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado à memória de meus pais.
Aos meus avós maternos e paternos, imigrantes que buscaram na esperança uma vida nova.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Santa Maria, ao programa de Pós-Graduação em Geografia e seu corpo docente, pelos momentos de experiências acadêmicas.

Ao meu orientador, Prof. Adriano Severo Figueiró, pela liberdade e autonomia concedidas nesses últimos quatro anos e pelos ensinamentos recebidos ao longo da nossa convivência.

Ao grupo de pesquisa PANGEA – Patrimônio Natural, Geoconservação e Gestão da Água, pelos encontros e saberes compartilhados.

Aos colegas do LAGED da Universidade Federal de Santa Maria, em especial a Djulia Regina Ziemann, João Henrique Quoos, John Notzold, pela convivência, amizade e troca de conhecimentos e pelo grande auxílio na reta final do trabalho.

Ao colega Professor André Klusner Dalmazzo.

A José Luiz Rossato Dalcin, agora colega de profissão.

Aos professores componentes da banca examinadora.

Aos proprietários e colaboradores das comunidades que me oportunizaram receptividade e generosidade, doando seu tempo para auxiliar no meu trabalho.

Agradeço a todos que, de alguma forma, entusiastas, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Em especial à minha família que sempre me incentivou e acreditou da importância deste trabalho, não só para a academia, mas para a região da Quarta Colônia.

A face da Terra e a sua forma são o nosso ambiente. Este ambiente é diferente do de ontem e será diferente do de amanhã. Não somos mais que um dos momentos da Terra; não somos finalidade, mas sim passagem.

(*Declaração Internacional dos Direitos à Memória da Terra - Carta de Digne*)

RESUMO

INTEGRAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL AO CULTURAL COMO RECURSO GEOTURÍSTICO NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DO GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA, RS, BRASIL

AUTOR: Dilson Nicoloso Cecchin
ORIENTADOR: Adriano Severo Figueiró

Um modelo de desenvolvimento, como estratégia de um território, está no uso consciente dos recursos patrimoniais naturais e culturais de forma integrada. No desenvolvimento local e regional, como um programa de desenvolvimento sustentável, endógeno – a mobilização das forças locais –, tendo por pressuposto o segmento Geoturístico, um Geoparque se enquadra neste modelo. Estrategicamente é uma proposta que respeita, sob o ponto de vista estético, científico, didático, social, cultural, ambiental e econômico, a proteção, a valorização e o uso consciente desses recursos potenciais, influenciando diretamente nos residentes e nos visitantes. Na região central do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, existe um expressivo patrimônio natural e cultural, desde testemunhos geológicos e biológicos da evolução da Terra e da cultura humana. Um patrimônio reconhecido cientificamente e fundamental à proposta de implantação do Geoparque Quarta Colônia (GQC). O território, composto de nove municípios consorciados (Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins), possui área total de 2899,923 km² e uma população estimada em 61000 habitantes. Uma região formada por uma paisagem cultural, por comunidades de diversidade cultural e étnica, mas de pouca sinergia entre o patrimônio cultural (histórico e arquitetônico) e o natural (geológico/geomorfológico). Baseado em inventários, através de seis critérios objetivos de valores, quatro subjetivos e 108 entrevistas com a comunidade, este trabalho seleciona e classifica o Patrimônio Cultural material rural mais expressivo integrando-o ao Patrimônio Natural. Atribuídos a significados que estimulam a conservação e a preservação destes às gerações presentes e futuras, como incremento a programas e roteiros geoturísticos, pela abordagem da Geografia, relaciona características naturais do espaço organizado à geodiversidade. O procedimento metodológico ampliou a base de dados existente com a inserção de mais 300 unidades, totalizando 661 o número de bens imóveis rurais presentes no território. Destes, 334 foram classificados como Locais de Interesse Patrimonial (LIP), aptos a integrar roteiros geoturísticos. Os municípios com maior classificação de LIPs foram Restinga Seca com 56, Silveira Martins com 55, Agudo com 54, e os demais próximos à média destes. Conforme mapeamento dos principais atrativos naturais e culturais, integrados na paisagem, oportuniza a revitalização dos valores identitários e patrimoniais da região. Como complemento, a elaboração de produtos interpretativos para o GQC (modelo de roteiros geoturísticos, mapa geoturístico, cartões postais e maquete).

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Patrimônio Natural; Critérios de Valor Cultural; Interpretação Patrimonial; Desenvolvimento Local; Território; Geoparque; Geoturismo.

ABSTRACT

INTEGRATION OF THE NATURAL HERITAGE TO THE CULTURAL ONE AS A GEOTOURISTIC RESOURCE IN THE IMPLEMENTATION OF THE GEOPARK PROJECT IN QUARTA COLÔNIA, RS, BRAZIL

AUTHOR: Dilson Nicoloso Cecchin
ADVISOR: Adriano Severo Figueiró

A sustainable development model, as a strategy of a territory, is in the conscious use of the natural and cultural heritage resources in an integrated way. Taking in consideration the local and regional development, as a program marked for focusing on the sustainable development and for being endogenous – the mobilization of local forces –, and considering the geo touristic segment, a geo park is suitable for this model. Strategically, from the aesthetic, scientific, didactic, social, cultural, environmental and economic standpoints, this is a proposition which respects the protection, appreciation and conscious usage of the heritage resources, which directly influences the lives of locals and visitors. In the central region of the state of Rio Grande do Sul (Quarta Colônia), Brazil, there is some expressive environmental heritage, with biological and geological testimonies of the evolution of Earth and the human culture. It is a scientifically recognized heritage and it is fundamental to the proposal for the implementation of the Quarta Colônia Geo Park (GQC). The territory, formed by nine associated municipalities (Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine and Silveira Martins), has a total area of 2,899.923 km² and an estimated population of 61,000 inhabitants. The region is composed by communities with an ethnic and cultural diversity, presenting a cultural landscape, though with little synergy between the cultural (historic and architectural) and natural (geologic/geomorphologic) heritages. This study identifies and classifies the most expressive Cultural Heritage rural material, integrating it to the Natural Heritage, based on inventories with six objective and four subjective value criteria, and 108 interviews with the community. The Geography approach relates the natural characteristics of the organized space to the geodiversity expressed in the landscape. The built spaces, integrated to the natural environment, reveal values attributed to significances which stimulate their conservation and preservation to the present and future generations. The methodological procedure broadened the existing data base with the inclusion of 300 additional units, with a total of 661 rural real estates present in the territory. Of this total, 334 were classified as Heritage Interest Place (HIP), which are able to integrate geo touristic itineraries. The municipalities with the highest HIP classification scores were Restinga Seca with 56, Siveira Martins with 55, Agudo with 54, and the other municipalities with approximate numbers to these ones. The mapping of the main natural and cultural draws allows the revitalization of the region's identity and heritage values. Furthermore, there is the elaboration of interpretative products for the GQC (geo touristic itinerary models, geo touristic maps, postcards and a scale model).

Keywords: Cultural Heritage; Natural Heritage; Cultural Value Criteria; Heritage Comprehension; Local Development; Territory; Geo Park; Geo Tourism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Diferentes categorias de patrimônio. 50
Figura 2 – Atividades e produtos geoturísticos como expressão da integração entre natureza e cultura em três diferentes geoparques da Rede Mundial 53
Figura 3 – Implantação de roteiros geoturísticos deve contemplar atividades culturais e eventos locais. 54
Figura 4 – Museu particular da cultura italiana de Virgílio Burin, Vila Ceolin, São João do Polêsine-RS. 58
Figura 5 – Igreja Corpus Christi, Vale Vêneto, São João do Polêsine-RS. 59
Figura 6 – Cruz Jesuítica, Homenagem a Redução da Natividade, Comunidade de Rincão do Appel, Pinhal Grande-RS. 60
Figura 7 – Esquema de projeções ortogonais de um bem imóvel da cultura italiana, família Beltrame (s/d), na expansão da Quarta Colônia, Santa Maria. 67
Figura 8 – Indicadores: Desembarques passageiros Internacionais, Desembarques Domésticos e Receita Cambial. 90
Figura 9 – Diferença entre região, rota e roteiro turístico. 100
Figura 10 – Mirantes em roteiros de Geoparques Globais da UNESCO. 102
Figura 11 - Painel interpretativo, Região dos Lagos, sul do Chile, comunica àquilo que é da dimensão da paisagem à dimensão da percepção. 107
Figura 12 – A quantidade de pensamento e prática é escrita em um bom texto interpretativo, Parque Nacional Vicente Perez Rosales, sul do Chile 108
Figura 13 – Interpretação sendo utilizada de forma teatral. 108
Figura 14 – Uma demonstração de provocação: a sensibilidade. 109
Figura 15 – Interpretação do geossítio Batateiras no Geoparque Araripe. 109
Figura 16 – Atividade interpretativa específica para crianças sobre Geodiversidade no Sítio das Marinhas, município de Moita, Portugal. 110
Figura 17 – Centro Interpretativo do Geoparque Araripe (URCA), Ceará. 111
Figura 18 – Selos: European Geoparks Network; Global Geoparks Network; UNESCO Global Geoparks. 118
Figura 19 – Distribuição dos Membros do Global Geoparks Network (GGN) em 2018. 122
Figura 20 – Principais acessos rodoviários à região da Quarta Colônia. 133
Figura 21 – Topo do Planalto, vista a Sul da RS-348, entre Val de Serra (Júlio de Castilhos) e Ivorá. 134
Figura 22 – Nos meandros do Rebordo do Planalto avista-se morros testemunhos, como o Monte Grappa, em Ivorá (seta). 135
Figura 23 – Campos, coxilhas da Depressão Central e, a Norte, os contrafortes da Serra Geral, município Restinga Seca. 136
Figura 24 – Mapa das unidades de relevo da Quarta Colônia. 138
Figura 25 – Mapa Hipsométrico da Quarta Colônia. 139
Figura 26 – Principais Geomonumentos do Geoparque Quarta Colônia (GQC). 140
Figura 27 – Mapa Reserva da Biosfera da Mata Atlântica na Quarta Colônia. 142
Figura 28 – Paisagens variadas: áreas planas propícias à cultura do arroz. 143

Figura 29 – Parentescos com os animais da Era Mesozóica. 146
Figura 30 – Fósseis muito comuns na Quarta Colônia: a)Fóssil de “Rincossauro”: significa “Lagarto de Bico”, muito parecido com o de um papagaio, mas não são dinossauros; b) Dicinodonte: dois dentes de cão; c) Cinodonte. 147
Figura 31 – Mapa geoturístico da Quarta Colônia destacando os geossítios reinventariados para o projeto Geoparque da Quarta Colônia. 150
Figura 32 – Quadro esquemático das transformações culturais da sociedade que acompanharam as modificações climáticas nos últimos doze mil anos..... 152
Figura 33 – Distribuição dos povos no Rio Grande do Sul. 153
Figura 34 – Reduções jesuíticas, estâncias e rotas de penetração, 1636 -1750.... 156
Figura 35 – Colônia Santo Ângelo; planta elaborada por Barão von Kahlden, segundo diretor da colônia,1878..... 157
Figura 36 – Núcleos de imigrantes italianos da Quarta Colônia Imperial..... 158
Figura 37 - Enxameamento (expansão) da ex-Quarta Colônia Imperial Silveira Martins, núcleos e posseiros. 159
Figura 38 – Localização dos territórios da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul..... 160
Figura 39 – Edificações abandonadas em diferentes estados de conservação. 162
Figura 40 – Pratos da gastronomia relacionada às culturas, italiana e alemã, da Quarta Colônia..... 165
Figura 41 – Folder de divulgação (frente): Roteiros Integrados de Turismo Rural, Cultural e Ecológico da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS, produzidos pelo PRODESUS..... 172
Figura 42 – Folder (verso): Rota Turística e Gastronômica Santa Maria–Silveira Martins (Formato A3). 173
Figura 43 – Rota Paleontológica Santa Maria, São Pedro e Mata: Frente do folder. 175
Figura 44 – Folder (verso): Rota Paleontológica. 176
Figura 45 – Diagrama da metodologia..... 193
Figura 46 – Modelo de ficha do Inventário do Patrimônio Histórico Cultural da Quarta Colônia (frente e verso). 197
Figura 47 – Planilha para aplicação de Critérios de Valor para seleção e classificação de bens culturais imóveis rurais à LIP (Local de Interesse Patrimonial). 202
Figura 48 – Tipos de abrigos naturais na Quarta Colônia..... 258
Figura 49 – Rancho de pau-a-pique. 259
Figura 50 – Casa dos Pennas. 260
Figura 51 – Moradia típica alemã em enxaimel, presente na Quarta Colônia, sede do município Agudo. 261
Figura 52 – Esquema da estrutura da parede em enxaimel. 262
Figura 53 – Esquema de um sobrado original 264
Figura 54 – Mapa de concentração de Patrimônio Cultural material imóvel rural no Território do GQC. 266

Figura 55 – Mapa de distribuição do Patrimônio Cultural e Natural no município Agudo (Frente). 267
Figura 56 – Relação do Patrimônio Cultural e Natural no município Agudo (Verso). 268
Figura 57 – Mapa de distribuição do Patrimônio Cultural e Natural no município Dona Francisca (Frente). 269
Figura 58 – Relação do Patrimônio Cultural e Natural no município Dona Francisca (Verso). 270
Figura 59 – Mapa de distribuição do Patrimônio Cultural e Natural no município Faxinal do Soturno (Frente)....271
Figura 60 – Relação do Patrimônio Cultural e Natural no município Faxinal do Soturno (Verso). 272
Figura 61 – Mapa de distribuição do Patrimônio Cultural e Natural no município Ivorá (Frente)....273
Figura 62 – Relação do Patrimônio Cultural e Natural no município Ivorá (Verso). 274
Figura 63 – Mapa de distribuição do Patrimônio Cultural e Natural no município Nova Palma (Frente). 275
Figura 64 – Relação do Patrimônio Cultural e Natural no município Nova Palma (Verso). 276
Figura 65 – Mapa de distribuição do Patrimônio Cultural e Natural no município Pinhal Grande (Frente). 277
Figura 66 – Relação do Patrimônio Cultural e Natural no município Pinhal Grande (Verso). 278
Figura 67 – Mapa de distribuição do Patrimônio Cultural e Natural no município Restinga Seca (Frente). 279
Figura 68 – Relação do Patrimônio Cultural e Natural no município Restinga Seca (Verso). 280
Figura 69 – Mapa de distribuição do Patrimônio Cultural e Natural no município São João do Polêsine (Frente). 281
Figura 70 – Relação do Patrimônio Cultural e Natural no município São João do Polêsine (Verso). 282
Figura 71 – Distribuição do Patrimônio Cultural e Natural no município Silveira Martins (Frente). 283
Figura 72 – Relação do Patrimônio Cultural e Natural no município Silveira Martins (Verso). 284
Figura 73 – Proposta modelo de roteiro Geoturístico - Silveira Martins. 287
Figura 74 – Mosaico das localidades presentes neste roteiro geoturístico em Silveira Martins. 290
Figura 75 – Proposta modelo de roteiro Geoturístico Caminho dos Imigrantes-Silveira Martins. 292
Figura 76 – Composição da estrutura dos módulos (painéis) base da maquete. 295
Figura 77 – Estrutura base para apoio da maquete. 295
Figura 78 – Modelamento do relevo com placas de EPS. 296
Figura 79 – Imagem de referência para ampliação das cartas. 297

Figura 80 – Cartas do Exército como matriz. 298
Figura 81 – Maquete do Geoparque Quarta Colônia em fase de acabamento. 299
Figura 82 – Mapa Geoturístico do Geoparque Quarta Colônia. 302
Figura 83 – Cartões postais de localidades de Agudo, Dona Francisca e Faxinal do Soturno (frente e verso). 304
Figura 84 – Cartões postais de localidades de Ivorá, Nova Palma e Pinhal Grande (frente e verso). 305
Figura 85 – Cartões postais de localidades de Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins (frente e verso). 306

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro de categorias de atrativos turísticos. 89
Quadro 2 – Relação de Geoparques no mundo. 119
Quadro 3 – População da Quarta Colônia (Censo 1991, 2010 e estimativa em 2018). 130
Quadro 4 – Dados gerais dos municípios da área de estudo. 131
Quadro 5 – Lugares Geoturísticos do GQC. 151
Quadro 6 – Roteiros estabelecidos pelo PRODESUS. 168
Quadro 7 – Atrativos Turísticos e Infraestrutura de Apoio dos municípios. 178
Quadro 8 – Número de bens culturais materiais imóveis (arquitetônico) do GQC, conforme fichário do Inventário de Conhecimento disponibilizado. 195
Quadro 9 – Número de bens culturais materiais imóveis do GQC, conforme fichário de Inventário de conhecimento e outros observados a campo. 212
Quadro 10 – Número de respondentes sobre a percepção ambiental do GQC. 213
Quadro 11 – Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Agudo**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados. .231
Quadro 12 – Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Dona Francisca**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados. 235
Quadro 13 – Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Faxinal do Soturno**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados.....237
Quadro 14 –Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Ivorá**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores. 240
Quadro 15 –Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Nova Palma**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados. ...242
Quadro 16 –Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Pinhal Grande**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados.....244
Quadro 17 –Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Restinga Seca**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados.....246
Quadro 18 – Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **São João do Polêsine**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados.....250
Quadro 19 – Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Silveira Martins**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados.....253
Quadro 20 – Números de bens imóveis classificados como LIPs por municípios do GQC 257

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CCR	Centro de Ciências Rurais
CONSEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente
CPG	Centro de Pesquisas Genealógicas
CPRM	Serviço Geológico do Brasil- Companhia de Pesquisas em Recursos Minerais
CRBMA/RS	Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica/RS
DAER	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
DER	Departamento de Extensão Rural
DER	Departamento de Extensão Rural
EGN	European Geoparks Network
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extenção Rural
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
GGN	Global Geoparks Network
GQC	Geoparque Quarta Colônia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGCP	International Geographical Union
IGGP	International Geoscience and Geoparks Programme
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
IUGS	International Union of Geological Sciences
LAGED	Laboratório de Geoecologia e Educação Ambiental
LEP	Laboratório de Estratigrafia e Paleobiologia-UFSM
LIP	Local de Interesse Patrimonial
MAB	Programa Homem e Biosfera-UNESCO
MDF	Medium Density Fiberboard, placa de fibra de média densidade
Mtur	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PN	Encapsulated PostScript (Poliestireno Expansível)
PRODESUS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia
RBMA	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
REBIO	Reserva Biológica
RGE	Rede de Geoparques Europeus
RGG	Rede de Geoparques Globais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIGEP	Comissão de Sítios Geológicos e Paleobiológicos do Brasil
UGGp	UNESCO Global Geopark
UNEP	United Nations Environment Programme
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Cultura, Ciência e Educação
URCA	Universidade Regional do Cariri

Sumário

1. INTRODUÇÃO 33
2. REVISITANDO CONCEITOS 45
2.1 PATRIMÔNIO CULTURAL 45
2.1.1 Critérios de valoração cultural dos bens 55
2.2 PATRIMÔNIO CULTURAL INTEGRADO AO NATURAL: A PAISAGEM CULTURAL 68
2.3 CAPITAL SOCIAL 74
2.3.1 Desenvolvimento local e turismo 80
2.4 TURISMO E GEOTURISMO 88
2.5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL 103
2.6 O PAPEL DOS GEOPARQUES 114
3. O TERRITÓRIO QUARTA COLÔNIA 129
3.1 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DO TERRITÓRIO 129
3.2 GEOSSÍTIOS 145
3.3 PATRIMÔNIO CULTURAL DA QUARTA COLÔNIA 152
3.4 INICIATIVAS TURÍSTICAS E GEOTURÍSTICAS EXISTENTES 166
4. METODOLOGIA 191
4.1 DIAGRAMA DA PESQUISA 193
4. 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 194
4.3 CRITÉRIOS DE VALOR 199
5. PATRIMÔNIO CULTURAL E GEORROTEIROS 211
5. 1 ENTREVISTA A INDIVÍDUOS DE COMUNIDADES DA QUARTA COLÔNIA 212
5. 2 O PATRIMÔNIO CULTURAL IMÓVEL DOS MUNICÍPIOS 230
5.2.1 Aplicação de critérios de valores: seleção e classificação de bens culturais imóveis rurais 230
5.2.2 Representação espacial dos bens naturais e culturais. 257
5.3 PROPOSTA DE ROTEIROS GEOTURÍSTICOS PARA O GQC 285
5.4. GEOPRODUTOS E PRODUTOS INTERPRETATIVOS 293
5.4.1 Maquete do Geoparque Quarta Colônia 293
5.4.2 Mapa geoturístico do Geoparque Quarta Colônia 299
5.4.3 Cartões Postais 303
6. CONCLUSÃO 309
REFERÊNCIAS 313
APÊNDICE A – ENTREVISTA AINDIVÍDUOS DE COMUNIDADES DA QUARTA COLÔNIA 331

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO. 335

APÊNDICE C – RELAÇÃO DE BENS INVENTARIADOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL IMÓVEL (RURAL) DO MUNICÍPIO AGUDO/RS. 337

APÊNDICE D –BENS INVENTARIADOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL IMÓVEL (RURAL) DO MUNICÍPIO DONA FRANCISCA/RS. 345

APÊNDICE E – BENS INVENTARIADOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL IMÓVEL (RURAL) DO MUNICÍPIO FAXINAL DO SOTURNO/RS. 349

APÊNCICE F – BENS INVENTARIADOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL IMÓVEL (RURAL) DO MUNICÍPIO DE IVORÁ/RS. 353

APÊNDICE G–BENS INVENTARIADOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL IMÓVEL (RURAL) DO MUNICÍPIO NOVA PALMA/RS. 357

APÊNDICE H – BENS INVENTARIADOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL IMÓVEL (RURAL) DO MUNICÍPIO DE PINHAL GRANDE/RS. 361

APÊNDICE I –BENS INVENTARIADOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL IMÓVEL (RURAL) DO MUNICÍPIO RESTINGA SECA/RS 365

APÊNDICE J –BENS INVENTARIADOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL IMÓVEL (RURAL) DO MUNICÍPIO SÃO JOÃO DO POLÊSINE/RS. 373

APÊNDICE K – BENS INVENTARIADOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL IMÓVEL (RURAL) DO MUNICÍPIO SILVEIRA MARTINS/RS. 379

APÊNDICE L – QUADROS DE APLICAÇÃO DE CRITÉRIOS VALORATIVOS (*IN SITU)* PARA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS BENS DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL IMÓVEL RURAL DOS MUNICÍPIOS, COMO LIPS. 387

ANEXO A – DECLARAÇÃO DE AROUCA 403

ANEXO B – DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS À MEMÓRIA DA TERRA 405

1 INTRODUÇÃO

Aquarela: Dilson Nicoloso Cecchin

“ POVO QUE NÃO PRESERVA AS SUAS RAÍZES PERDE SUA IDENTIDADE E PERDIDA ESTA, NADA MAIS TEM A PERDER "

Pe. Luiz Sponchiado

1. INTRODUÇÃO

Para territórios estagnados, principalmente para zonas de emigração rural, o turismo é um processo de transformação nestes espaços, como também no urbano. Considerado como atividade complementar de desenvolvimento, pode incrementar o desenvolvimento local através do resgate de valores identitários, incluindo pequenos e médios proprietários. Pode diversificar o meio de vida na área rural, como nas cidades. O turismo pode contribuir para o bem-estar da população residente quando adota projetos, programas e políticas públicas voltadas para o uso de seu patrimônio natural e cultural de forma integrado. Se planejado conforme princípios sustentáveis.

Na Europa, a partir da década de 1990, um processo como este em áreas rurais teve êxito de desenvolvimento local sustentável por meio do projeto LEADER e LEADER +. Também, a ideia da proteção do patrimônio geológico-geomorfológico nasceu na Convenção em Digne, França, 1991, no I Simpósio Internacional de Conservação do Patrimônio Geológico, onde foi instituída a Declaração dos Direitos à Memória da Terra. Mais de 30 nações trataram de assuntos relativos à Geodiversidade e apontaram a necessidade da proteção do patrimônio natural registrado nas rochas e nas paisagens (MOREIRA, 2014).

Nesse sentido, naquelas zonas com tendências ao desaparecimento, ou encolhimento pelo êxodo, como estratégia de desenvolvimento de um território, a prioridade de ação é proteger o patrimônio natural. Primeiro, buscar uma aproximação com o desenvolvimento rural, no sentido de apreender através das potencialidades e das riquezas endógenas as produções locais e, de outra maneira, das particularidades culturais integradas à natureza.

Pela tendência global, a atenção é para aquilo que, no plano nacional, é inalcançável, mas que, pela relação social e cultural de seus recursos locais, aliada ao meio ambiente, a paisagem pode resultar num ativo forte ao desenvolvimento de um território. E, mais valorizado quando o capital social for recíproco.

A partir daí a importância em promover meios de valorização do patrimônio do território, desde a ordenação ao uso racional, como fator de desenvolvimento de uma região. E não o entendimento de que paisagem cultural é apenas formada por volumes, mas também é por cores, barulhos, dinâmicas, relações recíprocas, organização e tudo o mais que possa dar identidade àqueles que aí vivem.

Nesse contexto, como um modelo de desenvolvimento local, região, o

território de um Geoparque, que contempla recursos naturais e culturais, tem em sua proposta o patrimônio integrado a um plano interpretativo ambiental. Este deve respeitar seus potenciais estéticos, científicos, didáticos, sociais, culturais ou econômicos de forma integrada. Sob um programa de desenvolvimento sustentável dentro de um quadro endógeno, tem por pressuposto o novo segmento do Turismo em áreas naturais: o Geoturismo (MOREIRA, 2014, p. 16).

Baseado nestes argumentos, este trabalho tem como ponto focal a integração dos atrativos culturais aos atrativos naturais do território do projeto Geoparque Quarta Colônia (GQC). A Quarta Colônia, uma microrregião localizada na Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, é formada por nove municípios: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins, constituindo um território com área de 2.899,923 km² e uma população estimada em 61.000 habitantes (IBGE, 2018). O projeto é uma iniciativa regional por parte do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS/Quarta Colônia), entidade jurídica de Direito Privado que desenvolve projetos para transformar esta região em polo turístico, através da conservação dos bens patrimoniais, naturais e culturais.

O projeto Geoparque Quarta Colônia (GQC), como instrumento de articulação para integração dos nove municípios, apresenta um acervo singular, diversificado, composto basicamente de sítios de valor histórico, paisagístico, paleontológico e cultural, com um grande potencial do ponto de vista geocientífico, geoturístico e pedagógico. Suas atividades tiveram início dentro do Projeto Geoparques do Brasil, em 2006, pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) em conjunto com universidades, órgãos afins, entidades federais e estaduais, que tratam da temática da geoconservação, ou seja, do interesse na proteção do patrimônio geológico, na gestão racional dos recursos naturais e na divulgação das geociências para a sociedade.

O patrimônio ambiental do GQC, apesar de bem evidente e estudado por especialistas, não tem sido aproveitado para o desenvolvimento da região. Os atores políticos locais não conseguiram construir uma sinergia entre o patrimônio cultural (histórico e arquitetônico) e o natural (paisagístico, geomorfológico paleontológico) em uma proposta de uso integrado desses elementos com intenção de projetar o turismo regional.

A região foi o quarto polo de imigração italiana no Rio Grande do Sul (1877), posterior às imigrações alemã e portuguesa. Abrange um forte legado patrimonial cultural representado principalmente nos hábitos, nas festas, na gastronomia, na arquitetura e entre outros fortes elementos remanescentes do período da imigração. Movida pelo desenvolvimento endógeno, segundo Borba (2002), a região busca deixar de ser a simples incorporação do território a uma cultura e a uma economia externa para se reorganizar a partir de valores e de potenciais locais que são capazes de garantir sustentação econômica e, ao mesmo tempo, preservar os saberes, as histórias, os valores e as paisagens tão próprias de cada comunidade.

Compreender as comunidades presentes no território do projeto GQC é considerar e reconhecer o espaço geográfico como *locus* de conservação patrimonial*,* como parte de sua própria identidade, como elemento integrante de seu modo de vida. Nele, acontece o cotidiano, as atividades laborais e tradicionais de grupos de indivíduos, tanto pelas tradições como pelo "uso e trato dos recursos naturais e pela íntima ligação ao lugar de onde são nativas, por meio de um conjunto de símbolos reconhecidos pela coletividade" (SILVA, 2007, p. 27).

No ano de 2006, com finalidades de conduzir a região a um desenvolvimento harmônico e sustentável, foi aprovado e contratado pelo CONDESUS o Projeto de Planejamento Ambiental da Quarta Colônia (2010), com instrumentos para um melhor ordenamento espacial dos municípios, entre estes: os Planos Diretores Municipais, o Inventário do Patrimônio Edificado (urbano e rural) e o Plano de Desenvolvimento Regional. Porém, com relação ao Patrimônio Cultural imóvel da região, apesar de inventariado e de grande interesse para o turismo, não foi utilizado com um projeto específico ligado ao turismo sustentável. Da mesma forma o Patrimônio Natural, que apresenta grande importância científica, potencial econômico, pelo viés do geoturismo dentro de um Geoparque, porém não possui estratégias para interpretar as transformações deste espaço, os fenômenos geológicos e geomorfológicos.

A compreensão dos bens de valor patrimonial, como elementos fundamentais da construção de identidade de um território, pela ótica da análise fenomenológica, pode ser percebida pelos conhecimentos e práticas culturais de seus atores, os de antes e os de agora. A identificação do indivíduo com o território ou lugar de memória é de fundamental importância quando este percebe e reconhece o seu modo de vida, pelos anseios, desejos, zelos e expectativas no seu ambiente, seja na

prática laboral, artesanal, seja na atividade turística e, entre outras, que não ameacem a sobrevivência da cultura coletiva. Para o indivíduo nativo deste lugar, ou dele oriundo, muitas das vezes é a marca do local de nascença, de vivências, das memórias e dos sentimentos espontâneos, percebidos antes e agora. Entretanto, diante do abandono que se observa, começa-se a perguntar se os habitantes do território do projeto GQC, proprietários das edificações inventariadas, ou moradores, consideram este patrimônio remanescente como um bem material afetivo e representativo de suas culturas étnicas. É percebido, através da cognição de indivíduos da comunidade, o significado que possuem como carga simbólica relativa aos valores culturais de seus ancestrais? Qual é e onde está o patrimônio cultural do território do projeto GQC?

O conhecimento científico existente sobre os patrimônios natural (referente ao geológico/geomorfológico) e cultural (referente ao arquitetônico) da Quarta Colônia não se traduz em forma de atividade turística de fluxo contínuo. Isso, devido a insuficiência de políticas de ações públicas e privadas, de apoio e estrutura interpretativa, capaz de promover uma dinâmica econômico-cultural de apropriação de seu patrimônio. Também, por parte da comunidade, identifica-se uma ausência de atitudes empreendedoras voltadas a geoconservação: conservação, valorização e divulgação.

É entendimento, principalmente para Gray (2004), de que a constituição do patrimônio cultural tem um *sentido* e tem um *valor,* um *significado* para outros sujeitos sociais, especialmente àqueles que os produziram, àqueles que os reproduzem e àqueles que os mantêm e transmitem com responsabilidades às gerações futuras. É nesta influente função participativa, antrópica, na diversidade de ambientes físicos (a geodiversidade), que em geral a vida nela se apoia (a biodiversidade), que em alguns casos revelam importantes registros materiais de sua evolução e muitos dos quais relacionados às expressões da cultura local que ali se desenvolve no espaço geográfico e no tempo histórico.

Portanto, o *objetivo principal* deste estudo é selecionar o Patrimônio Cultural material imóvel rural mais expressivo do território do projeto Geoparque Quarta Colônia, de forma integrada com o Patrimônio Natural, como Local de Interesse Patrimonial (LIP) inclinado a compor roteiros geoturísticos. São locais com possibilidades e oportunidades à gestão e à interpretação dos seus recursos naturais e culturais em projetos de geoturismo. Para realização de tal apontamento o

estudo é fundamentado, primeiro, em pesquisa bibliográfica relativa ao Patrimônio Natural e Patrimônio Cultural imóvel rural, principalmente. Mais especificamente para analisar critérios de seleção de valores culturais aplicados em inventários. Depois, a definição dos critérios de seleção a aplicar nos bens de importância patrimonial. Na sequência, a atribuição de pesos de valores para os critérios selecionados e aplicados aos imóveis no inventário existente – para uma classificação parcial; a campo, conforme classificação parcial, foi identificado e conferido; em gabinete, a reaplicação dos critérios classificatórios, conforme dados conferidos; como resultado dos patrimônios classificados à sobreposição cartográfica de ambos; por análise de proximidade entre estes, conforme critérios de valores adotados, a proposição de dois modelos de roteiros como resultado final. Como complemento ao resultado, foram elaborados alguns materiais como geoprodutos, que auxiliam como reforço a tal proposição.

Com auxílio de mapeamentos, registros orais (questionário), observações *in situ,* como incrementos à valorização desses bens patrimoniais, significa promover o uso sustentável desses recursos. É uma forma apropriada de demonstrar simbolicamente os valores naturais e culturais, para incentivar a preservação e conservação dos mesmos. Como instrumentos servem para o planejamento e desenvolvimento econômico, social e cultural do território através do geoturismo. Para isto, focar nos bens patrimoniais expostos na paisagem rural, ou mesmo deslocados de sua origem ou integrados a núcleos urbanos, como também em coleções e museus, que traduzem valores de representatividade, raridade, independente de beleza cênica, foram propostos os seguintes objetivos específicos:

1. istematizar o inventário do patrimônio cultural material imóvel – uma triagem preliminar.
2. Estabelecer critérios de valores culturais para seleção e classificação do patrimônio cultural material imóvel rural e do patrimônio natural adaptado.
3. Selecionar e mapear os patrimônios culturais mais significativos conforme os critérios valorativos adotados.
4. Analisar a campo (verificação *in situ*) a condição física de patrimônios selecionados, a opinião de proprietários, ou vizinhança, acerca da importância da conservação dos mesmos, com especial ênfase à classificação para uso geoturístico.
5. Elencar os atrativos culturais que compõem o patrimônio imaterial (calendário de

eventos).

6. Propor um modelo de roteiro geoturístico com integração dos patrimônios culturais e naturais, complementando com materiais interpretativos relativos ao GQC, para apoio ao Centro Interpretativo.

Tanto o patrimônio natural quanto o patrimônio cultural, perceptíveis na paisagem com suas características e seus bens associados, apresentam uma carga simbólica e um significado cultural. Um período da história em que grandes grupos de imigrantes europeus foram introduzidos em terras consideradas devolutas. A expansão pelos seus descendentes a outras terras, ocupadas por grandes estancieiros, teve por consequência a dimensão regional. É exatamente nessa paisagem que a riqueza parece caracterizar os produtos oriundos dessas culturas.

Portanto, a atenção desta investigação foi para os bens materiais imóveis rurais, das mais variadas tipologias e estilos e ambientes naturais adaptados (espaços naturais, com alguma transformação, que propiciaram instalar usos diversos, por exemplo, rodas d'água, grutas religiosas, balneários, etc.), que correspondem a uma época em que a região demonstrava ares de desenvolvimento. Entender este vínculo de pertencimento ao lugar, o relacionamento com o meio, para compreensão da sua história e da experiência de como foram processados cognitivamente, reforça a importância deste estudo para esclarecer a necessidade da manutenção da identidade local.

Reconhecer esta importante dimensão simbólica, através do comportamento humano, frente a certos aspectos que denotam o senso comum, implica em fazer várias referências ao conceito de cultura, conforme valores atrelados aos bens patrimoniais. A necessidade de conhecer a forma afetiva do indivíduo e seu patrimônio, seu relacionamento com o meio em que vive, através de coleta, análise e agrupamento de dados, fornecidos ou captados, serve para subsidiar o planejamento de futuras ações, programas e políticas ambientais adequadas à população nativa e de visitantes.

O patrimônio natural e o cultural da região da Quarta Colônia passam por transformações que os colocam em risco, principalmente pelo descaso e abandono. Conforme percepções destas transformações, este estudo colabora para, e não apenas, preservar a herança cultural de imigrantes e seus descendentes; divulgar a indivíduos, como agentes detentores deste conhecimento, o valor patrimonial de uma paisagem a ser conservada, uma valorização necessária à manutenção e

utilização da mesma, pois aí é onde habitam, labutam e desfrutam a vida e onde podem demonstrá-la.

Para impulsionar o território do GQC, uma estratégia é a implantação de roteiros geoturísticos. Utilizar seus recursos patrimoniais (geológico-geomorfológico e o cultural – arquitetônico), de forma integrada e em paralelo com o turismo, tem por consequência gerar mais dividendos na economia das comunidades. Não é a única forma de evitar a migração para áreas urbanas, mas uma possibilidade de geração de emprego e de renda. Roteiros geoturísticos, como forma de divulgar e proporcionar visitação a esse patrimônio, para os aspectos ambientais da região, serve como uma proposta para propiciar um impacto direto no aumento de gastos dos turistas, considerando que a oferta de um maior número de produtos seja disponibilizada para o consumo desta demanda.

A diversificação de roteiros pode motivar esta demanda, pois, como uma alternativa econômica, tanto para o GQC quanto para população deste e para os municípios envolvidos, impulsiona e beneficia também todo o *trade* turístico. Pode valorizar aquilo que se conhece, estimular mais os turistas e comunidades locais a conhecer os atrativos da região. É uma maneira de divulgar este potencial turístico ao longo destes percursos por meios interpretativos, os quais podem esclarecer sobre as origens e significados do patrimônio. Através de materiais impressos, painéis e guias (intérpretes) informam o que visitar e como chegar aos principais atrativos a partir de um Centro Interpretativo ou de Recepção de Visitantes.

Conforme interesses por parte de visitantes e turistas, painéis, prospectos e profissionais da área da interpretação incentivam e auxiliam a definir roteiros, além de informar sobre a geodiversidade da região. Roteiros podem ser contemplados com hospedagem, refeições, produtos da região e passeios, com ou sem guias, a pé, de carro ou outro meio não motorizado. Para isso, de acordo com Moreira (2014), importante é a parceria da comunidade e profissionais das geociências e do turismo. Para o planejamento destes roteiros, através de coleta de dados, são definidos pré-roteiros, guias de campo e simulação de trajetos, contando com parcerias de agências de receptivo locais e com órgãos oficiais do turismo.

Salienta-se que este trabalho não foi a elaboração de um ‘produto’ turístico final. As etapas seguintes de formatação de um produto para o mercado não estão no escopo desta pesquisa. Resumiu-se a uma simulação de trajetos.

Como base para este estudo, para atingir os objetivos propostos, a presente tese está estruturada em seis capítulos principais e subdivisões, que abordam as seguintes temáticas:

Capítulo 1: **INTRODUÇÃO** – Este capítulo que se refere à apresentação geral do tema, situa-se o contexto geral da investigação, o problema do Patrimônio Cultural e Natural da Quarta Colônia frente à estagnação do desenvolvimento da região; a hipótese, o cenário a ser verificado; a apresentação dos objetivos da pesquisa; o encaminhamento metodológico para a proposição de produtos, como ferramenta estratégica para o desenvolvimento do território constituído pelo Geoparque Quarta Colônia; por fim, a estruturação da tese.

Capítulo 2: **REVISITANDO CONCEITOS** – Em relação ao tema estudado, fundamentado com referenciais da bibliografia específica, este capítulo aborda os principais conceitos centrais, fundamentais ao desenvolvimento sustentável através do geoturismo, como incremento à implantação do GQC. Para contextualizar e proporcionar suporte para responder à questão principal deste trabalho, buscou-se revisar os conceitos e metodologias propostos pelos seguintes autores 2.1 Patrimônio Cultural (MARCONI; PRESSOTO, 2010; COLÔMBIA, 2005; DELPHIM, 2009; SOARES, 2013;UNESCO, 1972; BRASIL, 1988;SCIFONI, 2008;BECERRA, 1997;MENESES, 2009;IPHAN, 2008; BRASIL, 2004;FIGUEIREDO, 2014); 2.1.1 Critérios de valor cultural (TORRES, 2012; COLÔMBIA, 2005; RIEGL,2014;HIDAKA, 2011; SCARROCCHIA, 1995; MENESES, 2012;NOVAIS, 2015); 2.2 Patrimônio cultural integrado ao natural: a paisagem cultural (LUSTOZA, 2011; HOYUELA JAIO, 2014; PACHECO, 2012; UNESCO, 1972); 2.3 Capital Social e Território (COLEMAN,1988, 1994; PUTNAM,1993, 2006; DUQUE, 2016; FERREIRA; PESSÔA, 2012; BOURDIEU, 1980; PINHEIRO et. al., 2011; SANTOS, 1996; TUAN, 1980; DEL RIO; OLIVEIRA, 1999); 2.3.1 Desenvolvimento local e turismo (MARTINS et. al., 2010; BARQUERO, 2001; LIMA; VARGAS, 2014; MOREIRA, 2014; AMARAL FILHO, 1989; BIANCHI, 2007); 2.4 Geoturismo (OMT, 2001; BRASIL. Mtur, 2007, 2010; MOREIRA, 2014; OMT, 2018; SILVA; ARAÚJO, 1987; SEBRAE, 2018; FIPE, 2012;MEIRA; MORAIS, 2016;BUCKLEY; PANNELL, 1990;GRAY, 2004; BRILHA, 2005; RUSCHMANN, 1999; UNWTO/UNEP, 2005; MANOSSO, 2012; ZIEMANN, 2016;HOSE, 1995; TOURTELOT, 2016; DOWLING; NEWSOME, 2006; BENTO; RODRIGUES, 2014; EDER; PATZAK, 2004;MEDEIROS et. al., 2015; GGN, 2017); 2.5 Interpretação Patrimonial (TILDEN, 1977; PROJETO DOCES MATAS, 2002;

UNESCO, 2010; VEVERKA, 1999); 2.6 O papel dos Geoparques (SCHOBBENHAUS; SILVA, 2012; BRILHA, 2005, 2012, 2016; OLIVEIRA et.al., 2013; MOREIRA, 2014; ZOUROS, 2004; MC KEEVER, et al., 2010; MC KEEVER; ZOUROS, 2005; EUROPEAN GEOPARKS NETWORK, 2017; EDER; PATZAK, 2004; CPRM, 2017; GGN, 2017; BENTO; RODRIGUES, 2014; AGUILAR, 2016; DECLARAÇÃO DE AROUCA, 2011; BACCI, 2009).

Capítulo 3: **O TERRITÓRIO QUARTA COLÔNIA** – Neste capítulo é abordado o enquadramento geográfico do território à proposta do Projeto Geoparque Quarta Colônia, com ênfase ao contexto geológico e geomorfológico da área da pesquisa e à ocorrência dos Locais de Importância Patrimonial (LIP), já inventariados e outros: 3.1 Enquadramento Geográfico do Território; 3.2 Geossítios; 3.3 Patrimônio cultural da Quarta Colônia; 3.4 Iniciativas Turísticas e Geoturísticas Existentes.

Capítulo 4: **METODOLOGIA** – Este capítulo apresenta os procedimentos dos objetivos específicos para definição dos LIPs, natural e cultural, para a proposição de roteiros turísticos integrados. Como base, utiliza o inventário dos geossítios elaborado pela CPRM (2006), mais a revisão e proposição de pontos geoturísticos, conforme elaboração de Ziemann (2016), o Inventário do Patrimônio Histórico Cultural Edificado, incluso no Planejamento Ambiental da Quarta Colônia (BEVILACQUA, 2010), entre outros: 4.1 Diagrama da Pesquisa; 4.2 Procedimentos metodológicos; 4.3 Critérios de valor.

Capítulo 5: **PATRIMÔNIO CULTURAL E GEORROTEIROS** – Este capítulo apresenta os atrativos referentes ao patrimônio natural e cultural, baseados na sistematização dos inventários, no diagnóstico turístico e geoturístico; uma síntese das iniciativas existentes que os municípios integrantes da proposta de Geoparque da Quarta Colônia oferecem aos visitantes; a proposição de modelos de roteiros geoturísticos (a integração do Patrimônio Natural e Cultural) para o Geoparque Quarta Colônia (GQC). Também, como recurso a integrar, o Centro Interpretativo do GQC – como complemento aos roteiros e suporte à interpretação ambiental e educativa dos Locais de Importância Patrimonial (LIPs); material impresso como folders, mapas e maquete do território do GQC e adjacências: 5.1 Entrevista a indivíduos de comunidades da Quarta Colônia; 5.2 O Patrimônio Cultural imóvel dos Municípios; 5.2.1 Aplicação de critérios de valores: seleção e classificação de bens culturais imóveis rurais; 5.2.2 Representação espacial dos bens naturais e culturais; 5.3 Proposta de Roteiros Geoturísticos para o Geoparque Quarta Colônia; 5.4

Geoprodutos; 5.4.1 Maquete do GQC; 5.4.2 Mapa Geoturístico; 5.4.3 Cartões Postais.

Capítulo 6: **CONSIDERAÇÕES FINAIS** – Neste capítulo são apresentadas as considerações finais sobre o desenvolvimento deste estudo, sintetizando as principais constatações alcançadas no desenrolar da pesquisa. Referente a roteiros, relativos aos principais LIPs classificados e propostos de forma integrada, aponta-se as eventuais dificuldades enfrentadas em sua implementação. Tem o objetivo de alertar os atores que deverão estar envolvidos nesta tarefa de elaboração e aplicação dos mesmos, para que tomem as devidas precauções para evitá-las, pois assim deverão contribuir para consolidação da gestão territorial, para o desenvolvimento sustentável do território e para fortalecimento de união e identidade cultural.

2 REVISITANDO CONCEITOS

Aquarela: Dilson Nicoloso Cecchin

2.1 PATRIMÔNIO CULTURAL
2.1.1 CRITÉRIOS DE VALORAÇÃO CULTURAL DOSBENS
2.2 PATRIMÔNIO CULTURAL INTEGRADO AO PATRIMÔNIO NATURAL: A PAISAGEM CULTURAL
2.3 CAPITAL SOCIAL
2.3.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL E TURISMO
2.4 GEOTURISMO
2.5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL
2.6 O PAPEL DOS GEOPARQUES

2. REVISITANDO CONCEITOS

2.1 PATRIMÔNIO CULTURAL

A cultura pressupõe exatamente as qualidades presentes no comportamento social humano e sua produção como história em um determinado território. O conceito antropológico de Cultura, apesar de polissêmico, pela grande variedade de sentidos serem vistos como uma forma de pensar a diferença entre os homens, tem significado amplo, abrange os modos comuns aprendidos na vida, transmitidos pelos grupos em sociedade. Estes grupos “tem direitos as suas próprias crenças, aos seus próprios hábitos e costumes, a sua própria ideologia e a sua própria cultura” (MARCONI; PRESSOTO, 2010, p. 17). Assim esta “deve ser compreendida e avaliada conforme seus próprios moldes e padrões convenientes aos seus integrantes, mesmo que estes pareçam estranhos e exóticos” (op. cit.) a outras culturas.

Ao mesmo tempo, conforme enfoques de diversos autores, a cultura pode ser analisada como:

> a criação coletiva de ideias, símbolos e valores pelos quais uma sociedade define para si mesma o bom e o mau, o belo e o feio, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso, o puro e o impuro, o possível e o impossível, o inevitável e o casual, o sagrado e o profano, o espaço e o tempo. (CHAUI, 2000, p. 61);
>
> o conjunto de traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam os grupos humanos e que compreende, além das artes e da literatura, estilos de vida, direitos humanos, sistemas de valores, tradições e crenças. (COLÔMBIA, 2005. p. 32, tradução nossa);
>
> conjunto de significados, símbolos, valores, costumes, modos de pensar e padrões de comportamento compartilhados por uma determinada sociedade em sua tentativa de fazer o sentido de seu mundo ou para organizar e representar experiência. Arte, religião, literatura são formas de discurso que encarnam essas estruturas interpretativas. Elas explicam, contemplam e exprimem a relação humana com o todo, ou seja, a dimensão cósmica, para a totalidade do que é. (BOHM e PEAT, 1987 apud MAKHZOUMI e PUNGETTI, 2005, p. 166, tradução nossa);
>
> Ideias (conhecimento e filosofia); crenças (religião e superstição); valores (ideologia e moral); normas (costumes e leis); atitudes (preconceito e respeito ao próximo); padrões de conduta (monogamia, tabu); abstração do comportamento (símbolos e compromissos); instituições (família e sistemas econômicos); técnicas (artes e habilidades); e artefatos (machado de pedra e telefone). (MARCONI; PRESSOTO, 2010, p. 24).

O vocábulo *cultura* tem sua raiz etimológica em culto, adoração à terra, divindade capaz de proporcionar ao ser humano tudo o que lhe é necessário para viver.

> Quando o homem aprendeu a semear, a cultivar o solo e a domesticar os animais, o termo evoluiu para cultivo, com a acepção de ato, efeito ou modo de cultivar, cuidar do solo, tendo o conceito assumido posteriormente a forma atual de cultura, referindo-se a crenças, valores, instituições e tudo o mais que identifica uma sociedade. Tudo o que é produzido pela cultura tem por matéria-prima a terra ou algo direta ou indiretamente produzido pela terra. Lavouras, cidades, edificações, artefatos, monumentos, obras de arte, tesouros. (DELPHIM, 2009, p. 78).

A compreensão dos processos da ação do ser humano tem por fundamento a relação com o espaço (o ambiente – adaptação e interação) e o tempo (passado, presente e futuro – a criação e transformação do ambiente), dimensões consubstanciais à sua existência, a modo de sua cultura (o patrimônio como matéria prima de uma sociedade). Este ser humano desenvolve atividades em um espaço construído por ele mesmo, inserido no território, que pode ser:

> [...] vasto, aberto ou reduzido (que inclui objetos e utensílios); por outro, com o passar do tempo, configura e acumula memória de suas ações e pensamentos. A confluência dessas três áreas – comunidade, memória e território – define a cultura. Assim, a cultura, entendida como a maneira em que uma comunidade entende seu mundo, interpreta e gerencia, tem lugar dentro de um território e é suportado pela memória compartilhada por seus habitantes. (COLÔMBIA, 2005, p. 32, tradução nossa).

Como visto a definição de cultura não está desvinculada das dimensões de tempo e espaço, mas configurada em três áreas: **comunidade**, **território** e **memória**. O ser humano desenvolve suas atividades no espaço. O espaço construído por ele mesmo, o território, que pode ser amplo, aberto ou pequeno (incluídos neste, seus objetos, utensílios, produção e bagagem social). Durante o tempo em que está aí fixado, por suas ações e pensamentos, os seres humanos formam e acumulam memória. A concentração dessas três áreas – comunidade, memória e território – permite definir cultura como:

> o conjunto de características distintivas, espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam grupos humanos e que inclui, além das artes e letras, modos de vida, direitos humanos, sistemas de valores, tradições e crenças.(COLÔMBIA, 2005, p. 32, tradução nossa).

Um grupo humano, uma comunidade, que realiza uma etapa vital, o seu *modus vivendi* num espaço, num território, interpreta e administra sua cultura à maneira como a memória é sustentada e assimilada por ela. Esta memória coletiva desempenha uma função articuladora da cultura, ou seja, uma cultura configurada e articulada que estabelece as fronteiras deste território, um palco diverso de encontros e eventos culturais locais, regionais e nacionais. A cultura, como expressão de uma comunidade e o patrimônio resultado de suas ações, não têm limites administrativos ou físicos. O seu território real (ou cultural) excede essas dimensões, pois está “diretamente relacionado com aqueles elementos e fenômenos que são produtos da interação social: sua produção material e sua criação simbólica (a memória)” (COLÔMBIA, 2005, p. 32).

Para Figueiredo (2014), a cultura é:

> O conjunto de atividades, modos de agir e costumes de um povo. É um processo em constante evolução, desenvolvido por um grupo social, uma nação, uma comunidade e é fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento de valores espirituais e materiais (FIGUEIREDO, 2014, p. 152).

Segundo Soares (2013), todo bem, objeto ou artefato oriundo do conhecimento humano é reconhecido em excelência pelos seus valores culturais. A técnica, a riqueza formal ou mesmo a complexidade simbólica, impregnados na sua produção, no seu consumo e no seu tempo é levado em consideração o caráter particularmente *elevado* ou *superior*. Ou seja, é resultado de

> uma forma específica de adaptação e utilização do ambiente, que envolve tanto a produção de conhecimentos, como a de técnicas, isto é, comportamentos padronizados que são aprendidos e transformados por cada geração. (SOARES, 2013, p. 5).

Um bem, móvel ou imóvel é considerado patrimônio histórico e artístico quando,

> individualmente ou em conjunto, portador de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: obras, objetos, documentos, edificações, demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico e científico, cuja conservação seja do interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história, quer por sua notória expressão artística ou arquitetônica, quer por sua antiguidade, quer por sua importância arqueológica, antropológica ou científica (ABNT, 2009, p. 2).

Portanto, todo bem que possui algo peculiar, característico, especial, algo próprio de uma pessoa ou coisa relacionada ao seu grupo, algo de produção e reprodução para a sociedade, representa-o como parte de sua cultura. E esta não tem tamanho, mas está representada neste bem que o significa e o posiciona no tempo. Certamente, da análise por atribuição de valores, os bens culturais, em maior ou menor grau, podem ser transformados em patrimônio cultural desta sociedade.

Varine-Bohan, em 1974, argumentava que o patrimônio cultural deveria ser abordado conforme três vetores básicos: conhecimento, bens culturais e meio ambiente. O patrimônio do conhecimento são os costumes, as crenças e o saber fazer capaz de viabilizar a sobrevivência do ser humano no meio ambiente. O patrimônio de bens culturais é o conjunto de artefatos e tudo o mais que deriva do uso do patrimônio ambiental, por meio do conhecimento e do saber fazer. O patrimônio do meio ambiente é aquele que contempla os elementos inerentes à natureza, como o próprio meio e os recursos naturais. Em um território a comunidade deveria ser motivada à reflexão e à tomada de posições em relação à gestão do patrimônio natural e cultural.

O patrimônio, de diversas formas, é a matéria prima para o desenvolvimento local, porém tal evolução somente ocorrerá com a participação consciente da comunidade detentora deste patrimônio. Como capital real, o patrimônio é um fator de consciência coletiva,

> [...] um capital que para viver, produzir, transformar para permanecer útil, necessita do reconhecimento e ação da comunidade. [...] que o patrimônio a ser conservado é o que serve ou pode servir para alguma coisa. [...] que expressa valores e julgamentos da cultura do momento e da subjetividade das pessoas participantes. (ALVES, 2013, p. 187-188).

O patrimônio é, então, expressão da cultura de uma comunidade num território. É produto da interação social, resultado de uma construção cultural manifestada em presença material ou imaterial, em objetos e ideias. É uma relação direta com aqueles elementos e fenômenos que originam sua produção e sua criação simbólica – a memória expressa na produção cultural.

A convenção da UNESCO (1972), reunida em Paris, discutiu a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, definindo em seu artigo primeiro o conceito de **Patrimônio Cultural** como:

> - Os **monumentos**: obras arquitetônicas, obras de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de caráter arqueológico, inscrições, cavernas, habitações e combinações de características, que são de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
> - Os **conjuntos**: grupos de edifícios, separados ou em conjunto, devido a sua arquitetura, integração na paisagem, arquitetura de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
> - Os **locais de interesse**: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, assim como as áreas incluindo sítios arqueológicos que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972, p.2).

Mudanças socioculturais e técnicas cada vez mais significativas e aceleradas tornaram o século XX um período de grande importância para a salvaguarda de patrimônios. Tipos de bens patrimoniais se ampliaram. Passaram a ser reconhecidos, também, valores nos bens vernaculares, populares, o que pode ser relacionado com o fenômeno de crescente democratização da sociedade (CARDOSO, 2017, p. 5).

O artigo 216 da Constituição Federal (1988) adota, de forma mais abrangente, o Patrimônio Cultural como a memória e o modo de vida da sociedade brasileira. São os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, **paisagístico**, artístico, arqueológico, **paleontológico**, ecológico e científico (BRASIL, 1988, p. 132, grifo nosso). Os termos grifados podem estar relacionados a sítios ligados à geodiversidade.

Conforme acepção de dicionários enciclopédicos o termo *patrimônio* surgiu ligado à propriedade. Significa *herança paterna* ou *bens pertencentes a uma pessoa, a uma família, a uma instituição ou a uma coletividade.* Tem suas raízes na origem greco-latina, “*pater”* e “*nomos”, patrimonium.* Deriva de *pater*, que significa pai, chefe de família, num sentido mais social do que a simples referência à paternidade física. No grego, *“nomos”* é a divindade que atua como guardião das leis.

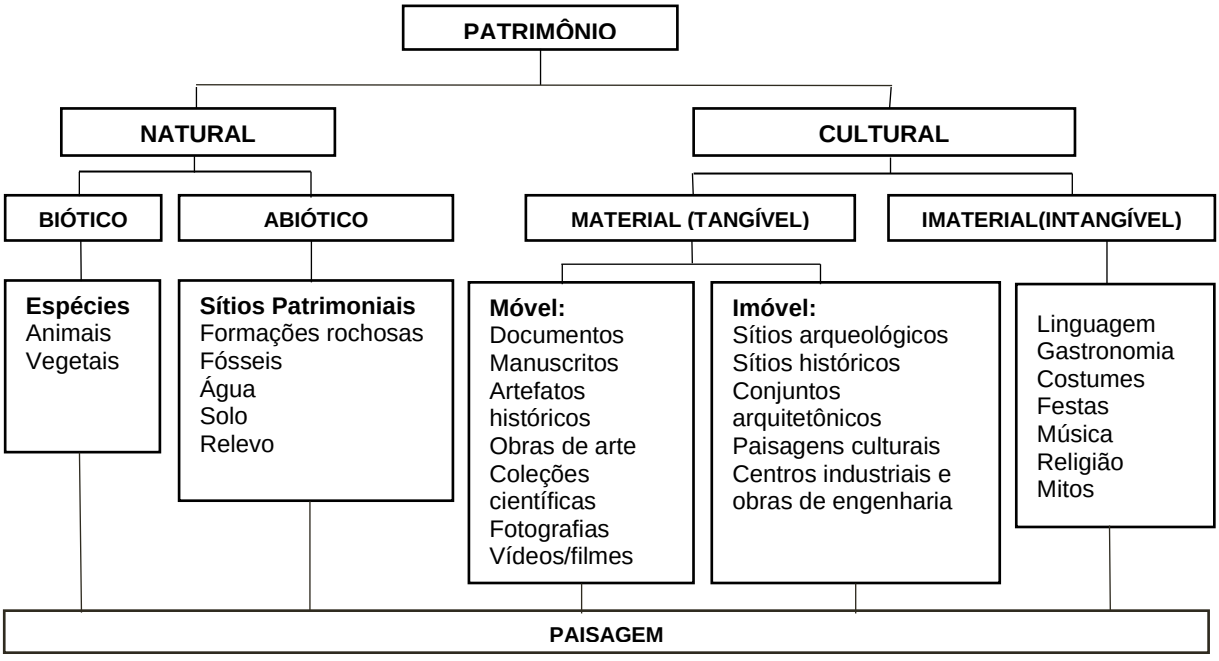
Portanto, “*pater*” e “*nomos*”, teria uma tradução literal de “regra paterna”, como referência à herança que se herdava do pai, referência ao recebido, aos usos e costumes originários de uma família, de um grupo. Nesse sentido, em qualquer

lugar, um recém-nascido dentro de uma comunidade já é herdeiro de patrimônio. Tanto no espaço quanto no tempo não é dispensável, pois “as palavras, os significados, os hábitos, as tradições, os objetos, os lugares de moradia e de relações sociais, o conhecimento e instituições – entre muitos outros – fazem parte da cultura em que o indivíduo nasceu e cresceu” (COLÔMBIA, 2005, p. 34).

Para Morales (1998), o conceito de Patrimônio é mais abrangente. Compreende os bens tangíveis e intangíveis herdados dos antepassados e o ambiente em que se vive. Podem estar incluídos, conforme indicadores de classificação, espécies animais e vegetais, formações geológicas, o ar, a água, os ecossistemas, campos e cidades, povoados, tradições e crenças, valores e maneiras de ver o mundo e a adaptação a ele, de forma compartilhada e integrada.

Muitas vezes é difícil, ou praticamente impossível em um processo de patrimonialização, traçar uma linha clara de separação entre os diferentes tipos de patrimônios. Por vezes, os elementos que compõem um lugar com interesse patrimonial pertencem a várias categorias. São múltiplas as diferenças de representação e de concepção que podem estar formalizadas pela diversidade de bens imateriais e materiais (móveis e imóveis), monumentais e ambientais divididos em categorias (SCIFONI, 2008), mas que pertencem à paisagem (Figura 1).

Figura 1 – Diferentes categorias de patrimônio.



Fonte: Adaptado de (SCIFONI, 2008).

Do ponto de vista legal, de direito, o patrimônio como herança é um conceito que define todos os recursos herdados, os bens duráveis e os recursos materiais, públicos ou privados. Conforme a Constituição Federal Brasileira de 1988, o conceito de patrimônio, o cultural ou histórico, que até então era uma perspectiva focada no *material,* foi ampliado para patrimônios de expressões da cultura popular e outras manifestações de natureza *intangível*, desviando para uma visão menos monumental. Ou seja, desta ampliação, o tema ganhou força para os aspectos imateriais da cultura e da natureza da paisagem. Do ponto de vista do ambiente, em ambos os casos, o objetivo principal está focado na sobrevivência de grupos sociais e o estabelecimento de uma ligação entre as distintas gerações (BECERRA, 1997).

A conservação do patrimônio e sua compreensão devem ser referências para a evolução sociocultural, para as gerações de agora e futuras, para não repetir os erros do passado e para apontar uma melhor qualidade de vida para a humanidade e os seres vivos em geral.

O Patrimônio Cultural, de forma genérica, é definido como um “conjunto de bens e eventos culturais materiais e imateriais, estabelecido em construção permanente no território transformado pelas comunidades” (COLÔMBIA, 2005, p. 34). Inclui artefatos e estruturas enterradas ou elementos de superfície como áreas que tenham associações históricas ou associações com tradições culturais ou religiosas, independentemente de conter restos físicos de atividades associadas. Estes bens culturais, como produtos e manifestações, representam “valores estimáveis e laços que fazem sentido de pertença, identidade e memória para um grupo ou coletivo humano” (op. cit.).

Meneses (2009) salienta que o patrimônio cultural é fundamentado, sempre, por “vetores materiais”, valendo também para o chamado patrimônio imaterial, pois assim como “o patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se” (p. 31).

A UNESCO (2010) define os **bens imateriais** como práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Conclui-se que o patrimônio cultural, material ou imaterial, móvel ou imóvel, hoje entendido como parte da memória da sociedade, possui um caráter simbólico,

possui um significado. Pode representar um elemento da natureza abiótica, ou biótica, uma identidade coletiva ou uma tradição social que propaga, de forma intertemporal, valores do passado no presente e para o futuro. Significa dizer que o passado, como história na memória dos povos, passa a compor o conjunto de símbolos que representa determinado objeto, lugar, uma determinada cultura. Por isso, quando reconhecido pela coletividade e pelo sentimento de identidade, passa a constituir-se como patrimônio local, nacional ou internacional.

Em suma, através das principais convenções, cartas e tratados internacionais, o Patrimônio Cultural pode ser estabelecido como um conjunto de bens materiais e imateriais cujas amostras por seu valor devem ser protegidas e preservadas para assegurar a identidade da comunidade residente. Estes patrimônios estabeleceram uma ligação sentimental com o passado, seja por significados mágicos, místicos, religiosos ou sociais, incluindo edifícios históricos ou remanescentes; pontes históricas; ruas ou avenidas de honra; paisagens patrimoniais, cidades; caminhos, estradas históricas; sítios de mineração; sítios marítimos; locais onde eventos significativos ocorreram; estruturas históricas como poços, pontes; itens históricos como objetos, documentos; sepulturas; locais de despejo de lixo; árvores individuais; patrimônio intangível como histórias, valores, idéias e costumes (VICROADS, 2013).

No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) entende o patrimônio, como o conjunto de todos os bens materiais e imateriais que apresentam características de interesse relevante para a permanência da cultura e da identidade de um povo. Classifica **Patrimônio Material** como o conjunto de bens culturais, conforme os quatro Livros do Tombo, em arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas, dividindo em: bens imóveis (núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais); móveis (coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos).

Conforme Delphim (2009), órgãos de preservação do patrimônio cultural, diretamente ligados à experiência humana, reconhecem que o passado da Terra não é menos importante que a história do ser humano. Portanto, o patrimônio cultural apresenta duas dimensões: material, o bem físico; e imaterial, “o conhecimento que o homem detém sobre esse bem, os significados com os quais a cultura os impregnou, os modos de fazer, de saber e de usá-los” (p. 79). Mas nem todos os bens são considerados como patrimônio, já que:

> O reconhecimento do valor patrimonial de um bem é feito por processos seletivos e depende de suas excepcionais qualidades. Somente aquele que apresentar valores reconhecidos por um órgão cultural, deverá gozar das vantagens da proteção institucional. (DELPHIM, 2009, p. 79).

Por esta razão, bens materiais e imateriais quando referidos, também são entendidos como conjunto de atrativos turísticos. Bens naturais, históricos e artísticos com relevante valor local, regional, nacional ou internacional merecem proteção e classificação de mérito em listas especiais de ampla divulgação. Podem ser utilizados como produtos turísticos, desde equipamentos e serviços, acrescidos de facilidades e ofertados de forma organizada por um determinado preço (BRASIL, 2004).

Com a globalização, a facilidade e a oportunidade de deslocamento de pessoas aceleraram a oferta de produtos turísticos de cultura, natureza e aventura, muitas vezes integrados. Como exemplo, a utilização em Geoparques – territórios portadores de Patrimônios de interesse geológico/geomorfológicos de importância científica, através do Geoturismo (Figura 2).

Figura 2 – Atividades e produtos geoturísticos como expressão da integração entre natureza e cultura em três diferentes geoparques da Rede Mundial

a) b) c)

a) GeoTrekking (Geopark Araripe); b) GeoKayak (Riviera Global Geopark); c) Geoproduto Artesanato (Projeto Geopark Cariri)
Fontes: a) geoparkararipe.urca.br; b) englishrivierageopark.org.uk; c) geoparquecariri.org.br.

Na área do turismo esta integração do patrimônio cultural com o patrimônio natural se faz oportuna. Exemplares caracterizados por sua representatividade, tais como aqueles que contribuem para a manutenção dos conjuntos e ambiências, devem ser preservados. A preservação do patrimônio depende da continuidade das manifestações culturais, da interação com a natureza e sua história. O turismo promove a melhoria da qualidade de vida das comunidades. Implica na manutenção

de seu bem-estar material e espiritual. Garante o exercício da cidadania e gera um sentimento de identidade, de integração, de respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (FIGUEIREDO, 2014).

Cada vez mais surgem oportunidades vantajosas através de incentivos turísticos. Cada vez mais pessoas buscam lazer, conhecimento e recreação. Visitantes e turistas frequentam locais nos quais é possível encontrar, usufruir e, através da interpretação, reconstituir época e costumes de vida relativos àqueles bens testemunhos do passado. Por exemplo, o geoturismo, um segmento do turismo que se baseia na visitação de áreas naturais. Está relacionado à necessidade de entendimento das áreas que contêm o patrimônio natural abiótico, com possibilidade de divulgação e valorização deste e integração com o patrimônio cultural, quando da visita por parte de visitantes e turistas. Decorre daí a importância de implantação de roteiros, revitalização de museus, incentivos às expressões da cultura que são apresentados em eventos locais, como em um dia festivo e religioso, os pratos culinários, a dança, a música e o artesanato (Figura 3).

Figura 3 – Implantação de roteiros geoturísticos deve contemplar atividades culturais e eventos locais.

a) b) c)

a) Rito religioso em Vale Vêneto, São João do Polêsine; b) Comida local italiana-Restaurante Val de Buia, Silveira Martins; c) Apresentação grupo folclórico alemão do município de Agudo.
Fonte: a) Dilson N. Cecchin; b) Diário de Santa Maria: https://diariosm.com.br/; c) Prefeitura Municipal de Agudo: http://www.agudo.rs.gov.br/home.

Um geoparque contribui substancialmente para o desenvolvimento sustentável de uma região. Com ênfase no geoturismo, um geoparque protege o meio ambiente, promove a educação e a pesquisa e, ao mesmo tempo, gera emprego e renda, além de difundir o patrimônio natural e o cultural, material e imaterial.

2.1.1 Critérios de valoração cultural dos bens

O valor cultural de qualquer bem, tangível ou intangível, deve ser estabelecido conforme sua relevância, em termos da escala de valores da cultura a que pertence. Entender um bem como patrimônio concebido, como uma construção dinâmica e localizada historicamente num determinado espaço, implica entender o seu contexto. Além disso, deve ser assumida a participação dos diversos interesses e grupos sociais, as diferenças históricas e políticas que podem ocorrer na sua conformação. É neste contexto que se filtram e se classificam os bens do patrimônio herdado, que recebem, ou não, dependendo da importância que lhes é atribuída na memória coletiva, na integração e continuidade da cultura presente à qualidade de bens preserváveis (TORRES, 2012).

Para discussão sobre valoração de um bem cultural, toma-se por referência a publicação do Ministério de Cultura da Colômbia (2005). O patrimônio cultural material imóvel, como o arquitetônico (igrejas, capelas, capitéis, grutas, residências, espaços públicos, conjuntos urbanos, entre outros), incluído o entorno envolvente que garante visibilidade e a ambiência do imóvel, está inserido em um local, em um lugar habitual, no espaço no qual “cumpriu ou cumpre funções para as quais foi criado, ou que o curso da história impôs a ele” (COLÔMBIA, 2005, p. 35). Essa relação espacial, natural ou construída, pode ser determinante para a sua concepção, criação ou execução. No tempo histórico pode se tornar um ícone de veneração ou de admiração, ou um objeto histórico ou artístico, mas carregado de significados. Desse modo, na identificação do patrimônio imóvel, é importante a localização do objeto (do bem) em seu contexto cultural e sua inserção na paisagem. O patrimônio deve ser uma referência na construção de laços sociais, de harmonia, de identidade e de memória. Suas formas e materiais, como expressão de conceitos, auxiliam a “compreender as condições culturais e sociais do homem, pois sobre ele se acumulam significados, conhecimentos e pesquisas das comunidades”, ou seja, os valores culturais (op. cit, p.36).

A valoração de um bem patrimonial é objeto de reflexão sistemática há mais

de século na Axiologia[1].

Na valoração de um bem patrimonial é dito que cada objeto traz um valor agregado na sua constituição, e quem lhe outorga valor é quem se aproxima e estabelece importância e significado. Tais posições combinadas reforçam que é no lugar onde se exerce a verdadeira valoração (a campo) que se pode encontrar a resposta, pois ali se concretiza o valor do bem.

Colômbia (2005, p. 37) afirma que “a valorização é o ponto de convergência dos objetos e sujeitos dentro de uma gama de relações sociais, culturais ou econômicas", isto é, no contexto sociocultural e temporal. E que, para esta convergência, “o contexto sócio-cultural-econômico funciona como um filtro, como um meio de encontro entre o objeto e o sujeito que valora, modela e define os valores que são atribuídos a um bem” (op. cit., p. 38). É o lugar das comunidades, o espaço geográfico constituído como território sociocultural, que integra as expressões culturais e que as identifica e denota os laços de pertença. Quando se trata de Patrimônio Cultural, a valoração do objeto se dá conforme a área de atuação do sujeito que o valora. Por exemplo, na realização de inventário não é possível desvincular a sua valoração, pois existem três componentes “articulados numa estrutura coerente que oferece todas as nuances e facetas de modo que o exercício seja efetuado” e que intervêm na aplicação: “o **objeto**, o **sujeito** e o **contexto**”. Este processo pode gerar “efeitos positivos, no sentido de recuperação ou formação de valores éticos”, relacionado ao objeto inventariado (COLÔMBIA, 2005, p. 37-38, grifo nosso).

Compreender o **objeto** (artefato) implica compreender a sociedade; refere-se às expressões culturais materiais móveis e imóveis que as comunidades criam em seu território. Presente na paisagem, isolado ou em conjunto, apresenta características que o torna interessante para ser transmitido às gerações presentes e futuras, como produto de culturas étnicas. Marcas que expressam uma história de idealizadores e de transformadores. Porém, não é valioso por si próprio. Possui atributos que o tornam especial em relação a outros objetos. Por isso a dificuldade de separar atributos materiais dos atributos imateriais, pois tal processo de valoração ocorre combinado às dimensões, e a separação é apenas para fins

[1] A axiologia menciona a valoração como um assunto próprio e exclusivo dos objetos e, também, um exercício que um sujeito faz sobre as coisas. No início do século XX, teóricos da preservação procuravam identificar e sistematizar valores que as sociedades atribuíam aos seus bens culturais.

acadêmicos e analíticos. É representado como entidade significativa que abrange “atributos materiais e não materiais, relacionados a um modo de construção, de viver e ser específico” (HIDAKA, 2011, p. 116). O objeto como acontecimento espacial, como substância, constituído de elementos que o caracterizam física e formalmente inseridos no ambiente natural, com endereço definido, localização (coordenadas geográficas), materiais empregados e organizados através de técnicas para a sua consolidação, cumpre ou cumpriu uma intenção sob um programa funcional de uso.

O **contexto**, como elemento da estrutura da valoração, abrange o espaço geográfico. É a área na qual se constitui o território sociocultural, onde fica configurado que é o sujeito quem valoriza o objeto inserido na paisagem, atuando como coletivo ou como comunidade. O contexto incorpora expressões culturais que salientam sua identidade territorial ou regional – a ligação perceptual de pertença, portanto, um espaço transformado desde os processos de povoamento e formação de assentamentos urbanos e rurais. O território sociocultural, compreendido pelas comunidades com características semelhantes, são as pessoas que, ao longo da sua história, interagem a partir de normas em comum. É onde o destaque está para grupos humanos, cuja cultura explicita traços distintos, espirituais, materiais, intelectuais e emocionais, estilos de vida, valores, tradições e crenças. Muitas vezes os objetos aí representados ou fabricados são construídos com particularidades físicas e técnicas relacionadas à singularidade dos sujeitos desses locais. Pelo que representam como significado cultural destas comunidades, mesmo com alterações sofridas ao longo da história, podem adquirir uma simbologia ou referência própria, tornando-se patrimônio.

O **sujeito,** dentro da estrutura de valoração de um objeto, de um bem, seja individual, como porta voz que se manifesta de forma participativa e ativa sobre expressões e produções culturais, seja no coletivo (comunidade – grupo de especialistas, grupos comunitários, funcionários do governo, empresários, religiosos, entre outros), é quem possui responsabilidade sobre a pesquisa de informações para definir critérios de valores. Todo objeto possui valor cultural, em maior ou menor grau, sem que, com isto, se constitua em patrimônio oficializado. Independente do valor intrínseco, outros valores são entendidos como atributos concedidos pelo sujeito, pelos quais o patrimônio cultural se define: histórico, estético, científico, simbólico e espiritual. Valores que se constituem em parte mais representativa e geral, pois são contentores para outros valores.

Conforme COLÔMBIA (2005), os objetos se constituem por si só, do ponto de vista de **Valor histórico**, como provas documentais a serem analisadas, tanto para contar a história local, quanto a regional ou a nacional. E, de igual teor, para “o conhecimento científico, compreendendo que documentos como fontes primárias não são só os escritos” (p. 42). Por exemplo, objetos de museus representam valores históricos. Basta interpretá-los (Figura 4).

Figura 4 – Museu particular da cultura italiana de Virgílio Burin, Vila Ceolin, São João do Polêsine-RS.

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Os objetos configuram-se como uma evolução, pois Riegl (2014), em seu tratado *Der Moderne Denkmalkultus* (1903), atribuiu como valor histórico, fruto do valor de rememoração, a ligação direta com a história do objeto:

> Aquilo que foi e que não é mais. [...] o que era uma vez pode não ser novo e tudo o que foi representa a união insubstituível e intransferível de uma cadeia de desenvolvimento; ou, em outras palavras, tudo o que aconteceu depois que ele foi condicionado pelo que era antes e não poderá jamais reproduzir-se – assim como aconteceu na realidade – sem o elo anterior. (SCARROCCHIA, 1995, p. 174, tradução nossa).

Porém, Alöis Riegl buscava compreender mais especificamente os valores dos monumentos para a sociedade, pois acreditava que só assim seria possível fundar uma prática responsável de conservação e de intervenção no patrimônio. Considerava o monumento, então, como original, intocável, um documento a ser conservado o mais autêntico possível. Ademais, considerava que as destruições passadas, imputáveis aos agentes naturais, não podiam ser anuladas e que, pela ótica do valor histórico, também, não deviam ser reparadas. Sua contribuição teve o reconhecimento no campo da preservação patrimonial, quando sua obra passou a ser considerada como instrumento de uma hermenêutica cultural para os tempos atuais. Por essa razão passou a suscitar interesse cada vez maior (SCARROCCHIA, 1995, p. 35).

Relacionado ao **Valor estético,** os atributos são reconhecidos não só pela qualidade artística ou de estilo, mas de desenho que se fazem explícitos em qualquer objeto. As características artísticas são critérios para julgar o valor estético (Figura 5). Nele se plasma uma ideia inventiva, resolvida na forma de como ele fora concebido, a técnica, um uso conforme sua função e o tempo em que o objeto cumpre esta função, deixando marcas (COLÔMBIA, 2005, p. 42).

Figura 5 – Igreja Corpus Christi, Vale Vêneto, São João do Polêsine-RS.

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

O **Valor simbólico** do objeto, exteriorizado a um modo particular de ser percebido, resume e assegura:

> Formas de ver e sentir o mundo individual e coletivo, tendo um forte poder psicológico de identificação e de coesão social. O simbólico mantém e renova seu poder de atualização, aspirações, desejos, ideais construídos e internalizados que ligam tempo e espaços de memória. (COLÔMBIA, 2005, p. 43, tradução nossa).

Um bem cultural é forte simbolicamente, quando internaliza tempo e espaço de memória (Figura 6).

Figura 6 – Cruz Jesuítica, Homenagem a Redução da Natividade, Comunidade de Rincão do Appel, Pinhal Grande-RS.

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin

Salienta-se que, para a valoração do Patrimônio Cultural, os três valores de enquadramento se combinam. Entretanto, alguns podem ter seu valor simbólico mais pronunciado e outros o valor estético ou histórico, conforme o tempo e contexto sociocultural.

> O valor cultural de um bem não depende estritamente do cumprimento de cada um dos valores propostos no presente documento. Também não é um

> somatório de valores no sentido aritmético. É, sim, uma ponderação de valores que devem mudar sua qualificação como patrimônio cultural. (COLÔMBIA, 2005, p. 44, tradução nossa).

Meneses (2012, p. 38) considera que a atribuição de valor a qualquer bem, material ou imaterial, ocorre continuamente, de acordo com as relações sociais nas quais o objeto está inserido. Atribuir valores a qualquer bem patrimonial não é consenso entre estudiosos, não é um processo estático, é, antes, uma “arena de conflitos”, de confronto – de avaliação, de valoração. É esta atribuição de valores aos bens que determina os critérios utilizados para sua patrimonialização, como um recurso patrimonial a ser oferecido a visitantes. Em um processo consciente e institucionalizado, ocorra isto ou não pelas comunidades, por vezes um critério converte mais de um valor, conforme o contexto de atribuição de valores.

A valoração de um bem imóvel como Patrimônio Cultural está em seu inventário de conhecimento, *in situ*. Através da apreciação dos processos desde sua formação até a sua proteção, até mesmo por reconhecimento legal, de sua promoção (pelas autoridades e comunidades), depende sua sustentabilidade – por processos de uso produtivo e gestão e por sua apropriação social.

As etapas do conhecimento do objeto, conseguido por intermédio de sua identificação (o próprio inventário), seleção (que oferece a riqueza temática do bem) e classificação (que assinala os mais evidentes), envolvem a avaliação e a qualificação do bem com o propósito de tornar este um Local de Interesse Patrimonial (LIP). Conforme já frisado, os valores são os atributos admitidos a tal objeto inventariado como patrimônio cultural: o histórico, o estético e o simbólico. São os mais representativos, por serem “contentores para outros valores” (COLÔMBIA, 2005, p. 42).

Com relação ao patrimônio cultural material imóvel, Meneses (2012) salienta que:

> Este tem como suporte, sempre, vetores materiais. Isso vale também para o chamado patrimônio imaterial, pois se todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se. As diferenças não são ontológicas, de natureza, mas basicamente operacionais. (MENESES, 2012, p. 31).

Os valores de um bem cultural material não são fixos, nem previstos

geneticamente, mas somente para o sujeito que os observa, cria e precisa enunciá-los e explicitar com fundamentos. Assim como pode ser proposto, pode ser recusado, transformado e não aplicado por imposição. Acrescentamos, ainda, que tais componentes não existem isolados, eles agrupam-se de forma variada, produzindo combinações, recombinações, superposições, hierarquias diversas, transformações e conflitos. Ademais, salienta-se que o patrimônio deve ser tratado de forma unificada, sem distinguir categorias de material, imaterial, natural, ambiental, histórico, arquitetônico, artístico, etc., e que, como referência, deve ser estendida às demais categorias. Meneses (2012, p. 35-39) propôs um conjunto de critérios para tal avaliação, com o objetivo de identificar componentes ou referências do valor cultural de um bem, e que podem ser complementares àqueles propostos por COLÔMBIA (2005):

a) O **valor cognitivo**, o dominante – do conceito de espaço à organização do ambiente, dos materiais e técnicas ao padrão estilístico; dos interesses em causa na sua projetação às condições históricas (técnicas, econômicas, políticas, sociais, culturais) de sua construção, dos usos e apropriações; dos diversos agentes ou categorias sociais envolvidos à sua trajetória, a sua biografia, portanto, um bem tratado como documento.

b) O **valor forma**l – associado à fruição estética, no sentido da percepção sensorial estimulada pelas formas e matérias externas ao ser; à estética, não como beleza, mas como ponte que “os sentidos fornecem para nos possibilitar sair de dentro de nós, construir e intercambiar significados para agir sobre o mundo” MENESES (2012, p. 36). Formal, como efeito percebido na presença do objeto, que implica na apreensão de critérios que provoquem a percepção, uma inquietação indutiva “à produção e à transmissão mais amplas de sentidos – alimentados pela memória, convenções e outras experiências – qualificando minha consciência e meu agir”. O valor é revelado pelas formas que transcende o conhecimento cognitivo e provoca reações emocionais. Então, “o valor predominante é o formal ou estético, no sentido de percepção” (op cit, p. 36).

c) O **valor afetivo** – salienta-se pela fruição evocada na memória, ao mesmo tempo como “formulação de autoimagem e reforço de identidade” (op cit, p. 36). É o valor que busca na história, não enquanto produção de saber acadêmico, ao qual pertence o valor cognitivo, mas à fruição enquanto “carga simbólica e de vínculos subjetivos, o sentimento de pertença ou identidade” (op cit, p. 36).

d) O **valor pragmático** – aquele associado à possibilidade e à condição de uso do bem cultural disponível, se percebido como positivo pela sociedade. Ou seja, relacionado ao valor de ocupação concreta de um imóvel, enfim, ao uso comum, prático.

e) O **valor ético** –refere-se às interações sociais em que o bem cultural é apropriado e posto a funcionar, tendo como referência o lugar do outro. Ou seja, é o valor que diz respeito à fruição do diálogo entre as diferenças.

Meneses, 2012, afirma que no campo dos valores de bens culturais, não existem fronteiras. Como já frisado, é “uma arena de conflitos, de confronto – de avaliação, valoração”. E argumenta:

> A atividade no campo do patrimônio cultural é complexa, delicada e trabalhosa. Exige postura crítica rigorosa. Exige capacidade de ir além de suas próprias preferências pessoais. [...] estamos tratando, não de coisas, mas daquela matéria-prima – os significados, os valores, a consciência, as aspirações e desejos – que fazem de nós, precisamente, seres humanos. (MENESES, 2012, p. 39).

Para atribuir valores a um bem, primeiro se deve valer de critérios. Como o termo critério tem sua origem no vocábulo grego, que significa julgar, avaliar, considera-se, então, um atributo de juízo ou a apreciação de uma pessoa sobre algo. Portanto, é uma espécie de condição subjetiva que permite optar, isto é, fazer uma escolha daquilo que sustenta um juízo de valor: bom ou ruim, desejável ou indesejável, benéfico ou prejudicial. De outra forma, quando usado como seleção de objetos que foram produzidos para algum fim, por exemplo, à preservação, é um atributo que serve de comparação, julgamento ou apreciação da realidade deste objeto, através de seus valores propostos pelo sujeito que os seleciona. Conforme Riegl (1999, p. 23), quando se estabelecem critérios para seleção de objetos a serem preservados, de certa forma, identificam-se valores propostos pelo sujeito a objetos que foram produzidos em um contexto totalmente diferente do atual.

Na aplicação de critérios de valores ao objeto, segundo COLÔMBIA (2005), estes devem ser reconhecidos e fazerem-se visíveis e explícitos como guias que orientam esse processo. Da mesma forma, da valoração do patrimônio cultural e do objeto, sujeito e contexto, entendidos como tal, questiona-se “o que é valorado? Quem valora? A partir de onde é valorado? Como é valorado? E mais importante: por que e para quem é valorado?” (p. 44). Apesar de existirem diversos e diferentes valores, quando articulados entre si, estes permitem o reconhecimento de bens

culturais através da definição por sua *significação cultural*: o valor estético, histórico, científico ou social para as gerações passadas, presentes e futuras, que estão materializados em sua “fabricação, inserção no ambiente, uso, associações, significados, registros, sítio e objetos relacionados”. Salienta-se ainda que, para posterior classificação, os critérios de valor em relação ao objeto devem ser submetidos à observação *in situ* e, se possível, à documentação de tais bens. O objeto em si, em análise, a avaliação de suas características físicas e formais podem se tornar valores, “mesmo se são únicos, não repetitivos ou singulares, de modo que o papel do observador aqui é reconhecer e registra-los” (op. cit. p. 45).

Relacionado a valores econômicos, segundo a legislação, quando se trata de avaliar um bem cultural que sofreu danos, que foi lesado ou destruído, a atribuição de valor econômico é considerada “uma necessidade indeclinável aos operadores do direito que trabalham com esta matéria”(NOVAIS, 2015, s/p). Ao defrontar-se com tal situação, o ordenamento jurídico brasileiro consagra o princípio da responsabilização aos degradadores de tais bens (artigos. 225, § 3º e 216, § 4º da CF/88). É, então, analisada e avaliada conforme a espécie de degradação (dano material ou extrapatrimonial) e grau de lesão. Porém, mesmo com julgamento, não é possível reparar integralmente o dano causado ao patrimônio cultural por meio da indenização pecuniária, pois qualquer esboço de valoração será sempre insuficiente dada à riqueza da gama de valores que pode estar associada ao bem cultural. "Nenhuma metodologia poderá captar todos esses valores" (op. cit). Não existem parâmetros suficientes para bens fora do comércio. Por exemplo, sítios arqueológicos, espeleológicos, paleontológicos, ou um morro que dá identidade a uma comunidade e nele há exploração de rocha (pedreira), ou mesmo o sequestro ou depredação de uma peça sacra adorada pela comunidade. Como valorar? Como compensar aquela comunidade que ficou privada da fruição daquela imagem original, o morro que teve sua ambiência, sua conformação descaracterizada?

Outro conjunto de critérios de avaliação de um bem é apresentado por Novais (2015, s/p). Não há como avaliar um bem de forma economicamente exata, em função de que o mesmo apresenta um valor inestimável, mas existem outros critérios de valores que reforçam:

a) **Valor afetivo**: “àquela dimensão de espaço que proporciona ao ser humano o sentimento de pertença a algum lugar e a cargas simbólicas elevadas, que alimentam os processos identitários ou a memória social” (op. cit.) – associam-

se a bens arquitetônicos, a objetos ou mesmo a bens naturais e a quanto representa de estima;

b) **Valor de antiguidade**: “aquilo que foi criado no passado e está presente nos dias atuais, contando a história com seu aspecto antigo, com o estilo e técnicas construtivas empregadas, rememorando a época em que foi construído” (op. cit.) – o bem como relíquia que merece atenção e cuidado;

c) **Valor de autoria**: “especialmente em áreas como a pintura, a escultura, os objetos de adorno, a assinatura do autor se converte em um ponto importante no mercado destes objetos” (op. cit.) – a importância de quem criou e construiu o bem.

d) **Valor evocativo**: “em decorrência de ter sido testemunho de algum fato histórico, ou por ter pertencido a alguma pessoa relevante” (op.cit.) – o que o bem representa de boas vibrações e lembranças.

e) **Valor arquitetônico**: “atribuído às edificações que oferecem particular interesse pelas qualidades formais que apresentam suas frontarias, as quais predominam na composição da paisagem urbana” (op.cit.), ou rural – a própria composição arquitetural, erudita ou vernácula.

f) **Valor de uso atual**: “presente em uma edificação do passado que dispensa adaptações para permitir um uso atual” (op.cit.) – o bem independe de sua função original.

g) **Valor de acessibilidade**: “relaciona-se tanto à facilidade de conexão da edificação com o sistema viário principal quanto sua capacidade de integração com os equipamentos de lazer e cultura da cidade. Também se inclui neste valor o prédio que ofereça espaço de acolher e possibilitar funcionamento eficiente de órgãos da administração pública” (op.cit.) – o bem com vistas à revitalização/reciclagem e, desta, à visitação.

h) **Valor de conservação**: “refere-se ao bom estado de conservação, apesar da idade da construção, ensejando sua ocupação sem grandes intervenções e reparos” (op.cit.) – do seu estado físico e garantia de segurança em relação ao uso por sua duração.

i) **Valor de recorrência regional ou raridade formal**: “inclui-se nesta categoria a edificação produzida por manifestação de cultura regional ou qualificada por formas valorizadas, porém de ocorrência rara” (op.cit.) – o bem por sua importância singular, única.

j) **Valor de raridade funcional**: “presente em uma edificação cuja função

arquitetônica venha se tornando inusitada ou sofrendo transformações ao nível de tornar seu programa original incompatível com as condições de vida atual" (op.cit.) – o bem por sua importância funcional a torna especial.

k) **Valor cênico/paisagístico**: "atribuído ao conjunto de bens imóveis, naturais ou construídos que configuram em paisagens ou conjuntos representativos de interação dos valores ambientais, sociais e culturais de uma determinada sociedade. Além disso, o espaço também poderá estar associado a algum fato histórico e simbólico, como ter sido palco de alguma importante batalha" (op.cit.) – o bem como importância compositiva na paisagem visual.

l) **Valor cognitivo**: "associados à possibilidade de conhecimento. Exemplos: sítios arqueológicos, sistemas construtivos" (op.cit.) – importância que desperta curiosidade para elaboração do pensamento crítico.

m) **Valor científico**: "associados à possibilidade de realização de pesquisas. Exemplos: sítios arqueológicos, cavidades subterrâneas" (op.cit.) – a importância do bem desconhecido como contribuição ao ensino e à ciência (NOVAIS, 2015, s/p).

Na arquitetura um bem imóvel, o objeto arquitetônico em si, para melhor análise de seus valores de Patrimônio Cultural, como corpo físico, inserido em um meio constituído de materiais de considerada qualidade, acabamentos, texturas, cores e técnicas absorvidas por gerações, pode ser traduzido em informações em um inventário cadastral.

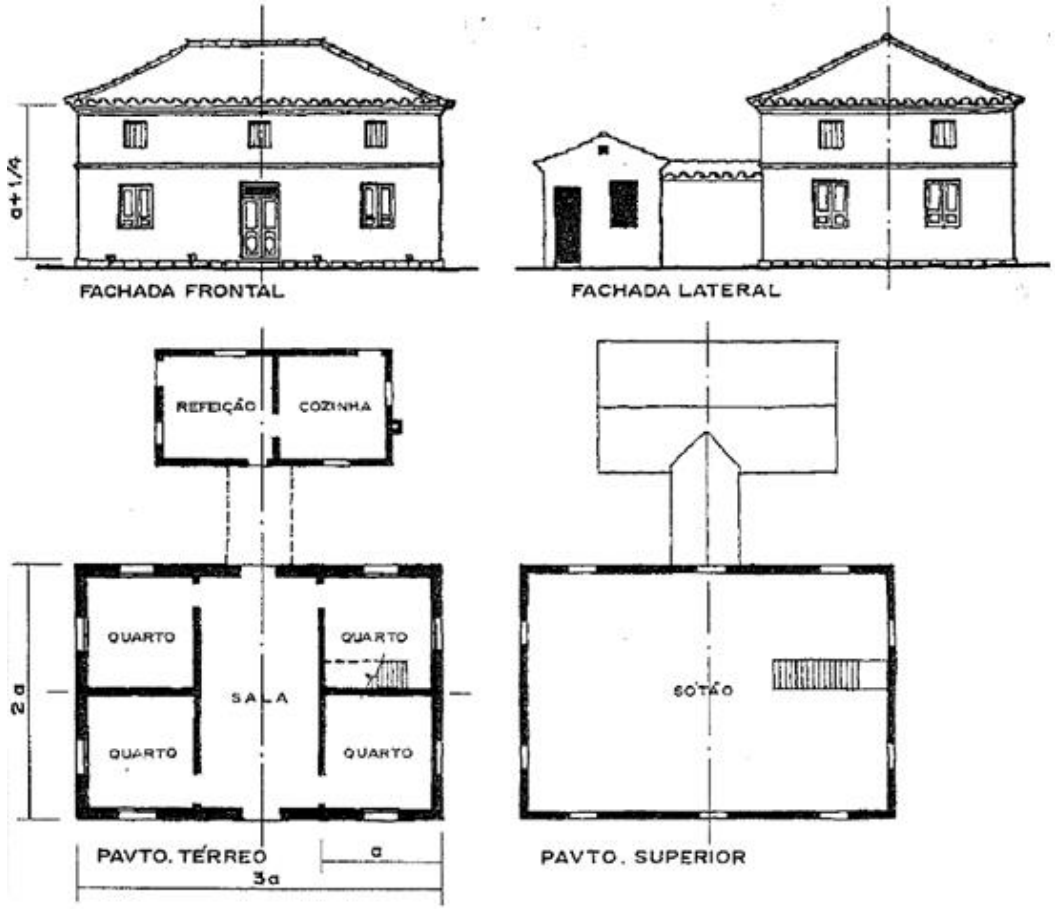
Sintetizando a Norma Brasileira, ABNT NBR 14653-7 (2009), o inventário de Bens de patrimônios históricos e artísticos se constitui no principal instrumento para conhecimento e reconhecimento, por parte das políticas públicas do mérito de um bem cultural, como representação da memória coletiva, da diversidade das atividades e dos modos de viver de diferentes grupos sociais. A seleção de áreas, imóveis ou manifestações culturais a serem inventariados incluem, como critérios técnicos, a identificação de valores históricos, sociais, estéticos, paisagísticos, simbólicos e de outros significados relacionados ao processo de ocupação do território, às técnicas de construção, aos aspectos artísticos, utilitários ou identitários de diversos grupos sociais.

A metodologia aplicada baseia-se na pesquisa histórica, na documental, em entrevistas e levantamentos, considerando sempre a participação da comunidade local, desde informações descritivas observadas *in situ*, fotografias e outros meios midiáticos para análise e como complemento registral. A organização das

informações deve ser considerada um banco de dados, que permita a consulta pública e o monitoramento do bem inventariado. Deve integrar o cadastro municipal para ser utilizado como uma ferramenta de gestão do seu território. Porém, este inventário nem sempre contempla a totalidade das informações.

Para uma melhor compreensão dos valores culturais de um bem imóvel (principalmente o arquitetônico), para ser mais conclusivo da sua análise, o inventário deveria constar de registro gráfico através do processo de projeções ortográficas. Uma forma de representar graficamente (desenhos técnicos) um objeto tridimensional em superfícies planas, de modo a transmitir suas características com precisão e sua verdadeira grandeza (um processo originado da Geometria Descritiva que representa sua forma tridimensional - largura, altura e profundidade) num plano bidimensional, dando, assim, a real noção espacial (Figura 7).

Figura 7 – Esquema de projeções ortogonais de um bem imóvel da cultura italiana, família Beltrame (s/d), na expansão da Quarta Colônia, Santa Maria.



Fonte: (CECHIN, 2002, p.72).

Por sua vez, neste procedimento, se perceberia sua proporção, composição, organização, sistema construtivo e inserção no meio em que se localiza. Características físicas a interpretar, do ponto de vista da estética ou do desenho, por sua feição, possibilitariam identificar o equilíbrio, a homogeneidade, a heterogeneidade, a força, a nitidez, a clareza e a constituição, entre outros, tal como seu significado, a representação pela criatividade da cultura humana.

No caso específico desta pesquisa, por tratar de um número bastante expressivo de bens do Patrimônio Cultural da Quarta Colônia, e muito dispersos no território, demandaria muito tempo e pessoal capacitado para tal procedimento, logo, esta abordagem metodológica foi desprezada. De outra forma, para atingir o objetivo central, cujo propósito é classificar aqueles bens mais propícios a integrar roteiros geoturísticos, foram selecionados critérios de valores, embasados nos autores mencionados anteriormente, como: **acesso**, **tipologia**, **antiguidade**, **técnica construtiva**, **conservação e inserção na paisagem**.

2.2 PATRIMÔNIO CULTURAL INTEGRADO AO NATURAL: A PAISAGEM CULTURAL

O conceito de paisagem incorpora aspectos das paisagens rurais e urbanas, do patrimônio natural e do patrimônio cultural. Considera aspectos sociais e econômicos e não estritamente bióticos e abióticos. Possui relações com outros conceitos, como território, sociedade e geossistema, e apresenta-se como uma ferramenta útil de análise geográfica ou territorial. O território e a sociedade são os que dão vida a paisagem.

O território é visto de forma integral. Abriga uma densa rede de relações complexas, que estabelecem uma situação de dependência mútua entre elas.

> Através de configurações perceptíveis (especialmente por meio da visão) ou imagens, a paisagem reflete o estado ou a situação do território em um dado momento, assim como o lugar que ocupam e o modo como cada um dos componentes ambientais participa dele, o tipo de relações existentes neles e o peso da intervenção de cada um nos processos que são fundamentais para o funcionamento do território (ROMERO; JIMÉNEZ, 2002, p. 13, tradução nossa).

A paisagem não é formada apenas por um cenário visível e apreendida pelos

sentidos, cuja aparência resulta da combinação espacial de elementos físicos e da ação humana. Este é o fenossistema. A paisagem é, também, formada por um criptosistema (elementos subterrâneos, intenções, planos e simbolismos), que não pode ser apreendido pelos sentidos. É um complexo de sistemas relacionados e reconhecíveis na superfície da Terra, a materialização objetiva da relação, espacialidade e tempo. Como cenário, é variada e complexa, pois inclui:

> formas, tamanhos, cores, texturas, sombras, graus de nitidez, padrões, situações, características e estruturas associadas, todas organizadas sob uma certa ordem espacial e temporal que, quando percebida pelo homem, sugere uma certa forma de organização. - ou de desorganização - do território. [...] aos quais são adicionadas as sensações causadas por sons e toques, como chuva ou vento, por exemplo. (ROMERO; JIMÉNEZ, 2002, p.16, tradução nossa).

Para análise perceptiva da paisagem (fenosistema – os caracteres estruturais fisionômico-estruturais que definem seu aspecto visual), dois processos mentais são executados como filtros. O primeiro filtra uma "imagem sensível", processada no córtex, que associa todos os fatores ambientais que influenciam a percepção da imagem. O segundo filtra uma "imagem cognitiva" da paisagem, uma autoimagem, em que escalas de valores sociais e individuais do sujeito interferem e o levam a julgar o estado geral do território ao qual ela corresponde. Também, outro aspecto que afeta a interpretação, está na subjetividade da avaliação, pois a percepção da paisagem depende não apenas do quadro geográfico real, mas da forma de interpretação que é feita individual ou em grupo (ROMERO; JIMÉNEZ, 2002, p.16-21).

Conforme Sunyer et al. (2014), o estudo da paisagem e do território está, respectivamente, para a forma e o processo. A paisagem é o objeto de observação e de descrição, a realidade percebida: as manifestações das relações entre elementos físicos e grupos humanos. No território, manifestam-se os fatos social e político: o lugar das decisões, do planejamento técnico. O resultado da atuação da vida humana sobre a superfície terrestre, passado e presente, condiciona seu futuro, pois as maneiras de atuar no território se revelam na paisagem. “A paisagem e o território são reflexos das decisões tomadas a nível individual e coletivo e das tensões que vive a sociedade. Mas também suas ideias, crenças e dos imaginários que despertam nela, o território e seu conteúdo” (op. cit, p. 13, tradução nossa).

O mesmo autor argumenta que, relacionado à valoração estética da

paisagem, não há necessidade de entender princípios éticos, pois

> paisagens que hoje admiramos, talvez tenham sido produtos da desconsideração e injustiça; paisagens que hoje detestamos, talvez estejam associadas a uma sociedade opulenta em que a liberdade, a justiça e a igualdade parecem ter sido alcançadas. A estética não é, portanto, uma boa maneira de entender e valorizar paisagens [...] (SUNYER, et al., 2014, p, 13, tradução nossa).

Sunyer et al. (2014) considera que isso não é o mais importante, principalmente para os geógrafos, porque trabalham com a parte perceptível da paisagem. A paisagem transformada em objeto pode ser a esperança para a melhoria da qualidade de vida de muitas populações e para o desenvolvimento de regiões condenadas a estagnação. A paisagem torna-se valor econômico através da apreciação estética e dos valores – sociais, culturais, ambientais, entre outros – que se acentuam (SUNYER et al., 2014, p. 15). A paisagem, como patrimônio natural e cultural, transformada em mercadoria, pode gerar riqueza econômica, conforme reconhecimento do valor de uso e senso social, prestígio regional, nacional ou internacional.

A paisagem como expressão morfológica das relações entre natureza e sociedade se revela como produto do tempo, na materialidade das relações sociais. É onde se manifestam, de forma visível e sensível, os processos do território sobre os recursos naturais e culturais. É onde se evidencia a identidade de quem a habita, o próprio sentido constituído por um legado cultural, um patrimônio vivo, mas frágil. É uma testemunha que transita pelo território, onde se inclui sua evolução e história – o processo. Esta relação pode valer-se de critérios, como instrumentos de planejamento, no sentido de frear a deterioração da paisagem, consequentemente onde se consideram os valores perceptivos, a identidade e a história do território.

Na comemoração do quadragésimo aniversário da Convenção do Patrimônio Mundial, em Florença, 2012, sob o lema "Proteção internacional das paisagens", iniciativas novas sobre preservação da paisagem, do território e da sociedade que ali vive, geraram novo debate sobre o conceito de Paisagem Natural, categoria incluída em 1992 pela UNESCO. A conclusão foi que não se poderia continuar tratando a paisagem como um patrimônio imobilizado, separando-a da sociedade que a gerou, como a intervenção e uso humano. Como reflexão, o documento aprofundou o que deveria ser protegido, procurando “manter, acima de tudo, os elementos tangíveis e

intangíveis que a iluminavam, da vista e dos objetos que a moldavam ao conhecimento tradicional e às formas de vida que lhe davam luz" (SUNYER et al., 2014, p. 180, tradução nossa).

O conceito de patrimônio, até então,

> teve que ser transferido dos objetos a serem protegidos, para os sujeitos, as pessoas, na realidade os verdadeiros protagonistas do patrimônio, autores, usuários e curadores deles. Essa consideração teve pleno significado ao falar sobre paisagens culturais, uma categoria intermediária entre as do patrimônio cultural e natural (SUNYER et al., 2014, p, 16, tradução nossa).

Paisagem cultural, no âmbito da preservação patrimonial, em sua origem, é o reflexo da relação do homem com o meio em que vive. Sauer (1988), precursor da Geografia Cultural, examinava a interferência do homem na natureza. Argumentava que: "a cultura é o agente, a área natural é o meio e a paisagem cultural é o resultado" (p. 59). Considerava o mundo vivido, o espaço conforme é apreendido pelas pessoas a partir de suas convivências culturais.

A paisagem pode ser interpretada como um produto social, decorrência de uma transformação coletiva da natureza, traduzida em projeção cultural de uma sociedade num determinado espaço. Ao longo da história, as paisagens naturais originais foram transformadas em paisagens culturais, caracterizadas não só pela materialização (formas de construção às diferentes culturas), mas por valores e sentimentos inerentes a ela. Paisagens possuem lugares que representam conhecimento e anseios dos seres humanos, os significados e os símbolos que transmitem pensamentos, diferentes ideias e emoções arraigadas na geografia. Portanto, "a paisagem é definida pelas interações (processos) entre um espaço natural e uma sociedade (cultura), mas também de como ela é percebida pela população" (HOYUELA JAIO, 2014, p. 10).

De igual forma, a paisagem rural, repleta de imagens estereotipadas associadas ao bucólico e ao pastoril, onde o ambiente natural ainda predomina, apesar de antropizada, é também cultural. Uma paisagem com grande diversidade pode ser dinâmica e produtiva, quando a colaboração entre vizinhos se faz importante. Uma paisagem é cultural, quando as práticas tradicionais e o conhecimento coletivo de seu território são retidos por gerações e que, com muito trabalho humano investido, lhe dão um valor cultural, múltiplo e produtivo. Uma paisagem com caráter único, diferente, ambiental e socialmente diverso, contrasta

com a homogeneidade dos usos industriais das paisagens urbanas.

Como já salientado, no âmbito da preservação patrimonial, a ideia de patrimônio, natural ou cultural, diz respeito a algo de valor para a sociedade. O patrimônio natural relacionado ao patrimônio cultural teve seu reconhecimento há pouco tempo. A integração destes resultou da preocupação pela conservação da paisagem, como referência ao ambiente como um todo. E não só pela integração, mas pelo fato de que, quando a paisagem sofre ação antrópica, não é reconstituível. Entretanto, esta sociedade vem se preocupando com a necessidade de preservar e conservar seus recursos, na dependência de sua própria sobrevivência física e material. Por esta razão, a conservação deste patrimônio incorpora as dimensões naturais e culturais, valorizando a paisagem como um bem único: “o patrimônio natural incorpora valores que compreendem, de um lado, o valor de existência e, de outro, os valores sociais” (LUSTOZA, 2011, p. 2).

Scifoni (2008 p. 14-15) comenta que, hoje em dia, o patrimônio natural não atinge o mesmo destaque que o patrimônio cultural. O fato é evidenciado pelos títulos de Patrimônio Mundial conferido pela UNESCO, pois menos de um quarto do conjunto corresponde àquela categoria. E mesmo no meio científico, onde é notado este hiato, é raro encontrar pesquisas que relacionam este tema, principalmente, em questões que abrangem gestão pública. No Brasil, como prática institucional, a atenção dada ao patrimônio natural pelos órgãos públicos é pouco valorizada. Um setor considerado de menor importância. A mesma autora considera que o entendimento da natureza, como parte do legado cultural a ser deixado às futuras gerações, é produto da evolução do próprio conceito de patrimônio cultural. Entende que essa visão tradicional de patrimônio, como monumento ou obra excepcional, aproximou-se de diversos grupos sociais, fazendo com que o reconhecimento naquilo que é expressão típica de suas culturas seja o importante produto de uma relação estabelecida com a *natureza.* Considera superada a visão de patrimônio centrado somente no edificado, pois a valorização de outros objetos, outros bens, entre eles os derivados da natureza, é um processo fruto de conquista social na medida em que a sociedade, sob a forma de grupos organizados, coloca na agenda política esta demanda. Tal como salienta Pacheco (2012):

> Embora pareça existir uma nítida separação entre patrimônio cultural e

> natural, na verdade tal não é regra. Determinados bens podem acumular o interesse cultural e natural, obviamente sem tecer considerações acerca do maior ou menor pendor que esse interesse evidencie relativamente a cada um dos tipos de patrimônio (PACHECO, 2012, p. 11).

Conforme a Convenção Geral para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, em 16 de novembro de 1972, o Patrimônio Natural é determinado como: algo com características físicas, biológicas e geológicas extraordinárias; habitats de espécies animais ou vegetais em risco e áreas de grande valor do ponto de vista científico e estético ou do ponto de vista da conservação.

Esta Convenção adotou, em seu artigo 2.º, a recomendação sobre a proteção do **Patrimônio Natural**:

> • Os **monumentos naturais** constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
> • As **formações geológicas e fisiográficas** e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçados com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;
> • Os **locais de interesses naturais ou zonas naturais** estritamente delimitados, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural (UNESCO, 1972, p. 2).

Os monumentos naturais, relacionados à geodiversidade (diversidade de ambientes físicos), são formações físicas e biológicas que compõem a paisagem e dão suporte para o desenvolvimento da biodiversidade. Alguns locais podem apresentar particularidades fortes que simbolizam os registros da história do Planeta Terra.

Convém notar que estas recomendações, mais de 45 anos passados, efetivamente, tornaram-se um programa específico da UNESCO (NASCIMENTO, 2017, comunicação pessoal). Os Patrimônio Natural e Cultural compreendem áreas de importância preservacionista e beleza cênica que transmitem à população a relevância do ambiente, com objetivo de possibilitar às pessoas oportunidades de conscientização de como melhorar a forma como vivem. Dessa forma, o patrimônio adquire novo uso, conciliando o primeiro objetivo, o de conservar um determinado marco histórico ou cultural e, ao mesmo tempo, cumprir uma função social, dando novas opções de renda às comunidades por meio de atividades turísticas.

2.3 CAPITAL SOCIAL

Para melhorar o desempenho de comunidades de um território com problemas socioeconômicos a solução para o seu desenvolvimento deve começar pela exigência de ação coletiva das mesmas, pela capacidade de estabelecerem laços de confiança mútua e sem depender de fatores externos. Significa explorar as bases dentro do próprio território e em suas potencialidades, devendo valorizar seus atributos físicos, o potencial social, bem como apostar na capacidade da população para conduzir um desenvolvimento sustentável. Portanto, devem envolver-se com responsabilidade no processo de desenvolvimento econômico, social e ambiental de suas localidades, com a construção de uma sociedade mais atuante e comprometida com o bem comum e a conservação das gerações futuras.

O capital social, contido na sociedade, essencial ao desenvolvimento, tem uma relação direta com a cultura e também com a política. Está presente nas relações entre sujeitos e coletivos, sejam elas de vizinhanças, sejam elas de amizades, de trabalhos, de familiares, entre outras, na promoção de redes de relacionamentos pautadas nas relações de confiança entre todos. O capital social, de forma mais descritiva, é entendido como: “a característica da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 2006, p. 177).

Putnam (2006), como uma das principais referências teóricas sobre o tema (HIGGINS, 2005), considera que, numa sociedade com forte expressão de capital social, o qual promove a cooperação social e reflete no desempenho de suas instituições, inclusive na economia, o compromisso cívico assumido pelas redes sociais impulsiona uma atitude de solidariedade e, consequentemente, a consolidação da confiança mútua. Porém, salienta ainda que, mesmo uma sociedade formada por muitos indivíduos notáveis, mas isolados, não necessariamente é rica em capital social.

Em sua obra, *Making democracy work: civic traditions in modern Italy,* Putnam (1993) analisa o engajamento cívico das regiões Norte e Sul da Itália. Conclui que os governos do Norte tiveram um desempenho melhor, pois a existência de uma comunidade cívica estava caracterizada por expressivo número de organizações da sociedade civil com vínculos de origem associativa. No último capítulo, aborda a teoria de que o capital social resulta da promoção e da cooperação social, refletindo

no desempenho das instituições e no desenvolvimento econômico das sociedades (DE GRANDI, 2018, p. 96).

Putnam (1993, 2006) coloca que o capital social, como “confiança, normas e redes”, tal como outras formas de capital, como o físico ou humano, é produtivo. Permite a realização de certos objetivos que não seriam alcançáveis sem a sua contribuição; que deve, muitas vezes, ser gerado como produto de outras atividades sociais, podendo ter alterações com o passar do tempo; que a proximidade geográfica de comunidades, relacionada ao capital social e ao desenvolvimento, pode ser um fator facilitador para o estabelecimento de laços de cooperação entre empreendimentos produtivos – uma prática endógena baseada em arranjos de pequenas empresas (estas, quando muito dispersas, ou pouco mobilizadas socialmente, não conseguem responder na promoção de *sinergias* a setores produtivos); que a confiança, como essencial, contribui de forma a aumentar a competência da sociedade e facilita atividades coordenadas. “A confiança lubrifica a cooperação. Quanto maior o nível de confiança dentro de uma comunidade, maior a probabilidade de cooperação. E a própria cooperação gera confiança” (PUTNAM, 1993, p.170, tradução nossa).

Duque (2016) salienta que:

> São as populações locais concretas que precisam de mover o seu próprio capital social, já que o desenvolvimento sustentável de uma região nasce à escala local, dependendo das dinâmicas dos indivíduos que, desenvolvendo capacidades cooperativas e participativas, se associam em objetivos comuns (DUQUE, 2016, p. 2).

O capital social reúne fatos típicos da economia e da sociologia; proporciona a cooperação entre seus atores com objetivos comuns e possibilita “a obtenção de recursos, que não poderiam alcançar como agentes individuais, por meio de troca de informações e de conhecimento, da participação política e do associativismo” (FERREIRA; PESSÔA, 2012, p. 2). Portanto, relacionado ao desenvolvimento de uma região, compete à sociedade empenhar-se na capacitação social da sua população (em termos políticos, civis e educacionais).

Nota-se, na literatura, que o conceito de capital social é bastante discutido e em formação. Ainda muito diverso e controverso, por se tratar de um tema empírico e de complexa mensuração, pois, como experiência única, evidencia sua própria percepção como possível estímulo. O termo evidenciou-se na década de 1980, no

âmbito da sociologia, por Pierre Bourdieu, que identifica três formas distintas de capital (econômico, cultural e social), dando destaque a mecanismos de concentração e de transformação. Assim, o autor define capital social como: “conjunto de recursos atuais ou de potenciais vinculados à posse de uma rede durável de relações de recíproca convivência e reconhecimento mais ou menos institucionalizadas” (BOURDIEU, 1980, p. 2, tradução livre).

Dentro de um contexto educacional, James Coleman (1988, p.300) descreve que foi Lyda J. Hanifan (1916), supervisor estadual de escolas rurais em West Virginia, quem introduziu o termo *capital social*, como:

> o conjunto de recursos que são inerentes às relações familiares e à organização social da comunidade e que são úteis para o desenvolvimento cognitivo ou social de uma criança ou de um jovem (HANIFAN, 1916,p. 300, tradução livre).

Hanifan (1916) descreve que os centros comunitários, no entorno das escolas rurais da comunidade, precisavam satisfazer suas necessidades. Desejavam melhorias em seu ambiente de vida, construções de escolas de sucesso para melhores condições de vida. De forma organizada, envolveu lideranças e aproximou os atores, objetivando propósitos comuns, onde divergências aconteceram de forma construtiva, mas com resultados de ações efetivas:

> Quando as pessoas de uma dada comunidade se familiarizam umas com as outras e têm o hábito de vir em ocasiões de entretenimento, em relações sociais e de prazer, isto é, quando um capital social suficiente tem sido clamado, então, pela liderança hábil, este capital social pode facilmente ser direcionado para a melhoria geral da comunidade (HANIFAN, 1916, p.300, tradução livre).

Coleman aponta, em seu artigo, *Social Capital in the Creation of Human Capital*, a relação do efeito da falta de capital social sobre o abandono escolar antes da graduação e demonstra o vínculo claro entre capital social e o acesso a recursos (COLEMAN, 1988). A obra de Coleman (1988), conforme De Grandi (2018, p. 95), destaca três formas de capital social: obrigações e expectativas (relaciona-se ao nível de confiança e à realidade da extensão das obrigações existentes no ambiente social, destacando que o capital social é mais articulado onde as pessoas demonstram mais confiança entre elas e mútua aceitação às obrigações); canais de informação (condiz com a existência de canais de troca de informações e ideias

entre as pessoas) e normas e sanções (condiz com o respeito a estas e a maneira com que elas estimulam os indivíduos à ação de bem).

No mesmo artigo, Coleman (1988) aponta que:

> o fluxo econômico foge da realidade empírica: as pessoas são moldadas, redirecionadas e constrangidas pelo contexto social; as normas, a confiança interpessoal, a rede social e a organização social são importantes para o funcionamento, não apenas da sociedade, mas também da economia. (COLEMAN, 1988, p. 96, tradução livre).

Em trabalho intitulado *Foundations of Social Theory*, Coleman (1990) define capital social como "[...] o conjunto das relações sociais em que um indivíduo se encontra inserido e que o ajudam a atingir objetivos, que, sem tais relações seriam inalcançáveis ou somente alcançáveis a um custo mais elevado" (p. 304, tradução livre). Compara as perspectivas pelas quais a sociologia e a economia compreendem a ação social e o ator social. A sociologia percebe o ator como socializado, onde a ação é controlada por princípios sociais e obrigações, enquanto que, para a economia, o ator social, mesmo independente, mas com interesse, persegue metas a atingir. Estas áreas percebem o indivíduo como um agente em busca de objetivos e de interesses, mas com limites dentro de um contexto social.

Resulta, então, que o capital social é intangível. Existe somente no espaço relacional, mais associado à mudança nas crenças e nas opiniões das pessoas. Em síntese, Colemam salienta que o conceito de capital social é entendido por sua função e relacionado a fundamentos normativos a produzir integração social:

> Não é uma entidade única, mas uma variedade de entidades diferentes que têm duas características em comum: todas elas consistem em algum aspecto da estrutura social e facilitam certas ações para os indivíduos que estão dentro da estrutura (COLEMAN 1990, p.302, tradução livre).

A condição desta estrutura, de organizar e de perceber o mundo social, conforme Bourdieu (1998), é colocada de acordo com uma construção individual ou coletiva. Os indivíduos são compartilhados em diferentes posições: a) na forma econômica (o capital econômico) – quando aplicada no campo das trocas mercantis, a conversão em dinheiro ou o direito de propriedade; b) no envolvimento em conhecer as formas culturais (o capital cultural) – conversível em capital econômico, que pode ser institucionalizada na forma de qualificações profissionais; c) no social (o capital social) – composto por obrigações sociais, conexões/relações, que em

certas condições podem ser conversíveis em capital econômico e institucionalizado em formas de reputação no reconhecimento social. Portanto, conforme o autor supracitado, o capital social é definido como:

> conjunto de recursos atuais ou potenciais vinculados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 1998, p. 67).

Duque (2016) resume capital social como:

> o conjunto de interações das pessoas e das associações sociais e produtivas envolvendo ordenamento, redes sociais, liderança, cooperação, civismo, reciprocidade de favores e confiança que contribuem para que as pessoas atinjam objetivos e metas comuns (DUQUE, 2016, p. 2).

De Grandi (2018) faz uma síntese das diferentes conceituações e argumentações pertinentes ao capital social:

> a) o capital social envolve um conjunto subjetivo de bens sociais como confiança, relações de solidariedade e reciprocidade e também recursos estruturais como a existência de redes de cooperação e ação coletiva; b) o capital social é um bem coletivo, que consiste em recursos sociais mobilizados através das redes de interação e relações dos indivíduos; c) o capital social é cumulativo, sendo que seu “uso" aumenta seu “estoque” ou disponibilidade por meio de ações que incentivam sua criação, reprodução e mobilização; d) quanto maior a disponibilidade de capital social, maior é o empoderamento social, a cidadania, a cooperação, que facilitam a obtenção de recursos e meios indispensáveis ao desenvolvimento de estratégias que possam melhorar a qualidade de vida das comunidades locais (DE GRANDI, 2018, p. 98).

O que implica dessas definições é que as redes sociais estão no centro do capital social, o qual desponta e é mantido entre os atores desta sociedade. Logo, diferentes definições de capital social se dão, conforme se adicionam outros elementos ao núcleo da rede social. A participação efetiva de comunidades no processo de planejamento de determinada atividade no território, na seleção de projetos, como nas tomadas de decisões, assim como na divisão equitativa dos benefícios advindos desta atividade, aumenta a possibilidade de se obter sucesso na implantação destes projetos. Esta participação popular, através da sensibilização, agrega informações às decisões de ordem da administração pública para criação de

políticas públicas, para um melhor funcionamento dos órgãos públicos e conselhos; fortalece a democracia, a criação e expansão de processos que sirvam mais aos seus interesses coletivos do que aos “interesses de grupos dominantes”. Busca “dentro de sua própria realidade a solução para os mesmos e encontrando, neste sentido, espaço para exercer sua cidadania" (PINHEIRO et. al., 2011, p. 469).

O que caracteriza um território é o espaço, de forma clássica, “simples base física para as relações entre indivíduos e empresas” (ABRAMOVAY, 2000, p. 304; 1998, p.11). Sob uma forma estruturada de poder, por isso delimitado, cujas relações de domínio, controle e gestão são determinadas politicamente e juridicamente. Porém, se o capital social associado do território for de baixo índice, este não tem capacidade de induzir a um processo de desenvolvimento com a mesma eficiência de um território com índice de capital social elevado. Porque, neste último, há estímulo para novas criações, tem inspiração para novas ideias, gera novas obras, enfim, adota políticas públicas de caráter territorial. Como território, “com raízes históricas, configurações políticas e identidades” (op. cit) acredita-se que são relevantes às questões de relações de poder pela atuação de grupos, classes e instituições, atores individuais e coletivos, públicos e privados pertinentes a heranças culturais, políticas e econômicas de uma determinada região. O desenvolvimento territorial “apoia-se, antes de tudo, na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos de uma certa região” (ABRAMOVAY, 2000, p. 304; 1998, p.11).

O território, referido por Milton Santos (1996), mais que uma simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui uma estrutura social, um capital social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações. Como conceito espacial representa uma trama de relações sociais profundas construídas no decorrer da história e compreensíveis pela análise de poder como uma dinâmica espacial em constante (re)organização (como exemplo de relações sociais, compreensíveis pela análise de poder, o autor cita a criação de filhos, comunicação, amizade, autoridade e contato sexual); uma rede social com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico. Seja qual for o estado de desenvolvimento do território,

> há sempre nele uma configuração territorial formada pela constelação de recursos naturais, lagos rios, planícies, montanhas e florestas e também de recursos criados: estrada de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. É este conjunto de todas as coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial [...]. Tipos de floresta, de solo, de clima, de escoamento, são interdependentes, como também o são as coisas que o homem superpõe à natureza (SANTOS, 1996, p. 75-76).

Para Putnam (2006), o desenvolvimento do território deve referir-se ao conjunto de normas e sistemas, por meio de redes de cooperação e mecanismos, que confirmem regras de comportamento, como características da organização social com vistas à produção de bens coletivos; redes articuladas em torno de alguma instituição ou práticas institucionais, para criar subprodutos de todas as atividades sociais: o capital social.

A resiliência de um território pode estar na diversidade natural e cultural de seu espaço geográfico e no seu capital social. Esta diversidade pode ser utilizada como potencial para o desenvolvimento local, como produto na atividade turística, por exemplo, que pode interferir diretamente na dinâmica socioambiental de suas cidades, das comunidades rurais e no território como um todo. Mas pode também, por exemplo, gerar repercussões positivas e negativas nos diferentes ambientes (cultural e natural). Pode atingir vantagens, até mesmo, em distintos setores de uma estrutura política e social, evidenciando a saúde, a educação, a infraestrutura, a segurança pública, a administração pública, dentre outros.

Uma discussão como esta deve “buscar produções relacionadas a conceitos e metodologias que estimulem a participação da comunidade local nos processos de planejamento”. Significa que a população local deve participar nas definições de soluções a qualquer tipo de desenvolvimento para o seu território. Para tal, “busca-se o inventário e a adaptação de técnicas pré-existentes de outras áreas do saber, tais como a tempestade de ideias, a dinâmica de grupos, a realização de seminários e oficinas, bem como na **percepção ambiental das populações locais**” (PINHEIRO et al., 2011, p. 469, grifo nosso).

2.3.1 Desenvolvimento local e turismo

De acordo com Miranda e Tibúrcio (2010), com o crescimento da globalização, muitos países tiveram impactos no conjunto da “articulação de territórios, espaços e na relação com os recursos naturais territorializados” (p. 29). É

uma relação complexa, mas não uniforme, pois muitos territórios podem ser excluídos e empobrecidos, assim como “outros podem se inserir na globalização mais ou menos ativa” (p. 29). Como consequência, a globalização leva muitos territórios “a homogeneização, a comoditização da atividade econômica e a perda da particularidade” (p. 29). Entretanto, muitas comunidades territoriais neste processo reagem, reafirmando sua identidade primária. Procuram segurar suas particularidades territoriais, tanto em relação aos seus valores éticos, quanto no que diz respeito aos étnicos culturais (MIRANDA; TIBÚRCIO, 2010, p. 29).

Dos mesmos autores supracitados estas tendências surgiram no final da década de 1990, como desafio territorial, como *paradigma de referência fundamental na América Latina*. Diante disso valeram observações à “insuficiência dos modelos utilizados até então, baseados no desenvolvimento local (DLIS) e regional integrado (DRI) para o enfrentamento da pobreza e desigualdades sociais” (p. 30). Análogo a estas tendências surgiram “discussões, reflexões e formulações sobre a nova ruralidade, que implica uma concepção ampliada do rural que vai muito além do agriculturismo e desemboca na questão espacial, tanto regional como territorial” (p. 30). Esta forma de ligação entre territórios e globalização é inerente a diversos aspectos, a temas de fluxos e pessoas: a) a globalização transferiu uma “transnacionalização dos segmentos da população” (p. 30); b) a globalização “implica tendências em buscar as particularidades dos territórios em temas de recursos naturais” (p. 31) – as características territoriais existentes; c) “a relação entre o território e a natureza” – implica “preocupações específicas do impacto que essas sociedades têm nesses recursos e sua contribuição em tendências mais gerais” (p. 31), como a “descentralização dos sistemas políticos, forma de articular os atores através de sistemas políticos territorializados no nível de tomada de decisões” (MIRANDA; TIBÚRCIO, 2010, p. 31).

Como visto, a globalização pode trazer consequências: a exclusão, a segmentação e mesmo o empobrecimento de territórios. De forma mais ou menos ativa, alguns podem se valer da globalização e outros, à parte, como uma estratégia local para seu desenvolvimento. Isso tem a ver não somente com as determinações físicas, quando alguns levam desvantagens comparativas, mas com dimensões importantes ao nível de coesão social e capital social relacionado à identidade com o território; formas criativas em que as sociedades devem buscar determinar suas particularidades territoriais, sua historicidade, mas também tem a ver com as

capacidades das sociedades de desenvolver em conjunto respostas para enfrentar, de maneira específica e particular, essas tendências da globalização.

Como respostas possíveis a essas dificuldades: “um território que tem um conjunto de recursos mais ou menos articulável que serve para o desenvolvimento econômico” (p. 32), por exemplo, “uma zona com recursos naturais de certo tipo, uma bacia hidrográfica, uma planície, uma depressão [...], um grande vale” (p. 32); “uma unidade político-administrativa”, um estado, um município; “associações comunitárias de unidades políticas dispostas a coordenar e cooperar para potencializar esses recursos” (p. 32); “uma zona onde os atores ou pessoas que ali vivem se identifiquem, como sendo parte de uma agregação maior, que culturalmente é distinta e que outros grupos ou populações os reconheçam como diferentes” (MIRANDA; TIBÚRCIO, 2010, p. 32).

Um modelo de desenvolvimento consiste na soma ou incremento de algo de ordem física, intelectual ou moral. Como ponto de referência significa ser imitado ou reproduzido, de ser seguido pela sua perfeição, como um esquema teórico ou uma realidade complexa. Se dirigido à realidade humana, é considerado como referência a um progresso econômico, social, cultural ou político – o progresso de uma comunidade, de um povo. Entre outras questões, quando aplicado, procura melhorar a situação econômica e laboral da população, garantindo acesso à saúde, à educação e à segurança. Ou seja, o objetivo é melhorar a qualidade de vida. Portanto, desenvolvimento é crescimento com mudanças, por sua vez, sociais, culturais, econômicas e qualitativas, como também quantitativas. É passar de uma determinada situação para outra melhor na busca pela qualidade de vida, o que nem sempre é resultado de sucesso. De forma mais simples, o desenvolvimento é um processo integral que inclui dimensões culturais, políticas, sociais e econômicas de um território.

O desenvolvimento, quando ligado diretamente às relações e às ações sociais e cívicas encontradas em uma região, onde a participação contínua da sociedade local se faz presente na ocupação do espaço, na distribuição da sua produção, visando o processo de seu crescimento, diz-se *desenvolvimento regional*. Tal desenvolvimento de uma região se deve, então, à transformação do território em sujeito coletivo e ativo. De outra forma, como processo em que o território envolvido atua ativamente na formação de um planejamento, contínuo, visando o crescimento, tanto local como regional, ou seja, a um processo de desenvolvimento de baixo para

cima, diz-se *desenvolvimento endógeno*. Também, é visto como “um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento, que leva a melhoria do nível de vida da população” (BARQUERO, 2001, p. 41, in BEVILACQUA, 2010).

Tal processo depende coletivamente das comunidades locais com identidade própria, em todos os âmbitos, em proporcionar condições para um desenvolvimento integrado e igualitário das unidades municipais. Por exemplo, a implantação do turismo como “atividade complementar pode auxiliar no desenvolvimento regional contribuindo para o bem-estar da população, adotando uma política de desenvolvimento para as zonas de emigração rural ou de estancamento econômico” (BIANCHI, 2007, p. 87).

Falar em desenvolvimento regional não significa simplesmente uma abordagem relacionada com a dimensão econômica. Já é cada vez mais recorrente a ideia de que, também, é importante abordar outros fatores, por exemplo, o desenvolvimento cultural e intelectual, e, consequentemente, a questão da democratização cultural.

Ao longo de décadas, o conceito de desenvolvimento local passou por transformações. Tão pouco,

> as explicações para tal fato podem ter suas raízes na crise Fiscal do Estado, no esgotamento do paradigma de políticas centralizadoras e neoliberais excludentes e as transformações nos modos e meios de produção. [...] Em decorrência desses acontecimentos surge um novo paradigma de desenvolvimento, construído “de baixo para cima”, tendo ficado conhecido como endógeno ou local. (OLIVEIRA e ABREU, 2010, p. 11).

Quando relacionado à economia e à área social, integradas sob a forma de proteger o meio ambiente, o modelo de desenvolvimento, então econômico, se vale de técnicas e de subsídios para chegar a um verdadeiro desenvolvimento sustentável. Resulta em mudanças nas atitudes cotidianas com o intuito de obter uma economia crescente e equilibrada, considerando sempre a questão ambiental e social sob o ponto de vista da preservação. Principalmente quando se vale de métodos de previsão, modelos estudados na sua causa e análise de suas prováveis consequências. As vantagens ambientais são grandes, pois, a atenção é voltada para determinados pontos onde se deve investir na natureza de forma a manter suas

belezas naturais e culturais integradas e tirar proveito com os lucros que estas podem gerar sem danos (PORTAL EDUCAÇÃO, 2017).

Conforme o Relatório Brundtland (1991), elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, este criado em 1983, durante Assembleia das Nações Unidas, desenvolvimento sustentável é definido como:

> Aquele que dá "garantias de atender as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem também as suas". Tem limites "– não absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social [...], no tocante aos recursos ambientais e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana. É preciso atender de todo às necessidades básicas e dar a todos a oportunidade de realizar suas aspirações de uma vida melhor, adotando estilos de vida compatíveis com os recursos ecológicos do planeta, se o tamanho e o aumento da população estiverem em harmonia com o potencial produtivo cambiante do ecossistema". [...] Portanto, "é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos naturais, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras e, para seu êxito, depende do empenho político". (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1991, p. 9 -10).

O desenvolvimento local não se limita a dimensões, tampouco se restringe a uma determinada configuração administrativa ou simplesmente a uma área municipal. "O desenvolvimento não é apenas responsável por uma mudança no sistema econômico, mas também responde por uma mudança no comportamento dos homens, associado a uma transformação nas instituições públicas e privadas" (BIANCHI, 2007, p. 92).

O desenvolvimento pode envolver desde um bairro a um conjunto de municípios ou a uma região inteira. Até mesmo uma microrregião envolve relações que atuam em um determinado território, cujos objetivos estão para as diversidades e as peculiaridades do lugar. Pode envolver sobre questões de produção, concentração e compartilhamento da riqueza e renda geradas pela sociedade. Ressalta-se a dimensão econômica relacionada às dimensões sociais, ambientais, culturais e políticas, pois são os atores sociais e o reconhecimento legal das instituições da localidade que, com sua diversidade e potencialidades econômicas, sociais, ambientais e as diferentes alternativas de atuação, devem transformar e desenvolver o local (MARTINS et. al., 2010).

Ao local, pela expressiva representatividade regional e identidade através de critérios de valores, selecionados e utilizados, cabe destaque à experiência dos

atores sociais, pois são eles que devem liderar o seu modelo de desenvolvimento. Na dinâmica regional estão associados “diversos fatores que, de maneira direta ou indireta, fazem com que cada região tenha seu estilo próprio de desenvolvimento [...] fatores como cultura, tradição, crenças, arranjos organizacionais, liberdade, capital social e associativismo, quando integrados, tendem a potencializar a região” (BIANCHI, 2007, p. 92-93).

Fisicamente a região está representada por sua formação geomorfológica (relevo, vegetação), depois, pela formação histórico-cultural (colonizadores), na sequência, a formação econômico-social (a espacialização da população e produção) e a formação relacionada ao aspecto político e administrativo. São esses fatores os responsáveis no processo diferenciado de desenvolvimento de cada região, e que transparecem como identidade regional (BASSAN; SIEDENBERG, 2003, p. 142, apud, BIANCHI, 2007, p. 93). Fatores valem tanto com experiências realizadas no meio urbano quanto no espaço rural. Uma demonstração de como é possível compor os arranjos produtivos.

Analisadas por uma perspectiva socioeconômica, essas experiências, positivas ou negativas, servem para apontar reflexões e possibilidades de adoção de alguns instrumentos de gestão social, para um desenvolvimento sustentável. Exemplos: a experiência de uma região polo moveleira, como instrumentos um centro tecnológico, ou o associativismo e como atores os empresários locais, como também a participação do governo estadual; uma região polo coureiro calçadista, como instrumentos uma incubadora tecnológica, formação e capacitação técnica, *clusters* e, como atores, empresas pequenas e médias, ONGs, governos locais, sindicatos; uma região com cooperativismo de produtores rurais, como instrumentos o cooperativismo, formação e capacitação técnica, economia solidária, agroecologia e, como atores, agricultores familiares cooperativados, movimentos sociais; uma região distrito industrial, como instrumentos um planejamento territorial e, como atores, empresários, o governo municipal; uma região de consórcio de municípios, como instrumentos, a cooperação intermunicipal e, como atores, o colegiado de prefeitos, a Emater, o setor privado (MARTINS et. al., 2010).

Neste espaço, para funcionar as dinâmicas sociais sem obstáculos, as instituições que integram o território devem respeitar o mesmo sistema de valores e regras. Mesmo sem suprimir conflitos entre seus variados membros, nem retirar a responsabilidade deles, esses conflitos são instituídos num quadro de superioridade,

de interesse da comunidade e como um princípio-base, de baixo para cima, e que não é exclusividade do Estado e tampouco das elites econômicas locais. A sociedade civil é o principal ator desse processo de construção coletiva. Como tal, quando incluída no conjunto da sociedade de determinado território, pode gerar um potencial de efeito econômico dessas experiências, chegando à esfera política e produzindo um ciclo de crescimento que contrarie as lógicas de exclusão socioeconômica e política. A existência de capital social nem sempre resulta em desenvolvimento local, todavia a prática rotineira e contínua de ações orientadas para o desenvolvimento local também é capaz de produzir e movimentar o capital social (MARTINS et. al., 2010).

Dessa forma, o modelo de desenvolvimento local deve ser liderado pela experiência dos atores sociais, através de critérios de valores selecionados. E, usá-los para isso, vale tanto para as experiências realizadas no meio urbano, quanto no espaço rural, demonstrando que é possível compor arranjos produtivos.

Um desenvolvimento sustentável, local, territorial, integrado, democrático, participativo apresenta vários significados e contempla dimensões onde se exerce a cidadania, isto é, possibilita condições de criar um espaço de interação entre cidadãos, recupera a iniciativa e a autonomia na gestão pública. Esse processo de construção coletiva ao desenvolvimento local está no sujeito, na sociedade civil (MARTINS et. al., 2010).

Amaral Filho (2001, p. 263) afirma que o conceito de desenvolvimento local ou endógeno pode ser entendido como:

> um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região. (AMARAL FILHO, 2001, p. 263).

O desenvolvimento endógeno de uma região reside na oportunidade de articulação de iniciativas de cunho territorial, pelo uso de recursos internos dos municípios, pela mobilização das forças locais e não externas. Tem por visão ampliar os níveis de coesão e de integração das estruturas socioeconômicas espacialmente distribuídas naquela região, reduzir as desigualdades e estimular a exploração de potenciais patrimoniais para o desenvolvimento (BIANCHI, 2007).

Para uma perspectiva econômica, conta com a parceria da sociedade empresarial local, que com sua capacidade pode organizar os fatores de produção da região, pela dimensão sociocultural, através dos valores e das instituições locais que devem servir de base para este desenvolvimento.

O desenvolvimento endógeno está para um processo coletivo. Envolve os mais variáveis campos sociais para proporcionar condições a um desenvolvimento sustentável. Pode ser visto, também, como um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural liderada pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento local e que eleva a melhoria do nível de vida da população. Assim, as comunidades locais constroem uma identidade própria e que leva a tomarem iniciativas locais, visando assegurar o seu desenvolvimento sustentável.

O modelo de desenvolvimento sustentável, quando bem planejado, como estratégia de um território, está no uso consciente de seu Patrimônio Natural e Cultural, de forma integrada, em aliança com o turismo.

> O turismo traz vantagens que extrapolam a geração de renda proveniente da venda de serviços; possibilita a integração das regiões de conservação ambiental com comunidades locais. Divulga por meio de programas educativos e visitação, sensibiliza a população, e esta fiscaliza o cumprimento das orientações e leis ambientais, entre outros benefícios. (BIANCHI, 2007, p. 97).

Há tempos, o princípio do desenvolvimento sustentável vem alertando a sociedade para a necessidade de gerir os recursos naturais da Terra de forma controlada. Isso fez com que surgissem novas propostas de prevenção e mitigação da degradação do ambiente natural, promovendo reflexões acerca da necessidade de manter o equilíbrio entre os elementos naturais como forma de suporte à vida na Terra (LIMA; VARGAS, 2014).

O desenvolvimento de um local, quando de interesse turístico, está relacionado aos tipos de estratégias implantadas e às características do mesmo. O turismo pode gerar impactos positivos nas regiões receptoras, mas, quando mal planejado, pode gerar efeitos negativas ao núcleo receptor e refletir seus impactos em todo o complexo envolvido. Seja uma região, macro ou micro, lugar ou comunidade, suas características próprias devem ser consideradas no domínio do planejamento turístico. Sem a modéstia de afirmar que o turismo é o único meio de gerar desenvolvimento. Porém, algumas questões estratégicas de forma

programada podem conduzir a relevantes resultados relacionados à prática do turismo como meio de desenvolvimento local (SCÓTOLO; PANOSSO NETTO, 2015, p. 37).

O turismo estimula o diferencial daquele ao qual o turista está acostumado a conviver. Por esta razão a importância em despertar sua curiosidade à valorização cultural, à autenticidade, à identidade da população da área visitada e ao intercâmbio com a comunidade local. Portanto, deve-se considerar a sustentabilidade socioambiental das comunidades presentes no território dentro de um contexto de construção sociocultural neste processo, desde que atrelado a um sistema integrado de gestão, combinando competividade com desenvolvimento sustentável.

Assim, um turismo local e sustentável é economicamente viável quando suas ações não destroem os recursos visitáveis, àqueles dos quais o turismo do presente e do futuro depende, principalmente do meio ambiente físico, natural e cultural e o tecido social – ou capital social, como esclarece Milton Santos (1996), da comunidade local.

2.4 TURISMO E GEOTURISMO

A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial de Turismo (OMT), em 1994, e também o Brasil, adotaram a definição de turismo como:

> As atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outros objetivos. (OMT, 2001, p. 38).

O turismo, considerado um fenômeno social, cultural e econômico, envolve o movimento temporário de pessoas à lugares diferentes daqueles em que vivem. Essas pessoas que se deslocam são chamadas de visitantes (turistas – quando a viagem inclui uma estadia noturna, ou excursionistas, caminhantes, residentes ou não residentes), influenciadas pela organização em muitas regiões da Terra onde há valorização histórica, natural ou cultural do patrimônio como atrativo turístico (o que desencadeia o processo turístico), como locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los (BRASIL, 2007a, p. 27)(Quadro 1).

Quadro 1 – Quadro de categorias de atrativos turísticos.

Categorias	Definições	Exemplos
Atrativos naturais	Elementos da natureza que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos turísticos.	Montanhas, rios, ilhas, praias, dunas, cavernas, cachoeiras, clima, fauna, flora, etc.
Atrativos culturais	Elementos da cultura que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxo turístico. São os bens e valores culturais de natureza material e imaterial produzidos pelo homem e apropriados pelo turismo, da pré-história à época atual, como testemunhos de uma cultura.	Artesanato, gastronomia, museus, festas e celebrações, manifestações artísticas, etc.
Atividades econômicas	Atividades produtivas capazes de motivar a visitação turística e propiciar a utilização de serviços e equipamentos turísticos.	Fabricação de cristais, agropecuária, extrativismo, etc.
Realizações técnicas, científicas e artísticas	Obras, instalações, organizações, atividades de pesquisa de qualquer época que, por suas características, são capazes de motivar o interesse do turista e, com isso, propiciar a utilização de serviços e equipamentos turísticos.	Museus naturais, observatórios, aquários, etc.
Eventos programados	Eventos que concentram pessoas para tratar ou debater assuntos de interesse comum e negociar ou expor produtos e serviços; podem ser de natureza comercial, profissional, técnica, científica, cultural, política, religiosa, turística, entre outras, com datas e locais previamente estabelecidos. Esses eventos propiciam a utilização de serviços e equipamentos turísticos.	Feiras, congressos, seminários, etc.

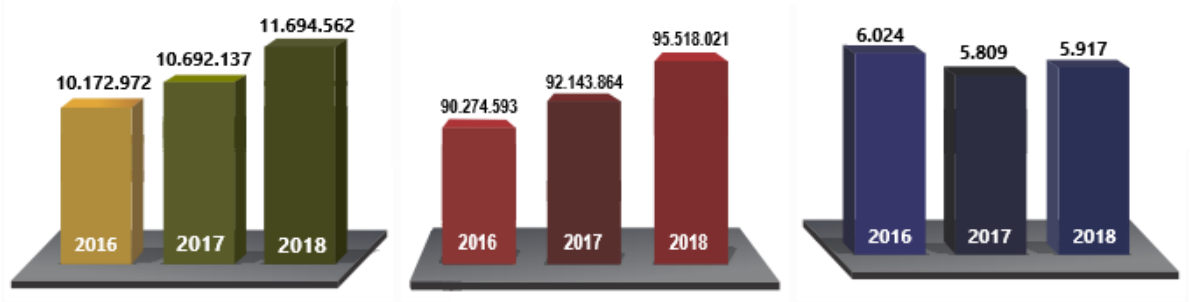
Fonte: BRASIL (2007a, p. 27).

Segundo a OMT (Organização Mundial do Turismo), no mundo giram mais de 1,4 bilhão de turistas internacionais e a estimativa para 2020 é de 1,6 bilhão. Só para as Américas deverá chegar a 282 milhões de viagens. Para a América do Sul poderá chegar a mais de 41 milhões de turistas.

Conforme dados de “Brasil mais Turismo” (BRASIL, 2018), é possível perceber alguns indicadores de desembarque de passageiros internacionais, desembarque de passageiros domésticos e receita cambial do período janeiro a dezembro de 2016 a 2018 (Figura 8).

Figura 8 – Indicadores: Desembarques passageiros Internacionais, Desembarques Domésticos e Receita Cambial.

a) b) c)



a) Desembarques Internacionais b) Desembarques Domésticos c) Receita Cambial (US$)

Fonte: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/>.

Nestes indicadores, estranha-se a disparidade entre o aumento do número de passageiros internacionais e domésticos, para o período de 2016 a 2018, que aumentaram, enquanto a receita cambial diminuiu.

O estudo da WTTC, em parceria com a Universidade de Oxford, revela que o setor do turismo, no Brasil, foi responsável pela injeção de US$ 163 bilhões no Brasil em 2017, o equivalente a 7,9% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no ano, e é responsável por 6,59 milhões de empregos.

O Brasil, com seus 7,5 mil quilômetros de orla marítima, está em primeiro no ranking de Recursos Naturais, oitavo no ranking em Ativos Culturais e figura como a décima maior indústria de turismo do planeta.

O turismo, como nicho de mercado, gera direta e indiretamente aumento na condição econômica de lugares visitados, circunvizinhanças e além. Requer amplo espectro de agentes envolvidos ou atingidos por esta atividade, conforme implementação de políticas de turismo, planejamento, gestão e supervisão. Implica em infraestrutura para prestação de bens e serviços que devem ser produzidos e fornecidos no acolhimento, bem-estar e deslocamento de visitantes, tanto em ambientes naturais como em áreas urbanizadas.

Nas últimas décadas, a evolução das telecomunicações, o avanço tecnológico e infraestrutura no setor de transportes, viagens, estradas, recepção, alojamento e informação possibilitaram o surgimento de outros segmentos da atividade turística. A movimentação de pessoas de um lugar a outros, interessadas na busca de novas experiências e necessidades, seja para o ócio, seja para o descanso, a recreação, o

negócio, o estudo ou outro interesse, passou a ser determinante na qualidade do turismo, o qual se tornou um dos principais pilares do comércio internacional (MOREIRA, 2014).

O turismo é, então, definido por três formas básicas: turismo doméstico, turismo de recepção e turismo de saída. Estes podem ser combinados de diferentes maneiras para dar origem às seguintes formas de turismo: turismo doméstico (ou interno), compreende as atividades de visitantes, de turistas e de excursionistas dentro do país de referência, como parte da viagem de turismo doméstico ou como parte de uma viagem de turismo de saída (internacional); turismo nacional, compreende o turismo doméstico e o turismo de saída, nomeadamente atividade realizada por visitantes residentes dentro e fora do país de referência, ou como parte de suas viagens turísticas internas e de saídas; e turismo internacional, inclui a recepção de turistas e o turismo de saída, isto é, as atividades realizadas por visitantes que residem fora do país de referência, como parte de seus receptores de suas viagens turísticas internas ou emissores, e as atividades realizadas por visitantes não residentes (BRASIL, 2010b).

No Brasil, 59% dos turistas viajam de carro, 16% de avião, 15% de ônibus e 10% não definido**;** 91% principalmente nas férias, 72% no fim de semana prolongado e 40% no fim de semana normal. E os aspectos mais valorizados são: 46% a água; 19% a cultura regional e 17% as matas e florestas (SEBRAE, 2018).

Em torno de:

> 50% da Composição dos Gastos dos turistas brasileiros na principal viagem doméstica concentram-se nos itens Transportes (28,8%) e Alimentação (20,2%). Seguem-se os gastos com Hospedagem (13,0%); Compras Pessoais (12,7%); Passeios Turísticos (5,9%); e Diversão Noturna (4,4%); entre outros. A participação dos gastos com “Pacote” Turístico é de 11,3% e seus gastos unitários são superiores aos demais. (FIPE, 2012, p. 131).

Até meados do século XX ainda se acreditava que o meio ambiente era uma fonte inesgotável para o homem. A partir daí, com a ascensão de movimentos ambientalistas no mundo todo, surgiram debates referentes à necessidade de conservação do meio ambiente, que ganhou força por meio de atitudes, serviços e técnicas sustentáveis que deram impulso à atividade turística. A discussão foi por um novo modelo de turismo mais responsável à proteção ambiental e sustentável. Com isto, o marketing turístico apostou em oportunidades de contato com a

natureza, oportunizando, através do turismo, uma relação de interação com o meio. Porém, nunca havia se falado tanto em sustentabilidade como naqueles anos. O marketing ambiental ganhava força e o público era orientado a consumir produtos ditos “ecologicamente corretos” (MEIRA; MORAIS, 2016, p. 130).

O turismo ecológico, ou ecoturismo, que desperta o desejo de aventura e a curiosidade pelo lugar visitado, corresponde a atividades turísticas baseadas na relação sustentável com a natureza, comprometidas com a conservação e a educação ambiental. É uma das atividades de maior desenvolvimento no mundo, exibindo as maiores taxas de crescimento nos negócios, pois envolve comunidades de regiões subdesenvolvidas, superando ganhos até mesmo de atividades voltadas à cultura da terra, como a produção agrícola e serviços (SILVA; ARAÚJO, 1987).

Este segmento tem sido a nova busca por produtos turísticos que envolvem ambientes naturais, mas que exigem novas estratégias de planejamento, gestão e promoção para este tipo de turismo. Exige, com vistas a atrair e agradar os diferentes perfis de visitantes, criatividade e oferta de produtos dirigidos a esta demanda, possibilitando diferentes experiências. Exige conhecer em profundidade “as características do destino: a oferta (atrativos, infraestrutura, serviços e produtos turísticos) e a demanda (as especificidades dos grupos de turistas que já o visitam ou que virão visitá-lo)” (BRASIL, 2010b p. 9, 11). Dessa forma, entender os desejos da demanda e promover a qualificação ou aperfeiçoamento de seus destinos e roteiros com base nesse perfil tornam mais fácil a inserção, posicionamento ou reposicionamento no mercado turístico.

A consideração pela conservação ambiental, principalmente a partir da década de 1980, época em que a demanda agregou maior interesse por áreas naturais com encantadora atração cênica (formações rochosas, água, solo, relevo, paisagem), passa a movimentar atividades econômicas nas comunidades desses lugares, indo além de meras referências informacionais. Foi nesta década que a

> ONU criou uma comissão para estudar os problemas globais de ambiente e desenvolvimento. No ano de 1987 essa comissão apresentou o Relatório ‘Nosso Futuro Comum’, no qual foi introduzido o conceito de desenvolvimento sustentável, que preconiza um sistema de desenvolvimento socioeconômico em harmonia com os sistemas de suporte da vida na Terra. (ROBAINA, et al., 2010, p. 69).

A partir da década de 1990 uma nova forma de pensar a importância e os cuidados na manutenção do equilíbrio do meio ambiente, “uma nova forma de se compreender a paisagem, em especial a vertente abiótica” – a geodiversidade, como base a outra de relação indissociável, a biótica – a biodiversidade, e que formam a paisagem natural, foram temas na Conferência da Organização das Nações Unidas de 1992, no Rio de Janeiro, com particularidades eminentemente ambientalistas (MEIRA; MORAIS, 2016, p. 130).

Em 1993, no Reino Unido, na Conferência de Malvern sobre Conservação Geológica e Paisagística, surgiu o conceito de geodiversidade, na qual Gray (2004, p. 8) a definiu como:

> O conjunto natural (diversidade) de características geológicas (rochas, minerais, fósseis), geomorfológicas (forma da terra, processos) e características do solo. Inclui suas assembleias, relacionamentos, propriedades, interpretações e sistemas. (GRAY, 2004, p. 8, tradução nossa).

Brilha (2005, p. 17), em seu livro sobre Geodiversidade, adota a definição da *Royal Society for Nature Conservation,* como a “variedade de ambientes geológicos, fenômenos e processos ativos que dão origem a paisagens, rochas, minerais, fósseis, solos e outros depósitos superficiais que são suporte para a vida na Terra”.

Como visto, as breves definições da Geodiversidade devem ser também relacionadas às questões culturais, pois favorecem o valor de uso turístico da paisagem como fonte de interpretação sobre a história geológica da Terra. Conforme Ruschmann (1999), a atividade turística como uma estratégia de desenvolvimento sustentável, para sua própria sobrevivência, deve privilegiar o entendimento e a organização de vários elementos, atividades, serviços e práticas de forma equilibrada com o ambiente natural e a atividade econômica.

Moreira (2014) salienta que, para esta prática, investimentos devem oferecer produtos turísticos de qualidade, conforme as potencialidades do ambiente, para promover melhor visibilidade e encantamento aos turistas.

A UNWTO/UNEP, 2005, estabelece que o turismo sustentável deve:

> 1) Aproveitar ao máximo os recursos ambientais que constituem um elemento-chave no desenvolvimento do turismo, mantendo os processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar os recursos naturais e a biodiversidade.
> 2) Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades de acolhimento,

> conservar o patrimônio cultural construído e vivo e os valores tradicionais, e contribuir para a compreensão e tolerância interculturais.
> 3) Assegurar operações econômicas viáveis e de longo prazo, proporcionando benefícios socioeconômicos a todas as partes interessadas que sejam distribuídas de forma justa, incluindo oportunidades estáveis de emprego e geração de renda e serviços sociais para as comunidades anfitriãs e contribuindo para a redução da pobreza. (UNWTO/UNEP, 2005, p. 11).

A valorização da Geodiversidade, como importante aspecto da natureza, baseada em características geográficas da sua área natural e outras questões que fazem referência à conservação da mesma, referida em termos geológicos e geomorfológicos e que tem por base, na sua definição principal, o território, oportuniza um novo segmento turístico, o Geoturismo. Uma nova modalidade de turismo que vem crescendo em vários lugares do mundo, estabelecida a partir da oferta dos recursos naturais e culturais que identificam este território, pela demanda por suas características e variáveis que lhe conferem importância como uma estratégia de desenvolvimento sustentável, por exemplo, a aplicação em um geoparque. Esta atividade tem de ser realmente combinada com as condições locais, com o caráter natural e cultural deste território, respeitando integralmente as tradições da população local.

Para a atividade turística denominada Geoturismo, Manosso (2012) ressalta:

> esse segmento, embora possa ocorrer de forma complementar com outros segmentos, como por exemplo, o ecoturismo, turismo rural, histórico e cultural, já se consolida em algumas partes do mundo, a partir do momento em que grupos de pessoas efetuam seus deslocamentos para fins turísticos (de lazer ou não), exclusivamente para se inteirar, entender, contemplar ou apreciar a geodiversidade. (MANOSSO, 2012, p. 46).

O geoturismo é uma atividade que enfatiza o turismo relacionado à geologia e à geomorfologia. Em um Geoparque o visitante, turista, usufrui de alguns dos principais produtos integrantes, os geossítios (locais de interesse científico baseado em geologia ou geomorfologia), que podem servir para diversos fins, tais como, pesquisa, conservação, educação, turismo e desenvolvimento sustentável. Ligados na paisagem como atrativos físicos, ou seja, elementos da geodiversidade mesmo dispersos pelo território e de alguma forma integrados com a cultura humana, dependem da conservação para as gerações futuras. Este tipo de turismo, através do uso sustentável destes elementos, torna-se notável e valorizado. Tal como se revelam, propiciam o aprendizado dos visitantes e turistas. E não só há

contemplação da paisagem, mas destaque aos valores a eles atrelados (o intrínseco, o cultural, o estético, econômico, o funcional e o científico educacional), para entender os processos geológicos e geomorfológicos responsáveis por sua formação (GRAY, 2004).

Ações de valorização, de conservação e de divulgação do patrimônio de um território geram benefícios econômicos e ambientais ao lugar; salientam a importância da combinação abiótica (a geodiversidade) como substrato físico necessário à manutenção biótica sobre este (a biodiversidade) e fornecem subsídios científicos educacionais relativos à história da vida na Terra (ZIEMANN, 2016).

Embora praticado, mas pouco reconhecido, o geoturismo só foi definido a partir de meados da década de 1990, pelo inglês Thomas A. Hose:

> A provisão de instalações interpretativas e de serviço para permitir aos turistas adquirir conhecimento e compreensão da geologia e geomorfologia de um sítio (incluindo sua contribuição para o desenvolvimento das ciências da Terra) além do nível de mera apreciação estética. (HOSE, 1995, p. 9, tradução livre).

Foi a primeira abordagem com caráter científico, com base na geologia, dedicada à interpretação da ciência da Terra, como educação ambiental, dirigida a turistas desejosos por conhecer o patrimônio natural, para facilitar atividades interpretativas e serviços voltados ao entendimento da geodiversidade, principalmente de sítios geólogicos e geomorfológicos de um lugar (geossítios) e não somente à admiração de sua beleza estética como contemplação.

Depois, enfatizada pela componente de interesse humano, evidenciada de forma implícita como elemento da geoconservação, a definição foi revisada para:

> O fornecimento de instalações e serviços de interpretação para promover os valores e o benefício social de sítios geológicos e geomorfológicos e seus materiais, e para assegurar sua conservação para o uso de estudantes, turistas e outros recreacionistas ocasionais. (HOSE, 2011, p. 352, tradução livre).

Em 2001, um estudo patrocinado pela Revista National Geographic Traveler dá outra definição para o Geoturismo com base na geografia humana: “um tipo de turismo que mantém ou reforça as principais características do local a ser visitado, concretamente o seu ambiente, cultura, estética, patrimônio, sem esquecer o bem-estar dos seus residentes” (BRILHA, 2005, p.121).

Enquanto que Tourtelot (2004) aponta que o Geoturismo é “um turismo que sustenta ou enriquece o caráter geográfico de um lugar e seu meio ambiente, patrimônio, estética, cultura e o bem-estar de seus habitantes” (TOURTELOT, 2004, p. 2, tradução livre).

O Geoturismo é considerado como uma forma de tirar proveito da geodiversidade de forma agradável e compreensível, justamente pelo valor intrínseco e a importância singular de seus elementos, por armazenar partes da história geológica do planeta. Quando fundamentados em estudos detalhados por pesquisadores, que enfatizam o significado da conservação daqueles elementos, pela relevância científica, educacional e estética, podem ser considerados patrimônio natural abiótico ou geopatrimônio. Reforçados pelas características das heranças culturais do lugar, podem tornar-se objetos de interesse turístico e cultural (GRAY, 2004).

Em 2006, Ross K. Dowling & David Newsome discutem o termo geoturismo:

> Na nossa definição de geoturismo, a parte "geo" pertence à geologia e à geomorfologia e aos recursos naturais da paisagem, relevo, leitos fósseis, rochas e minerais, com ênfase na valorização dos processos que estão criando e criado tais características (DOWLING; NEWSOME, 2006, p. 3, tradução livre).

Em 2010, Newsome e Dowling, (*apud* HOSE, 2012, p. 10) retomam a definição:

> Geoturismo é uma forma de turismo de área natural que se concentra especificamente em geologia e paisagem. Promove o turismo a geossítios e a conservação da geo-diversidade e uma compreensão das ciências da Terra através da apreciação e da aprendizagem. Isto é conseguido através de visitas independentes a características geológicas, uso de geo-trilhas e pontos de vista, visitas guiadas, geo-atividades e patrocínio de centros de visitantes de geossítios (DOWLING; NEWSOME, 2010, p. 1, tradução livre).

Em 2012, a definição é retomada por Hose:

> A provisão de instalações e serviços interpretativos para geossítios e geomorfossítios e sua topografia abrangente, juntamente com seus associados artefatos *in situ* e *ex situ*, para construir circunscrição para sua conservação, gerando apreciação, aprendizado e pesquisa para as gerações atuais e futuras (HOSE, 2012, p. 11, tradução livre).

O geoturismo, como atividade turística que evidencia a geodiversidade de uma região, considerado uma ferramenta de conservação e sustentabilidade do local visitado, possibilita visitação turística de recreação, de lazer e de estudo, de aprofundamento sobre as origens do ambiente e a informação geológica como um dos fundamentos para o conhecimento ambiental. Pelo viés da educação e interpretação ambiental, ou patrimonial, oportuniza o bem estar aos visitantes, turistas e satisfação aos residentes. Mesmo como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável, o geoturismo

> [...] vai além disso, realça de fato a qualidade do lugar e promove o bem-estar e os benefícios para a população local de maneira responsável. [...] Definitivamente o geoturismo expande esse princípio para abranger outros aspectos do local, assim, patrimônio histórico e cultural, música, gastronomia, paisagens, artesanato e assim por diante. (TOURTELLOT, 2016, p. 1, tradução livre).

Em um Geoparque são possíveis diversas práticas de turismo sustentável. Por exemplo, a modalidade de montanhismo, uma atividade para todas as idades onde é comum encontrar idosos, crianças e famílias desfrutando do ar puro, de rios, cachoeiras, através de trilhas ecológicas e interpretativas, como também para práticas esportivas e de aventuras, como escalada, rapel, tirolesa, voo livre, canoagem, ciclismo.

A estratégia de conservação dos recursos geológicos, dos geossítios considerados como patrimônio geológico, em consonância com o geoturismo, deve ser dotada de um mínimo suporte estrutural para o recebimento de turistas, visitantes em geral. Por meio de um planejamento turístico, conforme a realidade local, uma gestão deve visar minimizar impactos negativos nestes e desta atividade (BENTO; RODRIGUES, 2014).

Esta estratégia, quando feita com base na análise das potencialidades (Aproveitamento Geoturístico) e fragilidades (Risco de Degradação – conforme critérios de valor patrimonial) de cada geossítio e na realidade da comunidade onde se encontra, o geoturismo tende a apresentar um vínculo de proximidade com o desenvolvimento sustentável (ZIEMANN, 2016, p. 37).

São medidas e atitudes de geoconservação, defendidas pelas geociências, que favorecem o ordenamento do território e incentivam o desenvolvimento do geoturismo. Desde que envolvam as comunidades locais nas discussões, na

capacitação de condutores locais, na realização de oficinas, na construção de meios de comunicação, na instalação de equipamentos e serviços turísticos e de interpretação ambiental. Para isso, Araújo (2005, p.40) salienta que “geoturismo e geoconservação têm uma relação ambivalente, uma vez que o geoturismo pode promover a Geoconservação e a Geoconservação pode por sua vez promover o geoturismo”.

Conforme a Declaração de Arouca (2011) (ANEXO A), o geoturismo é o turismo que sustenta e incrementa a identidade de um território, considerando sua geologia, ambiente, cultura, valores estéticos, patrimônio e o bem-estar dos seus residentes. Implica ter parceiros na organização de excursões de cunho didático, de forma original e divertida, para conhecer seus elementos geológicos e geomorfológicos; aprender como a história explica a formação de sua paisagem mediante uma linguagem simples e compreensível destes fenômenos e ter empresas de serviço de turismo credenciadas e atreladas a um plano estratégico de interpretação ambiental dos recursos do Geoparque para criar uma consciência de conservação.

As atividades turísticas têm de ser especialmente concebidas para coincidir com as condições locais. O caráter natural e cultural de um território deve respeitar plenamente as tradições da população local.

As atividades específicas de um geoparque global, que favorecem o geoturismo, representam uma importante ferramenta para a geoconservação e valorização do patrimônio geológico da Terra. Inclui-se o desenvolvimento de roteiros, trilhas para caminhadas, ciclismo, cursos à formação de pessoas locais para atuar como condutores, ou guias, de educação (geoeducação), fornecimento de informações e desenvolvimento de museus modernos e centros de visitantes. Para tanto, para o bom desempenho, para uma utilização consciente e efetiva de aproveitamento dos recursos naturais, exige-se dos seus gestores atitudes e estratégias diversificadas com foco na sustentabilidade, contribuindo diretamente para as comunidades locais no aumento da visibilidade, no aumento da geração de empregos e renda, investimento em infraestrutura e melhora na qualidade de vida.

Diante do relato, conforme as necessidades de cada segmento turístico, “é importante entender que a segmentação se constitui em uma estratégica para a estruturação de produtos e consolidação de roteiros turísticos e destinos, a partir de elementos de identidade de cada região” (BRASIL, 2010b, p. 33). E destaca que

uma região turística é:

> O espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas e que definem um território. [...] É a base para planejamento e ordenamento da oferta turística e que rotas, roteiros e destinos podem constituir um produto turístico, que deve ser promovido e comercializado. (BRASIL, 2010b, p.31, 32).

Um roteiro turístico é uma proposta estratégica para o desenvolvimento regional. Promove a distribuição do fluxo turístico na área territorial, oportuniza e incentiva visitas a vários outros pontos, naturais e culturais. Como ferramenta, é uma forma de gerar mais negócios, para o comércio (bares, restaurantes, pousadas, hotéis) sem impactar negativamente a economia da região. Proporciona um maior número de visitas; maior tempo de estada – consequentemente mais gastos por parte dos visitantes; inclusão social; maior geração e diversidade de empregos; distribuição de renda, educação e diminuição das desigualdades sociais.

O Ministério do Turismo do Brasil define roteiro turístico como:

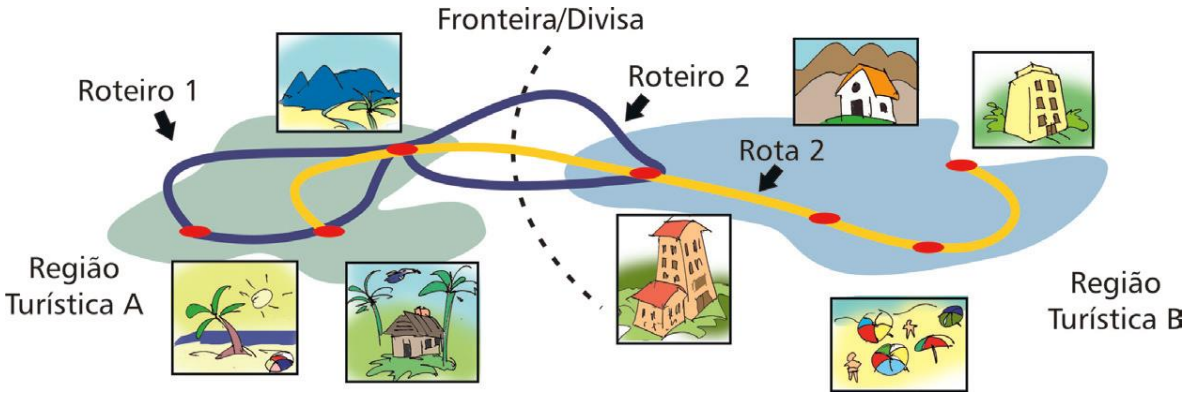
> itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe confere identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística das localidades que formam o roteiro. (BRASIL, 2010b, p. 31).

O roteiro turístico não exige uma sequência de visitação. Não tem obrigatoriamente um ponto inicial e um final. O turista começa a visitação por qualquer parte. Pode passar por uma ou várias regiões e uma ou várias rotas. Enquanto que rota turística é um percurso continuado e delimitado, cuja identidade é reforçada ou atribuída pela utilização turística, ou seja, é

> um itinerário com contexto na história, ou seja, o turismo se utiliza da história como atrativo para fins de promoção e comercialização turística onde o turista percorre o mesmo caminho trilhado por alguns personagens de uma determinada época. Na rota, existe uma sequência na ordem dos destinos a serem visitados e há sempre um ponto inicial e um ponto final. É importante ressaltar, também, que uma rota pode contemplar vários roteiros e passar por várias regiões turísticas (BRASIL, 2010b p. 32).

Conforme ilustração do Ministério do Turismo (2010, p. 32), pode-se perceber a diferença entre região, rota e roteiro turístico (Figura 9):

Figura 9 – Diferença entre região, rota e roteiro turístico.



Fonte: BRASIL (2010b, p. 32).

O processo de roteirização leva em conta o conhecimento e a situação da região turística e de seu mercado turístico, a situação das potencialidades de cada município e demais atores para integrar roteiros turísticos.

> É a partir da identificação e da potencialização dos atrativos [turísticos] que se inicia a organização do processo de roteirização, fazendo com que a oferta turística de uma região torne-se mais rentável e comercialmente viável. [...]. A roteirização confere realidade turística aos atrativos que estão dispersos através de sua integração e organização (BRASIL, 2007, p. 14).

Para o segmento do geoturismo, um roteiro geoturístico tem um enfoque mais holístico. É um itinerário que engloba um conjunto de locais que apresentam interesse geocientífico e turístico. Envolve tanto o patrimônio natural (o patrimônio geológico/geomorfológico assente na paisagem) como o cultural, pois ambos se complementam em potencial de divulgação e popularização das Geociências. Por exemplo, uma antiga edificação residencial, rural, com blocos de rochas utilizadas na sua construção é motivo de atenção não só pela sua longevidade, mas como um patrimônio pétreo que registra esta antiguidade inserida na paisagem.

A tipologia e o sistema construtivo revelam parte de uma cultura. A técnica e trabalhabilidade com os materiais, em maioria proveniente da geodiversidade local, expressam o desejo realizado para uma construção sólida através de um modo de fazer e de morar. Considerando a época, pela indisponibilidade de materiais processados industrialmente, transporte e a dificuldade de obtê-los, devido a longas distâncias de centros urbanos, obrigatoriamente determinava a retirada de matéria

prima do local, das proximidades e posterior processamento artesanal (CECHIN, 2002).

Roteiros pétreos[2], além de mais frequentes em áreas urbanas, podem ser empregados também em geoparques, em trilhas e estradas, de forma integrada ao patrimônio geológico e cultural. Representados em áreas rurais, em comunidades, como templos, cemitérios, monumentos, moradias e outros equipamentos edificados em uma região turística, são objetivos potenciais na divulgação das Geociências, como também podem ser utilizados como instrumentos de desenvolvimento sustentável por meio da atividade Geoturística.

Conforme Eder e Patzak (2004), no mesmo tempo que a implantação de roteiros geoturísticos impacta um território de um geoparque, melhora as condições de vida humana e do meio ambiente, principalmente o rural, nesta mesma paisagem onde o turismo está bastante atuante. Reforça a identificação da população com seus lugares e desencadeia o ressurgimento cultural, os valores das tradições, dos costumes, da gastronomia, diretamente integrados à geodiversidade local. Além das expressões físicas da paisagem, como rochas, relevo, clima, vegetação, solos, água, dentre outros que podem possuir características cênicas, o geoturismo anima a criação de pequenas empresas inovadoras locais, indústrias caseiras, novos empregos que geram novas fontes de receitas, através da produção de geoprodutos (inclui artesanato e produtos locais que contribuem ativamente para o crescimento da economia local e também para aumentar a conscientização sobre a geodiversidade, a biodiversidade e os valores culturais).

O geoturismo deve proporcionar visitação guiada, ou autoguiada, para apreciação e compreensão das ciências da terra (a interpretação dos recursos considerados geopatrimônios), através de centros de visitantes, trilhas, do uso de roteiros geoturísticos e miradouros – lugares de onde se descortina a paisagem de forma mais ampla, com o intuito de interpretá-la (Figura 10).

[2] Roteiro pétreo, no contexto do patrimônio histórico e cultural, é mais empregado em áreas urbanas, principalmente em monumentos onde relaciona a evolução histórica e econômica da cidade ao geoturismo. Conforme o estilo arquitetônico de cada época ressalta a atenção à aplicabilidade de cada rocha ou produto da geodiversidade na sua constituição. Oportuniza e divulga as Geociências, devido à presença de materiais oriundos da geodiversidade, ou seja, às várias utilizações na construção civil.

Figura 10 – Mirantes em roteiros de Geoparques Globais da UNESCO.

a) b) c)

a) Geopark Arxan, China; b) Geopark Las Loras, Espanha; c) Geopark Naturtejo, Portugal.
Fonte: (GGN, 2017).

Um roteiro geoturístico é um produto turístico baseado na oferta em relação à demanda, de modo a ser caracterizado como segmento, ou tipo, de turismo específico. No caso de um geoparque, voltado à geodiversidade, tal como na definição de roteiro turístico:

> Percurso geográfico determinado, integrado por várias atrações com características comuns ou que gira em torno de uma grande atração e associa outras atividades nos deslocamentos propostos, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística. (BRASIL, 2010b, p. 75).

O processo de roteirização é, portanto, uma ferramenta estratégica para ordenar um conjunto de atrativos turísticos de temáticas diversas para oferta e comercialização no mercado, uma opção diferenciada de produto turístico. Sua concepção e método são entendidos como “um processo mercadológico direcionado a um produto específico – o roteiro turístico, enfatizando a tematização que assegura a identidade única do roteiro” (BRASIL, 2007, p. 33). Também, como importância no desenvolvimento das atividades turísticas de uma região,

> auxilia o processo de identificação, elaboração e consolidação de novos roteiros turísticos e, além disso, tem como função apontar a necessidade de aumento dos investimentos em projetos já existentes, seja na melhoria da estrutura atual, seja na qualificação dos serviços turísticos oferecidos. [...] pode contribuir também para o aumento do número de turistas que visitam uma região e do seu prazo médio de permanência nos destinos, estimulando a circulação da riqueza ali gerada. [...] tem caráter participativo, [principalmente das comunidades da região] e deve estimular a integração e o compromisso de todos os protagonistas desse processo, não deixando de desempenhar seu papel de instrumento de inclusão social, resgate e

> preservação dos valores culturais e ambientais existentes. [...] é SINERGIA. Sinergia entre os setores públicos e os privados, os territórios, os atrativos, os elementos da cadeia produtiva do turismo e as outras atividades econômicas desenvolvidas na região. Para isso, é preciso a construção de confiança entre os atores envolvidos, definição de uma visão comum, da formação da rede de comunicação e da proximidade organizacional. Para que tais processos aconteçam será necessário construir o planejamento, o envolvimento do coletivo, a criação da rede de cooperação, o desenvolvimento da capacitação para o trabalho em equipe e a articulação de projetos estruturantes. (BRASIL, 2007b, p. 33, 34).

Através de roteiros geoturísticos, tal como no caso dos geoprodutos, é possível promover imagens que evidenciam a beleza cênica de paisagens, como destinos turísticos, despertando nos viajantes diferentes sentimentos e sensações. O objetivo de atraí-los através da Interpretação Ambiental, ou Patrimonial (IP), é sentir esses lugares de forma recreativa e educativa, desde a conformação do relevo, montanhas, formações rochosas, cavernas, cachoeiras, alguns entre tantos elementos geológicos e geomorfológicos utilizados pelo turismo e de forma integrada ao Patrimônio Cultural.

2.5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL

Discussões sobre questões ambientais começaram no pós-guerra, pronunciando-se na década de sessenta devido à crise ambiental provocada pelo *boom* da industrialização. A partir desse período se evidenciaram graves consequências relacionadas à conservação da natureza, desde guerras, uso descontrolado de defensivos agrícolas, falta d'água, alimentos, entre outros. Das consequentes crises ambientais a percepção de ameaça global à biodiversidade e à geodiversidade levou a comunidade científica a denunciar, mas com efeitos de pouca repercussão. De outra forma, na busca por estratégias voltadas à conservação dos recursos naturais, frente aos críticos níveis de degradação ambiental, despertou à ação e importância da Educação Ambiental (EA) com o envolvimento das comunidades em atitudes conservacionistas. Um difícil embate político-econômico e geográfico.

Da primeira conferência internacional sobre EA, realizada em Tibilisi, 1977, resultou que a EA é parte integrante do processo educativo. Um processo contínuo e permanente considerando o ambiente como um todo, sob um enfoque multidisciplinar. Surge como um importante mecanismo de ensino do ambiente,

natural e cultural, com objetivos de melhorar a qualidade de vida através da diminuição do consumo dos recursos naturais e conservação dos mesmos.

> Educação Ambiental é um processo para propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa a respeito das questões relacionadas com a conservação e adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado (PEDRINI, 2002, p.73).

Para que a EA seja eficiente há a necessidade de promover ações específicas dirigidas a cada público alvo, estudantes, visitantes, turistas, leigos, entre outros, com programas que adotem ferramentas adequadas a cada grupo desses a um nível de Percepção Ambiental (PA) sobre as fragilidades dos recursos.

Com estudos dirigidos à PA é possível determinar as necessidades e problemas de uma população ligada ao ambiente em que vive, degradado ou não, dos riscos ao mau uso. É possível saber das necessidades encontradas na comunidade e como os indivíduos entendem o ambiente em que moram, desde as satisfações e insatisfações. Podem auxiliar na proposição de melhorias, ou no planejamento e implementação da EA, como meio de alcançar mais eficiência na solução dos mesmos. A coleta de dados pode ocorrer de forma padronizada, exemplo, entrevistas, aplicação de questionários semi-estruturados, com perguntas de múltipla escolha ou perguntas abertas, dando ao entrevistado liberdade de expressão na opinião.

A PA é uma ferramenta de avaliação da percepção de comunidades humanas que vivem dentro ou no entorno de áreas consideradas de proteção e conservação. E, por intermédio da EA, podem aprender a proteger e conservar para as gerações futuras, atender e demonstrar melhor aos externos, visitantes e turistas. Todo indivíduo percebe, reage e responde diferentemente ao meio em que está inserido, participando ou interagindo. Tuan (1980, p. 4) define previamente que ”*Percepção* é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados”.

Para Del Rio e Oliveira (1999, p. 3), a percepção do ambiente refere-se ao processo de interação pelos indivíduos que, principalmente através dos órgãos dos sentidos e embora seletivamente sejam inerentes a cada um, passam por filtros

culturais e sociais. Acontece a partir dos mecanismos perceptivos (estímulos externos através dos sentidos) e mecanismos cognitivos (motivações, humores, necessidades, conhecimento prévio, valores, julgamento, expectativas). É o resultado de diferentes representações, significados, ações e condutas.

O desenvolvimento de pesquisa que analisa, estimula e compreende a PA de um território é essencial para uma gestão do turismo. Coerente com os recursos naturais e culturais, lugares e paisagens de importância local e para a humanidade, esta percepção pode contribuir para o entendimento de como os moradores percebem o próprio território. Estes, pela presença e história pregressa, conhecem muito das características do meio natural no qual fazem parte.

Portanto, a percepção deste ambiente está na compreensão da diversidade de formas, sistemas e por meio das quais as pessoas o percebem. Logo, este processo depende da condição humana, do desenvolvimento intelectual, da capacidade de expressar o que se percebe no sentido histórico, geográfico e na organização cultural. Como afirma Pinheiro et al. (2011), “cada localidade e cada ambiente apresentam usos, atividades produtivas, relações de empatia, pertencimento e dinâmica próprios, que refletem as diferentes percepções ambientais dos seus agentes sociais” (p. 467).

Para uma percepção do ambiente, neste caso o patrimônio cultural material, a percepção é definida a partir do significado que atribuímos às nossas sensações, conforme [...] “transformamos o espaço em um lugar, a partir da ocasião que ele passa a ser uma pausa, quando passa a ser importante para o sujeito através das sensações ali vivenciadas” (CECCHIN; LIMBERGER, 2011, p. 2).

Um indivíduo vê, toca, cheira, ouve, distingue, entende e forma ideias. Aprende através da inteligência. Organiza e interpreta as impressões sensoriais para atribuir significado ao seu meio. A percepção do ambiente é diferente de um indivíduo para outro, devido a vivências diferentes com o meio. Relacionado a território a percepção ambiental processa-se através de experiências de padrões culturais, históricos e geográficos. Geográfico por ser definido como, conforme afirma Silva (2007, p. 27), o espaço concreto em si, com seus atributos naturais e socialmente construídos e reconhecidos, apropriado e ocupado por um grupo social, uma comunidade ou uma população tradicional organizada.

Estas experiências criadas e recriadas na ‘dimensão existencial’, no plano das espacialidades, estão presentes em territórios e em paisagens sob a forma material

e imaterial. Desta forma o “território é constituído de espaços e lugares que possuem valores e simbolismos amalgamados, que podem ser estudados e revelados” (RISSO, 2014, p. 311).

Para Tuan (1983, p. 10-18), ”experienciar” o espaço é aprender. Significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. Ou seja, o espaço é a condição para a sobrevivência, mas não somente, pois o espaço como recurso é uma apreciação cultural que tem atributos psicológicos e até espirituais.

Em síntese, a percepção ambiental pelos seres humanos é definida como a resposta dos sentidos – memória, mais a cognição. Parte do entendimento do conhecimento que estes têm do meio em que vivem, com influência de fatores sociais e culturais, da ligação que têm com o território, com o lugar que habitam, trabalham e que lhes proporciona identificação com aquela paisagem.

Em 1996, Milton Santos afirmava que a primeira apreensão que se tem do lugar é a paisagem, pelo “domínio do visível”, “aquilo que a visão abarca” e que a “dimensão da paisagem é a dimensão da percepção” (SANTOS, 1996, p. 61). Diante disso, percebe-se o quão fundamental é analisar a percepção ambiental para o entendimento da realidade e da geografia de um espaço vivido. Como estratégia, vinculada ao geoturismo, é uma componente fundamental na estrutura de um Planejamento Interpretativo Regional (PIR). Pode compreender programas de gestão e usos de seus recursos naturais e culturais como produtos atrativos, pela sua importância, como acervo patrimonial inventariado a ser utilizado, por meio da Interpretação Ambiental (IA), ou Interpretação Patrimonial (IP) e Educação Ambiental (EA).

A partir de 1957, graças às contribuições de Freeman Tilden com o livro *Interpreting Our Heritage*, a Interpretação Ambiental teve um significativo avanço. Considerado o precursor desta importante disciplina, Tilden propôs sistematizar os aspectos mais importantes desta nova disciplina denominada de Interpretação do Patrimônio (IP), considerando-a como um novo artifício da educação baseada em pesquisa, conservação e divulgação.

A interpretação do patrimônio pode contribuir na dinamização de um local pela salvaguarda de espaços e bens culturais e naturais evitando a degradação dos mesmos. A interpretação patrimonial colabora, também, na educação e no lazer. Proporciona uma maior estabilidade social no contexto, ou seja, aposta no reforço do capital social. É dever das instituições selecionar e incentivar a valorização de

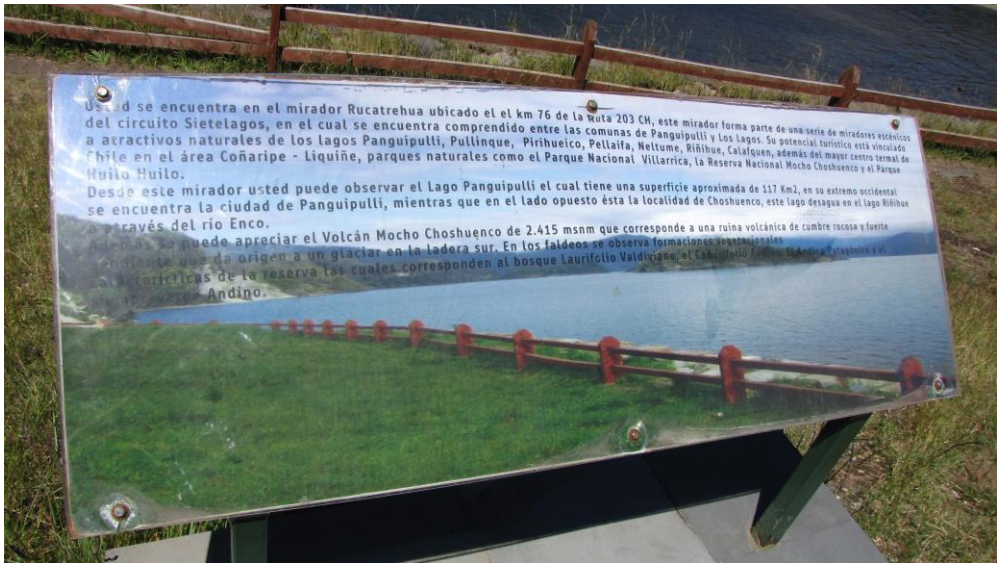
certos elementos patrimoniais (CARDOSO, 2017).

O objetivo da interpretação é oferecer uma explicação do legado cultural, histórico natural, dentro de um território específico atribuído a um quadro conceitual comum. Considerada uma ferramenta de comunicação, um instrumento de gestão sustentável e acessível do turismo e à recreação, é uma prática dentro de um Geoparque e, também, como um serviço público exposto a um tipo de educação eletiva não formal, mas com um jeito pretensioso de descrever uma atividade simples.

Tilden descreveu a IP como “uma atividade educacional que busca revelar significados e relações através do uso de objetos originais, por experiências de primeira mão, e por meios ilustrativos, ao invés de simplesmente comunicar informações factuais” (TILDEN, 1977, p. 7, tradução nossa). Todo esforço interpretativo a ser seguido dentro de um Geoparque baseado em um tipo de preservação, de forma sistemática no uso de recursos culturais e naturais, seja em roteiros, trilhas, centro de interpretação, escrito, oral ou projetado, deve ser direcionado no mínimo nos seis princípios referidos por Tilden (1977, p. 9):

I - Qualquer interpretação que de algum modo não relacione o que está sendo exibido ou descrito a algo da personalidade ou experiência do visitante será improdutivo (Figura 11).

Figura 11 - Painel interpretativo, Região dos Lagos, sul do Chile, comunica àquilo que é da dimensão da paisagem à dimensão da percepção.



Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

II - Informação tal e qual, não é interpretação, é revelação baseada em informação. Mas elas são coisas completamente diferentes. No entanto, toda interpretação inclui informação (Figura 12).

Figura 12 – A quantidade de pensamento e prática é escrita em um bom texto interpretativo, Parque Nacional Vicente Perez Rosales, sul do Chile .

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

III - Interpretação é uma arte que combina muitas artes, sejam materiais apresentados científicos, históricos ou arquitetônicos. Qualquer arte é em algum grau ensinável (Figura 13).

Através da criação de personagens históricos, você pode trazer o passado à vida de uma forma tão simples que a narração não pode. No entanto, para criar um personagem bom, você vai precisar olhar e agir a parte.

Figura 13 – Interpretação sendo utilizada de forma teatral.

Fonte: https://visit-arouca.com/recriacao-historica-mosteiro-de-arouca-2019/ Acesso em 16/11/2019.

IV - O propósito principal da interpretação não é a instrução, mas sim a provocação (Figura 14).

Usar todos os sentidos e oportunizar a alguém para responder quando perceber a realidade do patrimônio exposto. Provocar incentiva mais à participação.

Figura 14 – Uma demonstração de provocação: a sensibilidade.

Fonte: Geoparque Naturtejo. <https://www.naturtejo.com/galeria_detalhe.php?gal=12>.

V - Interpretação deve buscar apresentar um todo ao invés de uma parte, e deve se dirigir ao indivíduo como um todo ao invés de qualquer fase (Figura 15).

Figura 15 – Interpretação do geossítio Batateiras no Geoparque Araripe.

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

VI - Interpretação dirigida a crianças (até doze anos) não deve ser uma diluição da apresentação para os adultos, mas deve seguir uma abordagem fundamental, diferente. É necessário um programa separado para que esta esteja em sua melhor forma (TILDEN, 1977, p. 9, tradução nossa) (Figura 16).

As crianças progridem por vários estágios de desenvolvimento. Esta informação é utilizada pelos professores e intérpretes em unir planos e programas de aula eficazes conforme a fase etária. Ao compreender como as crianças aprendem, podemos entender melhor como os conceitos sobre vida selvagem e ambiente natural podem ser aplicados e incorporados a uma determinada idade.

Figura 16 – Atividade interpretativa específica para crianças sobre Geodiversidade no Sítio das Marinhas, município de Moita, Portugal.

Fonte: https://www.cm-moita.pt/pages/1313 Acesso em 16/11/2019.>.

O conjunto de princípios de Interpretação Ambiental dentro de um Geoparque a serem seguidos contribui para os seus objetivos, pela sua importância. Proporciona entendimento ao traduzir de uma linguagem técnica da natureza para uma linguagem simples, comum às pessoas, de maneira que possibilite descobrir um mundo que não tinham percebido antes. Seus objetivos devem facilitar o conhecimento e apreciação da natureza; conservar os recursos naturais, históricos e culturais; despertar a satisfação dos visitantes; servir de ferramenta para o manejo dos visitantes; estimular a participação destes para questões político-ambientais; acrescentar valor à experiência do visitante, realçando a necessidade da conservação do patrimônio visitado.

A interpretação do patrimônio natural e cultural resulta da investigação dos espaços considerados como Locais de Interesse Patrimonial (LIP), para interesse turístico. Trata da comunicação atrelada ao valor patrimonial. Resulta da interação

entre o intérprete e o visitante, em que ambos participam ativamente do processo. Para fins de lazer educativo pode integrar atividades turísticas de baixo impacto, gerar emprego e renda, simultaneamente, e contribui para a preservação daqueles locais, ou seja, promove o desenvolvimento sustentável na região pelo turismo.

> A sinergia entre a biodiversidade, geodiversidade e cultura, além do patrimônio tangível e não tangível, devem ser de tal ordem que temas não geológicos devem ser destacados como parte integrante do geoparque, especialmente quando a sua importância em relação à paisagem e geologia pode ser demonstrado aos visitantes. Por essa razão é necessário também incluir e destacar locais de interesse ecológico, arqueológico, histórico e cultural dentro de cada geoparque. (UNESCO, 2010, p. 2).

Para atingir um de seus principais objetivos a Interpretação Patrimonial sensibiliza os visitantes para a importância de se preservar os recursos que estão sendo interpretados, utilizando estratégias e técnicas de comunicação, como: publicidade, marketing, comportamento do consumidor, psicologia do público, teoria da aprendizagem de lazer, jornalismo e outras áreas de apoio.

Um equipamento importante e indispensável na disseminação do conhecimento do patrimônio natural e cultural, que auxilia na interpretação dos recursos dentro de um Geoparque, são os Centros Interpretativos, ou Centros de Interpretação, também conhecidos como Centros de Visitantes (Figura 16).

Figura 17 – Centro Interpretativo do Geoparque Araripe (URCA), Ceará.

a) b)

a)Ambiente externo do CI b) Ambiente interno-galeria/exposição

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Na sua missão e objetivos, um Centro Interpretativo tende a

> refletir os contextos em que se inserem. Este fato resulta numa relação de simbiose entre o espaço [natural] cultural e o contexto social. Estando o espaço cultural situado num determinado tempo e espaço, é lógico que as suas atividades sejam em torno disso mesmo. Por essa razão, é normal que se verifiquem mudanças no contexto pela ação da instituição e vice-versa (CARDOSO, 2017, p. 20).

Geralmente são pequenos edifícios com um mínimo de estrutura física, onde se recepciona o visitante e conduz à interpretação. Com espaços para diversas funções (recepção, secretaria/direção, sala galeria/exposição, auditório/sala de som e luzes, sanitários, copa/cozinha, depósito) podem suprir carências de recursos de comunicação onde o patrimônio pode ser um fator importante para o desenvolvimento do turismo. Apesar de não coletar, conservar objetos de estudo, são instituições especializadas na comunicação pela importância do significado do patrimônio do território, por vezes assumindo o papel de museus, ou seja, uma forma de auxiliar no processo de comunicação emocional e intelectual dos visitantes. De forma guiada ou não, para compreensão do patrimônio, trabalham para educar e consciencializar, por diferentes meios de comunicação, com estratégias de apresentação de forma mais amigáveis e interativas, que vão desde simples painéis, cenografia, maquetes, exposições, áudio visuais contínuas/ programas multimídia, interações lúdicas e educativas.

O papel de um Centro de Interpretação é criar meios adequados à exibição de conteúdos relativos à ciência da Terra. Tem por objetivo transmitir significados e valores dos recursos patrimoniais; proporcionar ao visitante a aquisição de novos conhecimentos e emoções; revelar, pela organização de conteúdos a interpretar, ideias inovadoras e criativas que despertem a atenção de quem o visita; ao mesmo tempo, contribuir para a formação e educação (CARDOSO, 2017).

A Interpretação Patrimonial, tanto *in situ* como em um Centro Interpretativo, deve desempenhar um papel fundamental na transmissão da mensagem, dos significados e do sentido dos elementos do sítio, ou geossítio. E que, no seu conjunto, são apresentados aos visitantes aspectos àqueles que podem derivar à cognição, à reflexão, à reação e, até mesmo, atitudes.

A partir de um Centro Interpretativo um roteiro geoturístico de uma região, além de orientar os visitantes, ou turistas, a interpretação pode revelar a história das

pessoas, dos lugares e eventos que ocorreram e ocorrem ao longo deste percurso. Procura valorizar os recursos da geodiversidade contemplados na paisagem, a memória sócio espacial e temporal, como em um museu ao vivo de patrimônio natural e cultural. Ao longo deste, estão os principais atrativos que são contemplados pela Geodiversidade, como, feições geológicas e formas geomorfológicas – montanhas, vales, cachoeiras, geoformas (muitas lembrando formas de animais, imagens que remetem a figura humana e objetos), que dão beleza a paisagem sem ter noção de como tudo aquilo se formou. Mas não são os únicos atrativos, pois em um roteiro geoturístico todos são apresentados de forma multidisciplinar. Conforme Declaração de Arouca (2011) a Geodiversidade é o foco principal. Engloba o máximo de interesses possíveis no território, incluindo os valores das culturas locais e comunidades presentes. De outra forma se restringiria somente ao turismo geológico ou geográfico, ou de aventura. Vai além. Processa interesses educativos, científicos, históricos, biológicos e culturais.

Um roteiro geoturístico também é uma estratégia de comunicação, pois ajuda cada visitante a compreender histórias únicas e especiais associadas a cada lugar. Isto faz com que o percurso deixe de ser apenas um *lugar* para ser uma experiência de aprendizado, dando ao caminho um caráter, personalidade e vida totalmente única. “Sem interpretação é apenas uma estrada!” (VEVERKA, 1999, p. 1).

O mesmo autor (VEVERKA, 1999) apresenta dez razões para que uma interpretação ao longo de um roteiro geoturístico seja bem-sucedida, quais sejam:

1) Os residentes da região e usuários do roteiro ganharão uma maior apreciação e orgulho para com seu próprio patrimônio local.
2) Os residentes da região podem se inspirar para assumir um papel mais ativo na gestão dos recursos naturais e locais patrimoniais.
3) Os residentes da região podem assumir um orgulho individual nos recursos do roteiro (tendo um senso de apropriação comunitária para com o roteiro).
4) A interpretação do percurso serve como um atrativo ou destaque de “turismo patrimonial” para trazer outros visitantes às comunidades locais ou atrações localizadas ao longo do roteiro. Isso pode trazer um impacto econômico positivo direto para essas comunidades ou aos sítios patrimoniais.
5) Os visitantes utilizarão o percurso de forma mais segura e responsável.
6) Os visitantes terão uma experiência educacional e recreativa positiva, aprendendo mais sobre a história natural e cultural da região que estão passando.
7) A interpretação do percurso no ambiente da história natural ou cultura local pode inspirar os visitantes a visitar outros locais patrimoniais próximos, ajudando o crescimento do turismo regional.

> 8) A interpretação do percurso pode aumentar o uso constante da rota para recreação/passeio cênico.
> 9) Ter uma variedade de temas interpretativos e tópicos de interesse pode aumentar a comercialização ou o uso do percurso por grupos de mercado, alvo mais diverso.
> 10) A interpretação pode apresentar informações em uma variedade de experiências e níveis educacionais, ajudando a expandir a comercialização do percurso e suas atrações associadas. (VEVERKA, 1999, p. 4, tradução livre).

A Interpretação do Patrimônio de uma região, vinculado a um processo de gestão participativa, com objetivos voltados à conservação do Patrimônio Natural e Cultural, procura conciliar interesses do público visitante e dos habitantes. Além de influenciar atitudes sustentáveis contribui para o desenvolvimento humano e reforça o sentido de lugar, principalmente aos visitantes e à identidade dos habitantes das comunidades locais.

2.6 O PAPEL DOS GEOPARQUES

Geoparque não é um parque comum, tampouco uma Unidade de Conservação, nem uma nova categoria de área protegida. É uma estratégia de desenvolvimento que oferece a possibilidade de proteger a paisagem e os monumentos naturais integrados com os bens culturais, por intermédio do geoturismo como estratégia de desenvolvimento regional. Geoparque é um território aberto, sem enquadramento legal (daí uma das razões do sucesso dessa iniciativa, em nível mundial), compreendido por uma diversidade de feições geológicas em uma paisagem configurada como natural, onde os recursos de sua geodiversidade preocupam pela falta de proteção.

Um geoparque é constituído por geossítios de valor singular, do ponto de vista científico, educativo, estético, cultural e turístico. Possibilita meios de geração de renda e empregos pelo viés da conservação e preservação do patrimônio geológico, geomorfológico, cultural e ambiental em seu território. Difunde o conhecimento científico, promove ações educativas para a popularização das geociências e, dessa maneira, consegue apoiar o desenvolvimento sustentável através da atividade geoturística (SCHOBBENHAUS; SILVA, 2012).

Os geossítios que integram um geoparque merecem conservação, porque possuem características importantes e originais da geodiversidade, o patrimônio geológico ou geopatrimônio – termo geral que abrange denominações mais

específicas ao considerar determinados elementos da Geodiversidade com valor científico excepcional. O geopatrimônio, além de valor científico, tanto *in situ* como *ex situ*, também pode ter valor educativo, estético e cultural que justificam a sua utilização pela sociedade, no ensino/aprendizagem, no turismo, no lazer, etc. (BRILHA, 2005).

Conforme Oliveira et.al. (2013), um Geoparque corresponde a uma estratégia de desenvolvimento territorial, um espaço determinado a ser preservado, valorizado e conservado de forma integrada com a biodiversidade e a cultura local. É uma ferramenta específica que articula e controla o uso dos recursos locais do território como um todo, envolvendo comércio, serviço, lazer, turismo, de maneira a desempenhar um desenvolvimento econômico da comunidade local. Sempre tendo como referência a conservação do patrimônio natural e cultural.

O Geoparque, nos termos da legislação local, regional e/ou nacional, não tem enquadramento legal, vale-se de parceiros, de atitudes de sustentabilidade. Aplica estratégias de comunicação para revelar a realidade dos recursos que possuem valor geopatrimonial para visitantes. Busca, de forma interpretativa, um entendimento integral dos fenômenos embasados nas Geociências. Abrange aspectos gerais do território, da história, da cultura, arqueologia, geologia, relevo, vegetação e da paisagem – destaque a esta pelo aspecto amplo e agregador do conceito. Para sua implantação e operacionalidade é parte fundamental à adesão das comunidades e dos gestores públicos dos municípios envolvidos. Passa, então, a valer-se do emprego dos conceitos geológico-geomorfológicos e paleontológicos, assim como da integração das atividades culturais cotidianas – as festas, o artesanato, a culinária local, a vida cultural, que geram benefícios econômicos baseados no geoturismo, como uma das principais atividades. É o portal para a interpretação do geopatrimônio, a ligação entre proteção, educação, desenvolvimento sustentável e a estrutura do Geoparque.

A partir de 1993, o termo Geodiversidade ganhou força na Conservação Geológica e Paisagística. Foi estabelecida a analogia com o termo biodiversidade, desfazendo o mito de que só a biodiversidade necessitava de medidas de valorização e de proteção. Outros conceitos associados à geodiversidade resultaram, como: patrimônio geológico ou geopatrimônio, geoconservação e geoturismo. Segundo Brilha (2005), a partir de então, vários eventos e projetos passaram a abordar a temática. Foram produzidos documentos oficiais e leis em

diversos países para a proteção do patrimônio geológico-geomorfológico.

Esta temática ganhou mais força no 30º Congresso Internacional de Geologia de Pequim, em 1996. Das discussões entre Nickolas Zouros (Grécia) e Guy Martini (França), preocupados em encontrar alguma forma e/ou recurso para promover o desenvolvimento sustentável dos territórios sobre os quais eles pesquisavam, na França e na Grécia, apostaram na gestão sustentável do patrimônio geológico-geomorfológico. Surgiu a ideia de Geoparque. Era uma proposta com objetivo abrangente de desenvolvimento econômico e sustentável. Tratava-se de uma alternativa baseada no uso simultâneo, de proteção e promoção, do patrimônio geológico-geomorfológico, com a finalidade de desenvolver atividades científicas, educativas e turísticas em consonância com o desenvolvimento sustentável. Além disso, um Geoparque deve contar com estrutura e gestão bem definidas, organizadas conforme legislação de cada país, para a proteção, para valorização de seus recursos com políticas de sustentabilidade (ZOUROS, 2004; MC KEEVER, et al., 2010).

Em 1997, a Divisão de Ciências Ecológicas e da Terra da UNESCO introduziu o Programa de Geoparques para apoiar esforços nacionais e internacionais de conservação do patrimônio da Terra.

Entretanto, o conceito de geoparques só apareceu em 2000. Representantes de quatro territórios de diferentes países reuniram-se com o objetivo de discutir soluções para problemas socioeconômicos em regiões estagnadas, com desemprego, êxodo, envelhecimento da população, crise econômica geral, etc. Como pressuposto para resolver estes problemas, tinham como recurso a proteção do patrimônio geológico-geomorfológico e, em paralelo, a promoção do turismo. Os representantes, baseados na filosofia desenvolvida pela Divisão de Ciências da Terra, promoveram a formação da EGN (European Geoparks Network), com objetivos de estimular a troca de experiências entre países – na estratégia que promovia garantias para a conservação dos lugares de interesse geológico-geomorfológico (MC KEEVER; ZOUROS, 2005).

A Rede de Geoparques Europeus (RGE, ou EGN) considera geoparque não apenas como um conjunto de geossistemas, mas como:

> Um território com um patrimônio geológico particular e uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável apoiada por um programa de promoção de desenvolvimento. Deve ter limites claramente definidos e uma

> área suficiente para permitir um verdadeiro desenvolvimento econômico territorial, principalmente através do turismo. Deve incluir geossítios de particular importância em termos de qualidade científica, raridade, atração estética e valor educacional. Os sítios não precisam ser apenas relacionados com a geologia, mas também para o interesse arqueológico, ecológico, histórico cultural (EUROPEAN GEOPARKS NETWORK, 2017, tradução nossa).

Em 2001, a UNESCO reconheceu a EGN e autorizou, com um acordo oficial, que os Geoparques integrados nesta rede pudessem operar sob seus auspícios, um patrocínio institucional, mas não financeiro.

Em fevereiro de 2004, em Paris, na UNESCO, foi criada a Rede Global de Geoparques Nacionais, habitualmente referida como Rede Global de Geoparques - RGG (Global Geoparks Network – GGN). Nessa ocasião, participaram membros do Conselho Científico do Programa Internacional de Geociências (International Geoscience Programme – IGCP), representantes da União Geográfica Internacional (International Geographical Union – IGU) e da União Internacional das Ciências Geológicas (International Union of Geological Sciences – IUGS), além de especialistas internacionais sobre a conservação e promoção do patrimônio geológico (EDER; PATZAK, 2004; BRILHA, 2012; CPRM, 2017).

A GGN é uma rede internacional não governamental, voluntária, sem fins lucrativos, que vincula uma marca com selo atribuído pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). É uma organização legalmente constituída com uma taxa anual de cada associado. Fornece uma plataforma de cooperação, de partilha, entre os geoparques, especialistas e atores na temática do patrimônio geológico. Reúne órgãos governamentais, organizações não governamentais, cientistas e comunidades de todos os países ao redor do mundo em uma única parceria global, operando de acordo com os regulamentos da UNESCO.

Na 1ª Conferência Internacional de Geoparques, o reconhecimento do conceito de geoparques teve grande sucesso. Os geoparques europeus (N=17) e os geoparques chineses (N=8) que compunham a EGN foram incluídos na Rede Global de Geoparques, ou Global Geoparks Network (GGN). Em outubro, durante a 5ª Reunião Europeia de Geoparques realizada em Petralia Sottana, Itália, no Geoparque Madonie a relação entre UNESCO e EGN foi reforçada pela Declaração de Madonie, pela qual a EGN foi reconhecida como a representante da GGN na Europa e referência a seguir para a criação de outras redes continentais de

Geoparques (BRILHA, 2012; CPRM, 2017). A partir daí a UNESCO, até então com o papel de assessoria à GGN, passa a incorporar e se tornar gestora do projeto dos Geoparques.

O lançamento da designação dos Geoparques Globais da UNESCO aconteceu em novembro de 2015, na 38ª sessão da Conferência Geral. Os Estados-Membros aprovaram o estatuto do novo programa, International Geoscience and Geoparks Programme – IGGP. Sob orientações operacionais da UNESCO Global Geoparque, que expressa a importância da gestão de sítios de excepcional interesse geológico na história da Terra, é oficializado o selo (Figura 17) que estabelece o reconhecimento internacional da antiga Rede Global de Geoparques (Global Geoparks Network – GGN) (UNESCO, 2017b).

Figura 18 – Selos: European Geoparks Network; Global Geoparks Network; UNESCO Global Geoparks.

Fonte: (GGN, 2017).

Em setembro de 2016, na Conferência Internacional sobre Geoparques Globais da UNESCO, em Torquay, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, foi convocada a primeira reunião estatutária pelo Conselho Global de Geoparques da UNESCO. Foram apresentados, pelos Estados Membros, 18 pedidos para nomeação de Geoparques Globais da UNESCO, incluindo dois pedidos de extensão dos Geoparques Globais da UNESCO. No ano seguinte, com mais oito adições, a rede mundial contava com 127 Geoparques Globais da UNESCO em 35 países. As Nações Unidas reconhecem a importância dos Geoparques e nomeiam o ano de 2017 como Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento (GLOBAL GEOPARKS NETWORK, 2017).

Em abril de 2019, a Rede Global de Geoparques (GGN) contava com 147 Geoparques, distribuídos em 41 Estados-Membros, sendo que três novos geoparques foram aprovados na América Latina: Chile, Equador e Perú (Quadro 2).

Quadro 2 – Relação de Geoparques no mundo.

* Geoparque descredenciado.

(continua)

	Geopark Name/Designated Year		***Country***
1	Nature Park Eisenwurzen	2004	Austria
2	Huangshan Geopark		China
3	Wudalianchi Geopark		
4	Lushan Geopark		
5	Yuntaishan Geopark		
6	Songshan Geopark		
7	Zhangjiajie Sandstone Peak Forest Geopark		
8	Danxiashan Geopark		
9	Stone Forest Geopark		
10	Reserve Géologique de Haute Provence		France
11	Park Naturel Régional du Luberon		
12	Nature park Terra Vita		Germany
13	Geopark Bergstrasse–Odenwald		
14	Vulkaneifel Geopark		
15	Petrified Forest of Lesvos		Greece
16	Psiloritis Natural Park		
17	Marble Arch Caves & Cuilcagh Mountain Park		Northern Ireland
18	Copper Coast Geopark		Ireland,Republic of
19	Madonie Natural Park		
20	North Pennines AONB Geopark		
21	Hexigten Geopark	2005	China
22	Yandangshan Geopark		
23	Taining Geopark		
24	Xingwen Geopark		
25	Bohemian Paradise Geopark		Czech Republic
26	Geopark Harz Braunschweiger Land Ostfalen		Germany
27	Geopark Swabian Albs		
28	Parco del Beigua		Italy
29	Hateg Country Dinosaur Geopark		Rumania
30	North West Highlands – Scotland		UK
31	Forest Fawr Geopark – Wales		
32	Araripe Geopark	2006	Brazil
33	Taishan Geopark		China
34	Wangwushan-Daimeishan Geopark		
35	Funiushan Geopark		
36	Leiqiong Geopark		
37	Fangshan Geopark		
38	Jingpohu Geopark		
39	Gea- Norvegica Geopark		Norway
40	Naturtejo Geopark		Portugal
41	Sobrarbe Geopark		Spain
42	Subeticas Geopark		
43	Cabo de Gata Natural Park		
44	Papuk Geopark	2007	Croatia
45	Geological and Mining Park of Sardinia		Italy
46	Langkawi Island Geopark		Malaysia

47	English Riviera Geopark		UK
48	Longhushan Geopark		China
49	Zigong Geopark		
50	Adamello Brenta Geopark		Italy
51	Rocca Di Cerere Geopark		
52	Alxa Desert Geopark	2009	China
53	Zhongnanshan Geopark		
54	Chelmos-Vouraikos Geopark		Greece
55	Toya Caldera and Usu Volcano Geopark		Japan
56	Unzen Volcanic Area Geopark		
57	Itoigawa Geopark		
58	Arouca Geopark		Portugal
59	Geo Mon Geopark - Wales		UK
60	Shetland Geopark		
61	Stonehammer Geopark	2010	Canada
62	Leye-Fengshan Geopark		China
63	Ningde Geopark		
64	Rokua Geopark		Finland
65	Vikos – Aoos Geopark		Greece
66	Novohrad-Nograd Geoparque		Hungary-Slovakia
67	Parco Nazionale del Cilento e Vallo di Diano Geopark		Italy
68	Tuscan Mining Park		
69	San'in Kaigan Geopark		Japan
70	Jeju Island Geopark		Korea
71	Magma Geopark		Norway
72	Basque Coast Geopark		Spain
73	Dong Van Karst Plateau Geopark		Vietnam
74	Tianzhushan Geopark	2011	China
75	Hongkong Geopark		
76	Bauges Geopark		France
77	Geopark Muskau Arch		Germany/Poland
78	Katla Geopark		Iceland
79	Burren and Cliffs of Moher Geopark		Ireland,Republic of
80	Apuan Alps Geopark		Italy
81	Muroto Geopark		Japan
82	Sierra Norte di Sevilla, Andalusia		Spain
83	Villuercas Ibores Jara Geopark		
84*	Carnic Alps Geopark	2012	Austria
85	Sanqingshan Geopark		China
86	Chablais Geopark		France
87	Bakony-Balaton Geopark		Hungary
88	Batur Geopark		Indonesia
89	Central Catalunya Geopark		Spain
90	Shennongjia Geopark	2013	China
91	Yanqing Geopark		
92	Sesia - Val Grande Geopark		Italy
93	Oki island Geopark		Japan
94	Hondsrug Geopark		Netherlands
95	Azores Geopark		Portugal
96	Idrija Geopark		Slovenia
97	Karavanke/Karawanken		Slovenia & Austria
98	Kula Volcanic Geopark		Turkey
99	Grutas del Palacio Geopark		Uruguay

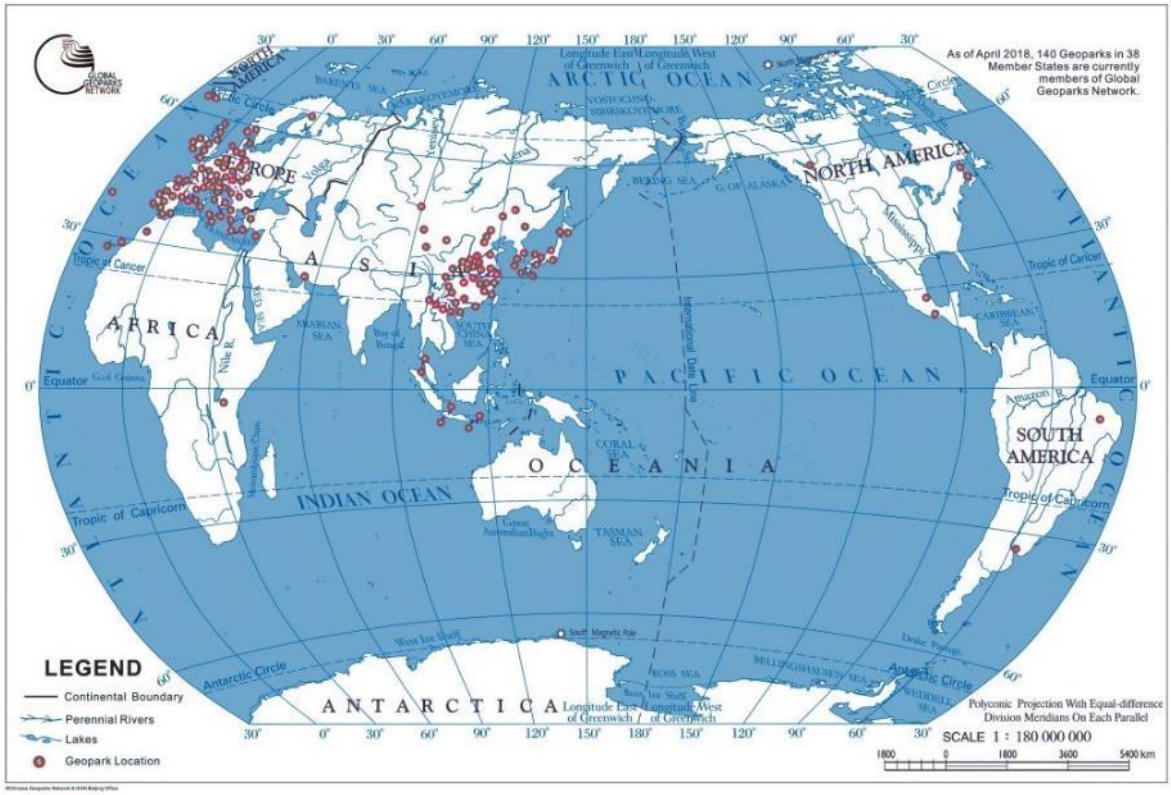
100	Ore of the Alps Geopark	2014	Austria
101	Tumbler Ridge Geopark		Canada
102	Mount Kunlun Geopark		China
103	Dali Mount Cangshan Geopark	2014	China
104	Odsherred Geopark		Denmark
105	Monts d'Ardeche Geopark		France
106	Aso Global Geopark		Japan
107	M'Goun Global Geopark		Morocco
108	Lands of Knights Global Geopark		Portugal
109	El Hierro G. Geopark of Canary Islands Autonomous Region		Spain
110	Molina and Alto Tajo Global Geopark		
111	Dunhuang	2015	China
112	Zhijindong		
113	Troodos		Cyprus
114	Sitia		Greece
115	Reykjanes		Iceland
116	Gunung Sewu		Indonesia
117	Pollino		Italy
118	Mount Apoi		Japan
119	Lanzarote and Chinijo Islands		Spain
120	Arxan	2017	China
120	Arxan		
121	Keketuohai		France
122	Causses du Quercy		Iran
123	Qeshm Island		Mexico
124	Comarca Minera, Hidalgo		
125	Mixteca Alta, Oaxaca		Republic of Korea
126	Cheongsong		Spain
127	Las Loras		China
128	Famenne-Ardenne	2018	Belgium
129	Percé		Canada
130	Guangwushan-Nuoshuihe		China
131	Huanggang Dabieshan		
132	Beaujolais		France
133	Ciletuh-Palabuhanratu		Indonesia
134	Rinjani Lombok		
135	Izu Peninsula		Japan
136	Mudeungsan Area		Republic of Korea
137	Conca de Tremp Montsec		Spain
138	Ngorongoro Lengai		Tanzania
139	Satun		Thailand
140	Cao Bang		Viet Nam
141	Kütralkura UGGp	2019	Chile
142	Funiushan UGGp		China
143	Jiuhuashan UGGp		China
144	Vis Archipelago UGGp		Croatia
145	Imbabura UGGp		Equador
146	Courel Mountains UGGp		Espanha
147	Colca y Volcanes de Andagua UGGp		Peru

Fonte: (GLOBAL GEOPARKS NETWORK, 2017).

A GGN continua a se expandir, atraindo novos conhecimentos de todas as partes do mundo e diferentes culturas. Está sempre desenvolvendo modelos de boas práticas, estabelecendo altos padrões de qualidade para territórios que integram a preservação do patrimônio geológico em estratégias para o desenvolvimento econômico regional sustentável.

No mapa *mundi,* ano 2018, há a representação de 140 Geoparques Globais. Percebe-se que a maior concentração acontece nos continentes Europeu e Asiático (Figura 19).

Figura 19 – Distribuição dos Membros do Global Geoparks Network (GGN) em 2018.



Fonte: (GLOBAL GEOPARKS NETWORK, 2018).

Conforme Schobbenhaus Filho (2010, p. 4) “o conceito de Geoparques representaria uma resposta direta como um meio de proteger e promover o patrimônio geológico e o desenvolvimento sustentável local, por meio de uma rede global de territórios possuindo uma geologia de valor destacado”.

Bento e Rodrigues (2014) afirmam que os objetivos primários de um geoparque se baseiam no tripé: conservar (através da geoconservação), educar (através da geoeducação) e desenvolver a região de forma sustentável, através do geoturismo; o geoparque ocorre na totalidade destes objetivos, para a contemplação dos geossítios, para entendimento dos elementos que ocorrem na paisagem, dos processos e significados dos seus recursos. Para este entendimento é utilizado o meio educativo (interpretativo), que torna possível a percepção, a valorização da geodiversidade e, assim, desperta o sentimento de respeito e responsabilidade pela guarda, manutenção e conservação do ambiente. O Geoparque possibilita influenciar na ampliação do tempo de permanência dos visitantes num lugar de interesse geológico e, por consequência, pode gerar mais dividendos na economia das comunidades.

Conforme Aguilar (2016), os objetivos de um Geoparque são:

1) Contribuir para a proteção, valorização do patrimônio natural e cultural da região.
2) Propiciar a procura de um equilíbrio entre o desenvolvimento turístico e a conservação do ambiente mediante práticas de turismo alternativo.
3) Proporcionar à comunidade local e visitantes oportunidades de conhecer e entender o contexto geológico, paleontológico, arqueológico das áreas selecionadas para integrar os distintos geossítios.
4) Apresentar os vestígios arqueológicos dos antigos povoadores da região e demais povos que caracterizam a cultura local.
5) Proporcionar alternativas de recreação para que as populações, local e externa, saibam valorizar os recursos naturais e culturais oferecidos pelo Geoparque, mediante um processo de educação ambiental (informação verbal).

Para fazer parte da Rede Global de Geoparques da UNESCO é necessário atender determinadas diretrizes estabelecidas pela UNESCO:

1) Preservar o patrimônio geológico para as gerações futuras (a geoconservação);
2) Educar e ensinar o público em geral sobre as questões geológicas, paisagens, as questões ambientais e fornecer meios de pesquisa para geociências (a geoeducação).

3) Garantir o desenvolvimento sustentável, reforçando a identificação da população com sua região, promovendo o respeito ao meio ambiente e estimulando a atividade socioeconômica com a criação de empreendimentos locais, pequenos negócios, indústrias de hospedagem e novos empregos (o geoturismo).
4) Promover pontes multiculturais com o patrimônio, conservação e manutenção da diversidade geológica e cultural, utilizando sistemas de parceria (a rede).
5) Estimular a pesquisa e a interpretação (o conhecimento).
6) Contribuir ativamente para a vida da Rede através de iniciativas conjuntas de colaboração, divulgação (comunicação, publicações, intercâmbio de informações, geminação, participação em reuniões, projetos comuns) (a parceria).
7) Colaborar com artigos para os boletins GGN, livros e demais tipos de publicações (a ciência) (GGN, 2014).

Dessa forma, considera-se que a ligação principal, como agente entre o desenvolvimento sustentável e a estrutura que um Geoparque possibilita oferecer é o geoturismo. Este, considerado um segmento do turismo, é voltado à visitação de geossítios (feições geológicas e geomorfológicas), como atrativos turísticos tangíveis, nos quais a interpretação é direcionada para características naturais e culturais do território. Não se prende exclusivamente à visitação destes, mas envolve também o interesse e a interpretação do patrimônio histórico-cultural do território, ou seja, a necessidade do entendimento que se estabelece a partir das relações de harmonia entre o homem e sua Terra.

Portanto, como todo Geoparque tem uma relação direta com os elementos da geografia física, com os elementos da Geodiversidade, o geoturismo é a atividade principal a ser seguida, pois mantém e restaura a identidade do território. Além disso, reforça a importância de sua geologia, ambiente, cultura, estética, patrimônio natural e cultural e bem-estar da comunidade (DECLARAÇÃO DE AROUCA, 2011).

Um geoparque deve ser organizado como uma unidade que tome decisões, com gestores, tendo como componentes representantes públicos (prefeito, câmara municipal, órgãos públicos ligados ao turismo, ao comércio, a indústria), parceiros ligados às comunidades e um corpo técnico (pessoas especializadas e preparadas para questões educativas e centrais nessa estratégia) para operacionalizar ações

diárias. Portanto, “corresponde a uma estratégia complexa para ser colocada em prática, já que se trata de articular um trabalho em conjunto de vários grupos e direcionar os interesses para um bem comum local” (OLIVEIRA et. al., 2013, p. 3).

Conforme Bacci (2009), o Geoparque modifica a realidade socioeconômica de seus habitantes ao seguir projetos de desenvolvimento sustentáveis e educacionais. E não somente de elementos geológicos e paleontológicos excepcionais se vale um geoparque, mas principalmente da atividade geoturística para desenvolver a economia local.

Os Geoparques Globais da UNESCO são territórios com patrimônio geológico de relevância internacional cuja conservação é essencial para garantir o progresso das geociências e o conhecimento que se detem do passado do planeta, da origem e evolução da biodiversidade e das condições que permitem sobreviver com conforto e bem-estar. Não é apenas um território com rochas, minerais, fósseis e paisagens excepcionais. É também uma estratégia de gestão territorial que reconhece a importância da geodiversidade como matriz distintiva que se relaciona com esse espaço há milênios. Por esta razão, a promoção dos aspectos culturais é também de primordial importância para os geoparques (BRILHA, 2016).

Brilha (2005, 2009) reforça que todo geoparque necessita de um plano interpretativo ambiental, pois serve como base estratégica à geoconservação. Os recursos presentes, quando bem amparados, justificam sua importância. Tem como retorno a rentabilização do trabalho desenvolvido por todos os intervenientes e garante a real conservação dos geossítios. A Geoconservação é baseada na conservação do patrimônio geológico em associação com os demais elementos do patrimônio natural e cultural, com vistas à condição de melhoria de vida das populações que aí habitam e trabalham. Salienta que não há sentido em criar um geoparque se não houver pessoas que habitam este local e divulguem suas potencialidades patrimoniais.

Baseado nas potencialidades patrimoniais, o papel dos geoparques é à promoção do ensino e divulgação das Geociências, através da inventariação e conservação de geossítios no seu território, visando o desenvolvimento sustentável do território através do geoturismo.

3. O TERRITÓRIO QUARTA COLÔNIA

Aquarela: Dilson Nicoloso Cecchin

3.1 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DO TERRITÓRIO
3.2 GEOSSÍTIOS
3.3 PATRIMÔNIO CULTURAL DA QUARTA COLÔNIA
3.4 INICIATIVAS TURÍSTICAS E GEOTURÍSTICAS EXISTENTES

3. O TERRITÓRIO QUARTA COLÔNIA

3.1 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DO TERRITÓRIO

Do ponto de vista cultural, a compreensão de território exige uma referência de domínio, não só material e de política do espaço, mas imaterial e simbólica. A dinâmica espacial relaciona-se a poder, através de sujeitos que se apropriam deste espaço e imprimem nele suas características de relação, conforme objetivos e necessidades que constituem uma ordem social, política econômica e cultural.

Relacionada às constantes transformações globais, a diversidade cultural passa a ser mais valorizada no conjunto das sociedades atuais. Este contexto acaba sendo muito favorável para novas estratégias de desenvolvimento, principalmente em áreas de pouca expressão econômica, excluídas dos modelos clássicos de acumulação capitalista. A valorização dos potenciais recursos naturais e culturais dessas áreas pode resultar na criação, reconstrução ou reforço da sua própria identidade. Conforme Froehlich et al. (2007), esta experiência já acontece na região central do Rio Grande do Sul.

O território é formado por nove municípios (Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, São João do Polêsine, Restinga Seca, e Silveira Martins), com área total de 2.899,929 km² (IBGE, 2018), localizado na Mesorregião Centro-Ocidental do Rio Grande do Sul, precisamente entre ecossistemas de Campos da Depressão Periférica Central e Campos do Planalto Médio, dentro da Bacia do rio Jacuí. Através de um consórcio denominado CONDESUS Quarta Colônia, resulta da construção de uma identidade regional, uma configuração de um novo espaço de interação social que enfatiza o patrimônio natural, o histórico-cultural e o arquitetônico, como potenciais para estratégias de reconhecimento e identidade do mesmo. Dessa forma a cultura arquitetônica, como potencialidade turística integrada no conjunto da paisagem, constitui o foco de análise, tendo em vista a quantidade, a qualidade e a possibilidade de produção de dispositivos para reconhecimento, proteção e estratégias de divulgação e integrados com demais tipos de patrimônios paisagísticos deste território.

O território Quarta Colônia, correspondendo ao mesmo teor conceitual enunciado, apresenta atividades culturais expressas nos elementos materiais (móveis ou imóveis) e imateriais, desde objetos até ideias, do passado ao presente,

manifestados na paisagem. São bens patrimoniais, como construções e outros ambientes adaptados, resultados de permanente transformação e integração com a paisagem, ressaltados como momentos evolutivos ao longo da história. Demonstram parte da compreensão de mundo, tradições, memória, desde mitos, crenças e espiritualidades interpretadas pelas comunidades. Tais “bens e manifestações se constituem em valores estimáveis e laços que fazem sentido de pertença, identidade e memória para um grupo ou coletivo humano” (COLÔMBIA, 2005, p. 34).

Nesse contexto, fazendo referência aos aspectos materiais e de desenho, sob o ponto de vista de simbologia cultural, tais bens são constituídos por códigos específicos. Por exemplo, as edificações antigas implícitas em suas formas particulares, cujos aspectos e características expressam uma origem étnica, estão representadas pelo desenho, padrão e técnicas construtivas, bem como pela disposição e organização dos espaços habitáveis e de outros fazeres. São padrões trazidos por imigrantes que chegaram antes do início do século XIX e, até meados do século XX, modelaram uma paisagem com certa tipicidade étnica, e que se encontra com notável processo de desaparecimento.

A Quarta Colônia, situada na transição da Depressão Central para o Planalto Meridional brasileiro, nas escarpas do Planalto Médio, é uma região constituída por pequenos núcleos urbanos com baixa densidade demográfica, equilíbrio relativo entre população rural e urbana, com baixo grau de industrialização, com predomínio de pequenas propriedades rurais, familiares e êxodo populacional expresso pela perda de jovens, ano a ano (Quadro 3).

Quadro 3 – População da Quarta Colônia (Censo 1991, 2010 e estimativa em 2018).

Municípios	**População Censo 1991**			**População Censo 2010**			**População 2018 (estimada)**	**Área (km²)**
	Total	**Urb**	**Rur**	**Total**	**Urb**	**Rur**	**Total**	
Agudo	**17.455**	5.655	11.800	**16.722**	6.889	9.833	**16.624**	536,114
Dona Francisca	**3.902**	2.324	1.578	**3.401**	2.146	1.255	**3.086**	114,346
Fax do Soturno	**6.841**	4.097	2.744	**6.672**	4.175	2.497	**6.690**	169,514
Ivorá	**2.495**	698	1.797	**2.156**	705	1.451	**1.940**	122,930
Nova Palma	**6.312**	2.664	3.648	**6.342**	3.083	3.259	**6.508**	313,894
Pinhal Grande	**4.725**	1.506	3.219	**4.471**	1.895	2.576	**4.372**	477,125
Restinga Seca	**16.400**	8.187	8.213	**15.849**	8.982	6.867	**15.836**	968,496
S. J. do Polêsine	**2.745**	1.061	1.684	**2.635**	1.354	1.281	**2.561**	78,223
Silveira Martins	**2.571**	1.044	1.527	**2.449**	1.091	1.358	**2.394**	119,287
Total	**63.446**	27.236	36.210	**60.697**	30.320	30.377	**60.011**	2.899,929
Alguns índices		42,928%	57,072%	**Ind.pop. – 4,33%**	49,953%	50,047%	**2010 e 2018 índ.pop. – 1,13%**	

Fonte: Elaborado por Dilson Nicoloso Cecchin; (IBGE, 2019). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/silveira-martins/panorama>. Acesso em: 17 abr. 2019.

Os índices populacionais da Quarta Colônia demonstram um visível declínio na área rural. Considerando a relação da população total (urbana e rural) entre o censo de 1991 (63.446 hab.) e 2010 (60.697 hab.), o índice populacional é negativo, em torno de -4,33 %. Para o período de 2010 a 2018, a estimativa era de 60.011 habitantes, ainda um índice negativo, em torno de -1,13%. Do ano 1991 ao ano de 2018, percebe-se uma ligeira diminuição no índice populacional, com tendência à estabilização.

Esta diminuição populacional já é uma das justificativas como proposta de implantação do Geoparque Quarta Colônia (GQC). Para frear este declínio uma alternativa proposta é utilizar os recursos patrimoniais naturais e culturais como estratégias de proteção e de valorização. Através da conservação e uso dos mesmos, inseridos no *trade* turístico, pode gerar repercussão em visitantes e principalmente na população local, por consequência, uma proposição de desenvolvimento sustentável do território. Por ora, elencam-se as variáveis que justificam a criação de um Geoparque, o êxodo, a estagnação com desemprego, o envelhecimento da população e a crise econômica do território e a baixa captação de renda (Quadro 4).

Quadro 4 – Dados gerais dos municípios da área de estudo.

Municípios e Estado	**População estimada em 2018 (mil/hab)**	**Renda per capita média**			**IDH/2010**	**Ranking IDH (no Estado)**
		1991 (R$)	**2010 (R$)**	**Salário médio mensal**		
Agudo	16.624	427,84	861,06	2,1	**0,694**	334º
Dona Francisca	3.086	374,57	698,57	2,1	**0,697**	326º
Fax.l do Soturno	6.690	322,24	760,86	2,1	**0,720**	234º
Ivorá	1.940	283,23	670,27	2,8	**0,724**	221º
Nova Palma	6.508	325,08	915,86	2,5	**0,744**	132º
Pinhal Grande	4.372	262,88	523,52	3,3	**0,678**	394º
Restinga Seca	5.836	357,14	660,14	2,0	**0,683**	379º
S. J. do Polêsine	2.561	346,30	841,33	2,4	**0,748**	109º
Silveira Martins	2.394	312,50	817,67	2,5	**0,742**	497º
Porto Alegre	1.479.101	1.021,93	1.758,27	4,1 (2017)	**0,805**	1º
Rio Grande do Sul	11.207.274	507,61	959,24	1.705,00	**0,746**	6º no País

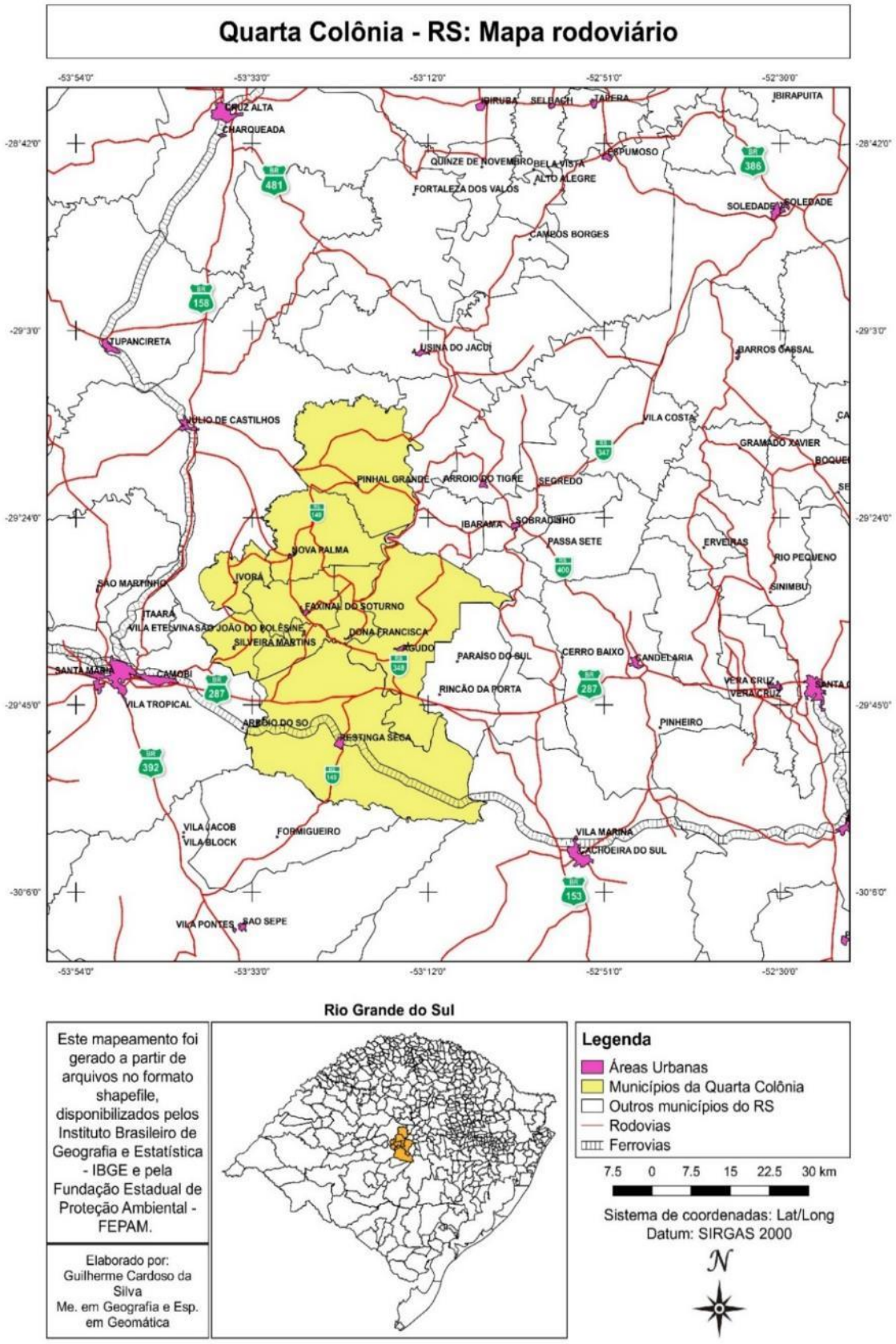
Fonte: Elaborado por Dilson Nicoloso Cecchin; (IBGE, 2010). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

Para impulsionar o território do GQC, dentro da proposta de implantação do geoparque, uma estratégia é a implantação de roteiros geoturísticos. Utilizar como atrativos as potencialidades de seus patrimônios, geológico-geomorfológico e o cultural, de forma integrada com o turismo, pode contribuir para o desenvolvimento das comunidades. Não é a única forma de evitar a migração para áreas urbanas, mas uma possibilidade de geração de emprego e renda.

O acesso a esta região central do Estado, a partir da capital Porto Alegre, na direção Oeste, dá-se pela BR-386 até a rodovia RS-287, principal via que cruza a região na direção Leste-Oeste. A partir desta, depois do município de Paraíso do Sul, toma-se outras rodovias que ligam às cidades da Quarta Colônia, a RS-348 e RS-149. Outra via importante é o ramal ferroviário, também na direção Leste-Oeste, mais ao Sul da RS-287, que liga as cidades de Cachoeira do Sul e Santa Maria (Figura 20).

O território, situado entre coordenadas geográficas 29º 09’ 15,39” e 29º 58’ 37,68” de latitude Sul e 53º 01’ 53” e 53º 55’ 12” de longitude Oeste, possui o predomínio das seguintes unidades de relevo: Planície do Rio Jacuí (pertencente ao domínio dos Depósitos Sedimentares Interioranos Quaternários); Depressões Periféricas da Bacia do Paraná e Patamares da Bacia do Paraná (pertencentes ao domínio Bacias e Depósitos Sedimentares) (BEVILACQUA, 2010, p. 9).

Figura 20 – Principais acessos rodoviários à região da Quarta Colônia.



Fonte: Elaborado por Guilherme Cardoso da Silva.

Com relação à geomorfologia, o território apresenta um quadro dividido em três macros compartimentos de relevo (SARTORI, 1979; SCHIRMER, 2015):

1) O topo do Planalto Meridional Brasileiro, formado por sucessivos derrames de lavas ocorridos no período mesozóico, com presença de basaltos, arenitos intertraps e granófiros – um relevo ondulado, resultante do trabalho de dissecação fluvial, coberto por vegetação rasteira que formam os campos associados à presença de capões e matas galerias nas áreas de maior umidade (Figura 21);

Figura 21 – Topo do Planalto, vista a Sul da RS-348, entre Val de Serra (Júlio de Castilhos) e Ivorá.

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

2) O Rebordo deste planalto, na encosta da Serra Geral está caracterizado por relevo íngreme. A presença de morros testemunhos, no centro e mais a Sul, salientam a antiga posição do front, o recuo por processos erosivos. Salientam-se morros e morrotes que apresentam algumas diferenças relacionadas aos tipos de litologias, pois os morrotes com topos mais

planos em geral são compostos por rochas areníticas, enquanto que os com topos arredondados podem indicar a presença de rochas vulcânicas. Este conjunto indica a pretérita atuação dos processos erosivos sobre as áreas elevadas topograficamente, marcando, assim, áreas com uma maior resistência em relação aos processos degradacionais, com estruturas mais exuberantes da Mata Atlântica, no qual se localiza a maior parte da Região da Quarta Colônia. As altitudes se sucedem abruptamente. Um relevo forte, ondulado a montanhoso, profundamente desgastado pela erosão – escarpa constituída por arenitos da formação Botucatu (eólicos e fluviais) na base, seguido de um derrame de basalto e arenito intercalar da formação Serra Geral, rumo ao topo. Uma área coberta pela Floresta Estacional Decidual, hoje floresta secundária e terciária (Figura 22).

Figura 22 – Nos meandros do Rebordo do Planalto avista-se morros testemunhos, como o Monte Grappa, em Ivorá (seta).

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

As áreas mais bem conservadas desta unidade constituem a zona núcleo do Corredor Florestal da QC (caminhos que integram partes do que resta do ambiente natural, dentro ou fora de Unidades de Conservação, propiciando aos animais a circulação, às flores a polinização, às sementes a dispersão e à água e aos nutrientes o ciclo completo).

3) A Depressão Central ou Depressão Periférica da Bacia do Paraná ocupa a parte Sudeste da região e conforma uma área de baixa variação altimétrica (raramente ultrapassam os 100m), onde predominam amplas e alongadas formas de topos convexos ou planos com encostas que declinam suavemente em direção aos vales, conhecidas regionalmente como coxilhas do Bioma Pampa (Figura 23).

Figura 23 – Campos, coxilhas da Depressão Central e, a Norte, os contrafortes da Serra Geral, município Restinga Seca.

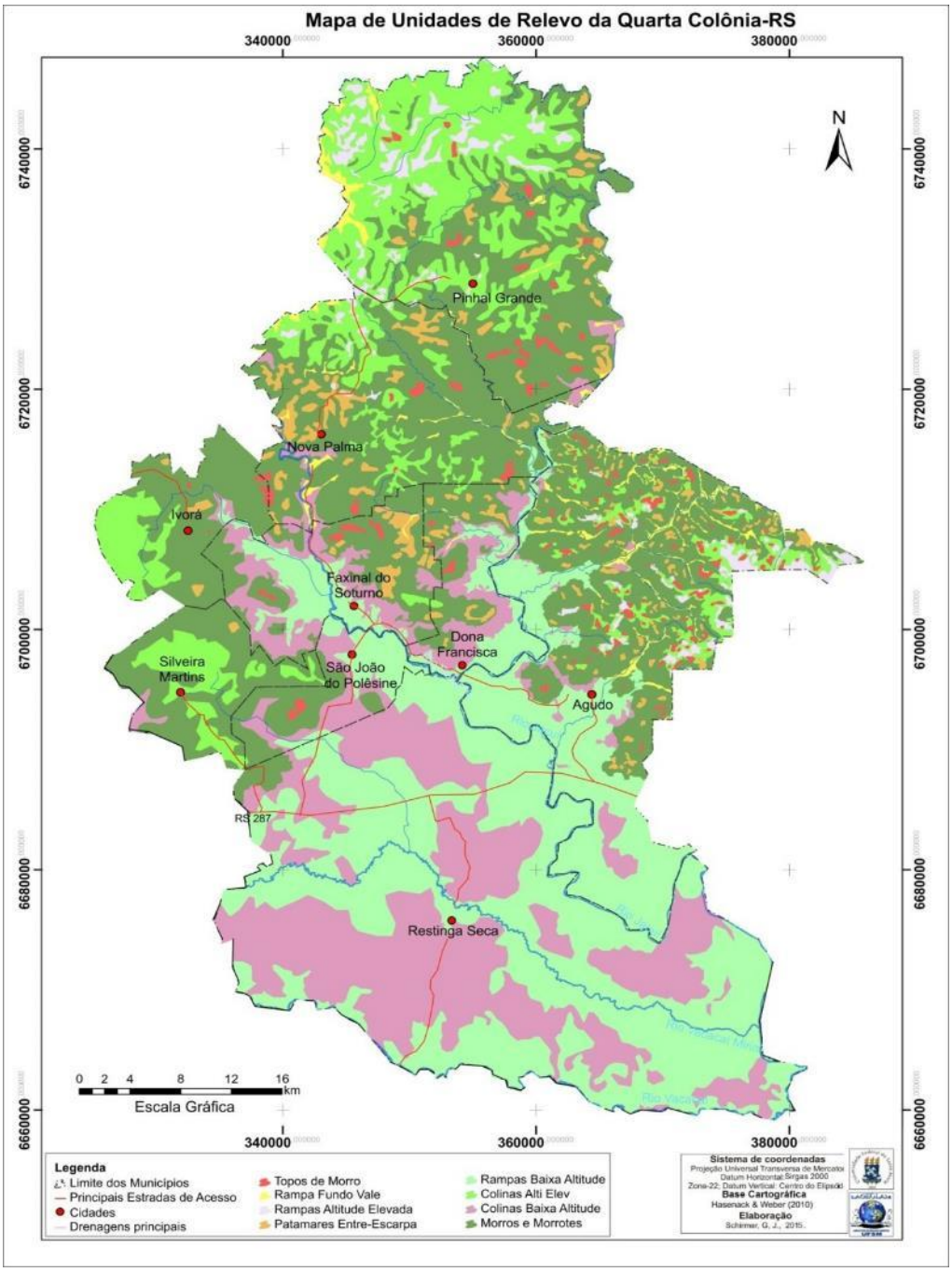
Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Esta área é coberta por espécies de vegetação rasteira que formam os campos e matas ciliares às margens da rede hidrográfica. Hoje muito disputada pela cultura da soja. Os sistemas fluviais são de moderada a alta sinuosidade, com carga arenosa formando barras em pontal e de deposição, e uma planície de inundação bem desenvolvida com formações argilo-siltosa.

Na metade sul predominam coxilhas pontilhadas de bosques de eucalipto, madeira muito utilizada nas construções pertinentes às lides nessas áreas, desde residências, galpões e moirões para divisão de propriedades e campos para pastoreio de rebanhos de bovinos e ovinos. Existem remanescentes de uma vegetação florestal, nativa, matas de galerias, muito restritas e associadas a cursos d’águas. Nas planícies de inundação, grandes extensões ainda são muito aproveitadas para a cultura do arroz, como se vê nas rampas de baixa altitude.

A divisão dos três macros compartimentos de relevo apresentam unidades de relevo, como: no Topo do Planalto Meridional Brasileiro, os Topos de Morros, Colinas Altitude Elevada e Morros e Morrotes; no Rebordo do Planalto Brasileiro, Rampas Altitude Elevada, Patamares Entre Escarpas e Rampas Fundo Vale; na Depressão Central, Rampas Baixa Altitude e Colinas Baixa Altitude (Figura 24).

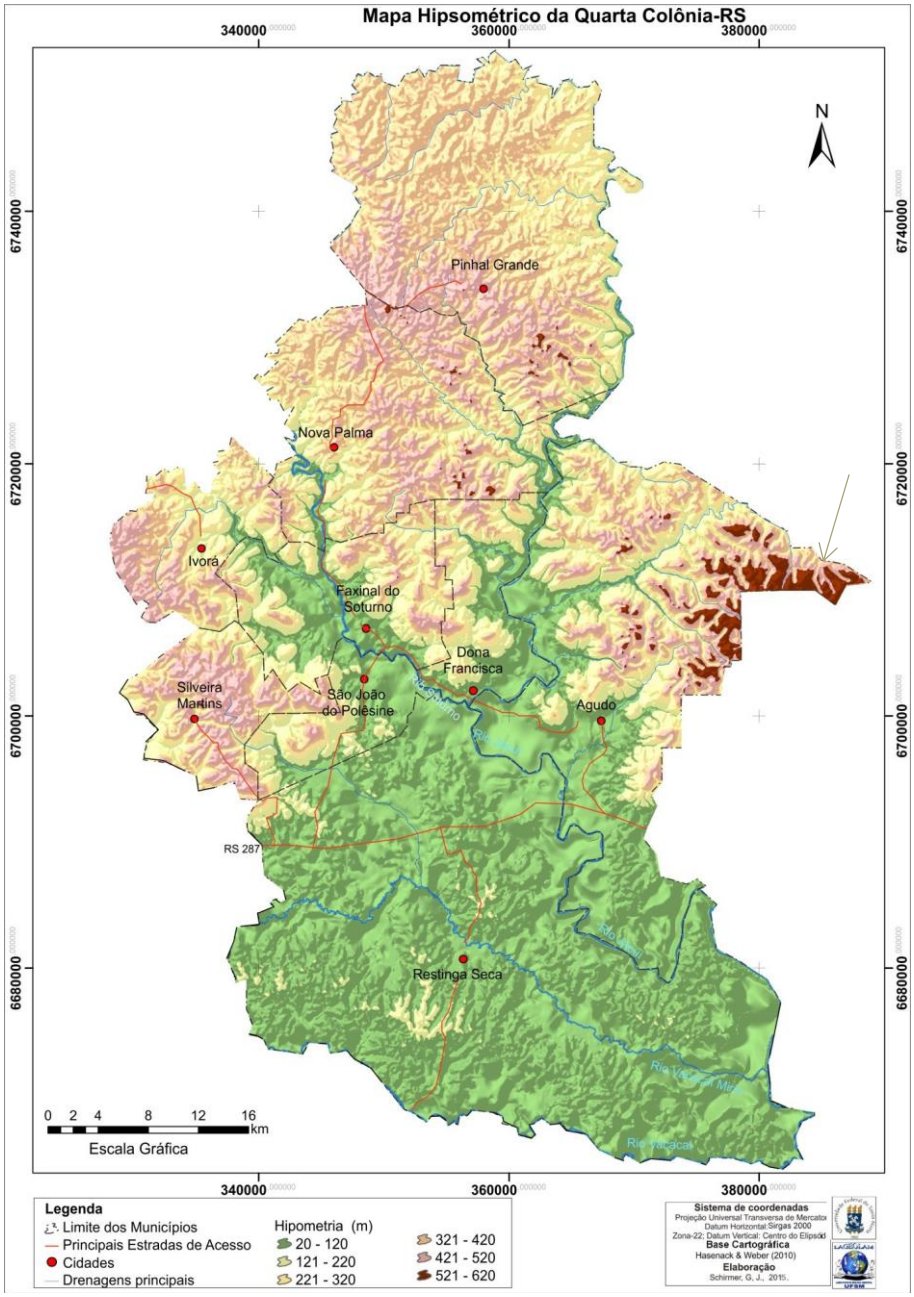
Figura 24 – Mapa das unidades de relevo da Quarta Colônia.



Fonte: (SCHIRMER, 2015).

A área do GQC é predominantemente formada por substrato de rochas sedimentares e, em menor quantidade, por rochas vulcânicas da Bacia Sedimentar do Paranácom depósitos associados a canais fluviais. O ponto mais alto está situado no município de Agudo 617m acima do nível do mar, Linha dos Pomeranos (indicado pela seta na Figura 25), e o mais baixo a 20m, junto à planície do Rio Jacuí, no município de Restinga Seca (SARTORI, 1979; SCHIRMER, 2015).

Figura 25 – Mapa Hipsométrico da Quarta Colônia.



Fonte: (SCHIRMER, 2015).

As litologias mais antigas do território correspondem a um pacote de rochas sedimentares Triássicas, pertencentes às formações Rosário do Sul, Santa Maria e Caturrita, que apresentam baixa resistência aos processos erosivos e são ricas em fósseis animais e vegetais (MACIEL FILHO, 1990).

Ocorrem na área registros da ruptura do supercontinente Gondwana, rochas do Cretáceo Inferior (145 Ma). Marcas de um período muito importante da história da geologia. Como testemunhos geológico/geomorfológicos estão alguns que se constituem nos principais geomonumentos da região, representados pelas exposições de “rochas do deserto Botucatu” e do vulcanismo Serra Geral (GODOY et. al., 2012, p. 420) (Figura 26).

Figura 26 – Principais Geomonumentos do Geoparque Quarta Colônia (GQC).

a) b) c)

a) Monte Grappa - Ivorá; b) Morro Agudo - Agudo; c) Cerro da Igreja - Agudo.
Fonte: a) D. N. Cecchin; b) D. N. Cecchin; c) Associação Santamariense de Escaladas (ASE).

A geologia da área correspondente ao território QC, conforme Maciel Filho (1990), pertence à Bacia Sedimentar do Paraná, com a presença do Grupo São Bento (Formação Serra Geral e Formação Botucatu), Grupo Rosário do Sul (Formação Sanga do Cabral – a unidade mais antiga, registro de um sistema fluvial de baixa sinuosidade que teve como fonte terrenos soerguidos a Sul e a Oeste, durante a fase compressiva do Triássico Inferior (Formação Santa Maria e Formação Caturrita), Formação Tupanciretã e depósitos aluvionares atuais (ZERFASS et al., 2004 apud ZERFASS, 2007; SCHOBBENHAUS, 2012, p. 428).

A Formação Botucatu, composta por litologias sedimentares, presente numa faixa relativamente estreita, contorna a porção média a basal do Rebordo do Planalto. Os arenitos intertraps não fazem parte da formação Botucatú. Eles são intercalações da formação serra geral.

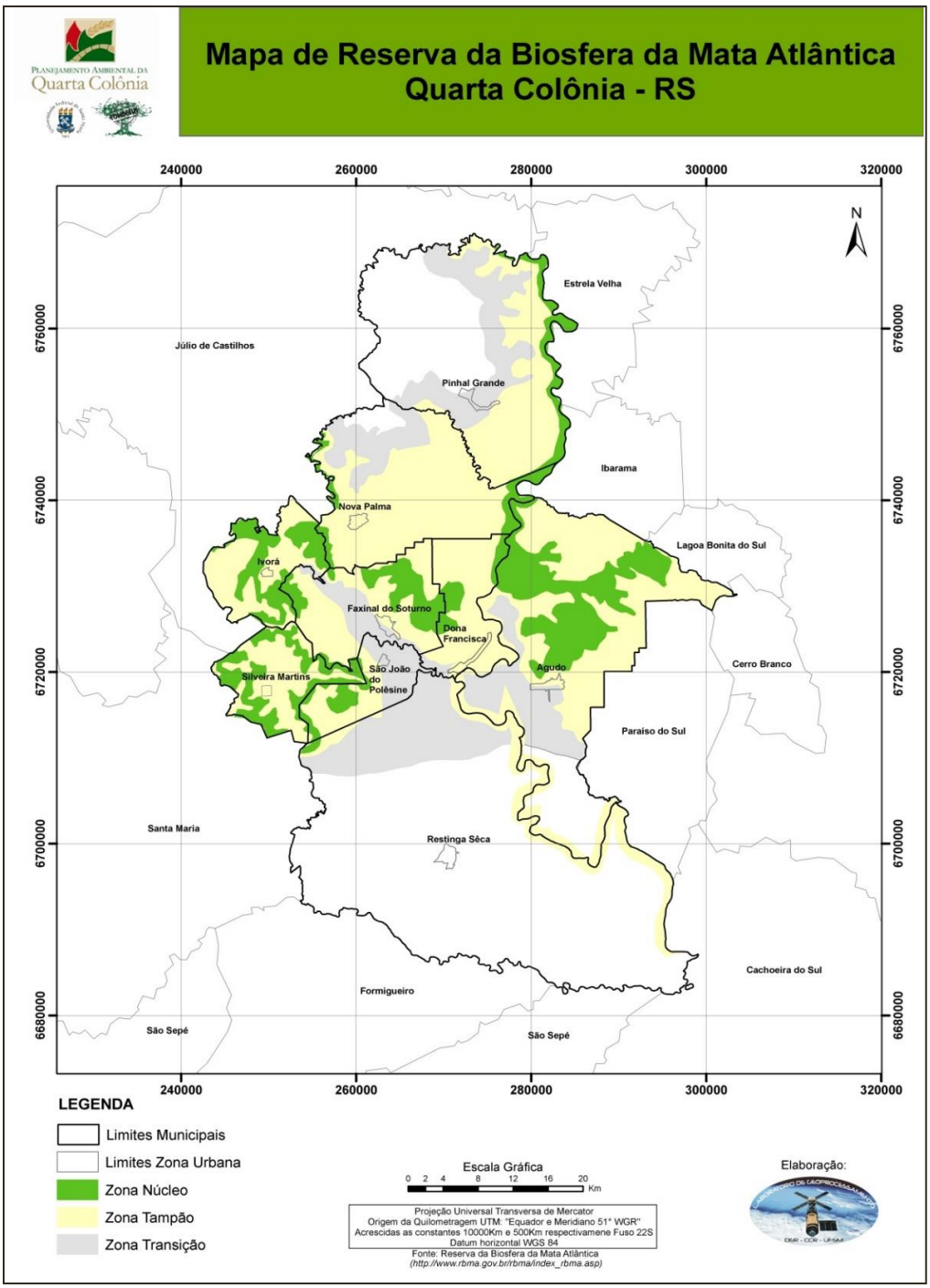
As rochas vulcânicas, pertencentes a Formação Serra Geral, constituem duas sequências: uma de natureza básica, a inferior, e outra de natureza ácida, a superior (Maciel Filho, 1990); ocorrem associadas ao Rebordo do Planalto, recobrindo os morros testemunhos, quando representam a camada mantenedora. Grande parte da área no Planalto Meridional Brasileiro é recoberta pelos derrames de rochas

magmáticas básicas e ácidas, pertencente à formação Serra Geral. Formada no Cretáceo inferior essas rochas ígneas eruptivas abrangem a maior parte da Quarta Colônia. As rochas ácidas ocorrem nas cotas mais elevadas, no Planalto e no Topo de morros residuais, enquanto as rochas básicas acompanham o rebordo das áreas mais íngremes.

17).

A região da Quarta Colônia está incluída no programa de preservação da UNESCO “Man and Biosphere Programme” (MAB), no âmbito das áreas reconhecidas entre 1991-1992, como Reservas da Biosfera (REBIO), como remanescentes da Mata Atlântica. É uma reserva voluntária, cooperativada de conservação, criada para proteger a diversidade biológica e cultural da região e promoção do desenvolvimento econômico sustentável. É um lugar de cooperação, educação e experimentação e, como Reserva da Biosfera, oportuniza cientistas a compartilhar dados de pesquisas, para entender melhor o impacto do homem sobre a natureza (Figura 27).

Figura 27 – Mapa Reserva da Biosfera da Mata Atlântica na Quarta Colônia.



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento – DER – CCR – UFSM (BEVILACQUA, 2010).

O MAB é um Programa Científico Intergovernamental, lançado em 1971, que visa estabelecer uma base científica para a melhoria das relações entre as pessoas

e seus ambientes. Utiliza-se das ciências naturais e sociais, da economia e da educação para melhorar os meios de subsistência humana e a partilha equitativa dos benefícios. Este programa procura salvaguardar os ecossistemas naturais, promovendo abordagens inovadoras para o desenvolvimento econômico e social, culturalmente apropriados e ambientalmente sustentáveis (UNESCO, 2017a). Sendo assim, na Quarta Colônia, as comunidades locais, os grupos ambientais e os interesses econômicos podem se valer deste programa e trabalhar em colaboração com temas de conservação e de desenvolvimento.

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) do RS foi reconhecida em 1994 como patrimônio cultural e ambiental da humanidade. A gestão é coordenada pelo Comitê Estadual da RBMA – CRBMA/RS, reconhecida pela Resolução CONSEMA n.º 001/1997 (GODOY et al., 2012, p. 423). Portanto, pela configuração natural da QC, essa diversidade morfológica com diferentes paisagens enriquece a Região, propicia algumas culturas agrícolas, como a cultura do arroz nas margens baixas e planas dos rios Jacuí, Soturno e seus afluentes (solos resultantes da acumulação fluvial), áreas sujeitas a inundações periódicas, ideais para tal cultivo (Figura 28).

Figura 28 – Paisagens variadas: áreas planas propícias à cultura do arroz.

a) b)

a) Várzea do Rio Jacuí-Agudo; b) Várzea do Rio Soturno - São João do Polêsine
Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

O território, e não somente suas áreas protegidas, possui uma riqueza natural privilegiada, pois a região está em uma zona de ecótono, encontro de dois biomas diferentes: Mata Atlântica e Pampa. Logo, a região que empresta o mesmo nome à proposta de Geoparque Quarta Colônia (GQC) é caracterizada pela importância

natural geológica – pela sua diversidade geológica (rochas, minerais, fósseis) e singularidade geomorfológica (formas de relevo ou processos ativos), alta biodiversidade (flora e fauna) e importância cultural (relações humanas e patrimônio edificado).

Através da Comissão de Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil (SIGEP), instituída em 1997, somaram-se à comunidade geológica brasileira entidades públicas e privadas com o objetivo de identificar sítios geológicos e paleobiológicos através do programa da UNESCO, intitulado *World Heritage,* com o fim de equilibrar as estratégias de conservação da geodiversidade e, consequentemente, da biodiversidade. Dentre estas entidades, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) criou o Projeto Geoparques do Brasil em 2006.

Este projeto está baseado nos modelos internacionais com parceria de universidades, entidades federais e estaduais, promovendo a inventariação de sítios geopatrimoniais de destaque no território brasileiro, com a finalidade de estimular a criação de futuros geoparques baseado na “identificação, levantamento, descrição, diagnóstico e ampla divulgação de áreas com potencial para futuros geoparques, [...] aliado à presença de sítios não geológicos de importância ecológica, arqueológica, histórica ou cultural” (SCHOBBENHAUS, 2012, p. 13).

Neste âmbito, em 2009, conforme critérios estabelecidos pela Rede Global de Geoparques (GGN) sob os auspícios da UNESCO, o CONDESUS da Quarta Colônia solicitou a participação da CPRM no desenvolvimento do projeto Geoparque Quarta Colônia (RS). Um território constituído por nove municípios com grande potencial do ponto de vista geocientífico e geoturístico, em razão da ocorrência de fósseis de origem animal e vegetal de altíssimo valor científico.

Atualmente há uma carência de planejamento e de gestão do território, além de infraestrutura turística ainda pouco desenvolvida para receber turistas. Muitos geossítios são ainda desestruturados e, por isso, menos conhecidos. É necessária uma série de propostas estratégicas para tornar conhecidos os geossítios e os Locais de Interesse Patrimonial (LIP).

3.2 GEOSSÍTIOS

As potencialidades dos recursos naturais, mais especificamente os geológico-geomorfológicos da região da Quarta Colônia, segundo Godoy et al. (2012), têm grande importância do ponto de vista geocientífico e geoturístico. Muitos dos locais contêm restos fósseis de organismos animais e vegetais que servem para interpretar a evolução da vida na Terra e suas atividades, através do tempo geológico, principalmente da Era Mesozóica (251 Ma – 66 Ma).

Conforme Valderrama et al. (2013), os fósseis depositados junto a sedimentos, fazendo parte das rochas sedimentares, possibilitam informações da sua

> origem, sua evolução, seus ecossistemas e as relações entre eles, a distribuição espacial e temporal, as extinções, os processos de fossilização e correlação e datação das rochas que os contêm, [...] embora em alguns casos possam ser conservados em rochas com baixíssimo metamorfismo. (VALDERRAMA et al., 2013, p, 26, tradução livre).

Desde o início do século XX, a região é conhecida como uma área rica em conteúdo fóssil do período Triássico (251 Ma – 199 Ma), quando vários grupos de organismos terrestres surgiram, caracterizando-se como lugar de grande importância científica para o conhecimento da origem dos dinossauros, dos mamíferos e da evolução das coníferas.

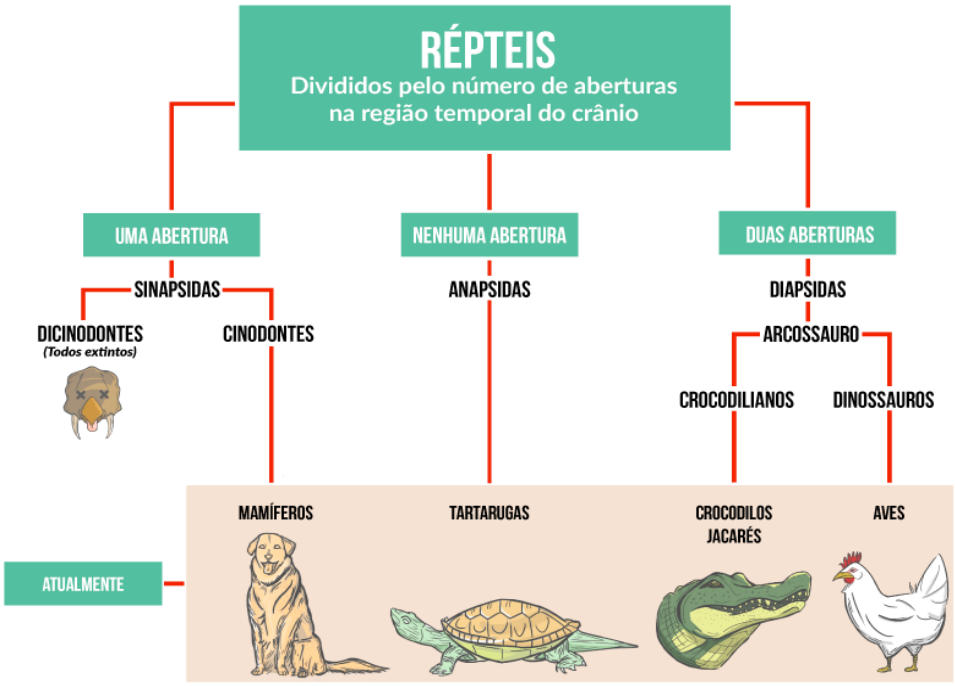
Nas camadas de rochas sedimentares da Bacia do Paraná, principalmente nas unidades pertencentes aos períodos Permiano e Triássico, aflorantes na região conhecida como Depressão Periférica Sul-Riograndense, encontra-se a maior parte dos fósseis do Estado (SCHULTZ, 1990; STRANZ, et al., 2008).

Os mamíferos e as aves que se conhece hoje são descendentes de grupos de animais ancestrais que viveram na Era Mesozoica.

> Os que viveram durante o Período Triássico possuem parentescos ou ligações com animais que conhecemos. Por exemplo, os sinapsidas, hoje representados unicamente pelos mamíferos, no Triássico sul brasileiro eram representados por dois grandes grupos: os dicinodontes, herbívoros com tamanho e presas grandes, que foram extintos no fim da Era Mesozoica sem deixar descendentes; e os cinodontes, que tinham dentes similares aos de um cachorro e uma variação de tamanho entre dezcentímetros e até doismetros, dos quais os mamíferos atuais descendem. (PAVANATTO, 2017).

Outro grupo de interesse é o dos Diapsida, grupo dos répteis, que além de conter os répteis atuais também incluía o grande subgrupo dos Arcossauros. Nele, estavam os pterossauros (répteis voadores), os crocodilianos e os dinossauros – dos quais descenderam as aves. Pode-se perceber que os dinossauros ocupam um pequeno espaço na grande cadeia de animais da Era Mesozoica (Figura 29).

Figura 29 – Parentescos com os animais da Era Mesozóica.

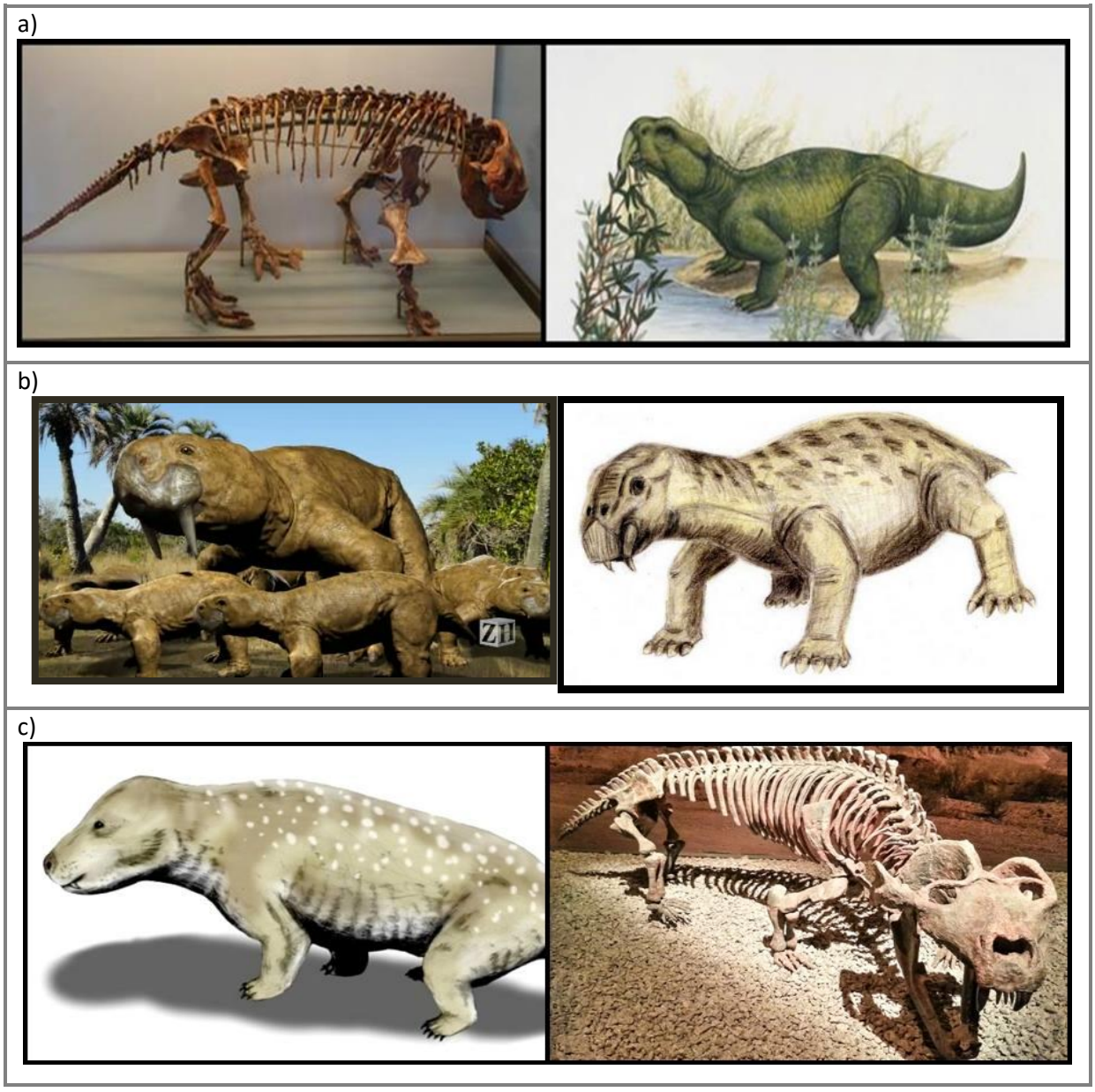


Fonte: (PAVANATTO, 2017).

Na região central do Rio Grande do Sul acontece o ecótono Bioma Pampa, na Depressão Central (a Sul) e a Mata Atlântica, no Rebordo Planalto Meridional Brasileiro (a Norte). Um transecto na direção Leste a Oeste, de Candelária à Mata, mostra uma diversidade de formações geológicas. Nesta transição de relevos, áreas de afloramentos associados a camadas de depósitos flúvio-lacustres, situadas abaixo da formação Botucatu, são exumados pela erosão regressiva da escarpa do Planalto os mais antigos registros de fósseis de dinossauros, bem como dos precursores dos primeiros mamíferos que surgiram no planeta há aproximadamente 200 milhões de anos. Um período passado numa “vasta planície quente e seca, de solo vermelho” com uma fauna exuberante de répteis (SCHULTZ, 1990, p. 6).

Entre os fósseis estão alguns dos “dinossauros mais antigos e cinodontes, estes últimos relacionados à origem dos mamíferos” (GODOY, et. al. 2012, p. 420), assim como os tecodontes, ancestrais dos dinossauros, os rincossauros, dicinodontes, procolofonóides, esfenodontídeos e peixes (Figura 30).

Figura 30 – Fósseis muito comuns na Quarta Colônia: a)Fóssil de “Rincossauro”: significa “Lagarto de Bico”, muito parecido com o de um papagaio, mas não são dinossauros; b) Dicinodonte: dois dentes de cão; c) Cinodonte.



Fonte: (LEP – Laboratório de Estratigrafia e Palebiologia – UFSM).

Também são encontrados iconofósseis, pegadas de tetrápodes e escavações de invertebrados. Quanto aos fósseis paleobotânicos, há estruturas reprodutivas de coníferas, ramos e troncos, considerados raros para o Triássico.

O processo evolutivo gerou uma grande variedade de biótipos. Dicinodontes de pequeno, médio e grande porte foram encontrados na região (do tamanho de um camundongo ao de um búfalo). Eles foram os principais animais terrestres herbívoros antes do domínio dos dinossauros. Possuíam o corpo em forma de barril, com membros curtos e fortes. Mas nem todos viveram na mesma época. Conforme Schultz (1995), quando confrontados,

> os diferentes fósseis com as camadas de rocha em que eles ocorrem, podemos concluir que existiram pelo menos duas grandes divisões, no que se refere à paleofauna de répteis desta região. Num primeiro momento, há cerca de 230 milhões de anos atrás, dentro do período chamado Triássico, a fauna seria dominada pelos répteis dicinodontes, pelos cinodontes e pelos grandes tecodontes carnívoros. Todos estes répteis fósseis ocorrem associados (isto é, nas mesmas camadas de rochas), sendo que tal associação é encontrada em maior quantidade nas regiões de Pinheiros (município de Candelária) e Chiniquá (município de São Pedro do Sul). As camadas de barro vermelho que estão acima destas, embora pareçam à primeira vista idênticas às de baixo, possuem fósseis de répteis bastante diferentes: não são mais encontrados fósseis de dicinodontes e surgem, em grande quantidade, os rincossauros, os tecodontes passam a ser representados apenas por formas pequenas e muito raras; os cinodontes, igualmente abundantes nas camadas de baixo, diminuem muito em quantidade e se caracterizam também pelo pequeno porte. A grande novidade, nestas camadas, está no aparecimento de um dinossauro, que seria justamente um dos ancestrais de todos os dinossauros (juntamente com outros que são encontrados na Argentina) (SCHULTZ, 1995, p. 10).

Os sítios de interesse geopatrimonial, ou geossítios, são partes das evidências testemunhais das transformações que a Terra sofreu ao longo de sua história, bem como a evolução da diversidade da fauna e da flora. Portanto, geossítios representam Lugares de Interesse Patrimonial (LIP), devido aos valores destacados do meio circundante: interesse científico e/ou educativo e/ou turístico e/ou cultural.

O trabalho realizado pela CPRM-Serviço Geológico do Brasil (2012) elencou vinte (20) geossítios na Quarta Colônia para compor a Proposta de Implantação do Geoparque Quarta Colônia (GQC) (GODOY et. al., 2012).

Ziemann (2016), com a finalidade de dar suporte à proposta do GQC, fez uma revisão, reavaliação e ampliação do inventário elaborado pela CPRM, pois nem

todos os geossítios fossilíferos apresentam destaque geoturísticos. A autora esclarece que:

> A falta de interdisciplinaridade na equipe da CPRM, composta basicamente por geólogos, produziu um inventário com ênfase, sobretudo, nos geossítios paleontológicos daquele território totalizando doze dos vinte pontos inventariados, colocando menor relevância a outros aspectos geopatrimoniais estratégicos para o desenvolvimento do geoturismo dentro do futuro geoparque (ZIEMANN, 2016, p. 17).

A mesma autora salienta que a apresentação de uma proposta de geoparque baseada naquele inventário evidenciaria um fraco envolvimento comunitário e pouca valorização dos aspectos culturais ligados aos outros elementos da geodiversidade presentes na Quarta Colônia. Além disso, dos nove municípios, dois não apresentaram originalmente nenhum geossitio inventariado, ignorando-se a existência de grande potencial patrimonial naquelas paisagens.

Ademais, a maioria dos geossítios paleontológicos inventariados pela CPRM, do ponto de vista do valor turístico, apresenta uma acessibilidade difícil, impossibilitando sua observação, pois depende da coleta e preparação do material fossilífero. Dessa forma, conclui a autora: "os geossítios inventariados apresentam características que os distanciam da filosofia presente na estratégia de um geoparque da Divisão das Ciências da Terra das Organizações das Nações Unidas para a Cultura, Ciência e Educação (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization UNESCO)" (ZIEMANN, 2016, p. 17).

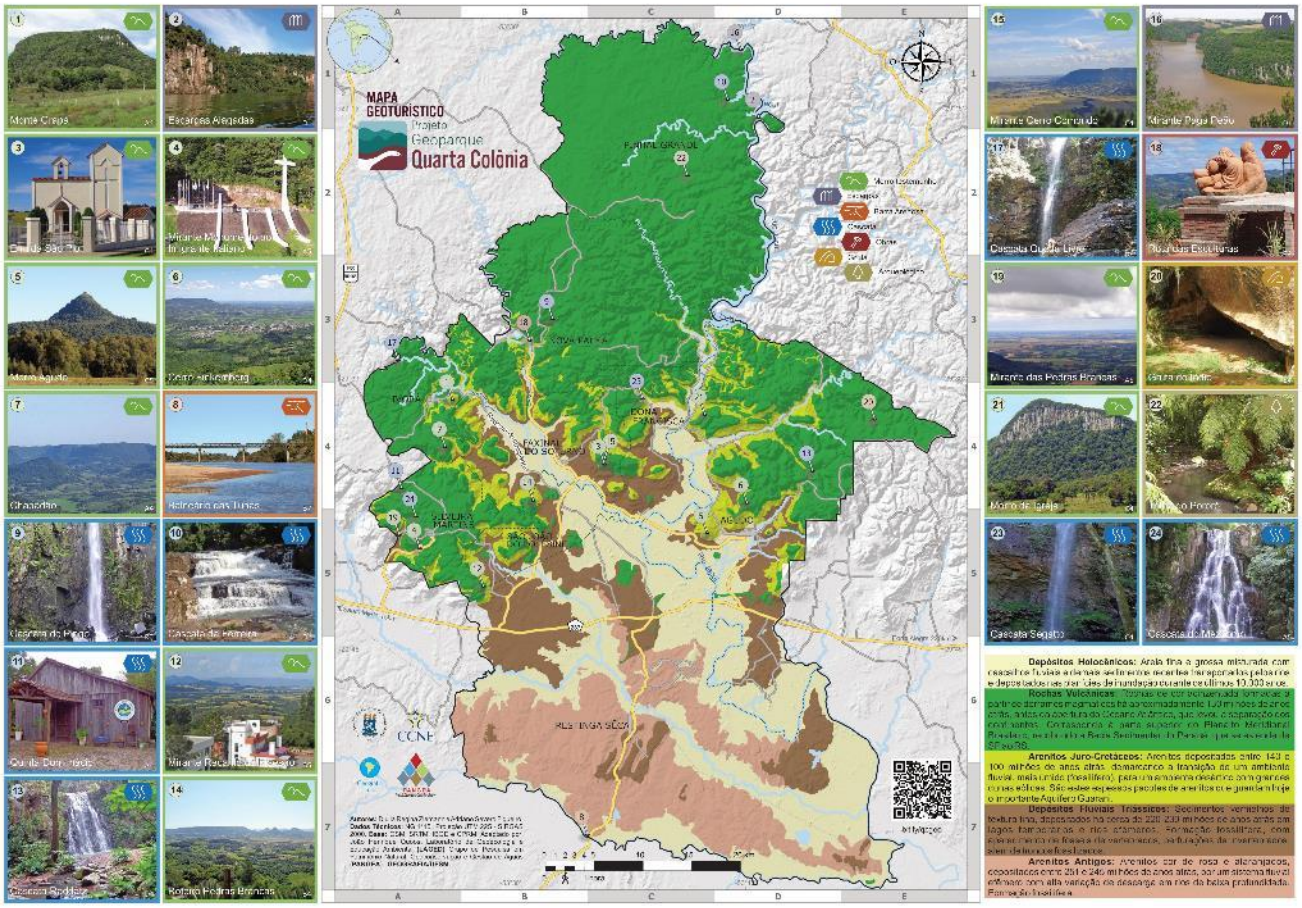
Esses, segundo a autora supracitada, são motivos pelos quais o inventário precisava ser complementado a fim de potencializar o uso geoturístico. Através da geoconservação destas feições, é possível ocorrer o reconhecimento de outras formas de valor, possibilitando a contemplação de paisagens de grande beleza cênica e integração com a comunidade local.

Pela prática de ações de geoturismo, é possível potencializar a economia local/regional e o capital social da área pautada na concepção de sustentabilidade, além de gerar benefícios econômicos por muito tempo, conservar a natureza e atuar na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos.

Ziemann (2016) apresenta um mapa geoturístico da Quarta Colônia, propondo 24 geossítios para o território, através da identificação e classificação de

valores de outras feições geomorfológicas, que compreendem e reforçam o potencial dos recursos para proposta do Geoparque Quarta Colônia (Figura 31).

Figura 31 – Mapa geoturístico da Quarta Colônia destacando os geossítios reinventariados para o projeto Geoparque da Quarta Colônia.



Fonte: (ZIEMANN, FIGUEIRÓ, 2019).

Outro aspecto importante da área são as rochas do Cretáceo Inferior (145 Ma), que marcaram um período muito importante da história geológica, a ruptura do supercontinente Gondwana. Estas se constituem nos principais geomonumentos da região, representadas pelas exposições de “rochas do deserto Botucatu” e do vulcanismo Serra Geral (GODOY et. al. 2012, p. 420).

No Quadro 5, podem ser visualizados os vinte e quatro geossítios com potencial geoturístico, identificados por Ziemann (2016) após o reinventário do território, com os seus respectivos municípios e coordenadas de localização.

Quadro 5 – Lugares Geoturísticos do GQC.

GEOSSÍTIOS	CATEGORIA	INTERESSE	MUNICÍPIO	COORDENADAS	
01- Monte Grappa	Morro testemunho	Geoturístico/didático/cultural	Ivorá	29º 31’ 13” S	53º 34’ 0,5” W
02- Escarpas Alagadas	Escarpa	Econômico/ Geoturístico	Pinhal Grande	29º 51’ 55” S	53º 22’52” W
03- Ermida São Pio	Morro testemunho	Geourístico/cultural	Faxinal do Soturno	29º 34’ 51,2” S	53º 24’ 0,6” W
04- Monumento ao Imigrante	Belvedere	Geoturístico	Silveira Martins	29º 39’ 29,07” S	53º 35’ 44,68” W
05- Morro Agudo	Morro testemunho	Geoturístico/científico	Agudo	29º 38’ 40,1” S	53º 17’28,6” W
06- Cerro Finkemberg	Cerro	Geoturístico	Agudo	29º 36' 58" S	53º 14' 57" W
07- Chapadão	Mirante	Geoturístico	Faxinal do Soturno	29º 31’ 31" S	53º 35’ 06" W
08- Balneário das Tunas	Balneário	Geoturístico e cultural	Restinga Sêca	29º 55’ 26” S	53º 35’ 0,7” W
09- Cascata do Pingo	Cascata	Geoturístico	Nova Palma	29º 26’ 28” S	53º 27’ 47” W
10- Cascata da Ferreira	Cascata	Geoturístico	Pinhal Grande	29º 13’ 22” S	53º 14’ 15” W
11- Quinta Don Inácio	Cascatas	Geoturístico	Silveira Martins	29º 37’ 44” S	53º 35’ 59” W
12- Mirante Recanto Maestro	Mirante	Geoturístico/ econômico	São João do Polêsine	29º 42’ 14” S	53º 31’ 38” W
13- Cascata Raddatz	Cascata	Geoturístico	Agudo	29º 35' 11" S	53º 10' 06" W
14- Roteiro Pedras Brancas	Mirante	Geoturístico-moderado	São João do Polêsine	29º 36’ 56” S	53º 28’ 52” W
15- Mirante Cerro Comprido	Belvedere	Geoturístico/didático	Faxinal do Soturno	29º 34’ 51,2” S	53º 24’ 0,6” W
16- Mirante Paga Peão	Mirante	Geourístico/didático/ cultural	Pinhal Grande	29º 11’ 51” S	53º 15’ 21” W
17- Cascata Queda Livre	Cascata	Geoturístico	Ivorá	29º 29’ 03” S	53º 37’ 05” W
18- Rota das Esculturas	Esculturas	Geoturístico, cultural e econômico	Nova Palma	29º 28’ 04” S	53º 28’ 30” W
19- Mirante Pedras Brancas	Mirante	Geoturístico	Silveira Martins	29º 38’ 45” S	53º 37’ 02” W
20- Gruta do Índio	Gruta	Geoturístico	Agudo	29º 32’ 20,0” S	53º 06’ 50” W
21- Morro (Cerro) da Igreja	Morro	Geoturístico	Agudo	29º 32’ 11” S	53º 17’ 22” W
22- Trilha do Pororó	Trilha	Científico/cultural/ geoturístico	Pinhal Grande	29º 18´ 52” S	53º 18’ 44” W
23- Cascata do Segatto	Cascata	Geoturístico	Dona Francisca	29º 31’ 12” S	53º 21’ 34” W
24- Cascata do Mezzomo	Cascata	Geoturístico	Silveira Martins	29º 37’ 44” S	53º 35’ 59” W

Fonte: ZIEMANN (2016).

3.3 PATRIMÔNIO CULTURAL DA QUARTA COLÔNIA

Segundo Lazzarotto (1998), os primeiros habitantes nativos do Rio Grande do Sul datam de 12.000 anos. Viveram nos campos e adaptaram-se às florestas. Eram nômades, viviam da caça e contavam com toscos instrumentos feitos de pedra lascada (Figura 32).

Figura 32 – Quadro esquemático das transformações culturais da sociedade que acompanharam as modificações climáticas nos últimos doze mil anos.

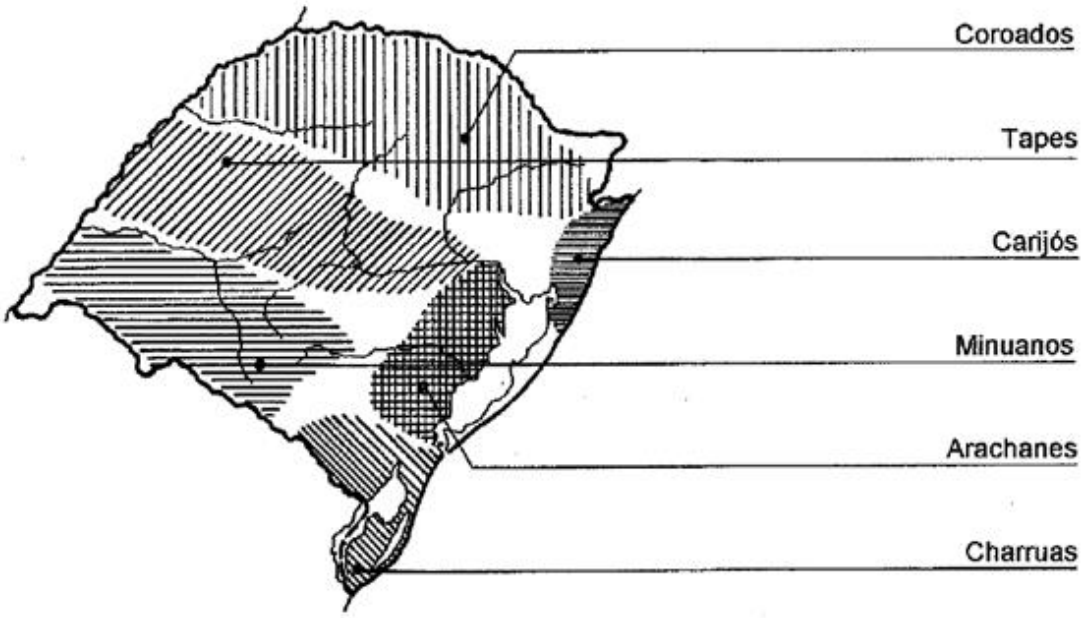
	CLIMA	HOMEM
12 mil anos	Fim da glaciação (período que cobriu a terra de gelo)	Primeiros caçadores e coletores
10 mil anos	Frio e seco	Caçadores-coletores de áreas abertas (Tradição Umbu)
9 mil anos	Quente e úmido	Caçadores-coletores das florestas (Tradição Humaitá)
4 mil anos	Quente e úmido	Pescadores-coletores do litoral (Sambaquis)
2 mil anos	Clima atual	Ceramistas e horticultores migrados da Amazônia (Tradição Tupi-Guarani) Ceramistas que habitavam o Planalto (Tradição Taquara) Ceramistas dos Pampas (Tradição Vieira)

Fonte: História Ilustrada do Rio Grande do Sul. Adaptado de (CECHIN, 2002, p. 12).

Ao longo desse período, com as mudanças climáticas, esses habitantes construíram casas subterrâneas no planalto, viveram em aterros no campo e fizeram abrigos amontoando conchas no litoral. Alguns grupos prevaleceram até 2.000 anos

atrás, quando os Guaranis, do tronco Tupi em número maior, invadiram todo o território. Ocuparam vales, áreas de florestas e o litoral e submeteram outros povos que ganharam outros nomes. Não conheciam o metal, mas eram bons ceramistas e introduziram a agricultura (Figura 33).

Figura 33 – Distribuição dos povos no Rio Grande do Sul.



Fonte: História Ilustrada do Rio Grande do Sul. Adaptado de (CECHIN, 2002, p. 13).

Quando da chegada dos europeus, estes povos já se encontravam muito alterados pela dominação dos guaranis. E, a partir das primeiras décadas do século XVII, o cenário rio-grandense tomou outros ares, pela doutrinação cristã jesuítica, resultando na fundação de povoações com princípios societários. Nestas reduções, foi introduzido o gado, vindo da Argentina, que se tornou o elemento mais determinante no processo de povoamento e desenvolvimento das terras rio-grandenses.

Passada a expulsão dos jesuítas, além do rio Uruguai, das reduções, sobrou o gado nos campos. Solto e sem dono, tornou-se selvagem. Denominado *chimarrão* (rês que foge e se torna bravio) atraiu aventureiros e contrabandistas. Ao mesmo tempo, de forma sistemática, surgiram as grandes estâncias como atividade criatória e de ocupação espacial, como expansão territorial pelo homem. Desprezadas pelos

portugueses, sobraram florestas, principalmente aquelas que constituíam a Encosta da Serra Geral, como último reduto para os nativos.

Das riquezas naturais que a região oferecia, na legitimação destas terras, cresceram as desavenças entre espanhóis e portugueses. Preocupado, não só com a linha de fronteira, mas com o centro vazio, o governo pensou em uma forma de aumentar a massa populacional em terras tomadas dos índios e muito cobiçadas pelos castelhanos. Mesmo com muitos tratados, nem sempre cumpridos, os conflitos de demarcação de fronteiras sempre foram motivos de muitas disputas e peleias. Para garantir a ocupação do território o governo monárquico português promoveu a instalação de casais portugueses, ou por insuficiência destes podiam ser de outras nacionalidades, desde que não fossem castelhanos, ingleses, holandeses e franceses, distribuiu sesmarias (equivalente a 13.068 hectares). Áreas nem sempre exatas, mas aproximadas, pois acidentes naturais como rios, banhados e morros, limitavam as propriedades (LAZZAROTTO, 1998).

Os militares foram beneficiados por concessão gratuita de vastas extensões e, muito comum também, à apropriação indébita de territórios alheios, terras devolutas para criação de gado. Desde esta época, já se concentrava muita terra nas mãos de poucos. O próprio botânico francês Saint-Hilaire narra que eram requeridas terras até para quem nem havia nascido, inclusive na região da Quarta Colônia, quando aqui passou em 1820 e 1821 (SAINT-HILAIRE, 1974).

Conflitos como invasões, guerrilhas, saques e roubos de gado duraram até mesmo depois da Independência do Brasil. A implantação de uma política agrária com incentivo à imigração europeia e à colonização marcou o processo de transição de um longo período de mão de obra escrava para a mão de obra livre, pois a intenção era ocupar, proteger das possíveis incursões espanholas e difundir a produção agrícola em regiões despovoadas. A introdução de colonos policultores em pequenas propriedades possibilitou o pioneirismo da agricultura em áreas conquistadas de forma predatória, inclusive na floresta nativa.

Com relação à imigração europeia, dois momentos foram marcantes no século XIX: 1) a imigração e colonização alemã nas primeiras décadas, por meio de pequenas propriedades de subsistência, localizados principalmente nas terras baixas até os limites da floresta rio-grandense ao longo da Encosta da Serra; 2) a imigração e colonização italiana, a partir de 1870, através de pequenas propriedades de subsistência, na Mata Atlântica e localizada ao longo dos meandros da Encosta

da Serra. Ambos imigrantes, recrutados, seguiram os desígnios da atividade agrícola da Europa cujo processo de aculturação foi desenvolvido na reciprocidade, na mútua colaboração e na dualidade de interesses, inclusive nas trocas comerciais. A população rio-grandense foi forjada no “duro trabalho de ocupação e defesa da terra, na produção e nas relações por eles geradas, na influência religiosa, na disciplina militar e na interação terra-homem” (VIEIRA, 1985, p. 85).

Na área em estudo, os primeiros imigrantes europeus a se fixarem como colonos foram os alemães, provenientes da Pomerânia e, depois, da Boêmia. Terras em que outrora fora habitada pela etnia Tape, de dominação e aculturação dos Guaranis. Provavelmente sofreram influência da doutrinação missioneira da Redução de Natividade (1632), destruída pelo bandeirante Raposo Tavares (localizada a Noroeste do município Pinhal Grande), e da Redução da Santana (1633), fundada pelo Pe. Pedro Alvarez (VIEIRA, 1985). Esta última ficava nas imediações da atual cidade de Agudo (Figura 34).

Diversos sítios arqueológicos foram descobertos na Quarta Colônia. Um expoente é o Sítio Arqueológico do Pororó, na localidade de Encruzilhada, distante 4km da cidade de Pinhal Grande, onde foram encontrados materiais característicos das tradições líticas Humaitá e Umbu, caçadores coletores.

Desde 2006, arqueólogos, como o Prof. Dr. Saul Eduardo Seiguer Milder, ex-coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA/UFSM), pesquisam nestas imediações.

> O sítio arqueológico é formado por um Cerrito, um tipo de construção arqueológica monticular, algumas vezes chamadas de cômoros, aterros [...], geralmente são encontrados em lugares planos e alagadiços, onde comumente se encontra vestígios arqueológicos líticos; cerâmicos; arqueofaunísticos; e algumas vezes enterramentos humanos (GARCIA e MILDER, 2011, p. 2).

Foram resgatados mais de 10.000 objetos na propriedade, estimados em 10.000 a 4.000 anos de idade. Das matérias-primas líticas que compõem esta coleção, foram identificadas inicialmente como arenito silicificado; basalto; riolito; quartzo hialino; quartzo leitoso; e variedades de sílex (calcedônia preta, calcedônia translucida-creme-cinza, calcedônia branca-laranja e madeira petrificada). Além destas variedades que ilustram boa parte das matérias-primas predominantes no sítio, também foram encontradas amostras em estado natural e de menor

representatividade numérica de basalto oxidado; basalto limonitizado; e óxido de manganês. Quanto aos tipos de lascas encontrados em superfície e quanto às localizações espaciais, dois apresentam concentrações de talhadores Humaitá e o último um fragmento de cerâmica Guarani (GARCIA, 2013).

Figura 34 – Reduções jesuíticas, estâncias e rotas de penetração, 1636 -1750.

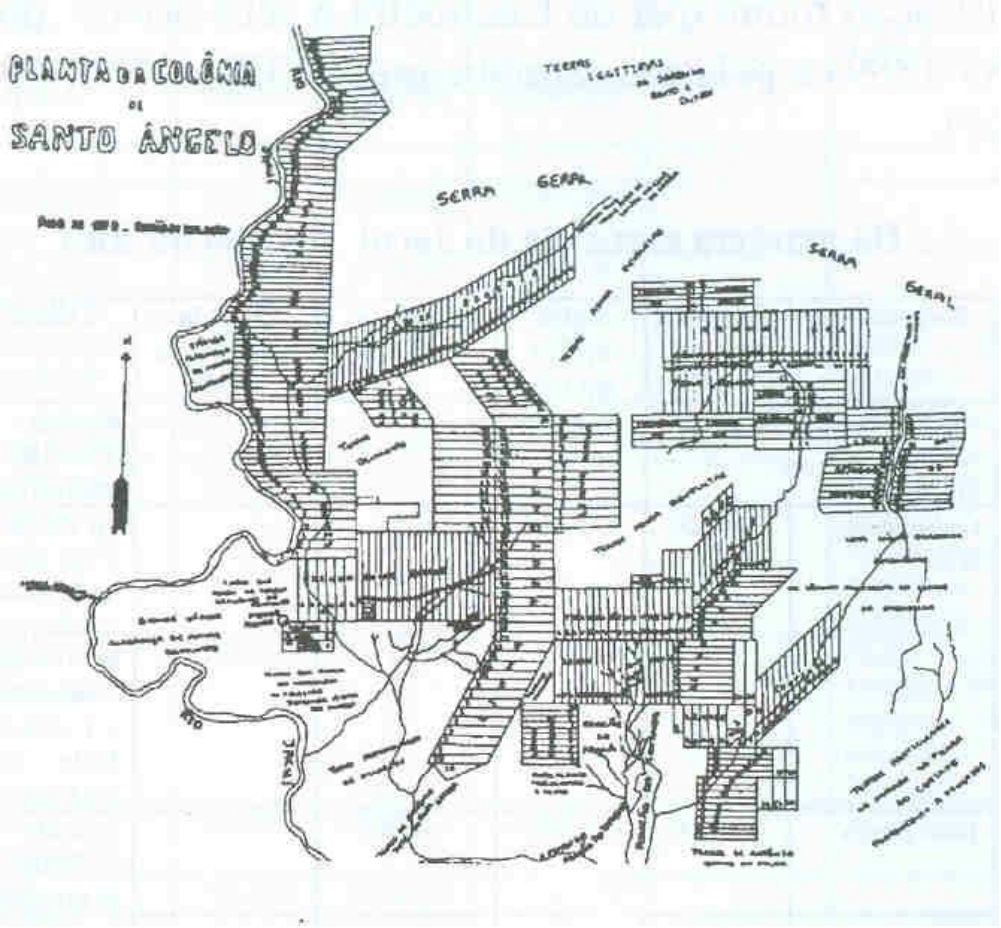
Fonte: (VIEIRA, 1985, p.40-41).

A arqueologia também desvendou no Vale do Rio Soturno o estabelecimento de populações humanas em tempos pretéritos, anteriores à colonização do Brasil.

Sítios espalhados por esta microrregião, como Várzea dos Bugres, Cerro dos Bugres, Cerro do Tope, Moacir Rossato, com remanescentes culturais atribuídos aos Guaranis – caçadores-coletores e horticultores, que “viveram neste local por um tempo suficiente para deixar registrado no solo suas evidências não perecíveis” (SANTI, 2009). Inscrições na rocha arenítica foram deixadas pelos indígenas, no Abrigo Indígena em Ivorá e na Caverna Indígena em Nova Palma (Caemborá).

Depois da metade do século XIX, na margem esquerda do rio Jacuí, onde já havia alguns posseiros de origem luso-brasileira, foi instalada a colônia de imigrantes alemães, Santo Ângelo, denominada em homenagem ao governo provincial Presidente Ângelo Muniz da Silva Ferraz, nos anos de 1857 a 1885, atual município de Agudo (toponomínia devido ao morro a Oeste da cidade) (Figura 35).

Figura 35 – Colônia Santo Ângelo; planta elaborada por Barão von Kahlden, segundo diretor da colônia,1878.



Fonte: (WERLANG, 2002, p. 179).

Vinte anos depois, em 1877, também neste espaço geográfico, contíguo aos alemães, é a vez dos imigrantes italianos se fixarem como o quarto núcleo de colonos italianos na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em terras pertencentes aos municípios de Santa Maria da Boca do Monte e Cachoeira do Sul.

Somente em 20 de setembro de 1878, o Núcleo foi elevado à categoria de Quarta Colônia Imperial Silveira Martins, denominada em homenagem ao ilustre senador que desempenhara esforços para sua instalação. Um território de quase 80 léguas quadradas absorveu imigrantes vindos da região do Vêneto, em maioria. A partir daí vários outros núcleos limítrofes foram fundados (ISAIA, 1975; SPONCHIADO, 1996) (Figura 36).

Figura 36 – Núcleos de imigrantes italianos da Quarta Colônia Imperial.

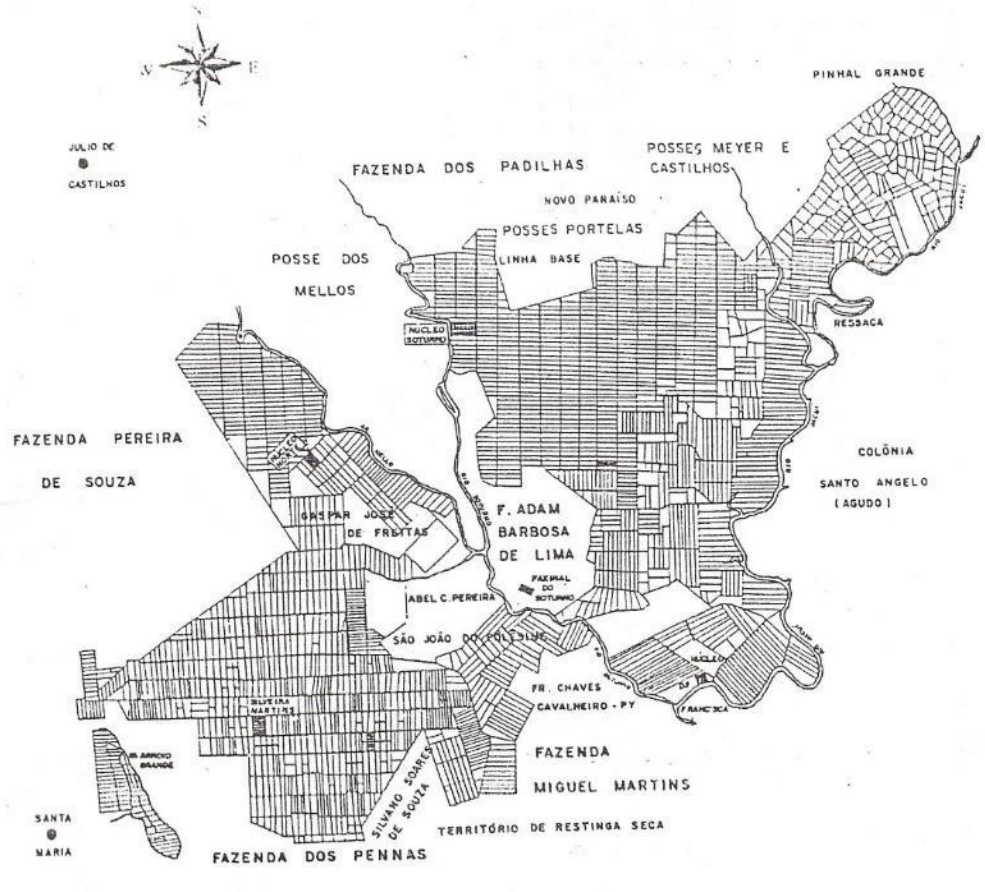
Fonte: (SPONCHIADO, 1996, p. 52).

As primeiras levas de italianos vieram por via fluvial até Rio Pardo e, aproximadamente, mais quinze dias por terra. Passaram pelo caminho dos Pains e picada dos Pennas até o barracão de Val de Buia, em propriedade do alemão F.J. Smith, que depois passaria a pertencer aos irmãos Aita, italianos.

Situação bastante diferente dos alemães, pois foram demarcados lotes em terras devolutas, na fralda da Serra de São Martinho, ou Serra Geral, e de tamanho menor, o que difícultava a habilidade de trabalhar. Tinham como limites terras mais planas de grandes latifundiários descendentes de portugueses e paulistas com atividades ligadas à pecuária, portanto sem oferecer concorrência a estes.

Sponchiado (1996) descreve que, na área de expansão, abrangência da Quarta Colônia, antes da chegada dos imigrantes, as terras acidentadas e devolutas do Império a eles destinadas estavam imbricadas por muitos particulares – posseiros com descendência portuguesa – e, dedicados praticamente à pecuária, divergentes a expansão da Colônia Silveira Martins, provavelmente pelas incertezas dos limites (Figura 37).

Figura 37 - Enxameamento (expansão) da ex-Quarta Colônia Imperial Silveira Martins, núcleos e posseiros.



Fonte: (SPONCHAIDO, 1996, p. 71).

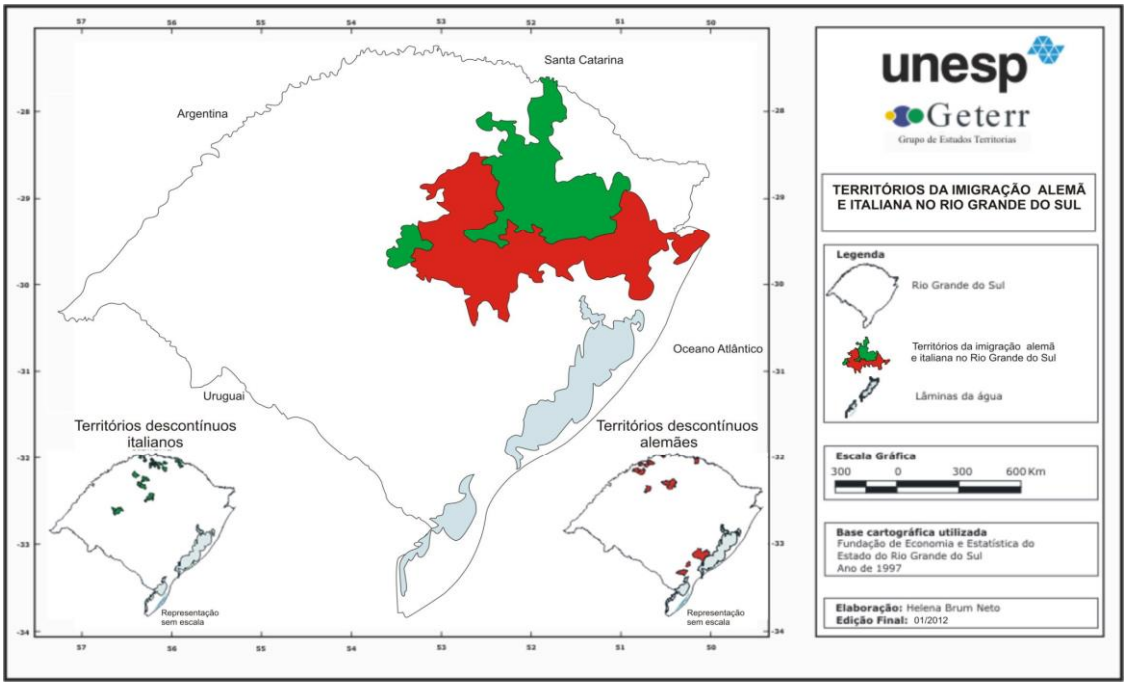
Durante o processo de colonização, a área de terra oferecida aos imigrantes diminuía: em 1752, os açorianos eram contemplados com ¼ de légua (1.087,50 ha);

em 1824, os alemães, com 77 ha e em 1848 com 48 ha; e, a partir de 1875, para os italianos e demais, entre 20 e 25 ha (VIEIRA, 1985).

Pelo exposto, em maioria, os imigrantes italianos entraram nesta região e dispersaram-se, ficando conhecida como região da Quarta Colônia. Portanto, a denominação é uma reminiscência da ex-Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, criada em 1877. Foi o quarto núcleo colonial de imigração italiana, poucos anos após as instalações das colônias irmãs, Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias do Sul, localizadas na região serrana, Nordeste Gaúcho. Dessa forma, o território afirma-se sobre significativas narrativas étnicas de apropriação simbólica de uma região demarcada pela multiplicidade étnica (SANTIN, 1999; FROEHLICH et al., 2007).

Assim, tanto as colônias italianas como as alemãs (Figura 38), a partir da implantação delas, com seus hábitos, costumes e trabalho, contribuíram na formação da composição e cultura do povo brasileiro, sobretudo do gaúcho.

Figura 38 – Localização dos territórios da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul.



Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul.

Ressalta-se que a Quarta Colônia é, hoje, um território consorciado pelos seus nove municípios: Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma,

Pinhal Grande, São João do Polêsine e Silveira Martins são de origem italiana; Agudo – influência de colonização alemã, que antecedeu a vinda dos primeiros imigrantes italianos à região, e Restinga Seca de etnia mista, portuguesa, africana, alemã e italiana.

Esses povos contribuíram na formação de novas paisagens, diferentes, mas com peculiaridades carregadas de bens materiais e imateriais simbólicos, nas quais se revelam características com identidade territorial. Hoje, com forte expressividade cultural, conservam uma “forma de cultuar as tradições e expressar o sentimento de identificação pela sua terra e pela cultura, ou seja, desenvolve-se um sentimento topofílico” (BRUM NETO; BEZZI, 2008, p.145).

A região da Quarta Colônia, caracterizada por uma economia baseada no setor Primário, destaca-se especialmente pela diversidade de atividades agrícolas, pelo forte trabalho familiar e por possuir um patrimônio histórico cultural material e imaterial muito importante. Um patrimônio cuja herança pertence a diversas etnias, principalmente do período de colonização por imigrantes europeus.

Caracterizada por revelar uma riqueza histórica e uma paisagem expressa em ares rurais, revela uma forte presença de patrimônio cultural intangível, manifestada no modo de vida dos precursores e seus descendentes (danças, ritos, gastronomia, vestuário, dialetos, jogos típicos, cantorias, festas religiosas, etc.). Além de um forte patrimônio cultural tangível (arquitetura de época, construções religiosas, artesanato, etc.), que se manifesta como sendo a memória viva dos antepassados, que provocam interesses turísticos em pessoas que buscam na cultura a identidade do local, o refúgio aos padrões impostos pela globalização cultural.

Portanto, apresentar os atrativos culturais e naturais que o território Quarta Colônia ocupa neste espaço geográfico é desvelar o potencial turístico de forma plena a ser explorado como justificativa de deslocamentos de pessoas. Possui um acervo portador de significados, memórias e sentimentos das comunidades aí presentes, de pertencimento a conhecida Região da Quarta Colônia. Um ambiente transformado onde os modos de ser e de fazer dos antigos ficaram registrados na paisagem. É um cenário que remete a tempos ancestrais destes povos, para a maneira de como estes o faziam no passado. Dessa forma, essa diversidade natural e cultural relacionada aos saberes, costumes e práticas sociais é que forja o patrimônio cultural material e imaterial. São esses elementos referenciais, enquanto

recursos potenciais, que podem ser trabalhados para a promoção do desenvolvimento deste território.

O **patrimônio material** imóvel está representado por uma arquitetura remanescente da imigração europeia, um elemento identificador do território Quarta Colônia: igrejas, capelas, capitéis, casas, espaços públicos, conjuntos urbanos, grutas adaptadas para a religiosidade, montes, entre outros. Porém, este não se restringe somente ao edifício isolado, mas implica também no entorno abrangente, na inserção e integração à paisagem, garantindo visibilidade e valor para a ambiência da edificação.

Uma análise de valor dos aspectos característicos abrange a compreensão de que se molda à cultura deste povo, como o linguajar, os meios utilizados na comunicação, as relações sociais, os costumes, as cerimônias, a resolução de conflitos, as crenças, “que passaram a ser vistos como referências culturais” desses grupos étnicos aí presentes. São os “signos que definem as culturas e que necessitam de salvaguarda” (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p. 254).

Neste território existe um número considerável de edificações com expressivos significados, que necessitam de uma atenção maior por parte de suas comunidades. Possuem qualidades e características próprias que os distinguem. Visíveis, em parte por sua escala e durabilidade, muitos se encontram em estado de degradação, parecendo acompanhar o desaparecimento do linguajar dos dialetos, à mercê de uma linguagem globalizada que hegemoniza os lugares (Figura 39).

Figura 39 – Edificações abandonadas em diferentes estados de conservação.

a)

b)

c)

d)

a) Linha Picada do Rio, Agudo; b) Linha Pompéia, Silveira Martins; c) Várzea do Meio, Restinga Seca; d) Silveira Martins
Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin

Um patrimônio identificado, mas ameaçado pelo descaso e abandono. Foram inventariados nos anos de 1990 (Silveira Martins) e 2009 (demais municípios) por técnicos da área da arquitetura. Um resultado da observação a campo que atentou para sua tipologia, estrutura, sistema construtivo, composição de seus elementos típicos e materiais. E não só para estas atenções, mas principalmente para os aspectos que denotam um período histórico relacionado a uma cultura, a uma paisagem em transformação. São recursos patrimoniais que podem ser empregados em programas turísticos, de educação e interpretação patrimonial e paisagística.

O patrimônio cultural material imóvel, de forma específica, representado aqui pelo arquitetônico, caracterizado como um produto de adaptação e utilidade como ambiente artificial, envolve a tradução de conhecimentos e de técnicas.

De forma intrínseca, o patrimônio cultural imaterial diz respeito a comportamentos, habilidades cognitivas e laborais adquiridas, muitas vezes padronizadas, aprendidas, transformadas e passadas a cada geração, conforme seu lugar. Sob o olhar da geografia está representado por uma rica paisagem cultural, combinada por uma estrutura natural específica, por um significativo patrimônio edificado, por uma riqueza de espécies vegetais, por uma maneira tradicional de cultivar o solo e por outros fazeres que ligam diferentes etnias como um conjunto (FIGUEIREDO, 2014).

O Inventário do Patrimônio Histórico Cultural material imóvel da Quarta Colônia possui um montante inventariado de 832 edificações, rurais e urbanas, de usos diversos e características qualitativas que os representam como produto de culturas com raízes estrangeiras. Dentre elas, 95 se localizam em Agudo, 114 em

Dona Francisca, 92 em Faxinal do Soturno, 68 em Ivorá, 123 em Nova Palma, 76 em Pinhal Grande, 110 em Restinga Seca, 164 em São João do Polêsine (BEVILACQUA, 2010) e 100 em Silveira Martins (inventariado na década de 1990).

Conforme Bevilacqua, (2010), o inventário citado teve por finalidade listar os bens com valor patrimonial histórico-cultural, para posterior implementação de meios de proteção legal e, também, para servir de base na busca de recursos à qualificação dos mesmos. O autor menciona ainda que tal conteúdo “deve ser atualizado e aumentado, sempre que houver mais bens a serem inclusos” (p.91). Salienta-se, também, que muitos desses bens foram registrados sem a presença dos proprietários, por isso a pouca informação básica em muitas das fichas que os descrevem, salientando que deve haver uma contínua verificação dessas informações por uma equipe técnica.

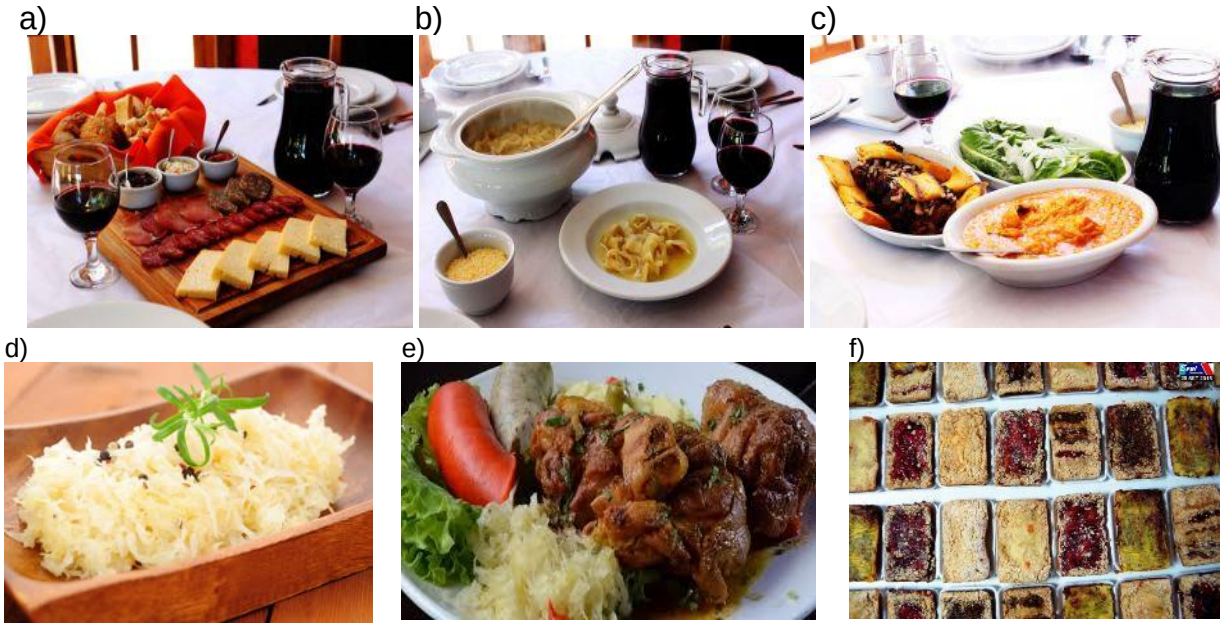
Esse importante patrimônio parte da memória dos habitantes destas comunidades, que deve ser preservada para a sua geração e as vindouras, como um caráter simbólico deixado como herança por seus ancestrais e também para a humanidade. Portanto, há a necessidade de analisar a relação que os habitantes desta região têm entre o patrimônio arquitetônico e patrimônio natural.

Quanto ao **patrimônio imaterial** expresso nas relações socioculturais, nos saberes e nas práticas sociais, nos rituais e nos eventos festivos, nas tradições, este povo cultiva os remanescentes aspectos étnicos, recriados, ressignificados e reproduzidos ao longo do tempo por gerações. Por exemplo, a culinária local

> Caracterizada por saberes étnicos ou rurais trabalha com a rememoração do passado, remetendo à lembranças da infância ou trabalhando com sentimentos de família. De forma recorrente deparamo-nos com expressões do tipo ‘comida caseira’, ‘comida típica’, ou caracterizada pela expressão ‘colonial’, que identificam um sabor especial carregado de significado e história.(FROEHLICH, et. al., 2007, p. 15).

Visto assim, a gastronomia é apresentada como um elemento identificador do território da Quarta Colônia, principalmente pela cultura italiana e cultura alemã (Figura 40).

Figura 40 – Pratos da gastronomia relacionada às culturas, italiana e alemã, da Quarta Colônia.



a) Tábua de frios e Vinho; b) Sopa de Capeletti; c) Risoto, Galeto, Polenta e Salada de radici; d) Chucrutes; e) Joelho de porco; f) Cucas (Kuchen).
Fonte: a),b),c) Restaurante Val de Buia, Silveira Martins; d), e) Churrascaria Shuller, Agudo; f) Erni Produções (Agudo).

A culinária é considerada uma das principais demonstrações de materialização da cultura, seja de uma etnia, seja de um município, território, região ou mesmo um país. Ligada a uma rede de significados, torna reconhecido este território, identificando-o como peculiar do local (FROEHLICH et al., 2007). Da mesma forma, assim como a arquitetura remanescente dos imigrantes europeus caracteriza este território, também define sua identidade paisagística.

Por último, com relação à legislação, o Plano de Desenvolvimento Regional da Quarta Colônia (2010) estabeleceu Proposta de Lei para os Planos Diretores de todos os municípios, a título das Diretrizes de Desenvolvimento Municipal, a estratégia de número seis, que se refere à Promoção e Preservação do Patrimônio. Já, no capítulo referente à Política Pública para Preservação e Conservação do Patrimônio, destaca-se a necessidade de uma Política Municipal de Qualificação do Patrimônio Cultural. Consta, ainda, nesta mesma seção, que o Patrimônio Cultural compreende o Social, o Histórico e o Artístico e que os bens representativos do Patrimônio Cultural devem ter seu uso e ocupação incentivados e disciplinados de forma a garantir sua perpetuação (COLUSSO; RORATO, 2010, p.124).

Em suma, a região da Quarta Colônia tem promissoras alternativas turísticas de gerar novas oportunidades de captação de renda para agricultores com dificuldades financeiras. Uma alternativa é a implantação de roteiros geoturísticos associado à cultura da região. Como exemplo, uma experiência consolidada no município de Bento Gonçalves, cita-se o projeto Caminhos de Pedra, criado em 1987 por iniciativa de um arquiteto e um gerente de hotel da região. Uma região também colonizada por imigrantes onde a cultura, a organização social e o ambiente local tornaram-se fortes atrativos turísticos, pois os agricultores transformaram sua hospitalidade em uma promissora alternativa de renda, beneficiando diretamente a comunidade, como um todo, enquadrando-se em um desenvolvimento regional ou local. Por consequência, um programa como este, os agricultores participativos recuperaram a autoestima e passaram a exercer a cidadania, conscientes de que devem preservar seus recursos naturais e culturais, visto que, conforme o turista busca contato com a natureza impele os agricultores a valorizar e a preservar o meio ambiente. No início do projeto, houve muita descrença e falta de recursos, mas contatos sucessivos mobilizaram as famílias ao longo deste percurso a preservarem suas características culturais e naturais. Todos os agricultores são estimulados a desenvolver atividades conforme suas aptidões, mas sempre sob uma organização geral, a Associação Caminhos de Pedra, que dá suporte às famílias interessadas. A partir de então, o roteiro Caminhos de Pedra passou a funcionar na forma de uma série de agroindústrias, oportunizando aos turistas conhecer os processos artesanais e adquirir produtos regionais (DA SILVA, 2002).

3.4 INICIATIVAS TURÍSTICAS E GEOTURÍSTICAS EXISTENTES

As iniciativas turísticas relacionadas às potencialidades naturais e culturais que a paisagem da Quarta Colônia oferece são muito promissoras.

Nesse sentido, com a formação do consórcio de desenvolvimento sustentável entre os municípios da região (CONDESUS) e convênio com o SEBRAE/RS, que diagnosticou as potencialidades turísticas dos municípios. Várias ações foram financiadas pelo PRODESUS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia), que entrou em vigor a partir de 1996, com o objetivo de introduzir nas comunidades rurais experiências de agricultura ecológica, de transformar a matriz produtiva tradicional.

Buscava-se uma interface que tivesse o menor impacto ambiental, no sentido de agregar valor a um sistema produtivo, articulado em questões de exploração cultural e ambiental. Por exemplo: a) manejo dos recursos naturais da Quarta Colônia; b) desenvolvimento da agricultura sustentável; c) desenvolvimento do turismo, ecológico, rural e cultural; e d) programas de educação patrimonial e ambiental (MARIN, 2010). Programas voltados ao desenvolvimento sustentável com forte visão conjugada ao seu potencial maior, o seu Patrimônio Natural e Cultural.

No mesmo ano, com forte apelo ao turismo, por todo o território da Quarta Colônia foram desenvolvidas ações pontuais. Foram formados 18 guias de Turismo Regional para suprir a carência de pessoal com formação técnica, para atender 18 roteiros turísticos (Roteiros Integrados de Turismo Rural, Cultural e Ecológico), planejados, demarcados, sinalizados e divulgados (dois em cada município) (FROEHLICH, 2002; CONDESUS, 2012) (Quadro 6).

Quadro 6 – Roteiros estabelecidos pelo PRODESUS.

(continua)

Município: Agudo **Roteiro 1 – Cascata e Gruta do índio** Percurso: 62 Km - 4 horas – acesso fácil de carro por estrada trafegável. Descrição: visita à cascata do Raddatz, mata nativa, contato com a comunidade, descida por degrau para avistar a queda d'água de 32 m de altura. Visita à Gruta do índio com vestígios da vida dos índios que habitavam a região. Estacionamento para ônibus e veículos de passeio. Pode-se aproveitar para visitar o Museu do Instituto Cultural Brasileiro-Alemão. **Roteiro 2 – Barragem** Percurso: 56 Km - 4 horas – nível fácil. Descrição: travessia do Rio Jacuí em 'barca por cabo' com vista da inundação da Usina Dona Francisca e visita à Igreja Evangélica.
Município: Pinhal Grande **Roteiro 3 – Toca da Onça e Barragem de Itaúba** Percurso: 14 Km - nível fácil – acesso de carro. Descrição: cascata do Lajeado da Várzea com três quedas. Caminhada até a toca da onça com grande número de aves nativas no local. Finaliza o percurso a visita à Barragem de Itaúba. **Roteiro 4 – Roteiro dos Pinhais** Percurso: nível fácil. Descrição: saída na sede do município com caminhada por mata de araucária, visita à cascata do Fio Azul e visita à arquitetura típica do local.
Município: Ivorá **Roteiro 5 – Roteiro da Cartuxa** Percurso: 15 Km – 8 horas - nível médio. Descrição: visita ao Mosteiro dos Monges Cartuxos com caminhada pela mata nativa até a cascata dos monges. Na sede do município, visita à Igreja Matriz e Torre do Cristo. Escalada e vista do Monte Grappa (580 m.). Almoço típico italiano. Pode-se aproveitar para visitar a casa onde nasceu Alberto Pasqualini.

Quadro 6 – Roteiros estabelecidos pelo PRODESUS.

(continuação**)**

Roteiro 6 – Roteiro das Cascatas Percurso: 12 Km – 6 horas - nível médio. Descrição: visita ao Balneário do Pé Seguro em contato com a natureza, travessia do rio através de ponte pênsil. Cascata da Queda Livre, Cascata da Pedra e Cascata dos Degraus. A flora do local é rica e variada e com sorte avista-se exemplares da fauna nativa como tucanos, saracuras, veados e cutias.
Município: Faxinal do Soturno **Roteiro 7 – Cerro Comprido** Percurso: 18 Km – dia inteiro – nível alto. Descrição: caminhada pela trilha do Cerro (subida de 3 horas), entre as cadeias de morros que fazem parte da Serra Geral, com vista panorâmica do Vale do Soturno, Várzea do Rio Jacuí e Vale do Novo Treviso. Após, descida à localidade de Novo Treviso, núcleo histórico que recebeu os primeiros imigrantes italianos de Faxinal do Soturno, com elementos típicos da arquitetura italiana do RS. Pode-se visitar a Igreja de São Marcos, o Museu de Novo Treviso e aproveitar o almoço típico.
Municípios: Faxinal do Soturno, Silveira Martins e Ivorá **Roteiro 8 – Trilha do Soturno e Guarda-Mor** Percurso: dia inteiro – nível fácil. Descrição: visita ao distrito de Santos Anjos com ponte de ferro sobre o Rio Soturno, várzeas com lavouras de arroz, mata nativa, pinguelas e córregos. Passeio pela localidade de Val Veronês, onde se aprecia a Igreja de N. S. do Monte Bérico e Monumento do Centenário da Imigração Italiana. Pode-se apreciar a bela vista da Guarda-Mor. Almoço em Faxinal do Soturno.
Município: São João do Polêsine **Roteiro 9 – Roteiro das Pedras Brancas** Percurso: 18 Km – nível médio. Descrição: deslocamento até a entrada da trilha das Pedras Brancas com trajeto a pé de aproximadamente 1 Km. No mirante a 472 m., tem-se um magnífico panorama do Vale do Soturno.

Quadro 6 – Roteiros estabelecidos pelo PRODESUS.

(continuação**)**

Roteiro 10 – Vale Vêneto Percurso: 40 Km – nível fácil. Descrição: visita ao local onde nasceu o diácono João Pozzobon, Igreja de São Pedro e passeio ao distrito de Vale Vêneto, incrustado entre morros, com visita ao Moinho do Brondani, Recanto do Maestro e Balneário Dom Vitório.
Município: Nova Palma **Roteiro 11 – Roteiro das Usinas** Percurso: 40 Km – 8 horas - nível médio, Descrição: Usina Celetro, construída em 1926, com percurso por mata nativa. Usina do Cafundó, Monumento a Salete na Serra de São Martinho. Quedas da Cascata Pedras Brancas. Caminhada até a Cascata do Pingo. Visita ao Centro de Pesquisas Genealógicas da Quarta Colônia. Finalização com visita à Igreja Santíssima Trindade. **Roteiro 12 – Cascatas e Capelas** Percurso: 74 Km – dia inteiro - nível médio. Descrição: Gruta N. S. de Lurdes, caminhadas até as Cascatas do Pingo e da Pedra Branca, Capelas São José e Santa Cruz, com belos vitrais. Após, gruta indígena do Caemborá e Caverna de N. S. de Fátima. Por último, a capela de São Pedro, onde a pintura do forro foi feita pelo pintor Amadeu Kuliska em 1928.
Município: Silveira Martins **Roteiro 13 – Berço da Quarta Colônia** Percurso: 8 horas – nível médio. Descrição: saída de Santa Maria e passagem pelo monumento do Sol. Visita ao Moinho Colonial da Família Moro, onde se pode saborear uma boa cachaça ou suco de cana. Visita a Val Feltrina de carro e caminhada pelo interior da mata, podendo-se visitar as cascatas do Mezzomo e do Rosa, chegando ao conjunto histórico da Pompéia, ao monumento ao imigrante italiano e ao sítio histórico de Val de Buia. Almoço típico italiano.
Município: Silveira Martins e São João do Polêsine **Roteiro 14 – Roteiro da Pompéia** Percurso: 6 horas – nível médio. Descrição: visita a locais que exemplificam a beleza da arquitetura colonial italiana. Visita

Quadro 6 – Roteiros estabelecidos pelo PRODESUS.

(conclusão**)**

ao conjunto da Pompéia e caminhada pela trilha do Sartori no interior da mata até o Moinho Colonial do Brondani. Almoço típico italiano.
Município: Restinga Seca **Roteiro 15 – Roteiro dos Alemães** Percurso: 60 Km - 8 horas. Descrição: Igreja Evangélica, Casa da Família Erahdt, antigo armazém, Salão Rockembach, Casa Prochnow, São Miguel Velho (vila de ex-escravos) e Mirante da Lomba Alta com vista panorâmica da cidade. Almoço e roteiro urbano com visita ao Buraco Fundo, fenda geológica de 2 mil m^2 e Cabanha Campo Novo. **Roteiro 16 – Roteiro das Tunas** Percurso: 120 Km – 10 horas. Descrição: Igreja Evangélica, Casa da Família Erahdt, antigo armazém, Salão Rockembach, Casa Prochnow, São Miguel Velho (vila de ex-escravos), Passo da Barca na Colônia Borges e descida pelo Rio Vacacaí de caiaque chegando até o Balneário das Tunas.
Município: Dona Francisca **Roteiro 17 – Morro da Cruz** Percurso: 6 horas – nível médio. Descrição: roteiro urbano com visita ao Museu Municipal, Porto do Jacuí e Tobogã. Caminhada em mata nativa até o Cerro da Cruz e visita ao Parque Municipal com casas típicas alemãs e italianas. Pode-se provar um gostoso café colonial no Parque. **Roteiro 18 – Alemães e Italianos do Jacuí** Percurso: 50 Km – 8 horas – nível médio. Descrição: visita à Casa da Família Segatto e ao Sobrado da Família Secretti. Caminhada pela mata chegando à Caverna do Morcego e a Cascata do Segatto (queda d'água de 40 m.). Visita à Casa dos Friederisch e almoço na Comunidade Evangélica do Trombudo. Descida de bote pelo Rio Jacuí, com saída do Passo SaintClair. Visita ao Museu do Parque e café colonial.

Fonte: Folders turísticos "Roteiros Integrados de Turismo Rural, Cultural e Ecológico da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS" (PRODESUS-1997) e "Caminhos Verdes do Rio Grande – Corredores de Ecoturismo da Região Central" (Secretaria de Turismo do RS-1997).

Foi uma proposta para integrar a região, considerando suas potencialidades naturais e culturais para atrair um maior fluxo turístico (Figura 41). Um projeto forte para a época, mas de pouca repercussão. Atualmente de pouca visibilidade.

Figura 41 – Folder de divulgação (frente): Roteiros Integrados de Turismo Rural, Cultural e Ecológico da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS, produzidos pelo PRODESUS.

Fonte: (PRODESUS,1997).

A partir de 2005, com incentivo da Secretaria de Turismo e Eventos do município de Santa Maria e a Secretaria de Cultura, Turismo, Desporto e Eventos do município de Silveira Martins, foi implantada a Rota Turística e Gastronômica Santa Maria–Silveira Martins. Uma rota que tem por objetivo valorizar o caminho percorrido

pelos imigrantes italianos que chegaram a Silveira Martins e a Santa Maria em 1877 (Figura 42).

Figura 42 – Folder (verso): Rota Turística e Gastronômica Santa Maria–Silveira Martins (Formato A3).

Fonte: Folder distribuído pelas prefeituras municipais de Santa Maria e Silveira Martins.

A rota turística foi um meio de valorizar as potencialidades da paisagem natural, cultural e histórica para o desenvolvimento local e regional. Baseando-se em princípios de sustentabilidade, foi uma maneira de dinamizar a economia de Santa Maria e de Silveira Martins, ofertar alternativas de renda para os produtores rurais, resgatar e preservar a cultura por meio da gastronomia.

Em meio a belas paisagens, é uma rota autoguiada, com sinalização de trânsito bem evidente, em cujo trajeto o visitante pode percorrer o caminho feito pelos imigrantes que povoaram a ex-Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana, na época, da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

São mais de 45 pontos de visitação. Com início no bairro Camobi (Santa Maria), próximo da estação férrea Colônia, depois, pela VRS 511 em direção às

escarpas da Serra Geral, passando pelos povoados de São Marcos, Arroio Grande (4.º distrito santa-mariense), por Val de Buia – lugar de chegada dos primeiros imigrantes italianos (nome dado em razão da semelhança do lugar de Buia, que significa vale escuro, região do Friulli, Nordeste da Itália), em maioria provenientes daquela região, finalizando na sede do município Silveira Martins. Consequentemente daí, por influência, estendido a outros atrativos dos municípios vizinhos, também pertencentes à área de expansão emigratória da ex-colônia e que, hoje, integram a região 'Quarta Colônia'.

É um roteiro mais relacionado à gastronomia, com destaque para restaurantes voltados à culinária italiana. Além disso, compreende desde alguns poucos remanescentes exemplares da arquitetura da época da imigração, fábricas de facas, igrejas, capelas, moinho, monumentos, pousadas, mirantes, cascatas, cantinas, agroindústrias, balneários, propriedades rurais, o Museu do Imigrante em Silveira Martins, a própria cidade, antiga sede da colônia e algumas propriedades especializadas em Turismo rural e ecoturismo (LINDENER, 2007).

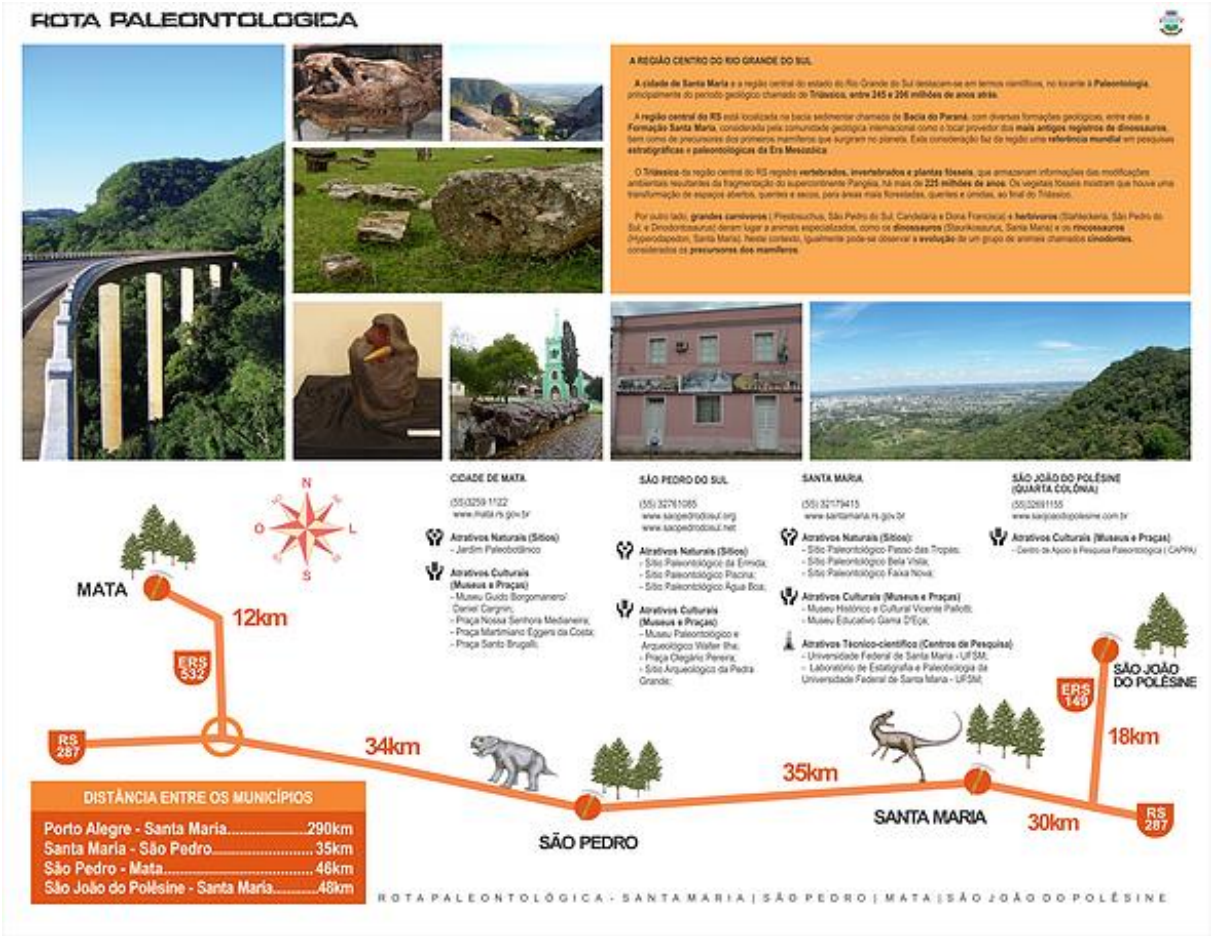
Embora o roteiro seja muito frequentado, inclusive preferido por muitos ciclistas, conforme se percebe nos fins de semana, não existe uma amostragem da frequência e permanência de turistas. Nos principais atrativos, a sinalização turística ao longo do roteiro é parcialmente deficiente, danificada ou desgastada. Carece de manutenção e reposição.

Em 2005, foi criada a Rota Paleontológica – Centro, como proponente o CONDESUS QUARTA COLÔNIA e como executor o DAER-RS e SETUR-RS. Esta rota tem como abrangência os municípios de Mata, São Pedro do Sul, São Martinho da Serra, Itaara, Santa Maria, os municípios da Quarta Colônia (Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, São João do Polêsine e Silveira Martins), Cachoeira do Sul, Novos Cabrais, Cerro Branco, Paraíso do Sul, (Figuras 43 e 44). Na época, foram investidos R$ 213.000,00 com recursos do CONDESUS, DAER-RS, PPP e Secretaria Estadual de Turismo. Como objeto do projeto a confecção e colocação de sinalização da Rota Paleontológica-Centro (CONDESUS, 2017). Também, bastante desgastada pelo tempo e vandalismo.

Figura 43 – Rota Paleontológica Santa Maria, São Pedro e Mata: Frente do folder.

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria.

Figura 44 – Folder (verso): Rota Paleontológica.



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria.

Desde 2014, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo do município de Agudo, em parceria com a EMATER, está em implantação a Rota Turística Sabores e Paisagens. Um roteiro relacionado à agricultura familiar e às áreas naturais das propriedades, onde podem ser encontrados: morango, flores, café colonial, agroindústrias, pousada, pontos turísticos e belas paisagens naturais. Com apenas nove quilômetros de estrada não pavimentada, a rota é de fácil acesso e bem sinalizada, além de contar com um folder indicando as propriedades participantes: Floricultura Portal; Morangos Friederich; Pousada Mate e Café; Monumento do Imigrante; Rogério Gosvino Kleinert; Floricultura do Imigrante; Cor E Sabor; Morankikos; Verduras do Francisco e da Neide; Alambique Pileco; Agroindústria Água Dourada; SOGIMA; Lã e Couro; Cascata Friederich; Produtos Coloniais da Terra; MD Morangos; CELI Morangos; e

CTG Sentinela do Jacuí (RÁDIO AGUDO e CORREIO AGUDENSE, 2014; ZIEMANN, 2016).

Quando há necessidade de informações, o turista deve se reportar direto às prefeituras ou buscar na WEB. Alguns funcionários, quando designados para este fim, ou estão locados em Secretarias da própria prefeitura, que cobrem este setor, ou em outro imóvel desvinculado desta, mas que não desempenham sua real função. Este fato foi confirmado quando de visitas não agendadas, realizadas a cada município, com o propósito de perceber o quanto daqueles setores ligados ao turismo e à cultura estavam preparados em termos de receptividade ao turista: Faxinal do Soturno; Ivorá –12/01/2016; Silveira Martins; São João do Polêsine; Dona Francisca; Agudo –15/04/2016; Nova Palma; Pinhal Grande – 23/11/2016; Restinga Seca –14/10/2016.

Embora se perceba boa receptividade, há falta de informação turística em todos os municípios, além da falta de profissionais da área do turismo. A maior parte do material disponível nas prefeituras se restringe aos calendários religiosos, além de atividades e festas religiosas dos municípios, enquadradas como o ponto alto das atividades turísticas.

No Quadro 7, são apresentados os respectivos Atrativos Turísticos e Infraestrutura de Apoio de cada município. São Informações obtidas nas prefeituras e páginas da WEB.

Quadro 7 – Atrativos Turísticos e Infraestrutura de Apoio dos municípios.

(continua)

Município: AGUDO		
Atrativos turísticos e estrutura de apoio		**Datas**
Naturais	• Cascata Raddatz • Gruta do Indio • Morro Agudo • Balneário Drews • Balneário Hoffmann • Balneário e Cascata Friedrich • Cascata Chuvisco • Cascata do Chuveirinho • Cascata Wendt • Cerro Filkemberg – Mirante/Rampa Paraglider • Ilha do Cascalho Branco • Cerro da Igreja • Parque Estadual da Quarta Colônia • Morro da Figueira	
Culturais	• Bibliot. Municipal Aldo Berger • Paróquia São Bonifácio • Igreja Evangélica • Instituto Cultural Alemão • Monumento ao Imigrante • Grupo de Dança Freundschaft • Culinária Cucas Alemãs • Pórtico de Agudo • Museu Hist. Pastor Rudolf Brauer • Casa de Cultura de Agudo • Esplanada do Monumento	
Equipamentos técnicos e científicos	• UHE-Hidrelétrica Dona Francisca	
Eventos programados	• Aniversário do Município • Feira do Livro • Feira Agricultor. e Produção Familiar • Volksfest/Expovolks • Festa do Moranguinho e da Cuca • Natal Luz • Festa de S. José Bonifácio – Ig. Matriz • Festa da Com. Evangélica/IECLB	Fev.– 16 Mar. Jun. Jul. Out. Dez. – 11-25 Jun. – 1º domingo Out. – 1º domingo
Equipamentos de comunicação	• Rádio Integração • Jornal Deutsche Integration • Rádio Agudo • Correio Agudense • Rádio Alternativa	
Hospedagem	• Restaurante Hotel Casarão • Bel Recanto Hotel • Hotel Germânico Pousada • Pousada Mate & Café	
Gastronomia	• Beef Haus Restaurante • Café Sabor da Serra – Linha dos Pomeranos	

Quadro 7 – Atrativos Turísticos e Infraestrutura de Apoio dos municípios.

(continuação)

	• Churrascaria. Schüller • Padaria Ki Delícia • Panificadora Pão & Doce • Pastel & Cia • Pastelaria e Pizzaria • Prod. Coloniais da Terra – Rincão do Mosquito • Restaurante Boca Di Forno • Restaurante Etynias

Município: DONA FRANCISCA

Atrativos turísticos e estrutura de apoio		**Datas**
Naturais	• Cascata Família Segatto • Morro Santo Antônio • Rio Jacuí • Furna do Morcego • Morro Santo Antônio (Cerro da Cruz) • Porto Rio Jacuí	
Culturais	• Monumento N. Sra. dos Navegantes • Igreja. Matriz São José • Casa de Cultura Umberto Cassol • Parque Histórico Municipal - Centro • Cruzes Iluminadas • Monumento Coroinha Adílio Daronch • Pórtico Dona Francisca • Praça José Iop • Tobogã e Teleférico	
Equipamentos técnicos e científicos		
Eventos programados	• Festa N. Sra. dos Navegantes • Aniversário do Município • Festa N. Sra. da Consolação e Cavalgada • Festa Colheita/Culto Ação de Graças – L. Formoso	Fev. – 2 Jul. – 17 Set. Maio – 1º domingo
Equipamentos de comunicação	• Rádio Franciscana	
Hospedagem	• Pousada Monte Santo • Pousada Jacuí	
Gastronomia	• Restaurante. Barichello • Brilhante padaria e confeitaria • Quiosque da Praça • Lancheria do Posto Leonardi • Confeitaria da Janice • Ponto do pastel • Restaurante. Dal Forno’s • SP Bar Lancheria • Manos Bar • Caffe Ristorante Quarta Colônia	

Quadro 7 – Atrativos Turísticos e Infraestrutura de Apoio dos municípios.

(continuação)

Município: FAXINAL DO SOTURNO		
Atrativos turísticos e estrutura de apoio		**Datas**
Naturais	• Cerro Comprido • Gruta N. Sra. de Lourdes • Gruta de Sítio Alto	
Culturais	• Monumento ao Imigrante • Ponte Metálica • Bosque Municipal • Museu Fotográfico • Ermida São Pio de Pietrelcina • Igreja São Roque • Gruta Nossa Sra. de Lourdes • Museu Histórico de Novo Treviso • Santuário Mãe Rainha	
Equipamentos técnicos e científicos	• Cursos – Anhanguera UNIDERP • Cursos – UAB	
Eventos programados	• Aniversário do Município • Expofax/Expocolônia • Festa São Roque – Igreja Matriz • Festival do Peixe • Semana Cult. e Gastronômica • Romaria N. Sra. De Lourdes – Sítio Alto • Festa do Anjo da Guarda – Santos Anjos • Festa S. Domingos Sávio – Santos Anjos • Festa Padroeiro S. Marcos – Novo Treviso • Festa Padroeiro Sto. Isidro – Sitio dos Mellos • Festa N. Sra. do Caravaggio – Sítio Alto • Festa Padroeira N. Sra. Aparecida – L. Saxônia • Festa Padroeiro S. J. Bosco – L. Guarda Mor • Festa Padroeiro Sto. Antônio – V. Sto. Antônio • Festa Padroeiro S. J. Batista – L. Nova Palma • Festa Padroeiro S. Luiz – L. São Luiz • Festa N. Sra. do Monte Bérico – Val Veronêz • Festa de Sta. Terezinha – N. Treviso • Festa à N. Sra. Salete – Chapadão • Festa de S. Luiz e Sta. Inês – Sítio dos Mellos • Festa da Mãe Peregrina – Sede Municipal • Festa Padr. N. Sra. Medianeira – V. Medianeira • Festa de S. Pio – Cerro Comprido	Nov. – 30 Abr. Ago. – 2º domingo. Set. Fev. – 2º domingo Set. – 1º domingo Abr. Abr. Maio Maio Maio Jun. Jun. Jun. Jun. Ago. Set. Set. Set. Out. Nov. Nov.

Quadro 7 – Atrativos Turísticos e Infraestrutura de Apoio dos municípios.

(continuação)

Equipamentos de comunicação	• Rádio São Roque
Hospedagem	• Morada postal Faxinal do Soturno • Del Vale Pousada Chalé • Havai Hotel • Hotel da Gema • Hotel Zanon • Pousada Chalets Del Valle
Gastronomia	• Bar da Frida • Barril Bar • Esporte Clube Cruzeiro • Gema Lancheria • Moby Dick Rest.

Município: IVORÁ

Atrativos turísticos e estrutura de apoio		**Datas**
	• Monte Grappa • Cascata das Pedras Pretas • Cascata Cara de Índio • Cascata dos Degraus • Cascata do Visitante • Salto Queda Livre • Cascata Monge Sanfelice • Cascata Usina • Cânion da Piruva • Balneário Pé Seguro	
Culturais	• Cruz Luminosa • Igreja Matriz São José – conjunto. • Museu municipal • Memorial das Águas • Capitéis (28) • Centro Administrativo Sen. Alberto Pasqualini • Museu-Casa Alberto Pasqualini • Abrigo Indígena • Casa de Arquitetura Italiana • Mosteiro Monges Cartuxos	
Equipamentos técnicos e científicos		
Eventos programados	• Aniversário do Município • Feira do Gado Leiteiro, Indústria e Comércio • Festa do Boi Recheado • Domingo de Ramos e Festa de S. José • Festa S. Miguel – Comunidade de Barreiro • Festa de N. Sra. do Rosário – Igreja Matriz	Maio – 9 Mar – Mar. – Domingo Ramos Set. – último domingo Out. – último domingo
Equipamentos de comunicação		

Quadro 7 – Atrativos Turísticos e Infraestrutura de Apoio dos municípios.

(continuação)

Hospedagem	
Gastronomia	Quiosque da Praça Cabanas Paraíso Hotel, Lancheria e Restaurante Restaurante Clube União

Município: NOVA PALMA

Atrativos turísticos e estrutura de apoio		**Datas**
Naturais	• Balneário Municipal. Atílio Aléssio • Cascata Pedras Brancas • Cascata do Pingo • Gruta Indígena • Caverna de N. Sra. de Fátima	
Culturais	• Capitéis • Igreja. Matriz Santíssima Trindade • Capela São Pedro • Monumento N. Sra. Salete • Capela São José • Capela Santa Cruz • Gruta N. Sra. de Fátima • Gruta N. Sra. de Lourdes • Rota Jardim das Esculturas • Praça Pe. João Zanella • Moinho do Rossato	
Equipamentos técnicos e científicos	• CPG–Centro de Pesquisas Genealógicas • UHE– Hidrelétrica DonaFrancisca • Usina Hidrelétrica. da Celetro • Usina Hidrelétrica Nova Palma	
Eventos programados	• Romaria e Festa da Gruta N. Sra. de Lourdes • Festa da Santíssima Trindade – Igreja Matriz • Festa N. Sra. de Fátima (caverna) • Festa de N. Sra. da Conceição – Igreja Matriz • Aniversário do Município	Jan. – 1º domingo Jun. – 1º domingo Out. – 2º domingo Dez. – 8 Jul. – 29
Equipamentos de comunicação	• Rádio Comunitária	
Hospedagem	• Camping Municipal • Hotel Nova Palma • Pousada Cabanas do Dutra • Pousada do Imigrante • Pousada do Padilha	
Gastronomia	• Quiosque da Praça • Cabanas Paraíso Hotel, Lancheria e Restaurante • Restaurante Clube União • Bar e Restaurante Ponto 206 • Churrascaria do Trevo/Casca • Lancheria da Camnpal • Lancheria do Padilha • Pizzaria Pança Piena	

Quadro 7 – Atrativos Turísticos e Infraestrutura de Apoio dos municípios.

(continuação)

Gastronomia	• Restaurante Barracão • Restaurante do Hotel Nova Palma • Restaurante Ponto de Verão	
Município: PINHAL GRANDE		
Atrativos turísticos e estrutura de apoio		**Datas**
Naturais	• Lago Itaúba • Cascata Lajeado da Várzea • Cascata da Ferreira • Mirante Paga Peão • Trilha do Pororó • Cascata Toca do Tigre • Cascata do Fio Azul	
Culturais	• Casa de Cultura • Museu e Arquivo Histórico • Capela São João Maria Vianei • Igreja Matriz São José • Capela Santo André de Avelino • Gruta N. Sra. de Todas as Graças • A Cruz de Natividade • Museu Histórico Municipal • Moinho Rubim • Centro de Tradições Gaúchas	
Equipamentos técnicos e científicos	• CPG – Centro de Pesquisas Genealógicas • UHE– Hidrelétrica DonaFrancisca • UHE– Hidrelétrica Itaúba	
Eventos programados	• Festa de S. João Maria Vianey – B. Limeira • Festa do Padroeiro S.José – Ig. Matriz • Festa de N. S Sra. da Conceição – Ig. Matriz • Aniversário do Município	Mar. – 1º fim de semana Maio – 1ª semana Dez. – 2º domingo Mar. – 20
Equipamentos de comunicação	• Rádio Geração FM	
Hospedagem	• Casa Colonial • Mauro Dallanora • Rubens Rubin	
Gastronomia	• Da Terra Lancheria e Churrascaria • Lancheria Esportiva • Sabores Da Casa • Quiosk Lanche's	
Município: RESTINGA SECA		
Atrativos turísticos e estrutura de apoio		**Data**
Naturais	• Balneário das Tunas • Buraco Fundo • Passo da Barca	
Culturais	• Estação Ferroviária-Sede • Casa de Cultura Iberê Camargo • Igreja Matriz	

Quadro 7 – Atrativos Turísticos e Infraestrutura de Apoio dos municípios.

(continuação)

	• Igreja Evangélica • Monumento Iberê Camargo • Grupo de Danças Afro • Associação Artística Cultural • Mirante Lomba Alta/ Cruz Luminosa • SalãoRockembach • Casa da Família Erahdt • Estação Ferroviária Jacuí • Ponte Ferroviária de Ferro	
Equipamentos técnicos e científicos		
Eventos programados	• Festa Com. Evangélica Confissão Luterana S. Miguel • Festa do Sagdo. Coração de Jesus– Ig. Matriz • Romaria e Festa N. Sra. Aparecida – P. Tunas • Festa Aniversário Com. Evangélica/IECLB • Aniversário do Município	Mar. – 1º domingo Jun. – 2º domingo Out. – 1º domingo Out. – 3º domingo Mar. – 25
Equipamentos de comunicação	• Rádio Nossa FM– 97.7 • Rádio Integração– AM • Jornal A Folha	
Hospedagem	• Churrascaria e Pousada Fuzer • Hotel Ouro Preto • Hotel São João • Pousada Central Ouro Verde	
Gastronomia	• Casa da Quarta Colônia • Churrascaria. e Pousada Fuzer • Restaurante Recuerdos • Restaurante.e Churrascaria Restinguense • Restaurante. e Churrascaria Arte e Sabor • Cia do Pastel • Restaurante e Pizzaria Cacique • Restaurante Gauchito • Restaurante e Pizzaria Tropical • La Pizza • Associação dos Amigos da Praia das Tunas	
Município: SÃO JOÃO DO POLÊSINE		
Atrativos turísticos e estrutura de apoio		**Data**
Naturais	• Balneário Dom Vitório	
Culturais	• Igreja Matriz S. João Batista • Praça Matriz • Monumento a Polenta • Capela do Rosário • Monumento N. Sra. Da Salete • Monumento a Máquina a Vapor • Museu do Imigrante • Monumento Calvário Via Sacra • Gruta N. Sra. De Lourdes • Igreja Corpus Christi (Vale Vêneto)	

Quadro 7 – Atrativos Turísticos e Infraestrutura de Apoio dos municípios.

(continuação)

	• Moinho do Brondani • Casa Diácomo João Luiz Pozzobon	
Equipamentos técnicos e científicos	• CAPPA – Centro de Apoio e Pesquisa Paleontológico/UFSM • Antonio Meneghetti Faculdades	
Eventos programados	• Festa Regional do Arroz (sede) • Festa de S. João Batista – Ig. Matriz • Festa Nossa Sra. da Salete • Festa Mãe Rainha Três Vezes Admirável • Festival Internacional de Inverno da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) • Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto • Festa Corpus Christi – Vale Vêneto • Festa São João Batista (padroeiro) • Festa de S. Pedro - Ribeirão • Aniversário do Município • Festa Gruta de N. Sra. de Lourdes – Vale Vêneto • Festa São Valentin • Paleodia (CAPPA) • Feira do Livro (sede) • Festa N. Sra. da Saúde – Ribeirão • Aniversário do Religioso João Luiz Pozzobon	Mai Jun. – 22 a 25 Set. Set. Jul. Jul. Jun. Jun. Jun. – último domingo Mar. – 20 Fev. – 2º domingo Fev. – último domingo Out. Out. Dez. Dez.
Equipamentos de comunicação	• Rádio São João–FM	
Hospedagem	• Hotel Business Center Beira Rio • Hotel Capo Zorial • Pousada Recanto Maestro • Pousada Casa de Retiros N. Sra. de Lourdes	
Gastronomia	• Restaurante Casa DiPaolo • Restaurante Pertutti • Restaurante da Sace Polesinense • Restaurante Rio Vale • Restaurante Rincão da Encantada • Restaurante da Romilda	
Município: SILVEIRA MARTINS		
Atrativos turísticos e estrutura de apoio		**Data**
Naturais	• Mirante Pedra do Guerino • Passagem Molhada • Mirante do Michelin • Mirante Pedras Brancas • Buraco do Vento • Balneário. Baggio • Balneário. e Recanto Ágape • Balneário. Visentini • Balneário Portal Do Royo • Cascata do Mezzomo • Cascata do Rosa	

Quadro 7 – Atrativos Turísticos e Infraestrutura de Apoio dos municípios.

(conclusão)

	• Chácara Santa Eulália • Moinho e Alambique da Família Moro • Buraco do Vento	
Culturais	• Igreja Matriz Sto. Antônio de Pádua • Capela Pompéia – conjunto. histórico • Igreja N. Sra. da Saúde • Igreja N. Sra. Monte Bérico • Monumento ao Imigrante • Capela do Rosário • Moinho Moro • Museu Municipal • Colégio Bom Conselho • Gruta N. Sra. de Fátima • Museu do Imigrante • Centro Cultural Bom Conselho • Praça Giuseppe Garibaldi • Soc. Agric. Esportiva e Recreativa Val Feltrina • Clube Silveira Martins	
Equipamentos técnicos e científicos	• UFSM–Unidade Descentralizada de Educação Superior de Silveira Martins	
Eventos programados	• Aniversário do Município • Festa Santo Antônio de Pádua – Ig. Matriz • Festa N. Sra. Monte Bérico – Val Veronêz • Festa N. Sra. da Pompéia e N. Sra. Menina • Festa de N. Sra. da Saúde – Linha Quarta Norte	Dez. – 11 Jun. – 2º domingo Ago. – último domingo Set. – 2º domingo Nov. – 3º domingo
Equipamentos de comunicação		
Hospedagem	• Pousada Pinton	
Gastronomia	• Restaurante Koisarada • Restaurante Pinton • Ristorante La Sorella • Fundo de Quintal Café • Ristorante Val de Buia • Quinta Dom lnácio • Rota 804 Cafeteria e produtos coloniais • Loro Café Colonial	

Dados coletados em 2017.

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Os atrativos naturais têm relação com a geodiversidade, porém, se utilizados como recursos integrados com o geoturismo, carecem de interpretação.

Após visitação nas sedes municipais e nas mídias de comunicação, foi observado destaque para os atrativos de ordem cultural, imaterial. São eventos ligados a tradições determinadas por diferenças de origem étnicas europeias, principalmente a alemã e italiana que preservam forte identidade cultural. Um

turismo principalmente voltado à comunidade local e regional, sem reforço profissional, pouco estruturado, concentrado nos finais de semana, relacionado a festas religiosas, a pequenos empreendimentos como agroindústrias e algumas propriedades. Pode-se concluir que, mesmo com incentivos do CONDESUS, o turismo é deficitário. Carece de investimentos em infraestrutura turística e capacitação profissional de diversas áreas para ampliar a atividade turística, de modo a atrair um maior público, com visitação permanente e não só em fins de semana.

A exploração da beleza cênica e seus recursos estão muito aquém do que a região oferece. Existem potencialidades em abundância, Locais de Interesse Patrimonial, que poderiam de forma integrada ser transformadas em produtos ligados a atividades e a práticas turísticas, trazendo renda e desenvolvimento sustentável.

4. METODOLOGIA

Aquarela: Dilson Nicoloso Cechin

4.1 DIAGRAMA DA PESQUISA
4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
4.3 CRITÉRIOS DE VALOR

4. METODOLOGIA

A metodologia utilizada possui um caráter exploratório, baseada em trabalho de campo, combinado com tarefas de revisões conceituais, análises de documentos sobre o tema objeto de estudo e proposição de produtos geoturísticos.

Este estudo foi estruturado em pesquisas de fontes primárias e secundárias, análise quantitativa e qualitativa descritiva. Quantitativa por determinar amostra selecionada, verificação de inventários existentes relacionados à geodiversidade (geológicos/geomorfológico) e à cultura humana (material imóvel).

A análise qualitativa descritiva foi realizada para compilar a opinião de proprietários, usuários, ou vizinhos, quanto à possibilidade de aproveitamento turístico daqueles bens imóveis com significação cultural para integrar roteiros geoturísticos. Principalmente àqueles bens de valor arquitetônico ou histórico (igrejas, capelas, capitéis, grutas, casas, espaços públicos, conjuntos urbanos), relacionados com a cultura da imigração europeia e sua integração com a paisagem. Desse modo, foi realizada a verificação *in situ* das reais condições (físicas) dos bens, além da aplicação de formulários com perguntas estruturadas para obtenção de informações mais detalhadas, com o objetivo de classificação e elaboração de produtos geoturísticos (APÊNDICE A - ENTREVISTA A INDIVÍDUOS DE COMUNIDADES DA QUARTA COLÔNIA). Para realização desta etapa, foram percorridos 3.640 km e observados 661 imóveis rurais.

A primeira etapa da pesquisa, a revisão bibliográfica, buscou subsídios de fundamentos para embasar uma solução à problemática anunciada, a seleção de critérios de valores para classificação de bens inventariados. Para a descrição da área de estudo, foram compiladas informações históricas pertinentes à evolução geológica, ocupação humana do território e seus produtos patrimoniais físicos – fator importante para a compreensão do cenário atual.

Elaborada a seleção de critérios de valor como meio de classificação de bens imóveis com potenciais turísticos às características que os representam, como Locais de Interesse Patrimonial (LIP), foi feita a vistoria dos locais e aplicado questionários aos indivíduos ocupantes, ou, na ausência destes, à vizinhança. Nesse momento, investigou-se a relação de afinidade com os bens potencialmente identificados e o sentimento de pertencimento ao ambiente pesquisado, a paisagem

cultural. O objetivo das entrevistas à comunidade local foi determinar um quadro das condições sociais, nas quais a população e o patrimônio estão localizados, bem como conhecer interesses e expectativas dos moradores em relação ao uso dos bens para fins turísticos.

Como última etapa, a classificação dos bens (naturais e culturais) com potencialidades geoturísticas que poderão ser integrados a roteiros geoturísticos no GQC e a apresentação de geoprodutos com características interpretativas (maquete, mapas e cartões postais).

Pinheiro et. al. (2011, p. 479) consideram que, para efeitos de análise de bens, os aspectos da riqueza patrimonial são divididos em quatro segmentos:

1) Atrativos naturais – são os fatores primordiais da natureza relacionados à geodiversidade e biodiversidade.
2) Atrativos culturais do Patrimônio material – construções de valor arquitetônico ou histórico.
3) Aspectos da dinâmica econômica local.
4) Atrativos culturais do Patrimônio imaterial – manifestações culturais.

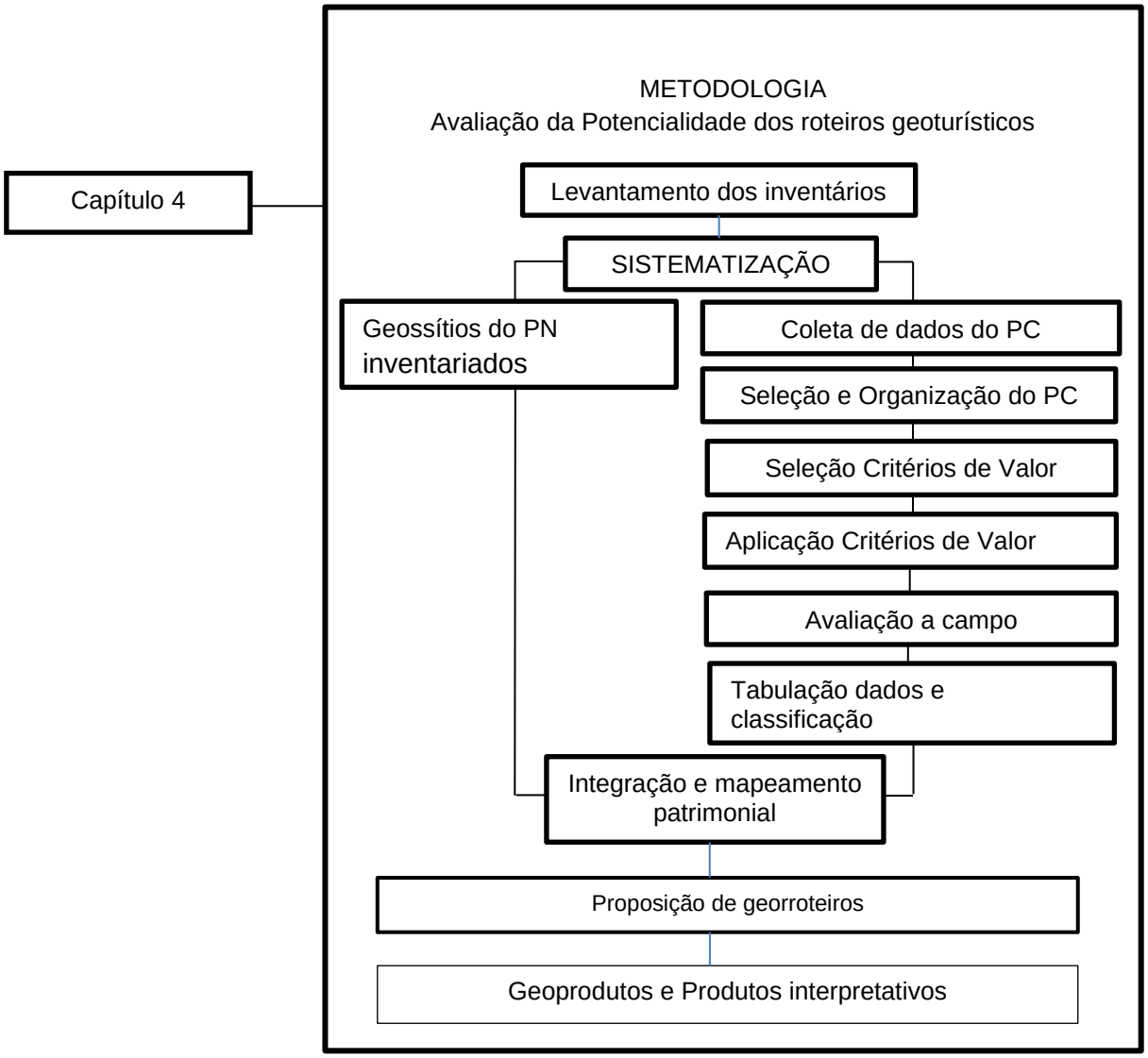
A análise deste trabalho foi focada, principalmente, naqueles aspectos relacionados ao segundo segmento patrimonial, ou seja, às construções de valor arquitetônico ou histórico, o Patrimônio Cultural (PC) construído e sua inserção na paisagem. Buscou-se levantar, em outras palavras, os produtos das transformações ocorridas na paisagem a partir do ingresso de grandes levas de imigrantes europeus (alemães e italianos) por mais de século, muito antes, estabelecido por portugueses e afrodescendentes.

O território da Quarta Colônia justifica a proposta de implantação de um geoparque pela sua marcante história geológica e paleontológica. Também, culturalmente, pela colonização de imigrantes durante o século XIX que culminou com o estabelecimento do quarto polo de imigração italiana nesta região. Trata-se de uma importante representação cultural na paisagem. Uma configuração originada desta diversidade étnica, simbolizada pela evolução e fixação humana que busca o desenvolvimento sustentável no potencial do seu Patrimônio Natural e Cultural.

4.1 DIAGRAMA DA PESQUISA

O processo metodológico da pesquisa foi delineado de modo a atender os objetivos propostos neste estudo (Figura 45).

Figura 45 – Diagrama da metodologia



Fonte: Elaborado pelo autor.

4. 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A realização da pesquisa obedeceu às seguintes etapas:

a) Compilação de inventários do Patrimônio Natural e Patrimônio Cultural que compreende o território formador do GQC.

b) Sistematização dos inventários do Patrimônio Natural e Cultural; organização das fichas do Inventário do Patrimônio Histórico Cultural material imóvel, por município, realizado no ano de 2009 durante o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Ambiental da Quarta Colônia.

O Inventário do Patrimônio Histórico Cultural da Quarta Colônia, contratado pelo CONDESUS, concluído em 2010 pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), concomitante ao Planejamento Ambiental da Quarta Colônia, foi coordenado pelo professor Arquiteto e Urbanista Décio Bevilacqua.

O inventário foi elaborado sob a responsabilidade do Arquiteto e Urbanista João Paulo Schwerz. Tal levantamento cadastral seguiu o padrão de inventariação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O levantamento compreendeu o preenchimento de um conjunto de fichas com informações pertinentes ao patrimônio material imóvel, urbano e rural de cada município, baseado nos aspectos característicos tipológicos e de construção. Como resultado 842 imóveis (urbanos e rurais) foram registrados na Quarta Colônia, exceto para o município de Silveira Martins que, naquela época, não havia aderido ao projeto contratado. Porém, um inventário deste município (urbano e rural) foi realizado em 1989 em convênio com a 12ª Coordenadoria do Sphan/Pró-Memória (hoje, IPHAN) – fichas com informações simples, com poucas fotos (não digitais) e sem atribuição de coordenadas geográficas nos bens inventariados, totalizado em 100 imóveis.

Devido ao elevado número de bens inventariados (Quadro 8), para selecionar e classificar os bens culturais de todos os municípios, como Locais de Interesse Patrimonial (LIP) voltados ao Geoturismo do GQC, foram considerados alguns critérios de valor, visando o uso na atividade turística.

Quadro 8 – Número de bens culturais materiais imóveis (arquitetônico) do GQC, conforme fichário do Inventário de Conhecimento disponibilizado.

Município	**Rural**	**Urbano (sede e distritos)**	**Total**
Agudo	38	57	95
Dona Francisca	32	82	114
Faxinal do Soturno	36	SA22+NT16+18=56	92
Ivorá	31	37	68
Nova Palma	16	CA14+VC15+78=107	123
Pinhal Grande	32	44	76
Restinga Seca	45	65	110
São João do Polêsine	59	VV38+67=105	164
Subtotal	**289**	**553**	**842**
Silveira Martins	72	28	100
Total	**361**	**581**	**942**

SA – Santos Anjos; NT – Novo Treviso; CA – Caemborá; VC – Vila Cruz; VV – Vale Vêneto.

Fonte: (BEVILACQUA, 2010;PREFEITURA DE SILVEIRA MARTINS, 2017).

Na etapa seguinte, item **c**, a definição dos critérios empregados na seleção dos LIPs (Locais de Interesse Patrimonial) e visita a campo, foi direcionada para os seguintes eixos de avaliação dos bens imóveis:

1) *Aspectos estéticos e compositivos*: **forma plástica**, em relação ao contexto histórico (composição volumétrica, de superfícies, de elementos constitutivos, adornos, etc.); **inserção na paisagem**, como se apresenta no espaço físico-ambiental (implantação e seu entorno), com viés cênico valorizado pela integração com elementos geomorfológicos; **constituição**, como se apresenta volumétricamente, frente a sua originalidade, com mudanças sofridas durante seu período de vida, com adição ou subtração de volumes – sua atual feição.

2) *Aspectos históricos e culturais*: **autoria** (quem o criou), de difícil comprovação; pela escassez de documentos, buscou-se encontrar referências em notícias, na história oral de familiares e vizinhanças; o grau de **pertencimento**, a importância que o bem representa para seu detentor, para um grupo ou a uma comunidade; **memória**, mesmo com algumas modificação em sua feição original e sem o desqualificar, o bem imóvel constitui por si mesmo uma marca de cultura de uma população num determinado período da história, local e regional; **antiguidade**, pela sua

existência e sobrevivência ao longo do tempo até os dias atuais, o próprio bem imóvel mostra-se como documento histórico – fisicamente como registro cultural.

3) *Aspectos socioeconômicos*: **conservação**, considerado como valor inerente a cada sítio, como caráter singular que detém relevância à restauração e revitalização; **disponibilidade**, quanto à utilização para a atividade turística, se permitida por seu detentor e convenientemente tratado poderá voltar a ser útil, ao mesmo e às atuais comunidades, como o fora no passado, mesmo não desempenhando seu uso original.

O imóvel, se restaurado e revitalizado, pode aumentar, consideravelmente, o fluxo turístico na área e favorecer ganho de renda, direta ou indireta, justificando tal investimento. “O valor real é a importância histórica e cultural e não a riqueza que ostenta” (SOARES, 2013, p. 10).

c) Para seleção e classificação do Patrimônio Cultural material imóvel da QC, foram adotados Critérios de Valores Culturais baseados nos significados implícitos e característicos de cada imóvel, considerando os aspectos acima descritos.

Para selecionar e classificar os principais bens patrimoniais culturais imóveis, do elenco inventariado, usaram-se critérios de valores quali/quantitativos baseados e adaptado de Colômbia, (2005, p. 44-47), Meneses (2012, p. 25-40) e Novais (2015), conforme caracterização arquitetônica.

Tanto para a seleção de Lugar de Interesse Patrimonial (LIP), quanto à classificação destes para visitação turística e integração a roteiros geoturísticos, a análise se baseou nas informações da ficha de Inventário do Patrimônio Histórico Cultural da Quarta Colônia (Figura 46).

Figura 46 – Modelo de ficha do Inventário do Patrimônio Histórico Cultural da Quarta Colônia (frente e verso).

CÓD. FAX 005

Projeto

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DA 4ª COLÔNIA		UNIDADE(S)	
TÉCNICOS RESPONSÁVEIS	Alessandro Nunes Diesel, Gustavo Bernardi e Tiago Pereira Gonçalves	*DATA*	05/06/2008

Identificação e localização da propriedade/imóvel

CIDADE	Faxinal do Soturno		
LOCALIDADE/ BAIRRO	Linha Formosa		
DENOMINAÇÃO	Casa de pedra com respiros		
PROPRIETÁRIO	Indisponível		
ENDEREÇO	Linha Formosa, S/N		
USO ORIGINAL	Residencial	USO ATUAL	Residencial
COORDENADAS GPS	S 29.5522°, W 53.3828°		

Breve descrição

DATA APROXIMADA DE CONSTRUÇÃO	Indisponível	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	[ ] bom [X] regular [ ] precário [ ] em ruínas

CARACTERIZAÇÃO, TIPOLOGIA, TÉCNICA CONSTRUTIVA E MATERIAIS EMPREGADOS (paredes externas e internas, esquadrias, cobertura, pisos, forros, entre outros)

Edificação residencial térrea com sótão.
Parede: Pedra regular em arenito com rejunte em argamassa.
Cobertura: Em quatro águas. **Telhas:** Cerâmica. **Estrutura:** Em madeira.
Janelas
Fechamento Translúcido
Tipo: De abrir. **Estrutura:**Engradada. **Fechamento:** Caixilhos envidraçados. **Complemento:** Com postigo.

MODIFICAÇÕES VISÍVEIS (alterações na planta, inserção de anexos, substituição de materiais, entre outros)

INFORMAÇÕES ADICIONAIS (relatos orais, dados históricos, patrimônio imaterial, bens móveis, etc.)

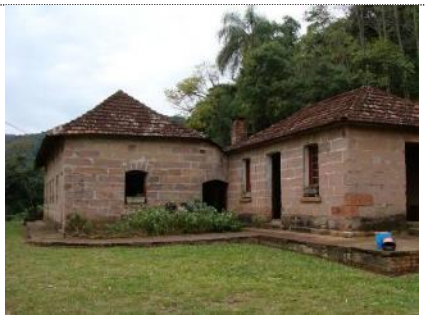
PROTEÇÃO EXISTENTE	Nenhuma	PROTEÇÃO SUGERIDA	PP

CÓD. FAX 005

Croquis e registro fotográfico

IMPLANTAÇÃO	PLANTA BAIXA

ELEVAÇÕES/ PERSPECTIVAS/ CONJUNTO/ DETALHES



Indicações

[X] complementar informações históricas
[ ] complementar levantamento arquitetônico
[ ] complementar levantamento fotográfico
[ ] realizar inventário de referências culturais
[ ] outras:

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

Fonte: Inventário do Patrimônio Histórico Cultural da Quarta Colônia (BEVILACQUA, 2010).

4.3 CRITÉRIOS DE VALOR

Como visto no inventário existente, as informações dos bens se limitam a dados específicos da sua arquitetura. Resume-se a uma breve descrição, mais dirigida a edificação, a sua constituição, e nada relacionada à paisagem e aos elementos geomorfológicos. Devido a data de execução, não revelam seu estado atual.

Para o objetivo que se pretende alcançar neste trabalho, identificar os bens mais aptos para integrar, de forma turística georroteiros, foram elencados alguns critérios que se julgou pertinentes para selecionar e classificar- como LIPs (Locais de Interesse Patrimonial). Por esta razão, os seguintes critérios adotados basearam-se em autores já relatados no capítulo dois:

Acesso – relacionado ao grau de dificuldade de acesso o valor do bem justifica a visita: bens com características patrimoniais culturais, monumentos, espaços públicos ou particulares, sítios geológicos, paleontológicos e arqueológicos; relacionado à facilidade de acessar o imóvel, à distância a ser percorrida a partir da entrada da propriedade; relacionado aos obstáculos existentes até o bem; relacionado à proximidade e à conexão do bem com o via principal; relacionado ao deslocamento, considerando-se o uso de veículo motorizado, principalmente carro de passeio; à possibilidade de inclusão de turistas com deficiência de locomoção o mais próximo do bem cultural.

Grau de Valores:

1 – dificílimo (somente a pé ou de tração animal);

2 – difícil (muito distante da estrada, mais de 1.000 metros – talvez veículo 4x4);

3 – pouco difícil (distante da estrada – em torno de 500 metros);

4 – fácil (próximo da estrada, menos de 100 metros);

5 – muito fácil (à margem da estrada).

Tipologia (representatividade cultural) – a análise formal (tipológica) do bem se refere a conhecer as qualidades de seus elementos compositivos e ornamentais em relação à sua origem histórica, tipicidade étnica e sua tendência artística ou estilística; a sua forma plástica (composição volumétrica, de superfícies, de elementos constitutivos, de adornos, etc.); do volume original e de suas transformações à atual feição;

Grau de Valores:

1 – desfigurado (quase irreconhecível);

2 – pouco representativo (alguns traços identificam);

3 – média representação (com alterações na sua origem);

4 – boa representação (quase original);

5 – muito representativo (raridade pela originalidade).

Antiguidade (histórico) – o bem relacionado ao tempo da sua criação, do passado ao presente; o aspecto antigo e a aparência podem contar sua história; o tempo registrado em sua matéria torna-se chave para a compreensão da arquitetura com status de valor determinado por sua origem; a data do fabrico do bem é decisiva, se possível sustentada documentalmente, ou através de notícias, referências ou história oral; sem documento do bem a operação de interpretar a idade parte do sujeito que o valora, baseado na sua formação técnica, conhecimento em relação à história da arte, por exemplo; mesmo com modificações na feição original, ainda sinaliza ações de uma cultura e memória de um determinado período da história, regional e nacional; a interpretação da idade pode resultar em uma origem aproximada, quer o objeto pertença a um período histórico concreto (colonial, republicano, moderno ou contemporâneo), ou não.

A antiguidade é um valor relacionado ao aspecto que não seja o atual, não moderno, isto é, “tal valor surge do contraste, da diferença, que pode ser percebida não apenas pelas classes mais instruídas ou cultivadas, mas inclusive pelas massas” (RIEGL, 2014, p, 17).

Com relação às características que marcaram a arquitetura do imigrante italiano, Pozenato (1987) classifica por períodos sua evolução, embasado na diversidade e durabilidade: provisório – primeira década de assentamento; primitivo – segunda década de assentamento; apogeu – de 1890 até 1930; tardio – desde cerca de 1930 até fins da década de 1960.

Para esta análise, foram adotados períodos embasados na antiguidade e durabilidade, considerando que, por volta da década de 1930, o movimento imigratório desacelerou:

Grau de Valores:

1– posterior ao ano de 1930;

2– no intervalo de 1920 e 1929;

3– no intervalo de 1910 e 1919;

4– no intervalo de 1900 e 1909;

5– anterior ao ano de 1900.

Importância da técnica construtiva e emprego de materiais (construção) – do conceito de espaço à organização do edifício, dos materiais, sistemas e técnicas a um padrão estilístico ou combinações empregadas em seu processo de materialização; aos interesses em causa, pela constituição e condições históricas de sua construção, usos e apropriações; por sua antiguidade que revela técnicas específicas de uma época e, mesmo em desusos ou desaparecidas; como valor documental pela peculiaridade ou engenhosidade, desde agentes e categorias sociais envolvidas na sua feitura.

Grau de Valores:

1 – nada interessante ao conhecimento científico;

2 – pouco interessante ao conhecimento científico;

3 – interessante ao conhecimento científico;

4 – bem interessante ao conhecimento científico;

5 – muito interessante ao conhecimento científico.

Conservação (estado real) – a situação física em relação à possibilidade de uso; o cuidado da manutenção dada, apesar da idade de construção, a resistência de sua substância; a durabilidade ao longo do tempo faz com que seja um documento histórico, único e sem repetição; pela compreensão de uso de materiais e tecnologias relacionados à materialização e à função ligada a um estilo de vida, entre outros, a ser preservado; enseja sua ocupação sem grandes intervenções e reparos; pelo caráter singular que detém relevância à conservação, restauração e revitalização, pode possibilitar seu uso como perspectiva de ganho de renda, direta ou indireta, justificando determinado investimento.

Grau de Valores:

1 – em ruínas;

2 – precário;

3 – regular;

4 – bem conservado;

5 – muito bem conservado.

Inserção na paisagem(ocontexto físico ambiental) – a importância cultural do bem relacionado com o espaço geográfico e o entorno envolvente; na interação de valores naturais, sociais e culturais das comunidades, onde o bem está inserido;

na integração com componentes naturais, próximos ou distantes, principalmente de elementos geomorfológicos presentes como constituição de uma paisagem cênica (rios, elevações topográficas, vales, matas...).

Grau de Valores:

1 – ausência de integração paisagística;

2– regular integração (presença de ao menos um elemento paisagístico integrador);

3 – média integração (presença ao menos dois elementos paisagísticos integradores);

4 – boa integração (presença de três elementos paisagísticos integradores);

5 – qualidade cênica excepcional.

Os bens inventariados que constituem o Patrimônio Histórico Cultural imóvel da Quarta Colônia, de acordo com o Código de Identificação especificado na ficha de cadastro do inventário existente para aplicação de critérios de valor, são apresentados na planilha modelo (Figura 47).

Figura 47 – Planilha para aplicação de Critérios de Valor para seleção e classificação de bens culturais imóveis rurais à LIP (Local de Interesse Patrimonial).

Edificação Rural Código	Acesso	Tipologia	Antiguidade	Técnica construtiva	Conservação	Inserção na paisagem	Soma

Fonte: Elaborado pelo autor.

O considerável número de bens culturais do território QC, para uma primeira seleção (ou pré-seleção) em laboratório, seguindo as definições dos conceitos de valores definidos para os seis (6) itens de critérios de valores estabelecidos, foI analisado, nesta etapa, a partir das fichas do inventário existente, conforme código correspondente.

Na planilha, alguns bens, mesmo não sendo contemplados na seleção, mas por estarem próximos fisicamente daqueles ou formarem grupo, não foram descartados, pois agregam valor aos demais contemplados como Local de Interesse Patrimonial. No momento da visita de turistas, oportuniza a análise do ambiente aumentando o interesse pela Interpretação Patrimonial.

Deste grupo de valores atribuídos como parâmetros para pré-selecionar quais bens eram prováveis de integrar um roteiro turístico, buscou-se aplicar medidas de tendências centrais, como uma estratégia mais confiável de agrupar dados, que informam a magnitude através de um valor central ou médio, como: a **média** aritmética, a **moda** e a **mediana**. Porém a utilização destas três medidas varia consoante ao tipo de informação que se pretende resumir ou descrever (PESCA, 1976):

● Se a pretensão é resumir um nível de seleção para um elenco de bens culturais como critério, como parâmetro, entre a soma dos pesos atribuídos a cada bem (linha na planilha), a ***média*** *aritmética* entre todos do grupo, do somatório das parcelas (última coluna), é o melhor indicador disponível.

Usar a *média aritmética* para analisar este conjunto de valores organizado e somado, como seleção, seria simplesmente uma redistribuição de valores. É uma medida muito influenciada por valores "muito grandes" ou "muito pequenos". Mesmo que estes valores surjam em pequeno número na amostra representaria somente o valor mais próximo do centro da série de valores. Se a amostra for discrepante à média nem sempre representará exatamente o perfil do conjunto. O uso desse resultado poderá desencadear conclusões falhas para seleção, não funcionando, assim, como um parâmetro de comparação para cada bem cultural em relação ao grupo todo.

● Caso se queira identificar o valor mais frequente na soma do grupo (última coluna), que corresponde à soma resultante de pesos atribuídos a cada bem (linha), dos pesos obtidos ao longo da coluna, deve-se utilizar a ***moda***.

Como a ***moda*** revela somente aqueles mais comuns, a maioria mais frequente, este parâmetro será desprezado, pois não interessa a frequência e sim os mais aptos.

● Se o objetivo é saber quem são os 50% melhores bens culturais do conjunto ou os 50% piores, ao longo da coluna, pela atribuição de pesos de valores, deve-se utilizar a *mediana*.

O emprego da ***mediana*** é semelhante à *média*, porém mais robusto, pois como parâmetro despreza os valores muito altos ou muito baixos que podem distorcer o resultado. Mas, como medida de tendência central, é mais eficiente que a *média,* quando os dados não possuem uma distribuição normal, isto é, quando são diferentes. Esta acusaria melhor o ponto central da amostra como parâmetro de classificação. Quando ordenados os elementos da amostra a *mediana* pode ser o valor pertencente ou não à amostra, que divide ao meio, isto é, 50% da amostra são menores ou iguais à *mediana* e os outros 50% são maiores ou iguais à *mediana*. Portanto para esta amostragem foi utilizada a ***mediana***.

d) Após a pré-seleção dos bens pelas fichas do inventário a visitação *in situ,* para averiguar a real situação do Patrimônio Cultural material edificado. Nesta etapa, como instrumento de pesquisa, foi realizado levantamento fotográfico, coordenadas geográficas, entrevista informal e a aplicação de questionário (APÊNDICE A), para a análise da cognição ambiental dos detentores destes frente ao caráter patrimonial como: **memória**, **autoria**, **sentimento de pertencimento** e **concordância** (preferentemente do responsável em disponibilizar seu bem como LIP), como objeto a incorporar como elemento à visitação turística, integrado a um georroteiro.

Memória (significação) – relaciona-se à referência e àimagem do passado, à lembrança, à recordação que a comunidade considera como parte essencial de sua identidade e que, incorporadas ao presente, faz parte de sua cultura; às construções públicas e civis que se tornam memoriais ou monumentais por sua representação e perfeição pelo que significam; o sentimento em que representa os laços emocionais, como objetos ou locais específicos para uma atividade criativa, expresso por comunidades étnico-culturais, que fazem parte das suas origens e cuja identidade repousa nesta: o que se conhece por *representação cultural*.

Um bem é significativo, como memória, quando associado a eventos e manifestações, ou a atividades próprias da comunidade, quando possui grande importância na vida social e cultural daquele povo. É o caso de elementos naturais, edificações, imagens ou objetos reais de peregrinação ou devoção, que estão intimamente ligados à memória coletiva. São considerados valores pela representação cultural da etnia que os simboliza, dos elementos típicos e das relações sociais.

As informações foram captadas em entrevista informal e questionário sobre a significação do bem.

Autoria – por enquadrar-se em um recorte temporal, século XIX, em que pouco ou quase nada havia de facilidades naqueles idos, como profissionais de academia; por sua concretude, a importância de valorizar o bem pelo esforço de alguém que aí desempenhou; se o autor não é representativo para a história da arte, ou qualquer outra disciplina, sua contribuição social influenciou sua cultura; as evidências de sua produção em função de uma época associada a um período, um estilo ou uma tendência.

Foi percebido no inventário tratar-se de uma arquitetura, muitas vezes, espontânea, sem profissionais acadêmicos. Portanto, foi considerado como autor quem o executou, construiu, e isto se aplica tanto às obras dos períodos republicano, moderno ou contemporâneo. Este critério foi analisado em relação aos outros que reforçam sua significação cultural. A responsabilidade deve ser documentada, ou excepcionalmente atribuída, por quem a edificou.

Sentido de pertencimento (simbólico) – relaciona-se com que o bem proporciona ao sujeito, à comunidade e ao território sociocultural; ao que o bem suscita como motivação e promoção em relação à importância de revelação, no sentido de pertença a algum lugar e a si; à carga simbólica a um grupo de pessoas, uma vez que representa referências de identidade coletiva sobre o conjunto de bens de seu território; à análise dos laços de afetividade coletiva conhecida – pela apropriação e significação cultural a que se refere e, principalmente, como valor simbólico. Foram considerados valores pelo que o bem transmite de simbolismo ao proprietário e à comunidade.

Concordância do proprietário – relaciona-se à condição de preservação e de disponibilização do bem patrimonial; ao ambiente construído para vir a ser integrado em programas de turismo e geoturismo dentro do GQC, com a finalidade óbvia de obter algum retorno financeiro. Foram considerados valores condicionados à satisfação do proprietário em colocar à disposição o imóvel a integrar o roteiro.

Nesta sistematização, o significado de valor que uma comunidade imprime a um bem está na sua apropriação e que, por parte desta, pode ser definida pela afetividade que esta desperta e, assim, garantir a sua preservação e proteção, uma vez que é depositário de valores de expressão e memória de sua cultura.

Para tal investigação da cognição ambiental por parte da população da referida região, sobre a realidade deste número de edificações, isoladas ou em conjunto, rurais ou urbanas, houve a necessidade de uma abordagem indagadora à memória desta. É uma abordagem direta no cotidiano das pessoas detentoras destas unidades selecionadas com a paisagem da Quarta Colônia. Foi levando em consideração a situação atual, o tempo de uso e as perspectivas futuras.

Esta abordagem perceptiva buscou a compreensão das inter-relações da comunidade local com a paisagem em constante transformação. São as expectativas traduzidas na expressão entre satisfações/insatisfações, valores, julgamentos e condutas das pessoas detentoras do Patrimônio Cultural (OLIVEIRA; MACHADO, 2004).

Dessa forma buscou-se conhecer a visão que a comunidade local apresenta sobre o interesse em participar de um planejamento turístico expresso pelas expectativas, opiniões, relação de empatia e rejeição, sentimentos e preferências levantadas conforme relação entre comunidade, espaço e Turismo, de cunho topofílico (afetiva) ou topofóbico (rejeição) (PINHEIRO et al., 2011, p. 475).

Tal procedimento foi baseado no triângulo metodológico de Whyte (1977), estabelecido no Programa Man and Biosphere (MAB), ligado à UNESCO. Um guia prático para trabalhos de campo em Percepção Ambiental (PA) com três formas de abordagem, cada uma correspondendo a um conjunto específico de técnicas e estratégias para coleta de dados: “Perguntando”, “Ouvindo” e “Observando”. Para tal prática perceptiva, foram realizadas visitas para observações e leitura do espaço e do comportamento das pessoas em seu ambiente, através de entrevistas e de questionamentos, cujas respostas dos entrevistados foram anotadas em formulários para posterior tabulação. Tais formulários, conforme Pinheiro et al. (2011), seguiram os parâmetros para obtenção de informações sobre a cognição ambiental da comunidade da Quarta Colônia acerca do seu espaço natural e modificado, bem como o grau de interesse quanto à participação e à inserção em roteiros turísticos. São informações sobre como a comunidade percebe seu espaço físico, o que precisa ser melhorado, o que carece de ser ampliado ou construído, considerando formas de minimizar impactos, tanto em áreas urbanas como rurais, como incremento a um plano de gestão para um desenvolvimento sustentável, através do Turismo.

e) Tabulação dos dados e definição das unidades culturais patrimoniais mais aptas para compor roteiros de visitação; o mapeamento, a sobreposição cartográfica de ambos os patrimônios classificados e comparação por proximidades.

f) Classificados e localizados a campo os LIPs foram representados pela cartografia, que serve de base para integrar o Patrimônio Cultural com o Patrimônio Natural de cada município. Posteriormente, com os resultados de todos os municípios, foi feita a proposição de roteiros para cada município do território do Geoparque Quarta Colônia e outros produtos pertinentes.

Nessa fase, o tratamento dos dados consistiu na análise das informações e dos elementos coletados e configurados por intermédio de gráficos, conforme apresentação dos resultados a partir da verificação *in situ* e interpretação das respostas dos entrevistados, que direta ou indiretamente apresentaram uma relação com o desenvolvimento do Turismo na região.

Para representar as transformações na paisagem realizadas pelas pessoas que aí habitam, trabalham e desfrutam deste espaço geográfico, além de possibilitar a compreensão das relações resultantes deste processo (o entendimento da reprodução das relações cotidianas existentes na sociedade), como última etapa, a apresentação de folders, cartões postais, proposição de mapas geoturísticos e maquete do Geoparque Quarta Colônia, como contribuição ao Centro Interpretativo do GQC integrado ao CAPPA.

A maquete física em terceira dimensão (3D), originada a partir da representação cartográfica (2D), como um dos principais geoprodutos, produz e transmite informações de geomorfologia, hidrografia, geologia, entre outros, como também da presença humana, da urbanização, da cultura, da economia, etc. Espacialmente torna mais acessível à interpretação dos dados nela contidos e, não simplesmente, como um objeto de reprodução. Na aprendizagem, auxilia na compreensão de temas com elevado grau de dificuldade e abstração, por exemplo, as curvas de níveis. Como recurso didático torna possível a leitura de mapas e cartas hipsométricas (o relevo). Como ferramenta de um Geoparque, facilita atingir uma das finalidades básicas, a Interpretação Patrimonial, natural e cultural. Além de promover a inclusão social de pessoas portadoras de deficiência visual, parcial ou total, através da manipulação tátil.

5. O PATRIMÔNIO CULTURAL E GEORROTEIROS

Aquarela: Dilson Nicoloso Cecchin

5.1 ENTREVISTA A INDIVÍDUOS DE COMUNIDADES DA QUARTA COLÔNIA
5.2 O PATRIMÔNIO CULTURAL IMÓVEL DOS MUNICÍPIOS
5.2.1 APLICAÇÃO DE CRITÉRIOS DE VALORES: SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE BENS CULTURAIS IMÓVEIS RURAIS
5.2.2 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS CULTURAIS IMÓVEIS RURAIS E NATURAIS
5.3 PROPOSTA DE ROTEIROS GEOTURÍSTICOS PARA O GQC
5.4 GEOPRODUTOS
5.4.1 MAQUETE DO GQC
5.4.2 MAPA GEOTURÍSTICO
5.4.3 CARTÕES POSTAIS

5. PATRIMÔNIO CULTURAL E GEORROTEIROS

Na metodologia aplicada nos municípios que compõem o território da Quarta Colônia (com uso de critérios de valoração do significado cultural), o principal objetivo foi identificar imóveis rurais com aspectos de riqueza patrimonial cultural, classificar e apresentar os mais aptos como Locais de Interesse Patrimonial (LIP), para comporem roteiros geoturísticos.

Na aplicação dos critérios de valoração dos bens culturais imóveis rurais à condição de LIP, foi feita uma análise (questionário) da cognição ambiental dos detentores dos bens imóveis. Esta análise abrangia o bem patrimonial ligado à **memória**, **autoria**, **sentimento de pertencimento** e **concordância,** e a consulta do usuário sobre a disponibilização do bem, para integrar roteiro de visitação turística.

Para atender os objetivos propostos, foram realizadas visitas *in situ,* com observações dos bens patrimoniais imóveis. Esta abordagem oportunizou, através de entrevistas informais e questionários (APÊNDICE A), conhecer interesses e expectativas dos indivíduos das comunidades visitadas e a relação com os bens, com o território e com a paisagem.

Esta abordagem foi uma forma de captar a importância que estes bens têm para os indivíduos que aí vivem, no sentido de perceber se há interesse de participarem de uma rede de cooperação. Propiciou salientar um patrimônio com potencial a ser explorado pelo geoturismo, um segmento voltado ao desenvolvimento sustentável. Através da visitação turística há vantagens de melhorar e complementar a renda, através da conservação e da exploração dos recursos geoturísticos. Foi da habilidade de explorar e de empregar materiais da geodiversidade e da biodiversidade que trouxe a transformação para esse território, que proporcionou ambientes de interação social, configurando identidade ao território.

O geoturismo proporciona explorar a importância dos bens culturais e naturais, na forma de roteiros geoturísticos, que funcionam como instrumento de divulgação das Geociências. Como complemento, apresentam-se alguns geoprodutos vinculados aos LIPs, que deverão compor os elementos informativos (mapas, cartões postais, maquete, fotografias, etc.) que estarão disponíveis no Centro de Interpretação do GQC.

Devido ao elevado número de bens inventariados nos municípios, urbanos e

rurais, como objeto de análise, foram considerados somente os imóveis pertencentes à área rural. Além dos bens inventariados nas áreas rurais dos municípios (a partir da base de dados de inventário existente), outros vieram a somar-se a partir do trabalho de campo realizado neste estudo (Quadro 9).

Quadro 9 – Número de bens culturais materiais imóveis do GQC, conforme fichário de Inventário de conhecimento e outros observados a campo.

Município	**Bens Culturais imóveis Inventariados**		**Total**	**Rural (somados nesse estudo)**	**Total de bens rurais**
	Rural	**Urbano (sede e distritos)**			
Agudo	38	57	95	72	110
Dona Francisca	32	82	114	24	56
Faxinal do Soturno	36	SA22+NT16+18=56	92	20	56
Ivorá	31	37	68	24	55
Nova Palma	16	CA14+VC15+78=107	123	29	45
Pinhal Grande	32	44	76	6	38
Restinga Seca	45	65	110	70	115
S. João do Polêsine	59	VV38+67=105	164	14	73
Silveira Martins	72	28	100	41	113
Total	**361**	**581**	**942**	**300**	**661**

SA – Santos Anjos; NT – Nova Treviso; CA – Caemborá; VC – Vila Cruz; VV – Vale Vêneto.

Fonte: (BEVILACQUA, 2010; PREFEITURA DE SILVEIRA MARTINS, 2017).

Para seleção e classificação dos Locais de Interesse Patrimonial (LIP) do GQC, com objetivo de comporem roteiros geoturísticos, foram utilizados critérios da literatura (ver capítulo 2), numa escala de valores, visando a conservação e o uso em atividade geoturística.

Em vários imóveis analisados não se conseguiu acessar os usuários (ou estavam fechados ou abandonados), e muitos em processo de ruínas. Mesmo assim, pela aparência e inserção na paisagem, foram submetidos à análise pelos critérios selecionados.

5. 1 ENTREVISTA A INDIVÍDUOS DE COMUNIDADES DA QUARTA COLÔNIA

As questões foram dirigidas a indivíduos de comunidades do território da Quarta Colônia. Primeiramente buscava-se sempre o proprietário responsável (preferentemente). Na falta deste, questionava-se o usuário, o morador, ou então, os vizinhos sobre o valor cultural do bem e a percepção ambiental do Geoparque Quarta Colônia (Quadro 10). Na sequência, o Quadro 10, com o número de entrevistas e as grades com as questões respondidas.

Quadro 10 – Número de respondentes sobre a percepção ambiental do GQC.

ENTREVISTAS AS COMUNIDADES DO GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA			
Município	**Respondente Fem.**	**Respondente Masc.**	**Total**
AGUDO	6	16	**22**
DONA FRANCISCA	5	6	**11**
FAXINAL DO SOTURNO	3	7	**10**
IVORÁ	6	8	**14**
NOVA PALMA	2	3	**5**
PINHAL GRANDE	0	1	**1**
RESTINGA SECA	2	3	**5**
SÃO JOÃO DO POLÊSINE	6	15	**21**
SILVEIRA MARTINS	10	9	**19**
TOTAL	**40**	**68**	**108**

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Questão 1 – Há quanto tempo (anos) reside/trabalha no local?

1 a 20 □ 21 a 40 □ 41 a 65 □ 66 a 80 □ mais de 80 □

Municípios	**Respon-dentes**	**Tempo de residência no local (anos)**					**Não responderam**
		1 a 20	**21 a 40**	**41 a 65**	**66 a 80**	**+ de 80**	
Agudo	22	3	5	7	4	3	
Dona Francisca	11	1	5	2	2	1	
Faxinal do Soturno	10	2	2	3	2		1
Ivorá	14		2	6	5		1
Nova Palma	5		2	1			2
Pinhal Grande	1			1			
Restinga Seca	5	2		1	2		
S. J. do Polêsine	21	4	2	7	3	4	1
Silveira Martins	19	1	3	7	5	3	
Total	**108**	**13**	**21**	**35**	**23**	**11**	**5**
%	100	12,03	19,44	32,41	21,30	10,18	4,63

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

No quadro acima, é possível observar que um percentual expressivo de mais de 50% da população residente ocupa o bem imóvel acerca de 50 anos, o que contribui, muitas vezes, para um maior cuidado com o imóvel, visto ele estar em pleno uso.

Questão2 – Qual a idade do bem (imóvel)?

15 a 40 □ 41 a 65□ 66 a 85□ 86 a 105 □ mais de 105 □

Municípios	Respon-dentes	Idade do imóvel (anos)					Não responderam
		15 a 40	41 a 65	66 a 85	86 a 105	+ de 105	
Agudo	22			5	5	12	
Dona Francisca	11			2	2	7	
Faxinal do Soturno	10			2	1	6	1
Ivorá	14				3	10	1
Nova Palma	5				2	1	2
Pinhal Grande	1				1		
Restinga Seca	5		1		2	2	
S. J. do Polêsine	21	1	1	5	1	12	1
Silveira Martins	19			1		18	
Total	**108**	**1**	**2**	**15**	**17**	**68**	**5**
%	100	0,92	1,85	13,88	15,74	62,97	4,63

Fonte:Dilson Nicoloso Cecchin.

Conforme o quadro acima, percebe-se que a maioria dos imóveis apresenta uma idade avançada, fato que demanda cuidados com a manutenção dos bens, para que não venham a se tornar ruínas rapidamente. Uma legislação municipal ou regional de incentivo à manutenção desses bens poderia contribuir sensivelmente com a preservação do patrimônio cultural imóvel da Quarta Colônia.

Questão 3 – O bem imóvel sempre pertenceu à família?

Sim □ Não □ Se não, a quem pertenceu antes?.....

Municípios	Respondentes	Sim	Nâo	Não responderam
Agudo	22	13	9	
Dona Francisca	11	6	5	
Faxinal do Soturno	10	3	6	1
Ivorá	14	11	2	1
Nova Palma	5	2	1	2
Pinhal Grande	1	1		
Restinga Seca	5	1	4	
São João do Polêsine	21	9	11	1
Silveira Martins	19	11	8	
Total	**108**	**57**	**46**	**5**
%	100	52,77	42,60	4,63

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

A maioria dos imóveis pertence à família, fator que pode contribuir para o sentimento de pertencimento e desejo de manter esses bens em boas condições.

Questão 4 – O(a) senhor(a) gosta de morar aqui?

Sim □ Não □ Por quê?.....

Municípios	Respondentes	Sim	Nâo	Algumas justificativas	Não responderam
Agudo	22	21	1	Nunca morou;	
Dona Francisca	11	11			
Faxinal do Soturno	10	9			1
Ivorá	14	13			1
Nova Palma	5	3			2
Pinhal Grande	1	1			
Restinga Seca	5	5			
S. J.do Polêsine	21	20			1
Silveira Martins	19	19			
Total	**108**	**102**	**1**		**5**
%	100	94,44	0,92		4,63

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Questão 5 – Pretende, ou deseja que seus familiares continuem a morar neste lugar, propriedade?

Sim □ Não □ Por quê? .....

Municípios	Respondentes	Sim	Nâo	Algumas justificativas	Não responderam
Agudo	22	15	7	Seminário Franciscano; Sem descendentes; filhos foram embora;	
Dona Francisca	11	8	3	Foram embora; sem descendentes;	
Fax. do Soturno	10	8	1	Sem descendentes;	1
Ivorá	14	11	2	Sem descendentes;	1
Nova Palma	5	3			2
Pinhal Grande	1	1			
Restinga Seca	5	5			
S. J.do Polêsine	21	16	4	Sem descendentes; filhos foram embora;	1
Silveira Martins	19	19			
Total	**108**	**86**	**17**		**5**
%	100	79,63	15,74		4,63

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Nas questões 4 e 5, chama a atenção o desejo de quase a totalidade dos moradores declarar que gosta de morar no local e deseja que os bens continuem

com a família. Esse resultado é expressivo para se estabelecer uma política de preservação dos bens imóveis e manutenção das pessoas no seu território.

Questão 6 – Autoria: por considerar que o bem se enquadra num recorte temporal, passado, em que pouco ou quase nada havia de profissionais da academia naqueles idos, ou seja, está representado para a história da comunidade como um elemento identificador da sua cultura, de uma etnia; evidências de uma produção em função de uma época associada a um período, estilo ou tendência; a importância de valor do bem está para o esforço de quem o construiu. A responsabilidade deve ser documentada ou, excepcionalmente, atribuída por quem a edificou, família ou construtor. Quem construiu?

□ Pai do proprietário
□ Avô do proprietário
□ Bisavô do proprietário
□ Trisavô do proprietário
□ Proprietário anterior. Quem?.....

Questão 7 – Houve modificação no original? .....Em que década aproximada?

□ Frente	Década: .....
□ Fundos	Década: .....
□ Lateral esquerda	Década: .....
□ Lateral direita	Década: .....
□ Parte superior	Década: .....

As questões 6 e 7 foram pouco elucidativas. Foram importantes, mas não tão conclusivas, pois muitos bens imóveis estão fechados, abandonados e quase ninguém nas proximidades para responder. Quando havia, nem sempre o proprietário atual pertencia à família que o construiu. O bem imóvel, a propriedade como um todo já havia passado por outros, que não da família. Os proprietários atuais realmente pouco sabiam sobre a história do bem analisado. O conhecimento a respeito do bem era vago. Quando havia descendentes nestes, eles, algumas vezes, tinham muitas dúvidas a respeito de quem construiu e das modificações que estes sofreram, a não ser quando por estes mesmos. Também, muitos demostravam pouco interesse sobre a história do imóvel. As respostas eram vagas, quase sempre no “ouvi falar”.

Mesmo assim, nas falas, geralmente com os mais idosos, muito se depreendeu sobre o tipo, sobre a materialidade, sobre a história e das dificuldades e da maneira como estes foram construídos.

Questão 8 – Como o(a) senhor(a) considera o estado de conservação de seu imóvel?

1 ruínas□ 2 precário□ 3 regular□ 4 bem conservado□ 5 muito bem conservado□

Municípios	**Respon-dentes**	**Estado de conservação**					**Não respon-deram**
		ruína	**precário**	**regular**	**bem conservado**	**muito bem conservado**	
Agudo	22		1	5	10	6	
Dona Francisca	11		1	5	5		
Faxinal do Soturno	10		1	4	3	1	1
Ivorá	14		1	6	5	1	1
Nova Palma	5				1	2	2
Pinhal Grande	1					1	
Restinga Seca	5		1		3	1	
S. J. do Polêsine	21		5	5	6	5	
Silveira Martins	19	1		5	10	3	
Total	**108**	**1**	**10**	**30**	**43**	**20**	**4**
%	100	0,92	9,26	27.77	39,81	18,52	3,70

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Na questão 8, conforme opinião dos entrevistados, que pode ser subjetiva, pois nem todos eram proprietários ou residiam no lugar, 58% consideram que os imóveis estão bem ou muito bem conservados. Índícios de que o território da Quarta Colônia ainda detém um rico patrimônio cultural imóvel, remanescente, de um período de grandes transformações na paisagem, desde de meados do século XIX até a terceira década do século XX.

Questão 9 – Relacionado ao valor de memória, como significação cultural com relação ao que o bem proporciona ao senhor(a), o apreço referente à imagem do passado, às lembranças, às recordações incorporadas ao presente, como parte da sua cultura, como parte de sua identificação cultural, numa escala de 1 a 5, quanto considera de valor de memória?

1□ 2□ 3□ 4□ 5□

Municípios	Respondentes	Valor de memória					Não responderam
		1	2	3	4	5	
Agudo	22		1	1	9	11	
Dona Francisca	11	1	1	1	1	7	
Faxinal do Soturno	10	1	1	1	4	2	1
Ivorá	14				7	6	1
Nova Palma	5				1	2	2
Pinhal Grande	1			1			
Restinga Seca	5				3	2	
S. João do Polêsine	21			1	10	9	1
Silveira Martins	19			3	5	11	
Total	**108**	**2**	**3**	**8**	**40**	**50**	**5**
%	100	1,85	2,77	7,40	37,04	46,30	4,63

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Na questão 9, percebe-se uma valoração muito grande (83%) no quesito valor de memória. Isso ratifica a ideia de que havendo incentivos por parte dos órgãos públicos para preservação desses bens, certamente a proposta teria boa aceitação pela população e oportunizaria atividades geoturísticas.

Questão 10 – No sentido de pertencimento a esta região, com relação ao que o bem proporciona ao sujeito, comovalor simbólico, uma vez que representa referências a uma identidade coletiva sobre um conjunto de bensculturais, para a comunidade e ao território sociocultural da região, como símbolo, como importância que os outros dão a sua propriedade,numa escala de 1 a 5 o bem desperta curiosidades? Alguém já parou para pedir informações e fotografar?

1 □ 2□ 3 □ 4 □ 5 □

Municípios	Respondentes	O bem desperta curiosidade?					Não responderam
		1	2	3	4	5	
Agudo	22		1	4	8	9	
Dona Francisca	11	2		3	5	1	
Faxinal do Soturno	10			1	7	1	1
Ivorá	14			1	11	1	1
Nova Palma	5				2	1	2
Pinhal Grande	1				1		
Restinga Seca	5			2	1	2	
S. João do Polêsine	21				16	4	1
Silveira Martins	19			1	8	10	
Total	**108**	**2**	**1**	**12**	**59**	**29**	**5**
%	100	1,85	0,92	11,11	54,63	26,85	4,63

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Na questão 10, novamente se tem um alto valor (81,5%) relacionado ao interesse que o bem imóvel desperta, corroborando a ideia de que os proprietários valorizam seu patrimônio.

Questão 11 – Você é a favor do Turismo?

Sim □ Não □ Por quê?.....

Municípios	**Respondentes**	**Sim**	**Nâo**	**Algumas justificativas**	**Não responderam**
Agudo	22	19	3	Julga-se doente; não gosta de receber; não há divulgação;	
Dona Francisca	11	10	1	Não gosta movimento;	
Faxinal do Soturno	10	9			1
Ivorá	14	13			1
Nova Palma	5	3			2
Pinhal Grande	1	1			
Restinga Seca	5	5			
S. J.do Polêsine	21	20	1	Indeciso;	
Silveira Martins	19	19			
Total	**108**	**99**	**5**		**4**
%	100	91,66	4,63		3,70

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Questão 12 – Você considera que o Turismo pode gerar desenvolvimento?

Sim □ Não □ Por quê? .....

Municípios	**Respondentes**	**Sim**	**Nâo**	**Algumas justificativas**	**Não responderam**
Agudo	22	19	3	Tem uma doença crítica; não soube responder;	
Dona Francisca	11	10	1	Indeciso;	
Faxinal do Soturno	10	8	1	Indeciso;	1
Ivorá	14	13			1
Nova Palma	5	3			2
Pinhal Grande	1		1		
Restinga Seca	5	5			
S. J.do Polêsine	21	18	3	Indeciso;ninguém se dedica;	
Silveira Martins	19	18	1	Desde que seja organizado; só acontece na cidade; falta de tempo;	
Total	**108**	**94**	**10**		**4**
%	100	87,03	9,26		3,70

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Na questão 11 e 12, considerando o município com maior número de respondentes, de 22 respondentes, 19 consideram-se favoráveis à exploração do turismo local, assim como os dos demais municípios. Resultado bastante animador para desenvolver a ideia de roteiros geoturísticos no território da Quarta Colônia. Além disso, 87% acredita que o turismo pode trazer desenvolvimento para a região.

Questão 13 – O que consideras de atrativo natural em sua propriedade para visitar?
Rio□ Montanha□ Gruta□ Mata□ Campo□ Animais□ Outros□.....

Municípios	**Respon-dentes**	**Rio riacho cascata**	**Monta-nha**	**Gruta**	**Mata**	**Cam-po**	**Ani-mais**	**Outro**	**Não responde-ram**
Agudo	22	3	7	1	3	4	1	1	2
D. Francisca	11	3	5		1		1	1	
Fax. Soturno	10	1	8						1
Ivorá	14	1	9		1		1	1	1
Nova Palma	5	2	1						2
Pinhal Grande	1				1				
Restinga Seca	5				1	2	2		
S. J. Polêsine	21	9	6		1	2	1	1	1
S. Martins	19	3	6		5	1	2	2	
Total	**108**	**22**	**42**	**1**	**13**	**9**	**8**	**6**	**7**
%	100	20,37	38,89	0,92	12,04	8,33	7,41	5,55	6,48

Obs: Na coluna 'outro', respostas diversas, como cascata; lagoa; riacho; pedreira; tudo comum; nada;
Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Questão 14 – Disponibilidade: considerando o bem imóvel como um expoente recurso de valor patrimonial cultural, como proprietário(a) (ou na falta deste, a opinião de vizinhos), numa escala de 1 a 5, considera importante preservar como patrimônio e que venha a ser integrado em programas de turismo e geoturismo?

1□ 2□ 3□ 4□ 5□ Não responderam□

Municípios	**Respondentes**	**Disponibilizaria o imóvel para o turismo**					**Não responderam**
		1	**2**	**3**	**4**	**5**	
Agudo	22	3	1		7	11	
Dona Francisca	11	1	1		1	8	
Faxinal do Soturno	10	1		1	2	5	1
Ivorá	14				5	8	1
Nova Palma	5				1	2	2
Pinhal Grande	1					1	
Restinga Seca	5	1			2	2	
S. João do Polêsine	21	1			3	16	1
Silveira Martins	19		1		5	13	
Total	**108**	**7**	**3**	**1**	**26**	**66**	**5**
%	100	6,48	2,78	0,92	24,07	61,11	4,63

Fonte:Dilson Nicoloso Cecchin.

Nas questões 13 e 14, 85% demonstraram uma alta disponibilidade de permitir que seus bens patrimoniais sejam incorporados em programas de turismo e geoturismo e apontaram diversos elementos naturais integrados na paisagem com o imóvel, que contribuiriam expressivamente para a beleza cênica da região.

Questão 15 – Estaria disposto a oferecer serviços adicionais na visitação (café, petiscos, almoço ou alojamento)?

Sim □ Não□ Por que?.....Não responderam□

Municípios	**Respondentes**	**Sim**	**Nâo**	**Algumas restrições**	**Não responderam**
Agudo	22	15	7	Cuida da mãe; sem interesse; sozinho; bar; só homens;sem condições;	
Dona Francisca	11	8	3	Falta de tempo; sozinho; sem condições;	
Faxinal do Soturno	10	6	3	Só o casal; sem interesse;	1
Ivorá	14	13			1
Nova Palma	5	3			2
Pinhal Grande	1	1			
Restinga Seca	5	4	1	Sem condições;	
S. J. do Polêsine	21	16	4	Vive só; despreparado; não gosta de receber;	1
Silveira Martins	19	15	4	Sem condições físicas; falta de tempo; falta de segurança; muito velhos;	
Total	**108**	**81**	**22**		**5**
%	100	75	20,37		4,63

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Questão 16 – O(A) senhor(a)teria alguma restrição ou exigências?

Não□ Sim □ Quais?..... Não responderam□

Municípios	**Respon-dentes**	**Nâo**	**Sim**	**Algumas restrições**	**Não responde-ram**
Agudo	22	15	7	Sem espaço; somente comércio; sozinho; Idade avançada; não reside; cuida mãe;	
Dona Francisca	11	8	3	Vive sozinha; falta de tempo;	
Faxinal do Soturno	10	6	3	Falta de tempo;sem interesse; Casal idoso;	1
Ivorá	14	11	2	Com programação; Dificuldade de receber;	1
Nova Palma	5	3			2
Pinhal Grande	1	1			
Restinga Seca	5	4	1	Humilde demais;	
S. J. do Polêsine	21	16	4	Só com incentivo; não gosta de receber; vive só;	1

Silveira Martins	19	16	3	Falta de segurança; falta de tempo; sem condições;	
Total	**108**	**80**	**23**		**5**
%	100	74,07	21,30		4,63

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Nas questões 15 e 16, cerca de 75% dos entrevistados se dispõem a oferecer serviços durante a visitação (alimentação, hospedagem, etc.) e não ofereceram nenhuma restrição.

Questão 17 – Relacionado à paisagem, que nota daria para o bem cultural inserido nela?

Feia 1□ 2□ 3□ 4□ 5□Bonita □ Sem resposta □

Municípios	**Respondentes**	**Como avalia a paisagem**					**Sem resposta**
		1	**2**	**3**	**4**	**5**	
Agudo	22			3	7	12	
Dona Francisca	11				3	8	
Faxinal do Soturno	10				2	7	1
Ivorá	14			1	3	9	1
Nova Palma	5				3		2
Pinhal Grande	1			1			
Restinga Seca	5			1	2	2	
S. J. do Polêsine	21			3	2	15	1
Silveira Martins	19				3	16	
Total	**108**			**9**	**25**	**69**	**5**
%	100			8,33	23,15	63,88	4,63

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Questão 18 – Em relação aos elementos da natureza qual você considera que valoriza sua paisagem?

Rio□ Montanha□ Gruta□ Mata□ Campo□ Outros□.....

Municípios	**Respon-dente**	**Rio**	**Monta-nha**	**Gruta**	**Mata**	**Campo**	**Outro, conjunto**	**Não respon-deram**
Agudo	22	1	10		2		4	5
Dona Francisca	11	1	5		1		3	1
Fax. do Soturno	10	2	1				3	4
Ivorá	14		3		3		7	1
Nova Palma	5		1		1			3
Pinhal Grande	1						1	
Restinga Seca	5					3	1	1
S. J. do Polêsine	21	4	4				9	4
Silveira Martins	19		4		3		10	2
Total	**108**	**8**	**28**		**10**	**3**	**38**	**21**
%	100	7,41	25,92		9,26	2,77	35,18	19,44

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Nas questões 17 e 18, 87% dos respondentes avaliam de forma expressiva o seu bem cultural na paisagem e apontam diversos elementos da natureza associados à valoração do bem patrimonial, enfatizando a valorização das montanhas. No item, coluna ‘outro, conjunto’, o respondente generalizava o todo da paisagem.

Questão 19 – Em sua propriedade é produzido algum tipo de artesanato?

Não □ Sim □ Tipo□.....

È comercializado? Não □ Sim □ Onde?.....Com quem aprendeu?.....

Municípios	**Respon-dente**	**Nâo**	**Sim**	**Comerci-alizado? Onde?**	**Tipo**	**Não respon-deram**
Agudo	22	19	3		Balaios; tricô; decage; costura	
Dona Francisca	11	8	3		Lembranças p festas; brinquedos de madeira; crochê;	
Faxinal do Soturno	10	6	3		Bordado; ponto cruz; crochê; tricô;	1
Ivorá	14	9	4		Cesto de vime; crochê; macramê; brdado	1
Nova Palma	5	1	2		Costura; Crochê;	2
Pinhal Grande	1	1				
Restinga Seca	5	4	1		Crochê;	
S. J.do Polêsine	21	17	3		Crochê;licores;conservas;	1
Silveira Martins	19	15	4		Crochê; tricô; chapéu de palha; cesto de cipó e taquara; bordado	
Total	**108**	**80**	**23**			**5**
%	100	74,07	21,29			4,63

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Questão 20 – Alguém da sua família participa de alguma associação ou grupo de artesãos?

Não □ Sim □ Qual?.....Não responderam□

Municípios	**Respondentes**	**Sim**	**Nâo**	**Não responderam**
Agudo	22	2	20	
Dona Francisca	11	1	10	
Faxinal do Soturno	10		10	
Ivorá	14	1	12	1
Nova Palma	5		3	2
Pinhal Grande	1		1	
Restinga Seca	5	1	4	
São João do Polêsine	21	2	18	1
Silveira Martins	19		19	
Total	**108**	**7**	**97**	**4**
%	100	6,48	89,81	3,70

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Na questão 19, chama a atenção que 21,29% valoriza a prática do artesanato, mas não como fonte de renda. Considerando que a análise se deu na área rural, esperava-se que mais pessoas tivessem o hábito de se agregarem em torno de processos de cooperação. Enquanto na questão 20, quase 90% não participa de nenhuma agregação social. Parece ser este um elemento que poderia ser estimulado, por intermédio do resgate de tradições antigas de fazeres (cestarias, chapéus, bordados, crochê, etc.), como atividade social e rentosa voltada para o turismo.

Questão 21– Conhece algum elemento (fenômeno) geográfico da QC que considera importante para o Turismo?

Não□ Sim□ Qual?.....

(continua)

Municípios	**Respondentes**	**Sim**	**Nâo**	**Não responderam**
Agudo	22	Gruta do Índio 2 Rio Jacuí 1 Balneários 1 Cacata Raddatz 2 Cerro da Igreja 1 Barragem D.Francisca 1 Morro Agudo 1	13	
Dona Francisca	11	Flores 1 Rio Jacuí 1	9	
Faxinal do Soturno	10	Cerro Comprido 2 Morros 1	6	1
Ivorá	14	Monte Grappa 7 Cascatas 1 Cruz Luminosa 1	4	1
Nova Palma	5	Cascata do Pingo 1	2	2
Pinhal Grande	1		1	
Restinga Seca	5	Buraco Fundo 1 Balneário Tunas 1 Estação Férrea 1 Rio Jacuí 1	1	
S. J. do Polêsine	21	Coxilhas 1 Serra 1 Vale Vêneto 1 Gruta Vale Vêneto 2 Paisagem 1 Ribeirão do Achile 1 Cerros V. Vêneto 1 Cerro Comprido 1 Morros 1 Cascata do Bortoluzzi 1	9	1

Silveira Martins	19	Igreja da Pompéia 1 Cascata Mezzomo 2 Monumento Imigrante 1 Mirante Pedras Brancas 1 Igreja do Rosário 1 Moinho Moro 1 Cerro Comprido 1 Mirante do Guerino 1 Vale Vêneto 1	9	
Total	**108**	**50**	**53**	**5**
%	100	46,30	49.07	4,63

Fonte:Dilson Nicoloso Cecchin.

Na questão 21, vale destacar que a maioria respondeu desconhecer elementos geográficos importantes para o turismo no território do GQC. Tal resultado desperta preocupação e demanda investimentos junto à população local, para que se reverta esse cenário.

Questão 22 – A natureza ajuda ou não ajuda o desenvolvimento da QC?

Não ajuda □ Sim, ajuda □ Não responderam□

Município	**Respondentes**	**Ajuda**	**Nâo ajuda**	**Não responderam**
Agudo	22	21	1	
Dona Francisca	11	11		
Faxinal do Soturno	10	8	1	1
Ivorá	14	13		1
Nova Palma	5	3		2
Pinhal Grande	1	1		
Restinga Seca	5	5		
São João do Polêsine	21	20		1
Silveira Martins	19	18	1	
Total	**108**	**100**	**3**	**5**
%	100	92,59	2,77	4,63

Fonte:Dilson Nicoloso Cecchin.

Na questão 22, quase a totalidade dos respondentes considera que a natureza é um elemento que auxilia no desenvolvimento da Quarta Colônia.

Questão 23– Em relação ao meio ambiente (natureza), que atitudes ou benefícios são praticados na sua propriedade em relação à sustentabilidade?

Municípios	Respon-dentes	Lixo		Fossa séptica		Água		Sem resposta
		Reco-lhido	Quei-mado	Sim	Não	Fonte; poço; artesiano	Corsan	
Agudo	22	22		22		15	7	
Dona Francisca	11	11		11		11		
Fax. do Soturno	10	8	1	8	1	9		1
Ivorá	14	12	1	13		11	2	1
Nova Palma	5	3		3		2	1	2
Pinhal Grande	1	1		1		1		
Restinga Seca	5	4	1	5		1	4	
S. J. Polêsine	21	18	2	19	1	18	2	1
Silveira Martins	19	17	2	18	1	13	6	
Total	**108**	**96**	**7**	**100**	**3**	**81**	**22**	**5**
%	100	88,88	6,48	92,59	2,77	75	20,7	4,62

Fonte:Dilson Nicoloso Cecchin.

Na questão 23, é notável que, mesmo na zona rural, há coleta de lixo por parte dos órgãos públicos. Além disso, a maioria das propriedades conta com fossa séptica, fatores que contribuem fortemente para que esses locais possam receber turistas.

Questão 24 – Como você imagina que será o futuro desta paisagem?

Destruída 1□ 2□ 3□ 4□ 5□ Conservada□ Não responderam□

Municípios	Respondente	Escala					Sem resposta
		1	2	3	4	5	
Agudo	22			1	9	12	
Dona Francisca	11					11	
Faxinal do Soturno	10					9	1
Ivorá	14				7	6	1
Nova Palma	5				1	2	2
Pinhal Grande	1					1	
Restinga Seca	5				3	2	
S. J. do Polêsine	21		1		5	14	1
Silveira Martins	19			1	1	17	
Total	**108**		**1**	**2**	**26**	**74**	**5**
%	100		0,92	1,85	24,07	68,51	4,63

Fonte:Dilson Nicoloso Cecchin.

Na questão 24, a maioria (92%) é otimista em relação ao estado de conservação de suas propriedades no futuro, fato que contribui para o

estabelecimento de uma política de implementação de turismo no local relacionado à paisagem.

Questão 25 – Costuma passear pela QC?

Não□ Sim□ Onde?..... Não responderam□

Municípios	**Respondentes**	**Sim**	**Nâo**	**Não responderam**
Agudo	22	9	13	
Dona Francisca	11	9	2	
Faxinal do Soturno	10	8	1	1
Ivorá	14	13		1
Nova Palma	5	3		2
Pinhal Grande	1	1		
Restinga Seca	5	3	2	
São João do Polêsine	21	17	3	1
Silveira Martins	19	10	9	
Total	**108**	**73**	**30**	**5**
%	100	67,59	27,77	4,63

Fonte:Dilson Nicoloso Cecchin.

Na questão 25, quase 70% dos entrevistados dizem passear pelos municípios da Quarta Colônia. Isto não expressa a realidade, pois a maioria considera passear indo a festas e a eventos religiosos nas localidades próximas. Pouco conhecem do seu município e menos ainda o dos outros que formam o território do GQC.

Questão 26 – Na condição de estar integrado o município na QC traz vantagens para o desenvolvimento?

Não 1□ 2□ 3□ 4□ 5□ Muita □ Sabem pouco ou nada□

Município	**Respon-dentes**	**Escala**					**Sabem pouco ou nada**
		1	**2**	**3**	**4**	**5**	
Agudo	22			3	4	10	5
Dona Francisca	11			1	6	3	1
Faxinal do Soturno	10				5	4	1
Ivorá	14			1	7	5	1
Nova Palma	5				2	1	2
Pinhal Grande	1			1			
Restinga Seca	5			1	2	2	
São João. do Polêsine	21		1	2	7	10	1
Silveira Martins	19			3	8	7	1
Total	**108**		**1**	**12**	**41**	**42**	**12**
%	100		0,92	11,11	37,96	38,88	11,11

Fonte:Dilson Nicoloso Cecchin.

Na questão 26, 77% acredita que a integração dos municípios, compondo o território Quarta Colônia, traz vantagens para o desenvolvimento regional e essa integração é um fator positivo para desenvolver políticas públicas voltadas para o geoturismo.

Questão 27 – Que tipo de melhoria você considera necessário a sua comunidade?

Estrada □ Ônibus□ Telefonia □ Saúde □ Àgua□ Nada □ S/resposta□

Municípios	**Respon-dentes**	**Estrada**	**Ônibus**	**Fone Net**	**Saúde**	**Água**	**Nada**	**Sem res-posta**
Agudo	22	11		2	2		6	1
Dona Francisca	11	1		1		1	8	
Fax. do Soturno	10	4		1	1		3	1
Ivorá	14	7		3			3	1
Nova Palma	5	1		2				2
Pinhal Grande	1	1						
Restinga Seca	5	3		1			1	
S. J. do Polêsine	21	7	1	3		1	8	1
Silveira Martins	19	7		4			7	1
Total	**108**	**42**	**1**	**17**	**3**	**2**	**36**	**7**
%	100	38,88	0,92	15,74	2,77	1,85	33,33	6,48

Fonte:Dilson Nicoloso Cecchin.

Na questão 27, 39% dos respondentes considera a melhoria das estradas um fator necessário para as comunidades. Consequentemente, isto facilitaria o turismo. As demais necessidades, como a saúde e o transporte, eles se valem da locomoção com seus próprios veículos automotores para ir até a sede do município.

Questão 28 – A atuação do CONDESUS promove o desenvolvimento do seu município?

Não 1□ 2□ 3□ 4□ 5□Muita □ Sabem pouco ou nada □

Municípios	**Respondentes**	**O CONDESUS promove desenvolvimento**					**Sabem pouco ou nada**
		1	**2**	**3**	**4**	**5**	
Agudo	22			1	3	3	15
Dona Francisca	11		1		3	3	4
Faxinal do Soturno	10			1	1	2	6
Ivorá	14			2	5	2	5
Nova Palma	5						5
Pinhal Grande	1			1			
Restinga Seca	5				1	1	3
S. Joçao do Polêsine	21			2	2	1	16
Silveira Martins	19	1	1		2	3	12
Total	**108**	**1**	**2**	**7**	**17**	**15**	**66**
%	100	0,92	1,85	6,48	15,74	13,88	61,11

Fonte:Dilson Nicoloso Cecchin.

Na questão 28, chama a atenção a grande parcela (61%) que desconhece o trabalho do CONDESUS (Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia), mesmo com o Consórcio atuando há muitos anos na região e já ter trazido inúmeras melhorias para o território. Talvez isto se deva a falta de divulgação.

Questão 29 – Você participou de algum projeto, programa da EMATER?

Não□ Sim □ Qual? .....

Municípios	**Respondentes**	**Sim**	**Nâo**	**Não responderam**
Agudo	22	5	17	
Dona Francisca	11	7	4	
Faxinal do Soturno	10	5	4	1
Ivorá	14	10	3	1
Nova Palma	5	2	1	2
Pinhal Grande	1		1	
Restinga Seca	5	2	3	
São João do Polêsine	21	8	12	1
Silveira Martins	19	14	5	
Total	**108**	**53**	**50**	**5**
%	100	49,07	46,29	4,63

Fonte:Dilson Nicoloso Cecchin.

Na questão 29, percebe-se que os serviços da Emater são utilizados por uma parcela expressiva da população rural, superior a 50%, denotando a importância de parceria com esse órgão para a implementação de programas de turismo e outras atividades na região. Parece que o interesse é somente para assistência técnica, específicas às culturas da terra, e pouco para atividades de integração social, como a da produção artesanal.

Questão 30 – Você já ouviu falar do Geoparque Quarta Colônia?

Municípios	**Respondentes**	**Sim**	**Nâo**	**Não responderam**
Agudo	22	2	20	
Dona Francisca	11	3	8	
Faxinal do Soturno	10	0	8	2
Ivorá	14	0	12	2
Nova Palma	5	0	3	2
Pinhal Grande	1	0	1	
Restinga Seca	5	0	5	
São João do Polêsine	21	2	18	1
Silveira Martins	19	2	17	
Total	**108**	**9**	**92**	**7**
%	100	8,33	85,18	6,48

Fonte:Dilson Nicoloso Cecchin.

Os resultados evidenciados na questão 30 demonstram a necessidade de um trabalho intenso de divulgação do projeto do Geoparque Quarta Colônia, visto que a maioria dos entrevistados desconhece o tema (85%).

Esta análise foi fundamental para avaliar a percepção dos indivíduos que moram, frequentam e usufruem das potencialidades desses locais. Dessa forma, os indivíduos questionados contribuíram para a valoração dos critérios, para a identificação e classificação dos bens imóveis patrimoniais analisados.

O processo de análise dos bens culturais imóveis rurais permitiu ouvir a opinião de indivíduos das comunidades. Mesmo não sendo uma relação direta com o universo dos bens analisados, como proprietários legais, um número expressivo de respondentes relacionados tinha algum conhecimento ou vínculo com os bens imóveis. Possibilitou estimar o quanto conhecem, entendem e percebem sobre o patrimônio natural e cultural da Quarta Colônia e como este patrimônio os identifica com a região.

Dessa forma, esta análise proporcionou qualificar a avaliação dos bens imóveis rurais, como LIPs, pelos seus critérios de classificação patrimonial, como bens indicados a serem utilizados como elementos de composição em roteiros geoturísticos na proposta de implantação do Geoparque Quarta Colônia. São elementos que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável desse território, evitando, desse modo, o êxodo e proporcionando novas formas de renda para seus ocupantes.

5. 2 O PATRIMÔNIO CULTURAL IMÓVEL DOS MUNICÍPIOS

5.2.1 Aplicação de critérios de valores: seleção e classificação de bens culturais imóveis rurais

Os imóveis rurais dos municípios que constituem o território do GQC não se restringiram somente àqueles inventariados em 2009. Outros surgiram ao longo dos percursos, quando da aferição *in situ* (APÊNDICES C; D; E; F; G; H; I; J; K). Estes foram acrescentados nos quadros de aplicação dos critérios valorativos (cor azul) (APÊNDICE L) e, por conseguinte, também submetidos à classificação final, tendo

como parâmetro estatístico o uso da mediana, conforme quadros pertinentes a cada município (Quadros 11 a 19).

Através de critérios de valores subjetivos, como memória, autoria, sentido de pertencimento e disponibilidade do bem, captados quando da aplicação das entrevistas e questionários a campo (APÊNDICE A), reforçaram a interpretação dos mesmos como complemento à classificação final.

Bens imóveis não selecionados ou classificados não significam que são destituídos de valores. Quando observados próximos de elementos geomorfológicos ou de outros de maior interesse patrimonial, ou no mesmo lote, ou nas proximidades, formam conjunto, oportunizando maior interesse. Pois, quando no momento de visita de turistas, no ambiente em análise, também são passíveis de Interpretação Ambiental.

Quadro 11 – Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Agudo**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados.

(continua)

Código: AGU 002 **Casa** **Danilo Kobs** **Linha Boemia** 29°34'55,01"S 53°17'48,68"O 	**Código: AGU 003** **Cancha de Bolão** **Armindo Luis Ehrhardt** **Linha Boemia** 29°56'21,78"S 53°28'40,98"O 	**Código: AGU 004** **Salão de Festas** **Armindo Luis Ehrhardt** **Linha Boêmia** 29°56'21,78"S 53°28'40,98"O 	**Código: AGU 005** **Casa** **Armindo Luis Erhardt** **L. Boemia** 29°34'49,07"S 53°17'36,59"O
Código: AGU 006 **Casa** **Hélio Nelson Raddatz** **Linha Teutônia** 29°37'48,02"S 53°12'21,82"O 	**Código: AGU 008** **Casa** **Reinaldo Fisher** **Linha Teutônia** 29°37'53,46"S 53°12'27,43"O 	**Código: AGU 010** **Galpão** **Valdino Kräuse** **Linha Teutônia** 29°37'13,87"S 53°13'43,70"O 	**Código: AGU 011** **Salão/Cancha de bolão** **Valdino Kräuse** **Linha Teutônia** 29°37'13,48"S 53°13'43,52"O

Código: AGU 016
Família Hensteche
Verner Kilian
Linha Nova Boêmia
29°38'11,44"S
53°14'46,88"O

Código: AGU 018
Bodega/Casa
Werner Becker
Linha Teutônia
29°38'05,50"S
53°13'29,46"O

Código: AGU 021
Casa
Helvino Rilisner
L.Coqueiros?Teotonia?
29°37'29,53"S
53°13'12,14"O

Código: AGU 024
Casa Grellmann/Cemit.
Gerd Santos Cavalheiro
Linha Nova Boêmia
29°29'14,75"S
53°17'04,99"O

Código: AGU 025
Casa Grellmann/Cemitério
Gerd Santos. Cavalheiro
Linha Nova Boêmia
29°29'14,75"S
53°17'04,99"O

Código: AGU 026
Seminário Franciscano
Inst.Cult.S.F.de Assis
Canto Católico
29°39'13,54"S
53°13'28,20"O

Código: AGU 028
Casa
Ermino Krabner
Canto Católico
29°39'06,05"S
53°14'33,20"O

Código: AGU 030
Casa Amauri Unfer
Lairton Unfer
Linha Canto Católico
29°39'09,25"S
53°14'34,21"O

Código: AGU 031
Casa (origem SICREDI)
Lindolfo Schüller
Linha Canto Católico
29°39'09,68"S
53°14'35,00"O

Código: AGU 032
Casa
Família Dickow
Rincão do Mosquito
29°43'57,68"S
29°43'57,68"O

Código: AGU O33
Salão de Baile
Arthur Dickow
Rincão do Mosquito
29°43'02,01"S
53°15'50,89"O

Código: AGU O34
Cemit.Prehn Dickow
Indisponível
Rincão do Mosquito
29°43'57,03"S
53°15'50,08"O

Código: AGU O35
Casa/Salão de Baile
Celby Ivo Dickow
Cerro Chato
29°43'46,70"S
53°15'51,55"O

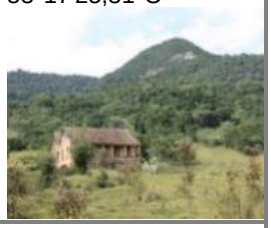
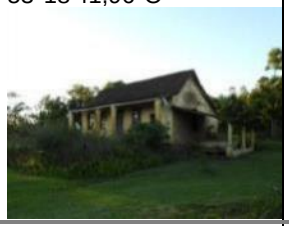
Código: AGU O37
Comercio
Milton D. Temp
Cerro Chato
29°43'57,68"S
53°15'57,72"O

Código: AGU O45
Casa
Flori Fenner
Linha Picada do Rio
29°37'45,97"S
53°17'51,46"O

Código: AGU O48
Cemitério
Municipalidade
Linha Picada do Rio
29°36'07,08"S
53°17'47,55"O

Quadro 11 – Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Agudo**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados.

(continua)

Código: AGU O49 **Casa/armazém-tropeiros** **Dorildo Tiemme** **Linha Picada do Rio** 29°36'55,28"S 53°17'57,79"O 	**Código: AGU O50** **Casa** **Balduino A. Buske** **Linha Picada do Rio** 29°36'54,78"S 53°16'46,48"O 	**Código: AGU 051** **Casa** **Indisponível** **Linha Picada do Rio** 29°36'46,50"S 53°17'11,25"O 	**Código: AGU O52** **Casa geminada (dir)** **Indisponível** **Linha Picada do Rio** 29°35'02,90"S 53°17'25,31"O 
Código: AGU 053 **Casa e cemitério** **indisponível** **Picada do Rio** 29°34'15,00"S 53°17'02,00"O 	**Código: AGU O54** **Igreja Evangélica** **Com. Evangélica** **Linha Picada do Rio** 29°57'56,10"S 53°29'01,74"O 	**Código: AGU 057** **Casa Comercial Müller** **Rudolf Bender** **Picada do Rio** 29°34'00,66"S 53°17'01,86"O 	**Código: AGU O59** **Casa dupla** **Indisponível** **Linha Teotônia Norte** 29°34'44,59"S 53°17'19,71"O
Código: AGU O60 **Casa Karl Radatz** **Lai Müller** **Linha Picada do Rio** 29°34'32,04"S 53°18'37,39"O 	**Código: AGU O61** **Casa Ilson Paulus** **Ilson Paulus** **Linha Nova Boemia** 29°33'25,67"S 53°18'41,96"O 	**Código: AGU O63** **Cemitério Cerro da Igreja** **Indisponível** **Linha Nova Boemia** 29°33'02,04"S 53°18'01,66"O 	**Código: AGU O64** **Casa** **Indisponível** **Linha Nova Boemia** 29°33'01,72"S 53°18'01,79"O
Código: AGU O70 **Casa** **Roberto Danilo Paul** **Linha Nova Boemia** 29°31'08,11"S 53°18'19,84"O 	**Código: AGU O74** **Escritório UHE (casa)** **SEMA** **Linha Nova Boemia** 29°20'43,64"S 53°09'33,12"O 	**Código: AGU O75** **Barragem UHDF** **SEMA** **Linha Nova Boemia** 29°27'02,00"S 53°17'08,00"O 	**Código: AGU O80** **Cemitério** **Indisponível** **Linha Boemia** 29°33'00,93"S 53°14'42,28"O

Quadro 11 – Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Agudo**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados.

(conclusão)

Código: AGU O81 **Igreja Luterana** **Com. Luterana** **Linha Boemia** 29°33'00,93"S 53°14'42,28"O 	**Código: AGU O82** **Casa branca** **Indisponível** **Linha São Paulo (início)** 29°33'01,23"S 53°13'26,99"O 	**Código: AGU O83** **Casa enxaimel** **Indisponível** **Linha dos Pomeranos?** 29°36'14,88"S 53°10'29,21"O 	**Código: AGU O84** **Casa (cascata Radatz)** **Valdino A. Vitalis** **Linha Nova** 29°35'13,91"S 53°11'41,87"O
Código: AGU 085 **Cemitério Vila Nova** **Indisponível** **Linha Nova** 29°37'32,77"S 53°10'29,18"O 	**Código: AGU 086** **Igreja IECLB Vila Nova** **Indisponível** **Linha Nova** 29°37'46,50"S 53°10'58,19"O 	**Código: AGU O90** **Casarão** **Nelson Beskow** **Linha dos Pomeranos** 29°33'19,62"S 53°08'53,90"O 	**Código: AGU 091** **Centro Comunitário IECBL** **Indisponível** **Linha dos Pomeranos** 29°34'30,33"S 53°07'16,26"O
Código: AGU 093 **Igreja Católica e Cemitério** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Linha dos Pomeranos** 29°33'29,48"S 53°06'14,54"O 	**Código: AGU O96** **Casa em L** **Indisponível** **Linha Teotônia Norte** 29°33'07,59"S 53°13'19,67"O 	**Código: AGU O98** **Salão /Comércio Müller** **Mário e Alci Müller** **Linha Boemia** 29°31'02,82"S 53°11'04,38"O 	**Código: AGU 099** **Salão Grellmann** **Família Grellmann** **Linha Novo São Paulo** 29°29'10,00"S 53°10'15,00"O
Código: AGU 101 **Cemitério histórico** **Indisponível** **Linha Teotonia Sul?** 29°39'30,22"S 53°13'41,04"O 	**Código: AGU 103** **Monto. Imigrante Alemão** **Municipalidade** **Linha Cerro Chato** 29°31'08,29"S? 53°18'19,26"O? 		

Quadro 12 – Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Dona Francisca**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados.

(continua)

Código: DON 001 **Casa** **Helio Henning** **Linha Ávila, S/N** 29°30'27,54"S 53°18'23,70"O 	**Código:DON 004** **Casa** **Ingo Bartz** **Linha Ávila, S/N** 29°32'22,68"S 53°19'50,10"O 	**Código: DON 006** **Casa** **Olivo Hinerasky** **Linha Ávila, S/N** 29°32'01,56"S 53°19'27,96"O 	**Código: DON 007** **Cemitério** **Olivo Hinerasky** **Linha Ávila, S/N** 29°32'00,72"S 53°19'28,20"O
Código: DON 010 **Casa** **Eno Ari Prochnow** **Linha Ávila e Trombudo** 29°32'59,04"S 53°20'36,78"O 	**Código: DON 012** **Casa/comércio** **Indisponível** **Linha Ávila, S/N** 29°32'10,02"S 53°20'35,52"O 	**Código: DON 020** **Casa** **Família Lobler** **Linha Ávila, S/N** 29°32'33,24"S 53°20'14,70"O 	**Código: DON 022** **Cemitério** **Família Henning** **Linha Ávila** 29°30'28,86"S 53°18'19,32"O
Código: DON 025 **Casa** **Lincoldo Henning** **Linha Ávila, S/N** 29°30'53,52"S 53°18'01,98"O 	**Código: DON 026** **Casa** **Fabio Furtado Cabreira** **Linha Ávila** 29°31'19,70"S 53°19'45,09"O 	**Código: DON 029** **Casa** **Lea Fogliarini Cassol** **Av; Linha Grande, 948** 29°37'09,60"S 53°21'50,94"O 	**Código: DON 032** **Usina Hid. D. Francisca** **CEEE** **Linha Ávila, S/N** 29°27'03,90"S 53°17'08,34"O

Quadro 12 – Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Dona Francisca**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados.

(conclusão)

Código: DON O33 **Capitel** **Mitra Dioc. Santa Maria** **Av. Linha Grande, S/N** 29°36'12,88"S 53°20'12,88"O 	**Código: DON O38** **Casa** **Reny Galle** **Formoso** 29°33'19,74"S 53°21'58,09"O 	**Código: DON O39** **Casa** **Gildo Antonio Ziani** **Formoso** 29°34'05,33"S 53°21'58,18"O 	**Código: DON O40** **Casa** **Elgert L. Jaluwitzki** **Formoso** 29°34'05,33"S 53°21'58,18"O
Código: DON O41 **Igreja Luterana** **Comunidade de Formoso** **Formoso** 29°43'05,05"S 53°43'48,91"O 	**Código: DON O43** **Cemitério** **Comunidade de Formoso** **Formoso** 29°43'05,05"S 53°43'48,91"O 	**Código: DON O44** **Casa** **Indisponível** **Formoso** 29°34'33,97"S 53°21'01,54"O 	**Código: DON O45** **Casa** **Derli Maria Pfaf** **Formoso** 29°33'28,81"S 53°21'01,35"O
Código: DON O46 **Casa** **Leonardo Alves da Cruz(fal)** **Formoso** 29°34'34,00"S 53°21'01,54"O 	**Código: DON O47** **Casa** **Moisés Augusto Giordani** **Formoso** 29°34'34,00"S 53°21'01,54"O 	**Código: DON O48** **Casa** **Nelson Calegari** **Formoso?** 29°30'20,49"S 53°18'11,92"O 	**Código: DON 049** **Galpão/armazém** **Indisponível** **Formoso** 29°33'19,74"S 53°21'58,09"O
Código: DON O50 **Igreja** **Mitra Dios. de Santa Maria** **Trombudo?** 29°32'32,02"S 53°21'01,13"O 	**Código: DON O53** **Casa** **Indisponível** **Trombudo** 29°31'26,15"S 53°20'08,42"O 	**Código: DON O54** **Casa** **Marili Brondani Bertolin** **Linha do Soturno** 29°37'26,90"S 53°23'42,60"O 	**Código: DON O56** **Casa/sobrado** **Ronaldo Mazzonetto Arlet** **L. Trombudo/Nova Palma** 29°31'34,26"S 53°22'17,36"O

Quadro 13 – Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Faxinal do Soturno**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados.

(continua)

Código: FAX 002 **Casa/sobrado (1900)** **Milvo Vendrúsculo** **Linha São Caetano** 29°31'41,29"S 53°25'30,47"O 	**Código: FAX 003** **Casa (100+)** **Ivo Cassol** **Linha Novo Treviso,S/N** 29°32'55,20"S 53°24'40,56"O 	**Código: FAX 005** **Casa/sobrado** **Indisponível** **Linha Formosa, S/N** 29°33'07,92"S 29°33'07,92"S 	**Código: FAX 008** **Casa/sobrado** **Gema Maria C. Sonsini** **Val Veronês, S/N** 29°36'08,28"S 53°32'38,28"O
Código: FAX 009 **Casa/sobrado** **Vitalino Marchesan** **Linha Guarda Mor, S/N** 29°35'32,16"S 53°32'02,40"O 	**Código: FAX 010** **Casa/sobrado** **Roque Marchesan** **Linha Guarda Mor, S/N** 29°35'32,52"S 53°32'03,48"O 	**Código: FAX 011** **Casa/sobrado** **Amália M. dos Santos** **Val Veronês, S/N** 29°36'48,48"S 53°32'53,04"O 	**Código: FAX 013** **Capela de S. J. Bosco** **Mitra Dioc. Sta. Maria** **Linha Guarda Mor, S/N** 29°35'33,24"S 53°32'02,40"O
Código: FAX 014 **Casa/sobrado (1900)** **Família Santini** **Próximo Dist. Industrial** 29°35'13,56"S 53°27'39,48"O 	**Código: FAX 016** **Casa/sobrado** **Armando Braga** **L. Novo Treviso, S/N** 29°34'34,56"S 53°25'19,56"O 	**Código: FAX 017** **Cemitério** **Mitra Dioc. Sta. Maria** **L. Novo Treviso, S/N** 29°32'55,56"S 53°24'55,32"O 	**Código: FAX 018** **Ermida São Pio** **Mitra Dioc. Sta. Maria** **Linha Formosa, S/N** 29°35'32,88"S 53°24'58,20"O

Quadro 13 – Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Faxinal do Soturno**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados.

(continuação)

Código: FAX 019 **Casa/sobrado (100+)** **Família Refatti** **L. Dona Francisca, S/N** 29°36'45,96"S 53°25'45,36"O 	**Código: FAX 021** **Casa/sobrado (100+)** **Família Baratto** **Vila Jardim, S/N** 29°34'23,16"S 53°26'42,24"O 	**Código: FAX 026** **Casa (1910)** **José Dalla Nora** **L. Dona Francisca, S/N** 29°36'45,24"S 53°24'06,84"O 	**Código: FAX 035** **Capitel** **Mitra Dioc. Sta. Maria** **Linha Sassônia, S/N** 29°43'30,80"S 53°43'16,50"O
Código: FAX 039 **Casa (1922?)** **Angelin Zamberlan** **Fagner FeckVal Veronês** 29°36'05,40"S 53°30'51,70"O 	**Código: FAX 040** **Igreja N. Sra. Monte Bérico** **Mit. Dioc. Santa Maria** **Val Veronês** 29°36'05,70"S 53°30'51,70"O 	**Código: FAX 041** **Cemitério (atrás da igreja)** **Mit. Dioc. Santa Maria** **Val Veronês** 29°36'05,70"S 53°30'51,70"O 	**Código: FAX 042** **Casa** **Família Zamberlan** **Val Veronês** 29°36'53,52"S 53°32'54,12"O
Código: FAX 044 **Casa (100+)** **Rafael Zarantonello** **Guarda Mor** 29°35'38,00"S 53°32'57,00"O 	**Código: FAX 045** **Igreja Santo Isodoro** **Mit. Dioc. Santa Maria** **Sítio dos Mello** 29°33'56,96"S 53°30'15,22"O 	**Código: FAX 046** **Ig. N. Sra. do Caravaggio** **Mit. Dioc. Santa Maria** **Sítio Alto** 29°32'46,00"S 53°32'02,00"O 	**Código: FAX 047** **Cemitério Sitio Alto** **Mit. Dioc. Santa Maria** **Sítio Alto** 29°32'42,00"S 53°32'09,00"O
Código: FAX 048(1958) **Gruta N.Sra. de Lourdes** **Mit. Dioc. Santa Maria** **Sítio Alto** 29°31'26,92"S 53°33'39,31"O 	**Código: FAX 051** **Cptel A. Lago Barrichello** **Mit. Dioc. Santa Maria** **Linha São Lius** 29°31'03,62"S 53°27'34,51"O 	**Código: FAX 053** **Capitel** **Mit. Dioc. Santa Maria** **Linha São Caetano** 29°30'26,24"S 53°25'04,76"O 	**Código: FAX 054** **Casa** **Maria R. Vendrúsculo** **Linha São Caetano** 29°30'26,15"S 53°25'04,54"O

Quadro 13 – Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Faxinal do Soturno**, como LIPs, conforme verificação in situ e critérios de valores adotados.

(conclusão)

Código: FAX 055 **Casa arenito rosa** **Indisponível** **Linha Formosa?** 29°31'34,36"S 53°22'17,32"O 	**Código: FAX 056** **Capitel N. Sra. da Saúde** **Mit. Dioc. Santa Maria** **L. Formosa / Novo Treviso** 29°33'28,30"S 53°23'28,96"O 		

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

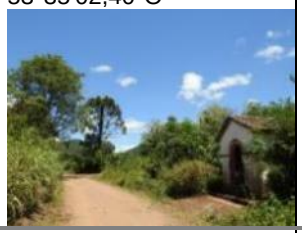
Quadro 14 –Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Ivorá**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores.

(continua)

Código: IVO 002 **Igreja N.Sra. de Lourdes** **Mitra Dioc, Sta. Maria** **Linha 5 S/N** 29°30'53,52"S 53°37'17,04"O 	**Código: IVO 004** **Casa (1897)** **J. Ângelo Cargnelutti** **L. Londero Moro, S/N** 29°30'45,06"S 53°35'48,66"O 	**Código: IVO 005** **Casa (1900)** **Altivo Celestino Moro** **L. Londero Moro, S/N** 29°30'48,96"S 53°35'45,00"O 	**Código: IVO 006** **Casa/sobrado (1904)** **Alvenir A. Cargnelutti** **L. Londero Moro, S/N** 29°30'21,30"S 53°35'42,78"O
Código: IVO 011 **Casa/sobrado** **A. Pio/Tereza Zancan** **Rua Gal. Osório, S/N** 29°31'43,74"S 53°35'51,78"O 	**Código: IVO 012** **Depósito/cantina (1888)** **Lino Dal Bem** **L. Londero Moro, S/N** 29°30'27,54"S 53°35'45,42"O 	**Código: IVO 013** **Casa/sobrado (1913)** **Artidor Venturini** **Linha 1, S/N** 29°31'45,00"S 53°33'50,64"O 	**Código: IVO 015** **Capela (reconstruída)** **Linha 1, S/N** **Mitra Dioc. Sta. Maria** 29°30'09,18"S 53°33'16,74"O
Código: IVO 017 **Casa/sobrado (100+)** **Sérgio Dal Ben** **Linha 1, S/N** 29°30'28,14"S 53°33'20,04"O 	**Código: IVO 018** **Casa/sobrado (1910)** **Fiorino Fagan** **Linha 1, S/N** 29°31'36,06"S 53°33'24,54"O 	**Código: IVO 019** **Casa/sobrado (100+)** **Guerino Binotto** **Linha 1, S/N** 29°31'00,36"S 53°33'21,78"O 	**Código: IVO 020** **Casa (100+)** **Municipalidade** **Rua Euclides Londero** 29°31'18,48"S 53°34'24,96"O
Código: IVO 021 **Casa (100+)** **Municipalidade** **Rua Euclides Londero** 29°31'18,48"S 53°34'24,96"O 	**Código: IVO 023** **Casa/sobrado (1890)** **Lídio Celestino Quatrin** **L. Londero Moro, S/N** 29°30'42,24"S 53°34'56,82"O 	**Código: IVO 024** **Casa (1910)** **Mario Renato Maziero** **L. Londero Moro, S/N** 29°29'56,88"S 53°34'07,26"O 	**Código: IVO 027** **Cpla São Miguel (1922)** **Mitra Dioc. Sta. Maria** **Linha Barreiro, SN** 29°28'29,28"S 53°32'16,98"O

Quadro 14 –Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Ivorá**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores.

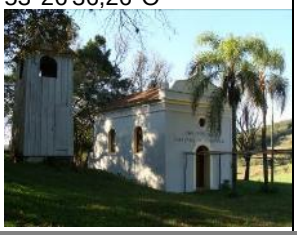
(conclusão)

Código: IVO 029(1999) **Mnnto Cruz Luminosa** **Mitra Dioc. Sta. Maria** **RS-348** 29°31'51,12"S 53°35'12,12"O 	**Código: IVO 030** **Gruta dos índios** **Indisponível** **Linha Barreiro** 29°28'21,54"S 53°33'17,40"O 	**Código: IVO 031** **Casa e galpão (1910)** **Sérgio Simonetti** **Linha Simonetti, S/N** 29°31'53,28"S 53°30'30,12"O 	**Código: IVO O33** **Cemitério** **Mitra Dioc. Sta. Maria** **Linha Piruva?** 29°35'09,84"S 53°40'26,70"O
Código: IVO O35(1890) **Cptel Sto. Antônio Pádua** **Mitra Dioc. Sta. Maria** **L. Londero Moro, S/N** 29°30'54,18"S 53°36'56,34"O 	**Código: IVO 039(1915)** **Ctel S.Fco/Roq./Pádua** **Mit. Dioc. Sta Maria** **L. Venturini e Zancan** 29°28'29,40"S 53°32'17,04"O 	**Código: IVO 042(1900)** **Cptel N.S.Bom Parto** **Mitra Dioc. Sta. Maria** **L. Londero Moro, SN** 29°30'34,32"S 53°35'02,40"O 	**Código: IVO 045** **Casa/sobrado (100+)** **Maria Madalena Tonel** **L. São Francisco** 29°33'31,26"S 53°35'54,96"O
Código: IVO 048(1945) **Capitel Sta. Escolástica** **Mitra Dioc. Sta. Maria** **Linha 1 (Simonetti), S/N** 29°31'50,01"S 53°32'06,87"O 	**Código: IVO 050** **Esc/Oratório N.S.I.Con.** **Esc M.E.F.D. Simonetti** **Linha Simonetti** 29°31'07,23"S 53°31'25,12"O 	**Código: IVO 052** **Casa antiga (1888?)** **Aldi José Donato** **Linha 1, S/N** 29°30'05,70"S 53°33'11,52"O 	**Código: IVO 054(1965)** **Ctel N. Sra. La Guardia** **Mit. Dioc. Santa Maria** **Monte Grappa** 29°31'13,00"S 53°34'00,50"O

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Quadro 15 –Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Nova Palma**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados.

(continua)

Código: NOV 001 **Cemitério** **Mitra Dioc. Sta. Maria** **Caemborá, S/N** 29°28'46,44"S 53°18'19,68"O 	**Código:NOV 003** **Igreja São Pedro** **Mitra Dioc. Sta. Maria** **Pinhalzinho, S/N** 29°28'18,84"S 53°22'54,00"O 	**Código: NOV 006** **Igreja S. José** **Mitra Dioc. Sta. Maria** **Linha 5, S/N** 29°29'40,05"S 53°26'36,26"O 	**Código: NOV 007** **Capitel Santa Polônia** **Mitra Dioc. Sta. Maria** **Linha 2, S/N** 29°29'47,52"S 53°27'46,99"O
Código: NOV 008 **Casa/sobrado** **Gilson Paulo Faccin** **Linha 2, S/N** 29°29'47,16"S 53°27'51,95"O 	**Código: NOV 010** **Ctel Vitorino Bellé** **Mitra Dio. Sta. Maria** **Linha 2, S/N** 29°29'31,76"S 53°27'23,66"O 	**Código: NOV 011** **Gruta N. S. de Lourdes** **Mitra Dioc. Sta. Maria** **Linha Geral, S/N** 29°28'33,45"S 53°28'56,20"O 	**Código: NOV 012** **Monumento Dom Érico** **Mitra Dioc. Sta. Maria** **Linha Geral, S/N** 29°27'03,20"S 53°28'06,25"O
Código: NOV 013 **Casa/sobrado** **Edilson Santi** **Linha Geral, S/N** 29°27'44,63"S 53°28'14,39"O 	**Código: NOV 014** **Momnto N. Sra. Salete** **Mitra Dioc. Sta. Maria** **Salete, S/N** 29°23'25,39"S 53°29'24,78"O 	**Código: NOV 016** **Gruta de Fátima** **Mitra Dioc. Sta. Maria** **Jacuizinho** 29°29'37,78"S 53°24'21,50"O 	**Código: NOV O17** **Casa/sobrado** **Diomedes S. Rossato** **L. Soturno RS -149** 29°35'38,19"S 53°23'53,45"O

Quadro 15 –Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Nova Palma**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados.

(conclusão)

Código: NOV 018 **Casa/sobrado** **Cleci Maria Rossato** **L.Soturno RS - 149** 29°30'27,50"S 53°29'36,33"O 	**Codigo NOV 019** **Ctel RaimundoAléssio** **Mitra Dioc. Santa Maria** **L. Soturno RS -149** 29°31'37,68"S 53°28'28,08"O 	**Código: NOV O21** **Casa/sobrado** **Indisponível** **L. Soturno RS -149** 29°29'24,64"S 53°29'46,50"O 	**Código: NOV 029** **Cruz Monumento** **Mitra Dioc. Santa Maria** **Gramado** 29°27'39,47"S 53°22'23,90"O
Código: NOV 030 **Rota Jardim das Escultura** **Municipalidade** **Linha Bom Retiro** 29°37'56,00"S 53°29'52,00"O 	**Código: NOV 031** **Cptel Casal Firmino Bellé** **Mitra Dioc. Santa Maria** **Linha Bom Retiro** 29°27'58,09"S 53°28'12,69"O 	**Código: NOV 037** **Cemitério** **Mitra Dioc. Santa Maria** **Gramado** 29°24'47,93"S 53°22'25,20"O 	**Código: NOV 040** **Casa/sobrado** **Indisponível** **Linha Santo Antônio (L. 3)** 29°30'20,61"S 53°27'47,54"O
Código: NOV 041 **Cemitério** **Mitra Dioc. Santa Maria** **Linha Santo Antônio (L. 3)** 29°30'16,47"S 53°27'04,90"O 	**Código: NOV 042** **Igreja Santo Antônio** **Mitra Dioc. Santa Maria** **Linha Santo Antônio** 29°30'13,41"S 53°27'03,31"O 	**Código: NOV 043** **Casa/sobrado** **Indisponível** **Caemborá S/N** 29°29'37,47"S 53°18'03,25"O 	**Código: NOV 044** **Gruta Indígena** **Indisponível** **Caemborá S/N** 29°28'52,15"S 53°18'36,67"O

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

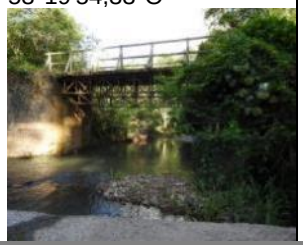
Quadro 16 –Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Pinhal Grande**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados.

(continua)

Código: PIN 002 **(conj.)** **Igreja** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Comunidade São Cristóvão** 29°20'19,19"S 53°26'21,79"O 	**Código: PIN 003(conj.)** **Mnmento São Cristóvão** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Com. São Cristóvão** 29°15'51,59"S 53°27'39,71"O 	**Código: PIN 004(1983)** **Cruz Jesuítica** **Municipalidade** **Com. Rincão dos Appel** 29°15'51,59"S 53°27'39,71"O 	**Código: PIN 005** **Cemitério** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Com. Rincão dos Appel** 29°15'51,59"S 53°27'39,71"O
Código: PIN 006 (conj) **Igreja São Judas Tadeu** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Com. Rincão dos Appel** 29°15'51,59"S 53°27'39,71"O 	**Código: PIN 010** **Capitel N. Sra. da Saúde** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Com. Rincão dos Appel** 29°15'51,62"S 53°27'39,82"O 	**Código: PIN 013** **Cemitério** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Com. Cerro Azul** 29°25'10,86"S 53°18'59,66"O 	**Código: PIN 014** **IgrejaSão João Avelino** **Comunidade Encruzilhada** **Com. Encruzilhada** 29°23'54,29"S 53°18'44,72"O
Código: PIN 016 **Cemitério** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Com. Encruzilhada** 29°23'43,37"S 53°18'48,92"O 	**Código: PIN 017** **Igreja** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Com. Rincão dos Basílio** 29°22'25,07"S 53°16'13,29"O 	**Código: PIN 018** **Cemitério** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Com. Rincão dos Basílio** 29°22'23,76"S 53°16'11,96"O 	**Código: PIN 021** **Casa** **Márcio Dalmolin** **Comunidade São José** 29°21'55,90"S 53°18'04,27"O

Quadro 16 –Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Pinhal Grande**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados.

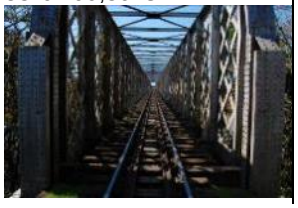
(conclusão)

Código: PIN 022(1950) **Casa** **Otilde Batistella Dalmolin** **Comunidade São José** 29°21'54,25"S 53°18'13,05"O 	**Código: PIN 024** **Cemitério** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Comunidade Medianeira** 29°14'31,38"S 53°17'04,99"O 	**Código: PIN 027** **Cemitério** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Com. Passo do Jacuí** 29°15'45,75"S 53°15'10,43"O 	**Código: PIN 031** **Mirante Paga Peão** **Indisponível** **Comunidade Medianeira** 29°12'51,00"S 53°15'21,00"O
Código: PIN 032 **Usina Hidrelétrica Itaúba** **CEEE** **Com. de Espinharedo** 29°05'34,00"S 53°12'23,00"O 	**Código: PIN 033** **Gruta** **Indisponível** **Com. Três Passinhos** 29°20'25,74"S 53°22'06,72"O 	**Código: PIN 036** **Ponte/Cantina Dal Pino** **Com. São José do Pinhal** **Lajeado do Estaleiro** 29°33'49,15"S 53°19'54,33"O 	**Código: PIN 037** **Cemitério** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Com. São José do Pinhal** 29°20'27,08"S 53°18'57,20"O

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Quadro 17 –Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Restinga Seca**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados.

(continua)

Código RES 003 **Monto da Cruz/Santuário** **Mitra Dioc. Sta Maria** **Lomba Alta S/N** 29°47'16,12"S 53°22'33,92"O 	**Código RES 004** **Casa** **Eraclides Machado** **RS 149** 29°52'36,16"S 53°23'15,16"O 	**Código RES 006** **Casa** **Urbano Kapke** **Lomba Alta S/N** 29°47'09,86"S 53°21'25,19"O 	**Código RES 007** **Casa/comércio** **Sandra Rhode Balzan** **Lomba Alta S/N** 29°47'07,18"S 53°21'22,67"O
Código RES 012 **Galpão** **Indisponível** **Lomba Alta, S/N** 29°47'35,41"S 53°21'15,97"O 	**Código RES 013** **Salão de Baile** **Indisponível** **Lomba Alta, S/N** 29°47'41,69"S 53°21'16,08"O 	**Código RES 014** **Casa** **Antônio Machado** **Lomba Alta, S/N** 29°47'59,90"S 53°21'24,36"O 	**Código RES 016** **Casa** **Indisponível** **Lomba Alta, S/N** 29°46'11,85"S 53°21'27,62"O
Código RES 018 **Casa** **Ademar Ervino Procknow** **São Miguel** 29°45'59,90"S, 53°22'47,00"O 	**Código RES 019** **Balneário** **Indisponível** **Passo das Tunas** 29°55'22,80"S 53°25'12,42"O 	**Código RES 021** **Gare Estação Férrea** **Municipalidade** **Estiva S/N** 29°53'48,80"S 53°16'40,24"O 	**Código RES 022** **Igreja Sagrada Família** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Jacuí S/N** 29°56'04,49"S 53°08'07,55"O
Código RES 024 **Gare Estação Jacuí** **Municipalidade** **Jacuí S/N** 29°56'56,90"S 53°08'09,46"O65 	**Código RES 026** **Antiga Caixa d'água** **Municipalidade** **Jacuí, S/N** 29°56'56,43"S 53°08'08,54"O 	**Código RES 029** **Ponte metálica ferroviária** **Municipalidade** **Jacuí S/N** 29°55'25,22"S 53°07'09,59"O 	**Código RES 031** **Casa** **Edenir Raddatz** **Vila Rosa S/N** 29°44'36,84"S 53°21'37,03"O

Quadro 17 –Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Restinga Seca**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados.

(continuação)

Código RES 032 **Monumento** **Comunidade** **Vila Rosa S/N** 29°44'34,02"S 53°21'33,11"O 	**Código RES 033** **Casa** **Ênio Holzschuh** **Vila Rosa S/N** 29°43'28,50"S 53°20'29,87"O 	**Código RES 034** **Casa/Comércio/Banco** **Arnaldo Procknow** **São Miguel S/N** 29°45'50,48"S 53°22'00,55"O 	**Código RES 035** **Casa** **Valcídio e Célia Balzan** **São Miguel S/N** 29°44'16,80"S 53°22'14,97"O
Código RES 036 **Salão Rockenbach** **Comunidade** **São Miguel S/N** 29°44'12,02"S 53°22'15,86"O 	**Código RES 037** **Casa-Sítio São Miguel** **Celso Peter** **São Miguel S/N** 29°44'06,63"S 53°22'14,03"O 	**Código RES 038** **Cemitério** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **São Miguel S/N** 29°44'05,73"S 53°22'05,54"O 	**Código RES 039** **Casa** **Leonardo Ehrhardt** **São Miguel S/N** 29°44'02,89"S 53°22'49,68"O
Código RES 040 **Casa do Pastor** **Comunidade luterana** **São Miguel S/N** 29°44'56,91"S 53°22'30,27"O 	**Código RES 041** **Ig.Evang. Luterana Brasil** **Comunidade Luterana** **São Miguel S/N** 29°44'56,55"S 53°21'28,92"O 	**Código RES 042** **Buraco Fundo** **Indisponível** **Buraco Fundo** 29°52'54,03"S 53°23'54,63"O 	**Código RES 043** **Cemitério** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **São Miguel S/N** 29°47'10,62"S 53°21'28,43"O
Código RES 044 **Cemitério** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Linha do Jacuí** 29°52'55,80"S 53°22'57,82"O 	**Código RES 045** **Cemitério municipal** **RS- 149** **Mitra Diocesana Sta. Maria** 29°50'10,04"S 53°23'39,14"O 	**Código: RES O53** **Cemitério** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Três Vendas** 29°41'18,56"S 53°24'52,83"O 	**Código: RES O54** **Capitel** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Três Vendas** 29°41'18,56"S 53°24'52,83"O

Quadro 17 –Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Restinga Seca**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados.

(continuação)

Código: RES O55 **Casas geminadas** **Indisponível** **Três Vendas** 29°42'56,16"S 53°23'29,52"O 	**Código: RES O56** **Engenho** **Indisponível** **Três Vendas** 29°44'08,16"S 53°23'57,12"O 	**Código: RES O69** **Conj. 3 casas** **Indisponível** **Várzea do Meio** 29°41'04,88"S 53°21'22,99"O 	**Código: RES O72** **Cemitério** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Várzea do Meio** 29°42'31,22"S 53°22'32,12"O
Código: RES O73 **Armazém** **Indisponível** **Várzea do Meio** 29°43'44,51"S 53°21'54,14"O 	**Código: RES O77** **Casa pomerana** **Indisponível** **São Miguel Velho** 29°43'10,59"S 53°21'57,43"O 	**Código: RES O78** **Casa c/lenhas** **Indisponível** **São Miguel Velho** 29°43'23,09"S 53°20'02,84"O 	**Código: RES O80** **Casa com varanda** **indisponível** **Vila Rosa** 29°43'02,21"S 53°19'26,01"O
Código: RES O81 **Cemitério** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Vila Rosa** 29°44'02,37"S 53°22'46,19"O 	**Código: RES O83** **Casa avarandada** **Rosemeri Mahlke Raddatz** **Vila Rosa** 29°42'41,17"S 53°18'12,35"O 	**Código: RES O89** **Cemitério** **Arnildo Vastídeo Soares** **Vila Rosa** 29°43'41,21"S 53°18'18,33"O 	**Código: RES O92** **Casa bege c/ var. cntral** **Indisponível** **Vila Rosa** 29°44'32,39"S 53°19'08,73"O
Código: RES O95 **Engenho** **indisponível** **Vila Rosa** 29°50'24,78"S 53°31'06,00"O 	**Código: RES O96** **Capitel** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Colônia Borges** 29°50'16,38"S 53°30'01,26"O 	**Código: RES O97** **Cemitério** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Colônia Borges** 29°50'15,42"S 53°30'53,58"O 	**Código: RES O98** **Igreja N. S. de Lourdes** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Colônia Borges** 29°52'12,72"S 53°25'45,90"O

Quadro 17 –Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Restinga Seca**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados.

(conclusão)

Código: RES O99 **Cemitério** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **São Roque** 29°52'12,72"S 53°25'45,90"O 	**Código: RES 100** **Ig.Sto.Antonio Pedregulho** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Pedregulho** 29°52'24,90"S 53°24'12,24"O 	**Código: RES 101** **Casa** **Maria Solange P. Flores** **Pedregulho** 29°52'24,90"S 53°24'12,24"O 	**Código: RES 105** **Cemitério** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Campo Novo** 29°52'25,14"S 53°24'12,18"O
Código: RES 110 **Igreja São José** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **São José** 29°42'58,83"S 53°30'56,12"O 	**Código: RES 112** **Casa** **Edílio Raddatz** **São Miguel** 29°44'02,37"S 53°22'46,19"O 	**Código: RES 113** **Casa** **Armando Gehrke** **São Miguel** 29°44'48,83"S 53°21'53,76"O 	**Código: RES 114** **Ponte do Imperador** **RFFSA** **Jacuí** 29°56'41,05"S 53°07'40,25"O

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Quadro 18 – Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **São João do Polêsine**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados.

(continua)

Código SJP 002 **Casa/sobrado** **Inst. Pedagógico Soc. Tabor** **L. Sanga das Pedras S/N** 29°10'19,20"S 53°31'18,00"O 	**Código SJP 003(1920)** **Casa/sobrado** **Orildes Pivetta** **L. Sanga das Pedras, S/N** 29°47'16,12"S 53°22'33,92"O 	**Código SJP 005 (conj)** **Casa/Galpão taipa/barro** **Indisponível** **Vale Vêneto, S/N** 29°41'01,77"S 53°30'27,39"O 	**Código RES 007** **Casa/comércio** **Natálio Coconcelli Lomba** **Vila Ceolin, S/N** 29°38'49,05"S 53°25'08,48"O
Código SJP 008 (1920) **Casa** **Tânia Roratto** **Vale Vêneto, S/N** S 29 40 108.7 W 53 31 18.0 	**Código SJP 010(1900)** **Casa/sobrado** **Benjamim Righi (falecido)** **Linha 3 S/N, Vale Vêneto** 29°40'16,00"S 53°31'04,90"O 	**Código SJP 011(1940)** **Casa c/roda d'água (conj)** **Gino Gentil Pivetta** **Linha da Glória, S/N** 29°35'45,30"S 53°31'10,40"O 	**Código SJP 013(1910)** **Casa/sobrado** **Fausto Lino Dotto** **Vale Vêneto, S/N** 29°39'25,61"S 53°31'03,31"O
Código SJP 014 (1900) **Casa/sobrado** **Albina Dotto Bortoluzzi** **L. Sanga das Pedras, S/N** 29°36'25,68"S 53°27'06,90"O 	**Código SJP 019(1925)** **Casa/sobrado** **Pedro Cera** **Linha da Lagoa, S/N** 29°40'53,88"S 53°31'56,52"O 	**Código SJP 023(1935)** **Casa/sobrado** **Moacir Iop** **Linha do Comércio, S/N** 29°39'52,60"S 53°27'39,50"O 	**Código SJP 027(1927)** **Casa/sobrado** **Museu Diácono Pozzobon** **Linha São Francisco, S/N** 29°41'30,30"S 53°30'30,00"O
Código SJP 029 **Capela N; Sra. das Dores** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Linha da Glória, S/N** 29°40'36,50"S 53°33'45,20"O 	**Código SJP 031(1950)** **Casa (conj)** **Anibal Brondani (falecido)** **São Valentin, S/N** 29°40'36,50"S 53°33'45,20"O 	**Código SJP 032** **Casa c/ roda d'água** **Sueli Worm** **São Valentin, S/N** 29°40'42,70"S 53°32'39,70"O 	**Código SJP 034** **Casa/sobrado** **Lídio Stefanello** **Linha 3, S/N-São Valentin** 29°40'00,42"S 53°32'27,12"O

Quadro 18 – Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **São João do Polêsine**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados.

(continuação)

Código SJP 035 (1884) **Casa /sobrado (conj)** **Léo Londero** **São Valentin, S/N - Linha 4** 29°40'55,70"S 53°32'22,40"O 	**Código SJP 036** **Casa?** **Lídio Stefanello** **São Valentin, S/N** 29°39'14,30"S 53°33'37,10"O 	**Código SJP 037(1948)** **Casa** **Sérgio Rosso** **Linha da Lagoa, S/N** 29°36'53,80"S 53°28'47,60"O 	**Código SJP 038** **Capitel Santo Antônio** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **São Valentin, S/N** 29°39'14,90"S 53°33'37,10"O
Código SJP 039(1860?) **Casa** **Deoclécio Brondani** **São Valentin, S/N** 29°39'14,90"S 53°33'37,10"O 	**Código SJP 040(1880)** **Casa/sobrado** **Gildo e Gilberto Venturini** **São Valentin, S/N** 29°40'53,60"S 53°32'53,10"O 	**Código SJP 041 (1900)** **Casa/sobrado** **Lídio Stefanello** **São Valentin, S/N** 29°40'04,70"S 53°32'42,30"O 	**Código SJP 044(1900)** **Casa (antigo hospital)** **Inês Ana Pelizzaro Foletto** **Av. Ribeirão S/N** 29°39'13,52"S 53°28'02,76"O
Código SJP 046 (1914) **Igreja São Pedro** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Ribeirão, S/N** 29°39'15,20"S 53°28'03,50"O 	**Código SJP049** **Esc. Brizoleta (1959/1963)** **Municipalidade** **Linha São Francisco, S/N** 29°39'52,28"S 53°27'49,60"O 	**Código SJP 051(1880)** **Casa (conj)** **Tulio Brondani** **São Valentin, S/N** 29°40'56,60"S 53°32'25,70"O 	**Código SJP 052(1893)** **Capela São Valentin** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **São Valentin, S/N** 29°40'01,30"S 53°32'21,80"O
Código SJP 053 **Casa/sobrado** **Jacir Pedro Marcuzzo** **Linha Duas-Vale Vêneto** 29°39'57,99"S 53°31'05,39"O 	**Código SJP 054** **Casa/sobrado** **Alcides Bolzan (falecido)** **Linha Duas-Vale Vêneto** 29°39'59,23"S 53°31'04,03"O 	**Código SJP 057** **Museu Virgílio Burin** **Aléssio Burin** **Vila Ceolin, S/N** 29°38'14,05"S 53°25'54,51"O 	**Código SJP 061** **Monumento Pe. C Marcuzzo** **Comunidade** **Est. Mun. C. Marcuzzo** 29°39'18,06"S 53°31'35,94"O

Quadro 18 – Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **São João do Polêsine**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados.

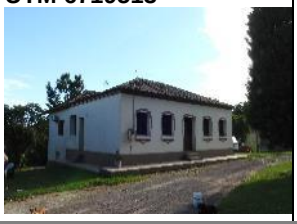
(conclusão)

Código SJP 062 **Casa/sobrado** **Mauri Pivetta** **L. Duas, S/N - Vale Vêneto** 29°39'18,60"S 53°31'40,56"O 	**Código SJP 063** **Capela Sant'Ana** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Linha Duas** 29°39'47,28"S 53°30'07,02"O 	**Código SJP 064** **Casa/sobrado** **Italino Bortoluzzi** **Est. Mun. C. Marcuzzo** 29°39'18,06"S 53°31'35,94"O 	**Código SJP 065** **Casa/sobrado** **Dorvalino Sartori** **L. Duas, S/N- Vale Vêneto** 29°39'49,98"S 53°29'06,42"O
Código SJP 066 **Gruta N. Sra. Lourdes** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Estrada p/ Silveira Martins** 29°39'23,40"S 53°32'03,36"O 	**Código SJP 068** **Casa/sobrado** **Angelo Brondani** **Linha 3, S/N-Vale Vêneto** 29°39'49,26"S 53°31'27,36"O 	**Código SJP 070** **Casa/sobrado** **Ana MariaForcin Venturine** **São Valentin, atrás capela** 29°40'01,30"S 53°32'21,80"O 	

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Quadro 19 – Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Silveira Martins**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados.

(continua)

PRS/89-0010.00005 **Casa de Fiorelo Ruviaro** **Maristela Ruviaro** **Linha Base** **22 J 0237342** **UTM 6709660** 	**PRS/89-0010.00006** **Casa** **Luisa Ruviario** **Linha Base** **22 J 0255712** **UTM 6719513** 	**PRS/89-0010.00007** **Casa** **Heitor Dalla Favera** **Marco 50 / Linha Base** **22 J 0257647** **UTM 6719737** 	**PRS/89-0010.00011** **Casa (pertnce Fx. do Sot.)** **Fagner Feck** **Val Veronês** **S 29 36 05,4** **W 53 29 51,7**
PRS/89-0010.00013 **Casa (Ivonete Michelin)** **Flia. Zamberlan** **Val Veronês** **S 29 35 48,2** **W 53 31 52,8** 	**PRS/89-0010.00014** **Cemitério** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Val Veronês** **S 29º35'51"** **W 53º31'51"** 	**PRS/89-0010.00015** **Capitel Michelin** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Val Verones** **22 J 0253093** **UTM 6722848** 	**PRS/89-0010.00025** **Casa** **Celso Pivotto** **Linha dos Mantuanos** **22 J 0248600** **UTM 6719927**
PRS/89-0010.00026 **Casa/sobrado** **Antonio Anversa** **Linha dos Mantuanos** **S 29º36'59"** **W 53º37'44"** 	**PRS/89-0010.00041** **Capela. N. Sra. do Rosário** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Linha N. Sra. do Rosário** **S 29° 38.211'** **W 53° 35.462'** 	**PRS/89-0010.00044** **Casa** **Gino Belochio** **Linha N. Sra. do Rosário** **S 29° 38.573'** **W 53° 31.387'** 	**PRS/89-0010.00048** **Casa/sobrado** **Flia. Pigatto** **Vila Cattani** **22 J 0250017** **UTM 6719270**
PRS/89-0010.00050 **Olaria** **Ludovico Guerra** **Linha Pompéia** **S 29° 40.250'** **W 53° 35.457'** 	**PRS/89-0010.00051** **Casa/sobrado** **Ludovico Guerra** **Linha Pompéia** **S 29° 40.277'** **W 53° 35.488'** 	**PRS/89-0010.00052** **Casa/sobrado** **José Lora** **Linha Pompéia** **S 29° 40.087'** **W 53° 35.306'** 	**PRS/89-0010.00054** **Casa/sobrado** **Dino Bolzan** **Linha Pompéia** **S 29º39.922'** **W 53º34.492'**

Quadro 19 – Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Silveira Martins**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados.

(continuação)

PRS/89-0010.00056 **Capitel Sto. Antônio Pádua** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Val Feltrina** **22 J 0247203** **UTM 6718195** 	**PRS/89-0010.00057** **Casa/sobrado** **Adelino Cassol** **Val Feltrina** **22 J 0247203** **UTM 6718195** 	**PRS/89-0010.00062** **Casa/sobrado/moinho** **Etelvino Moro** **VRS 304/Val de Buia** **22 J 0245595** **UTM 67122831** 	**PRS/89-0010.00063** **Igreja São João Batista** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **VRS 304/Val de Buia** **22 J 0248809** **UTM 6716648**
PRS/89-0010.00068 **Cantina (Rest. Val de Buia)** **Aita** **VRS 304/Val de Buia** **22 J 0247882** **UTM 6715857** 	**PRS/89-0010.00069** **Capitel Nossa Senhora** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **VRS 304/Val de Buia** **22 J 0247944** **UTM 6715867** 	**PRS/89-0010.00070** **Casa/sobrado** **Heitor Aita** **VRS 304/Val de Buia** **22 J 0259942** **UTM 6719832** 	**PRS/89-0010.00071** **Casa (1941)** **Firmino Aita** **VRS 304/Val de Buia** **22 J 0248176** **UTM 6715952**
PRS/89-0010.00073 **Casa** **Albino Aita** **VRS 304/Val de Buia** **S 29º 39’ 36”** **W 53º 35’ 57”** 	**PRS/89-0010.00074** **Cpitel Sto. Antônio Pádua** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **VRS 304/Val de Buia** **S 29º 39’34”** **W 53º 35’53”** 	**PRS/89-0010.00075** **Casa (Osteria Val de Buia)** **Clemor Balem** **VRS 304/Val de Buia** **22 J 0248516** **UTM 6716083** 	**PRS/89-0010.00076** **Casa** **Valentin Aita** **VRS 304/Val de Buia** **22 J 0248861** **UTM 6716167**
PRS/89-0010.00077 **Casa** **Lino Vedoin** **VRS 304/perau** **22 J 0249820** **UTM 6716803** 	**PRS/89-0010.00078** **Casa/sobrado** **Santo Dorneles** **Linha 3 ou Linha 6 Sul?** **S 29º 40.309’** **W 53º 33.896’** 	**PRS/89-0010.00079** **Casa/sobrado** **Valdir Moro** **L. 6 Sul/São Roque** **S 29º 41.537’** **W 53º 33.035’** 	**PRS/89-0010.00081** **Casa/sobrado** **Olmiro Guerra** **Linha 6 Sul** **S 29º42.183’** **W 53º32.094’**

Quadro 19 – Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Silveira Martins**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados.

(continuação)

PRS/89-0010.00083 **Casa/sobrado** **Giácomo Palese** **Linha 6 Sul** **S 29^0 40.848'** **W 53^0 33.311'** 	**PRS/89-0010.00086** **Casa/sobrado** **Flia. Gentill Cereser** **Linha 6 Norte** **22 J 0252801** **UTM 6723945** 	**SIL 101** **Monto Imigrante Italiano** **Municipalidade Sta. Maria** **RS 287-VRS 304** **22 J 0252804** **UTM 6719282** 	**SIL 105** **Casa/Cantina** **Virgílio Torri** **Val Feltrina** **22 J 0247217** **UTM 6718359**
SIL 106 **Cemitério** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Val Feltrina** **22 J 0247193** **UTM 6718981** 	**SIL 107** **Ig. S. Vitor e Sta. Corona** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Val Feltrina** **22 J 0247193** **UTM 6718981** 	**SIL 108 (1977)** **Mnto. Imigrante Italiano** **Municipalidade** **VRS 304/Val de Buia** **S 29º 39.794'** **W 53º 35.611'** 	**SIL 110** **Cemitério Municipal** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Linha do Rosário** **S 29º 38.737'** **W 53º 35.244'**
SIL 114 **Casa/chácara Sta. Eulália** **Felisberto Antônio Barros** **Linha Base** **22 J 0252798** **UTM 6719280** 	**SIL 118** **Casa** **Darci Dalla Corte** **Linha 1** **22 J 0250867** **UTM 6717843** 	**SIL 119** **Casa verde** **Indisponível** **Linha 1** **22 J 0250753** **UTM 6717806** 	**SIL 121** **Casa/galpão** **Silvana Pivotto** **Linha 1** **22 J 0253848** **UTM 6718151**
SIL 119 **Casa verde** **Indisponível** **Linha 1** **22 J 0250753** **UTM 6717806** 	**SIL 121** **Casa/galpão** **Silvana Pivotto** **Linha 1** **22 J 0253848** **UTM 6718151** 	**SIL 125** **Casa/sobrado** **Nilton José Stefanel** **Linha 6 Sul** **S 29º 41.254'** **W 53º 33.334'** 	**SIL 129** **Igreja N. Sra. Pompéia** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Linha Pompéia** **S 29° 40.250'** **W 53° 35.457'**

Quadro 19 – Patrimônio Cultural material imóvel rural classificado do município **Silveira Martins**, como LIPs, conforme verificação *in situ* e critérios de valores adotados.

(conclusão)

SIL 130 **Galpão** **Ludovico Guerra** **Linha Pompéia** **S 29° 40.277'** **W 53° 35.488'** 	**SIL 132** **Igreja Santa Inês** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Linha 2 Norte** **22 J 0250848** **UTM 6721212** 	**SIL 133** **Ig. N. S. Saúde/Cemitério** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Linha 4 Norte** **22 J 0247087** **UTM 6723076** 	**SIL 136** **Escola (Brizoleta)** **Municipalidade** **Linha 6 Norte** **S 29º35.029'** **W 53º33.438'**
SIL 137 **Cemitério (Sto. Anselmo)** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Linha Base** **22 J 0255066** **UTM 6719476** 	**SIL 138** **Capela Santo Anselmo** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Linha Base** **22 J 0255197** **UTM 6719454** 	**SIL 139** **Igreja** **Mitra Diocesana Sta. Maria** **Val Veronês** **S 29 36 05,7** **W 53 29 51,7** 	

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Conforme classificação relativa ao Patrimônio Cultural material imóvel rural dos municípios que formam o território do GQC (Quadro 5 - 13), considerados como LIPs, fica claro que a questão do geoturismo passa pela paisagem.

A seguir apresenta-se um resumo quantitativo dos bens imóveis classificados por município(Quadro 20).

Quadro 20 – Números de bens imóveis classificados como LIPs por municípios do GQC

Município	**Conforme Inventário de 2009**	**Outros observados**	**Total**
AGUDO	22	32	54
DONA FRANCISCA	12	16	28
FAXINAL DO SOTURNO	16	14	30
IVORÁ	19	9	28
NOVA PALMA	11	13	24
PINHAL GRANDE	17	3	20
RESTINGA SECA	30	26	56
SÃO JOÃO DO POLÊSINE	31	8	39
SILVEIRA MARTINS	34	21	55
Total	**192**	**142**	**334**

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Considerando um universo de 661imóveis rurais inventariados no território do GQC, bens com alguma ligação à culturas étnicas européias, foram analisados por uma seleção de critérios de valores que os qualificaram como Locais de Importância Patrimonial (LIP). Destes, 334 classificados, mais de 50,53%, foram considerados aptos para comporem roteiros geoturísticos.

5.2.2 Representação espacial dos bens naturais e culturais.

A história da evolução antropológica na região da Quarta Colônia diz que o homem, mesmo quando vivia em grupos, utilizava abrigos naturais, cavernas, ambientes que a geologia do local lhe oportunizava. Deste primitivismo alguns testemunhos são presentes (Figura 48).

Figura 48 – Tipos de abrigos naturais na Quarta Colônia.

a) b)

a) Abrigo Indígena, Ivorá; b) Gruta Indígena, Nova Palma.
Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

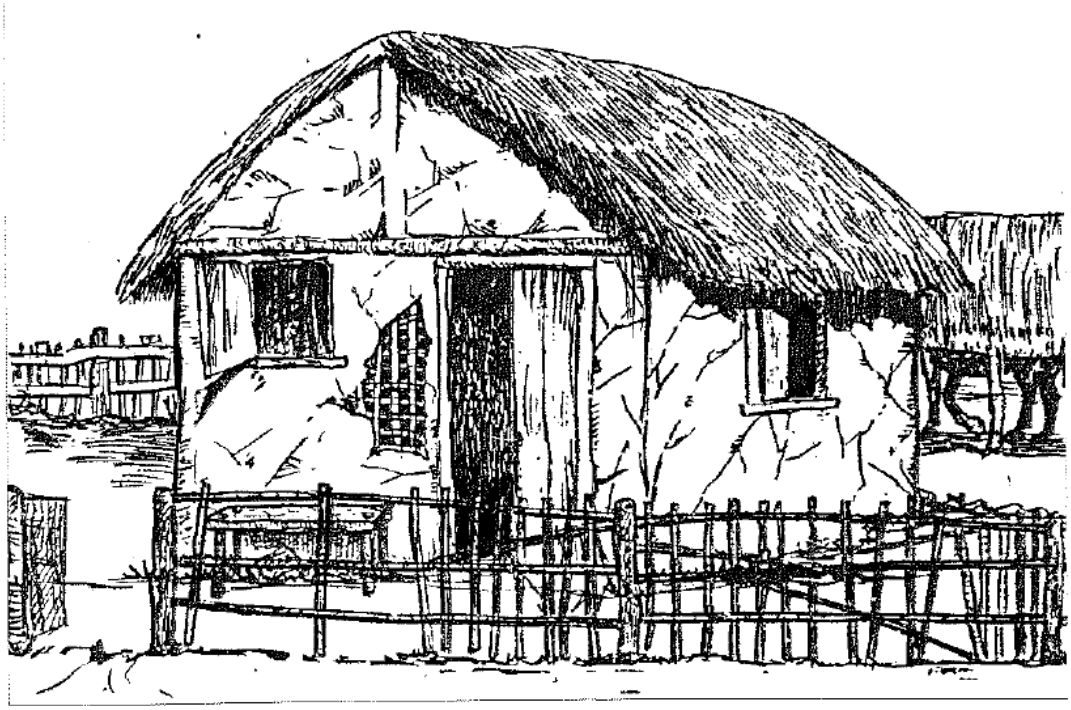
Quando da chegada de imigrantes europeus, a cultura por eles trazida sofreu alguma influência de povos indígenas. Por muitas gerações o cotidiano relacionava-se às ações funcionais, modos de agir distintos de cada povo, portanto, uma expressão de cultura. Por exemplo, o hábito de vida do português, inspirado na religiosidade, não permitia usufruir de promiscuidade, social e desnuda, tal como era a vida dos indígenas. Como exemplo material a mutação arquitetônica, a evolução do rancho de capim com paredes constituídas de tramas de madeira, completados seus vazios com barro (paredes de taipa ou pau-a-pique), o que possibilitou maior utilização do espaço interno e segurança.

A evolução da arquitetura espontânea, ou vernácula, a cultura de morar, sucedeu-se até o aparecimento da obra composta de materiais naturais e artificiais organizados. Eram sinais de transformação dessa cultura - influências de outros povos, onde a técnica e mão-de-obra se faziam mais especializadas: a parede de tijolo cru (adobe) ou queimado, como também a pedra natural ou trabalhada e, como aglutinante algum tipo de argamassa. A cobertura com telhas de madeira, muitas vezes com estrutura treliçada, para resistir o peso do conjunto, era distribuída às paredes, ou aos esteios.

Mesmo depois da apropriação do gado chucro por portugueses ou luso-brasileiros, que ficou das Reduções Jesuíticas, a influência do nativo foi fundamental. O português, incongruente na maneira de viver, associou técnicas e

sistemas construtivos que deram origem ao rancho, choça ou cabana, mocambo para os escravos africanos (Figura 49).

Figura 49 – Rancho de pau-a-pique.



Fonte: CECHIN, 2002, p. 35

Nos campos, como marco de dominância e classe, pronunciava-se a estância, “instalação rural dedicada à pecuária onde vivia a família do grande proprietário de terra, seus escravos e alguns trabalhadores livres” (MACEDO, 1987, p.76), que substituía a ação predatória do rebanho vacum livre. Devido ao isolamento e como controle estratégico de seu território e cautela contra invasões, localizava sua edificação principal numa porção mais elevada (coxilha), onde a visão lhe permitia ver bem mais longe, se possível em todas as direções. Os aspectos do desenho destas construções tinham como conformação elementos e materiais simples, onde os cheios predominavam sobre os vazios. A volumetria era robusta, aberturas pequenas, por vezes gradeadas, e a cobertura geralmente composta de quatro tacaniças, com beirais modestos em projeção (Figura 50).

Figura 50 – Casa dos Pennas.

Fonte: CECHIN, 2002, p. 35.

Para a arquitetura, de um modo geral, com a presença de outras etnias europeias, a contribuição maior foi para o sistema construtivo. Tinham por intenção, construir de acordo com os modos daqueles da terra de origem. Alterava-se sua forma díspar, quase cúbica, tosca, e com a criação de repartições para atividades mais específicas. Outro volume anexo, nem sempre conjugado, como cozinha, era separado, provavelmente por precaução a incêndios.

O imigrante alemão, com tempo e destreza, tornou o rancho mais apurado, pois os procedimentos construtivos variavam à medida que conhecia as características das madeiras e demais materiais que a natureza lhe proporcionava.

> Os novos colonizadores trouxeram consigo a forma de pensar, originado em sua antiga relação material mantida em sua terra natal, e por isso construíram suas casas, seus móveis e utensílios domésticos, vestes, ferramentas, perpetuaram seus costumes, religião e até a disposição das casas na nova vila, como na Alemanha (WERLANG, 1991, p. 83).

A intenção era construir uma casa definitiva à semelhança daquelas da terra de origem. O uso da tábua se disseminou e se fez presente em paredes, assoalhos, tetos, aberturas, móveis e outros propósitos.

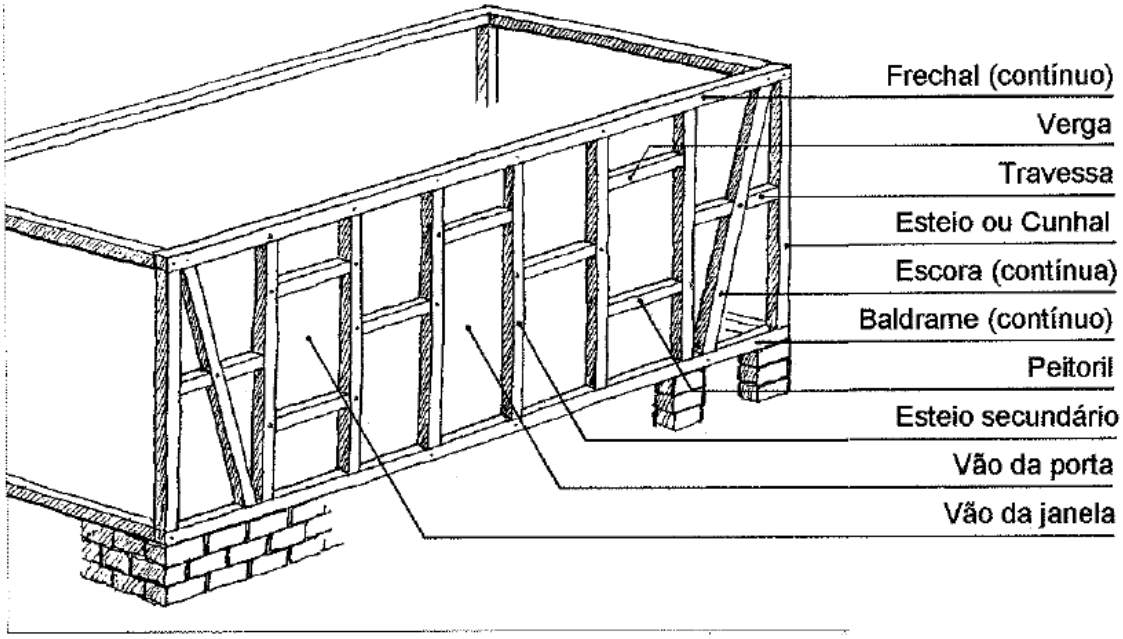
Uma técnica muito evidenciada na época foi o **enxaimel**, “uma estrutura geométrica independente de madeira com fechamento não portante (taipa, adobe, etc)” (ROHDE, 1987, p. 218) (Figura 51).

Figura 51 – Moradia típica alemã em enxaimel, presente na Quarta Colônia, sede do município Agudo.

Fonte: CECHIN, 2002, p.

As peças de madeira com seção retangular possibilitavam encaixes e amarração das tramas e, entre estas, o assentamento de material de vedação. O tramo de madeira, muitas vezes, era apoiado verticalmente sobre uma fundação contínua, ou isolada, de pedras de basalto ou arenito. Nos extremos de cada tramo, nos cantos formados pelos cunhais, como contraventamento, era colocada uma escora com inclinação para fora, do baldrame ao frechal. Os esteios secundários, entre o frechal e o baldrame, serviam de modulação, muitas vezes como umbrais de portas e janelas. Uma travessa horizontal, a meia altura, amarrava cada segmento, só interrompida nos vão das aberturas. Para vedação dos tramos, geralmente tijolos aparentes assentados com barro (Figura 52).

Figura 52 – Esquema da estrutura da parede em enxaimel.



Fonte: CECHIN, 2002, p.48

A arquitetura rural teuto-brasileira remanescente da Quarta Colônia, ainda se manifesta através de moradias, em geral térreas, muitas avarandadas, mas com um pequeno sobrado (sótão) sob a inclinação do telhado de duas águas, quase sempre com coberturas metálica (chapas onduladas de ferro, zinco) ou de cerâmica. Muitas foram executadas em pedra grés (arenito), bem aparelhadas, outras de tijolos.

Weimer (1983) afirma ser esta uma reinterpretação de como era praticado na Alemanha. Com modificações que derivaram da simplificação (programas, partidos e construção) daquelas de origens diversas (de correntes imigratórias) e integração de formas circunstanciadas pelas particularidades da nova terra: clima, relevo, materiais, isolamento e influências etnográficas.

As dificuldades de italianos e alemães eram por demais parecidas. A natureza era pródiga, mas árdua. Conforme aumentava a produção, à proporção que aumentava a família, as habitações ficavam maiores, mais confortáveis, com materiais mais elaborados. “O primeiro indício de melhoramento de uma propriedade colonial era a substituição do rancho rústico que servia de moradia no começo por uma casa melhor de madeira ou tijolo” (SEYFERTH, 1990, p. 45).

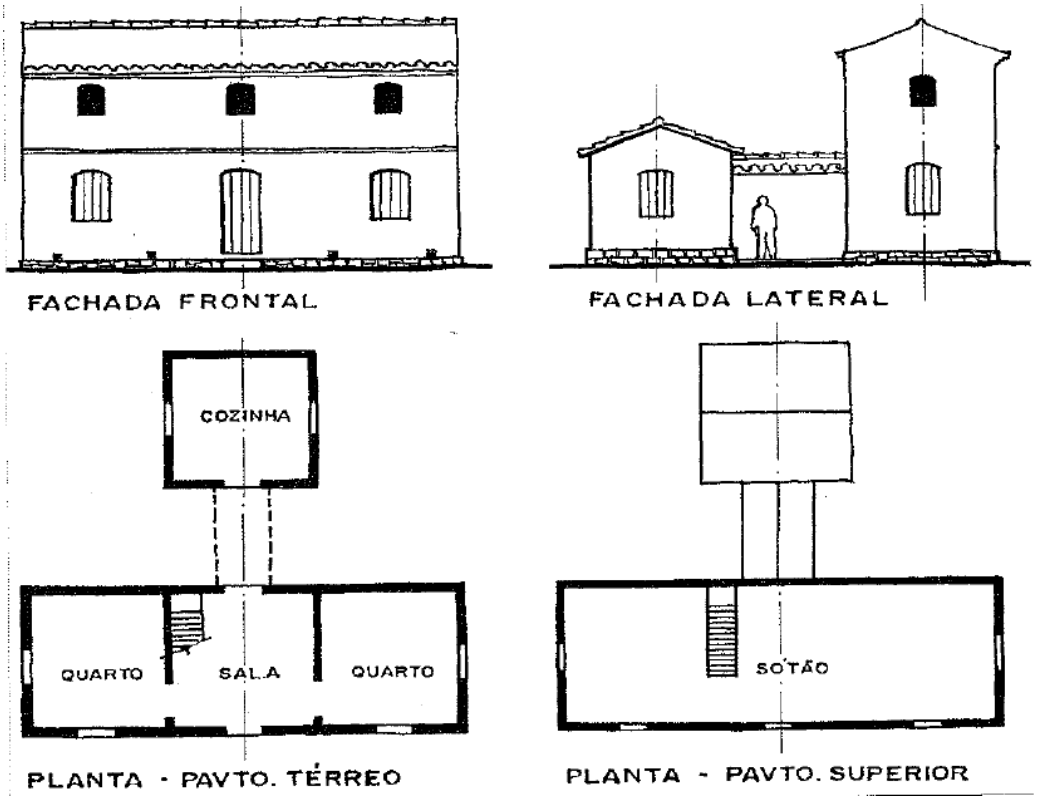
A arquitetura da imigração italiana na colônia não foi influenciada pelas novidades europeias, mas manteve uma tipologia análoga, principalmente o

sobrado rural, que tinha um caráter que o definia como padrão. Pela escala de representação, pela complexidade construtiva, como símbolo, mostrou-se “um monumento à auto-afirmação do indivíduo como ser livre e realizado” (POSENATO, 1987, p. 459).

Carentes de recursos pela situação social, financeira ou de localização, aprenderam, para sua própria dependência de vida, uso e adequação, a trabalhar com materiais do próprio meio. Não havia a mesma necessidade de posição estratégica, como a casa da fazenda, pois relevo, propriedade e atividades de produção eram, em muito, diferentes. Em relação aos alemães a tipologia de sobrado era uma diferença, pela escala de grandeza e pelo sistema construtivo. A preocupação era, como a dos alemães, a proximidade por alguma fonte d’água ou riacho.

O imigrante buscou inspiração na casa patronal na Itália. Sem cópia como modelo e por influência adquirida ao longo de sua permanência, de forma artesanal, baseou-se nos aspectos alusivos à arquitetura de sua terra natal. O sobrado original, ou embrião propriamente, era abrigo e celeiro. Era residência no térreo e armazém no pavimento superior. Com o tempo podia sofrer acréscimos. Tinha como programa uma sala central para receber visitas, orar, confraternizar datas festivas e até mesmo velar; quartos, no mínimo dois; cozinha, quase sempre separada ou unida por um passadiço; uma escada interna num dos quartos, ou na sala; um sótão para armazenar a produção e que podia ser dividido em quartos, conforme a família aumentava (Figura 53).

Figura 53 – Esquema de um sobrado original



Fonte: CECHIN, 2002, p.68

Cronologicamente, pela história da região, muitas das variações aconteciam conforme as necessidades e conveniências de cada momento. Com o passar dos anos, para sua feitura, nas fundações e paredes foram empregados materiais de pedra basalto ou arenito, quase sempre aparelhados (cantaria) e, mais frequente, tijolos crus e queimados, e na cobertura, além da cerâmica, também o zinco.

O desenvolvimento cartográfico dos mapas para a ilustração e localização dos imóveis foi realizado em quatro etapas, a) organização, b) validação, c) produção cartográfica e d) publicação. Estas etapas são necessárias para o trabalho em Softwares de Sistemas de Informações Geográficas e foi realizado com o apoio do LAGED (Laboratório de Geoecologia e Educação Ambiental).

A primeira etapa que foi a organização consistiu na tabulação dos dados em planilhas por meio do *software* livre *Libre Office Calc* onde foram inseridos o código do imóvel, a cidade, valores de latitude e longitude em graus decimais e nome ou informações relativas ao mesmo.

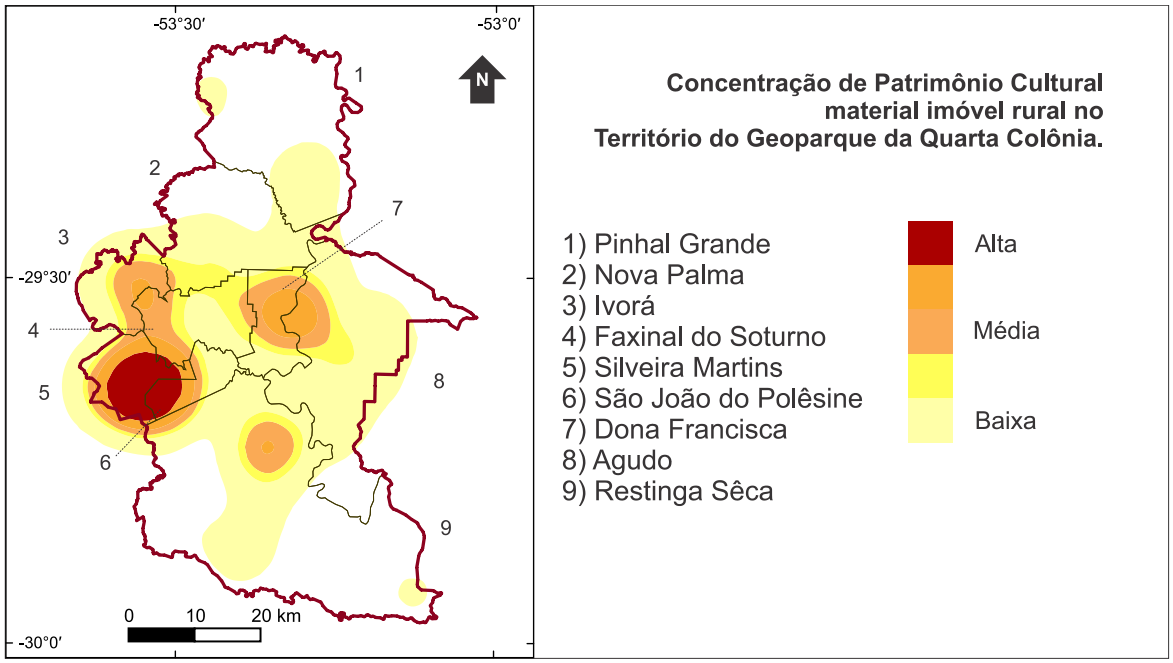
Na segunda etapa os dados tabulados em planilha, foram convertidos para o formato CSV (*Comma Separated Values*) que é um formato de arquivo de texto e pode ser importado por *software* SIG QGIS 3.2. Nesta segunda etapa o mesmo permitiu converter a planilha em arquivo vetorial de mapa nos formatos KML (*Keyhole Markup Language*) e SHP (*Shapefile*). Com o formato KML foi possível então validar dentro do *software* Google Earth Pro a localização dos pontos, conforme localidade e cidade.

Na terceira etapa, com os dados validados foi realizada a produção cartográfica. Esta etapa precisou de uma série de dados vetoriais no formato SHP que foram utilizados para a produção da base cartográfica, onde seriam indicados os pontos de localização dos imóveis. Os principais dados vetoriais utilizados foram, recursos hídricos e estradas. A fonte para esses dados foi a plataforma de mapeamento colaborativa OSM (*Open Street Maps*). Já para os limites do Geoparque e dos municípios foi utilizado a malha municipal SHP do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Além dos dados vetoriais, na produção dos mapas, foram utilizados dados de elevação digital para a criação de efeito de sombreamento do relevo. Para isso foi utilizado os dados de elevação digital SRTM (*Shuttle Radar Topography Mission*) da NASA. No QGIS os dados foram reprojetados para o sistema de coordenadas UTM SIRGAS 200, no fuso 22 Sul. Além da produção cartográfica de localização houve também a criação de um mapa de concentração, utilizando a função de *heatmaps* do QGIS.

Na quarta etapa, agora para finalização e produzida também no QGIS, os mapas receberam grade de localização e de coordenadas geográficas, onde foi realizado o ajuste do azimute do mapa em 1,5°. Cada munícipio possui também no mapa o valor do Norte magnético para o mês de julho de 2019. Além disso, foi aplicada ilustração com a localização da cidade no globo terrestre, rosa dos ventos e escala gráfica. Posteriormente sendo exportado para o formato PDF.

Os bens culturais imóveis rurais inventariados da região Quarta Colônia (APÊNDICE C-K) foram representados no território do GQC, para uma percepção de contraste (Figura 54).

Figura 54 – Mapa de concentração de Patrimônio Cultural material imóvel rural no Território do GQC.

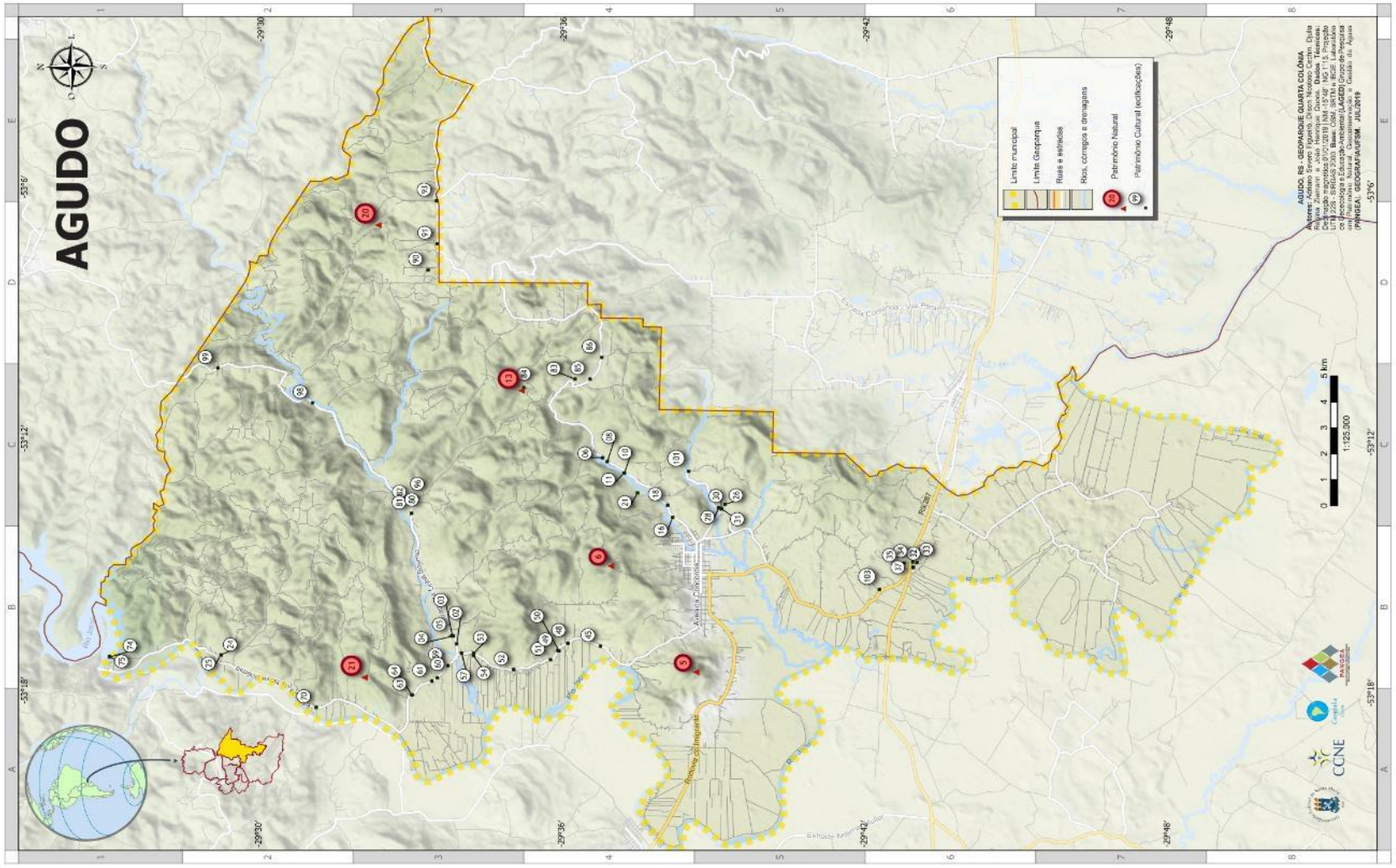


Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

O município de Silveira Martins apresenta os imóveis rurais de forma mais concentrada, provavelmente por ter sido a origem da Quarta Colônia da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul.

Após classificados os bens culturais imóveis rurais dos municípios, como LIP (Local de Interesse Patrimonial), foram representados espacialmente em mapa e interpostos com os bens do Patrimônio Natural para relacionar proximidades e considerá-los como pontos de interesse turístico e integrar roteiros geoturísticos: Mapa 2 – Agudo (Figuras 55-56); Dona Francisca (Figuras 57-58); Faxinal do Soturno (Figuras 59-60); Ivorá (Figuras 61-62); Nova Palma (Figuras 63-64); Pinhal Grande (Figuras 65-66); Restinga Seca (Figuras 67-68); São João do Polêsine (Figuras 69-70); Silveira Martins (Figuras 71-72).

Figura 55 – Mapa de distribuição do Patrimônio Cultural e Natural no município Agudo (Frente).

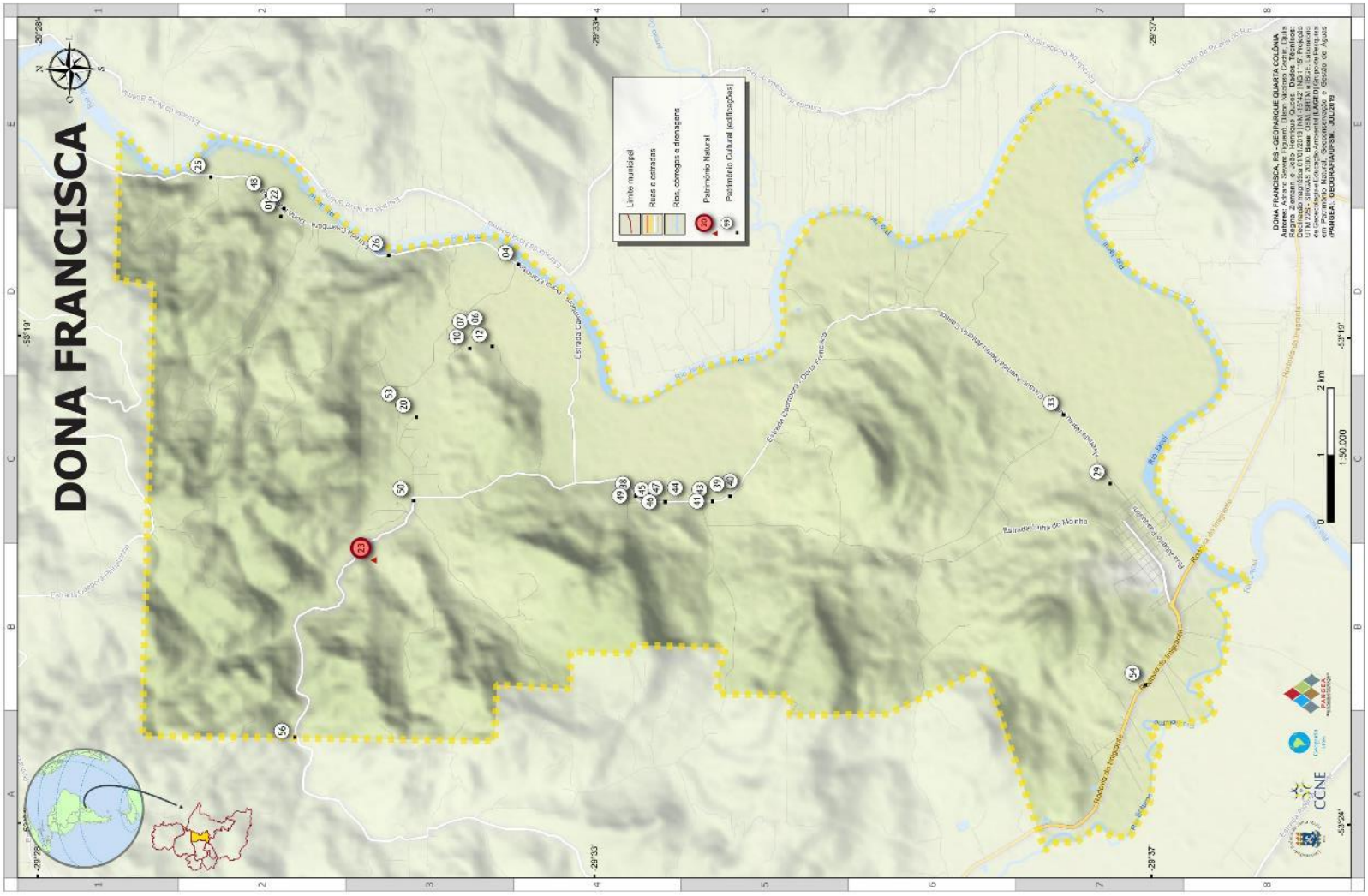


Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Figura 56 – Relação do Patrimônio Cultural e Natural no município Agudo (Verso).

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Figura 57 – Mapa de distribuição do Patrimônio Cultural e Natural no município Dona Francisca (Frente).



Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Figura 58 – Relação do Patrimônio Cultural e Natural no município Dona Francisca (Verso).

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin..

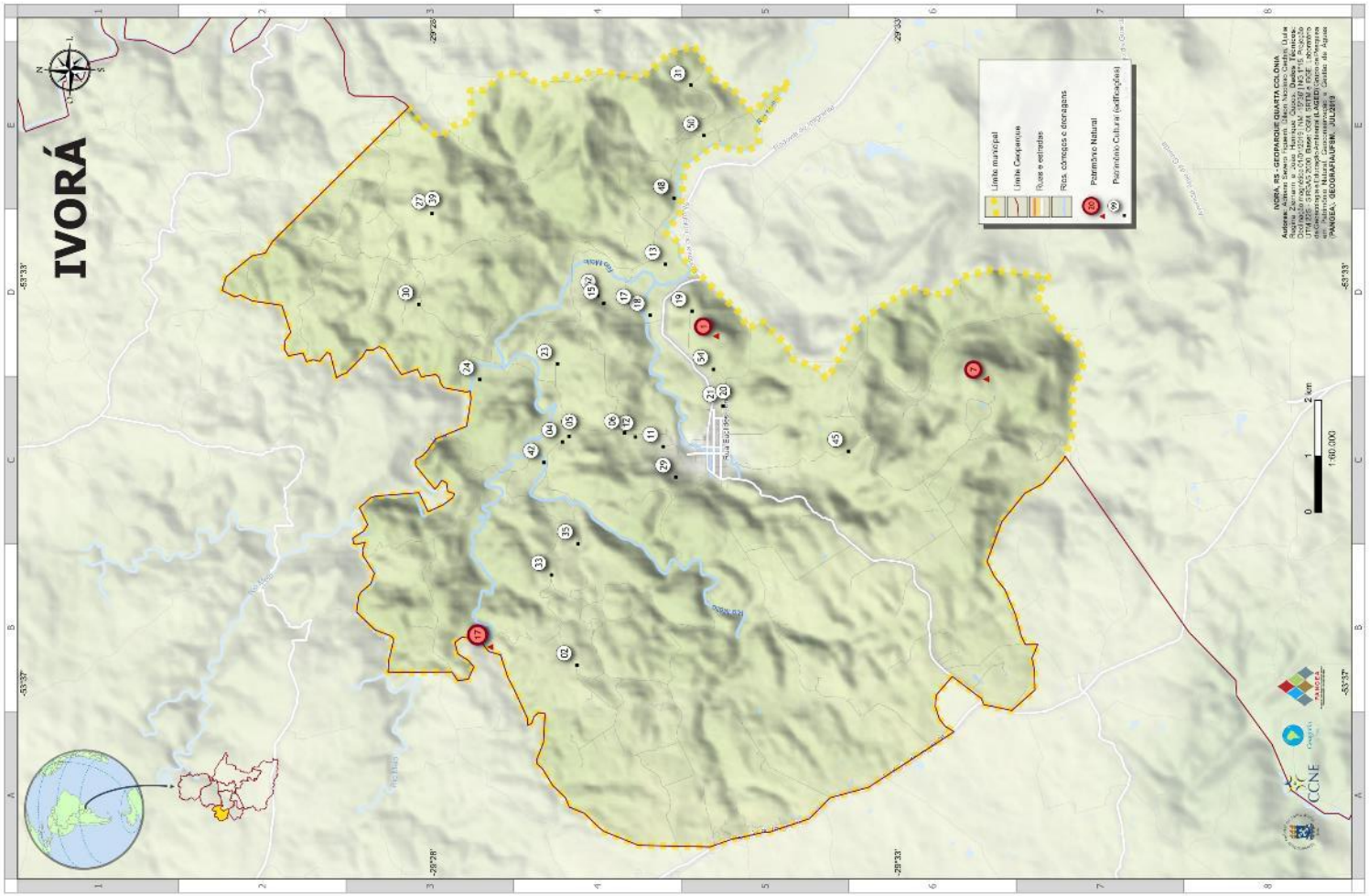
Figura 59 – Mapa de distribuição do Patrimônio Cultural e Natural no município Faxinal do Soturno (Frente).

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Figura 60 – Relação do Patrimônio Cultural e Natural no município Faxinal do Soturno (Verso).

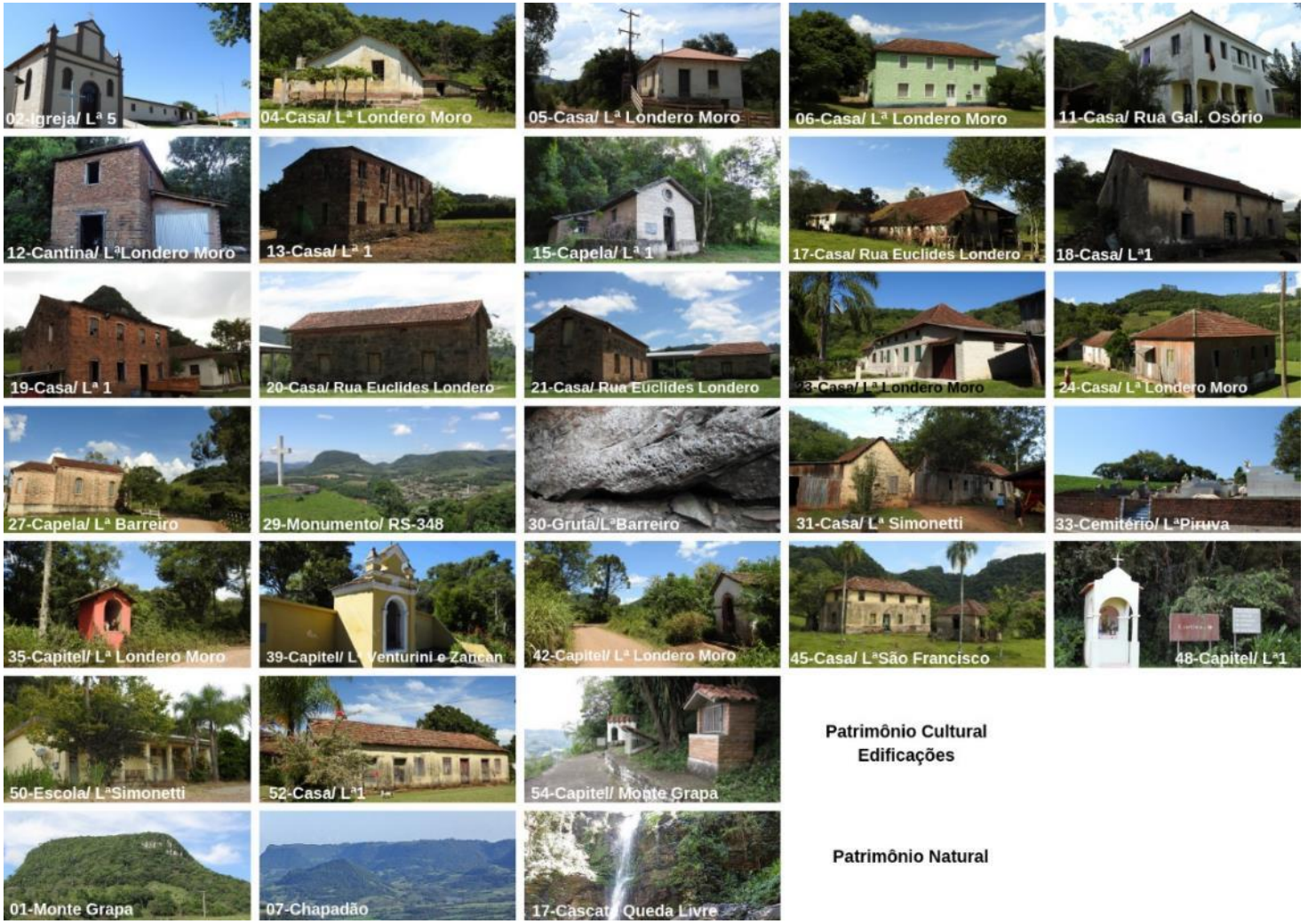
Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Figura 61 – Mapa de distribuição do Patrimônio Cultural e Natural no município Ivorá (Frente).



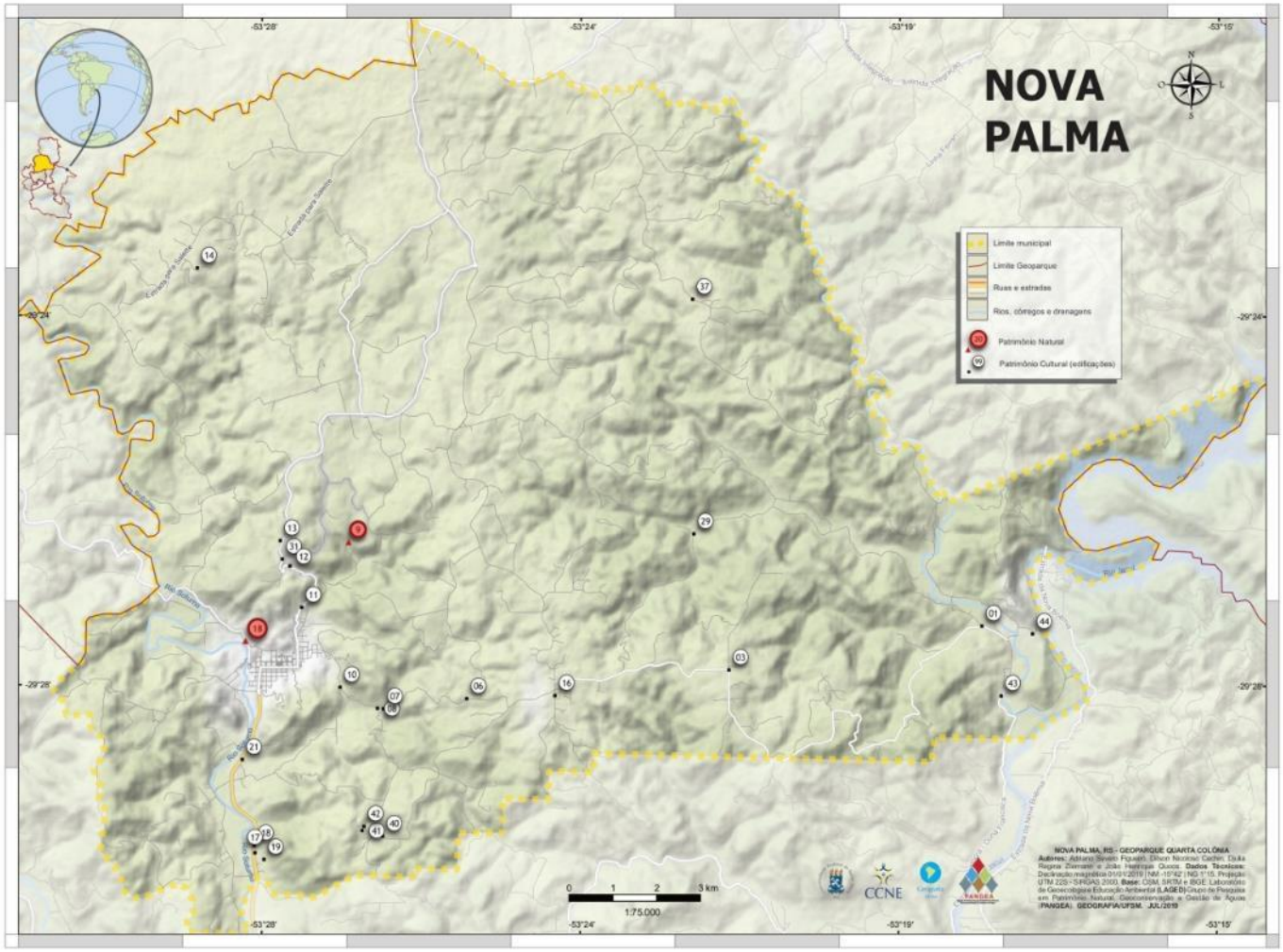
Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Figura 62 – Relação do Patrimônio Cultural e Natural no município Ivorá (Verso).



Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Figura 63 – Mapa de distribuição do Patrimônio Cultural e Natural no município Nova Palma (Frente).

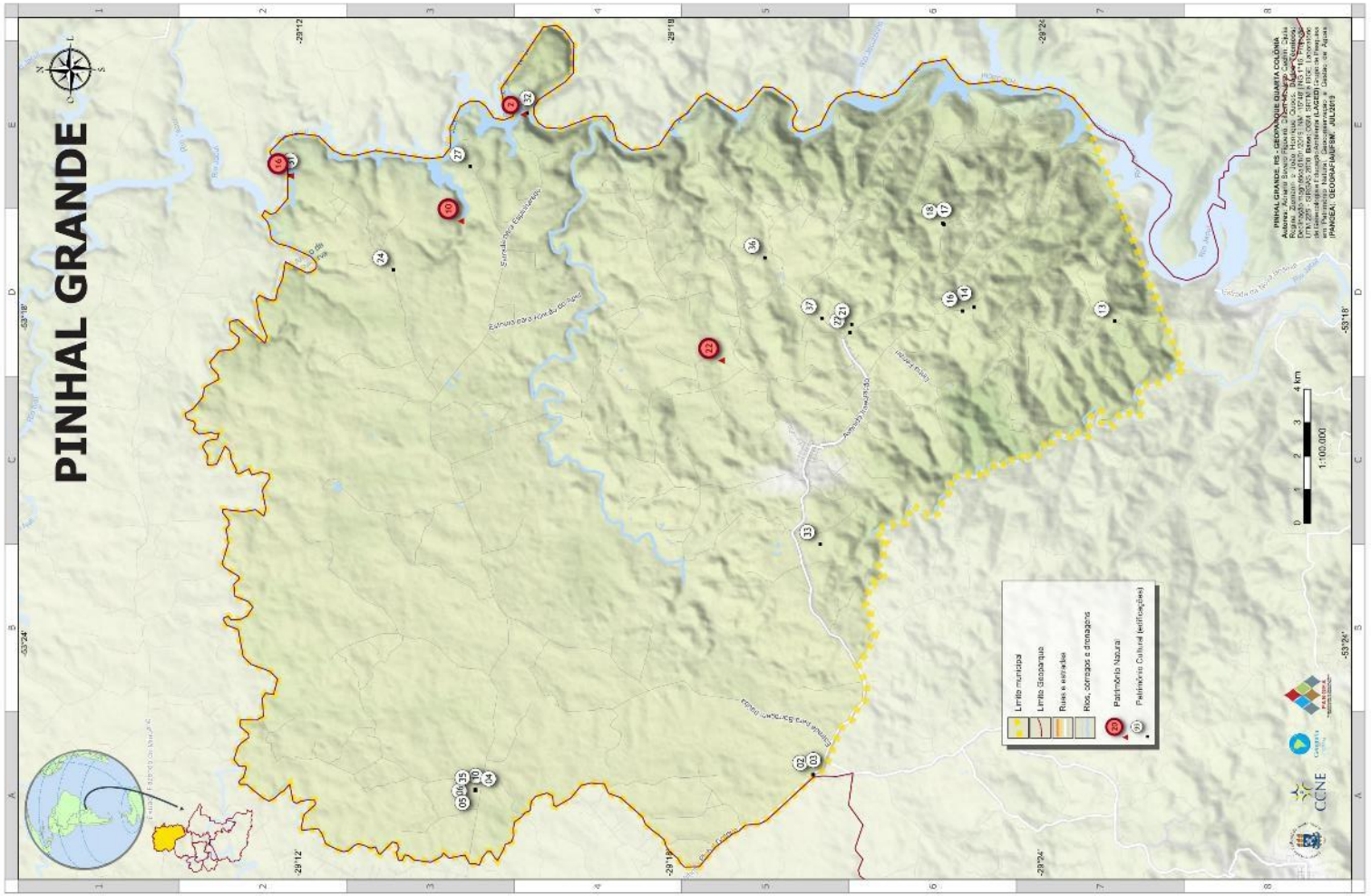


Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Figura 64 – Relação do Patrimônio Cultural e Natural no município Nova Palma (Verso).

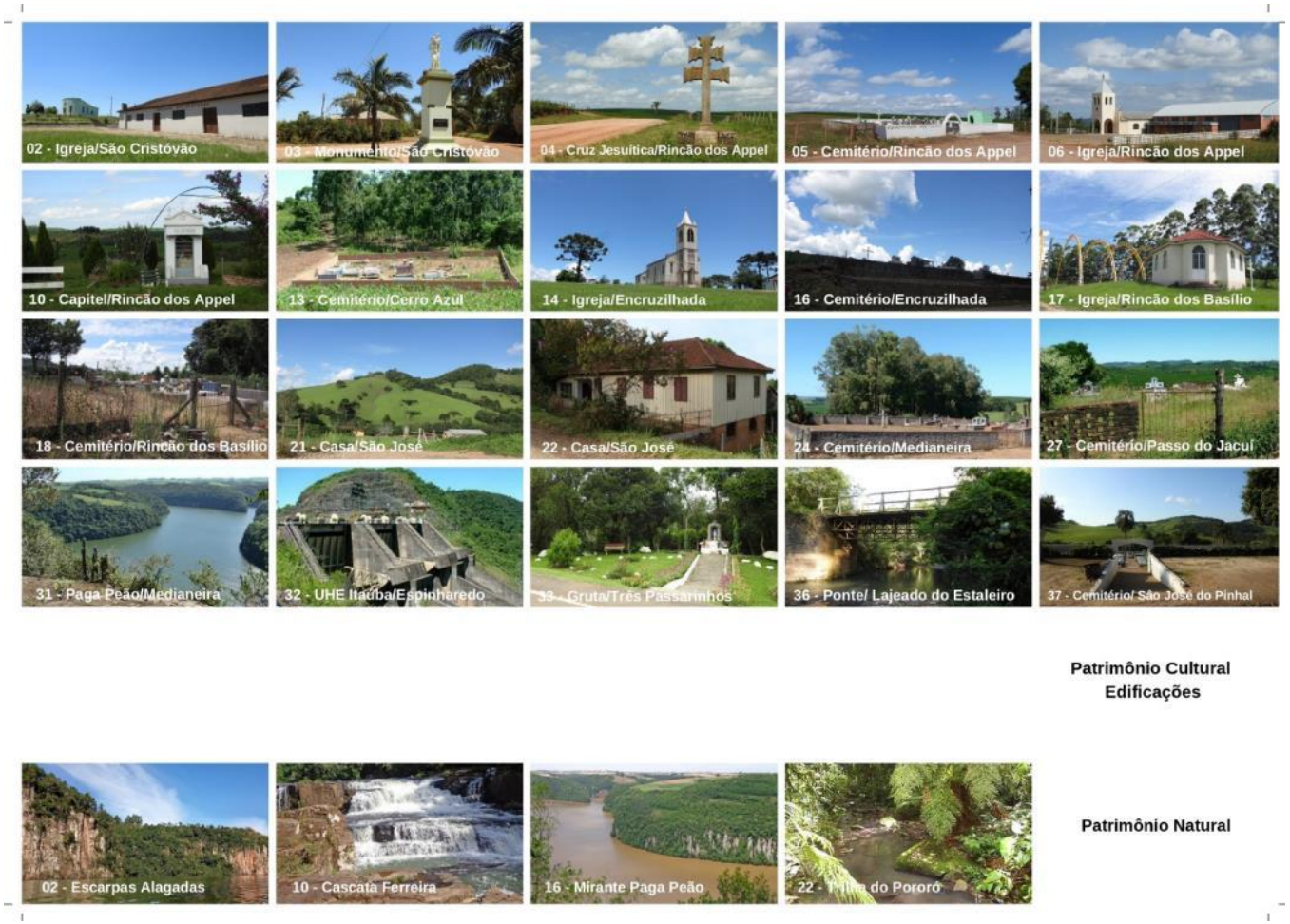
Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Figura 65 – Mapa de distribuição do Patrimônio Cultural e Natural no município Pinhal Grande (Frente).



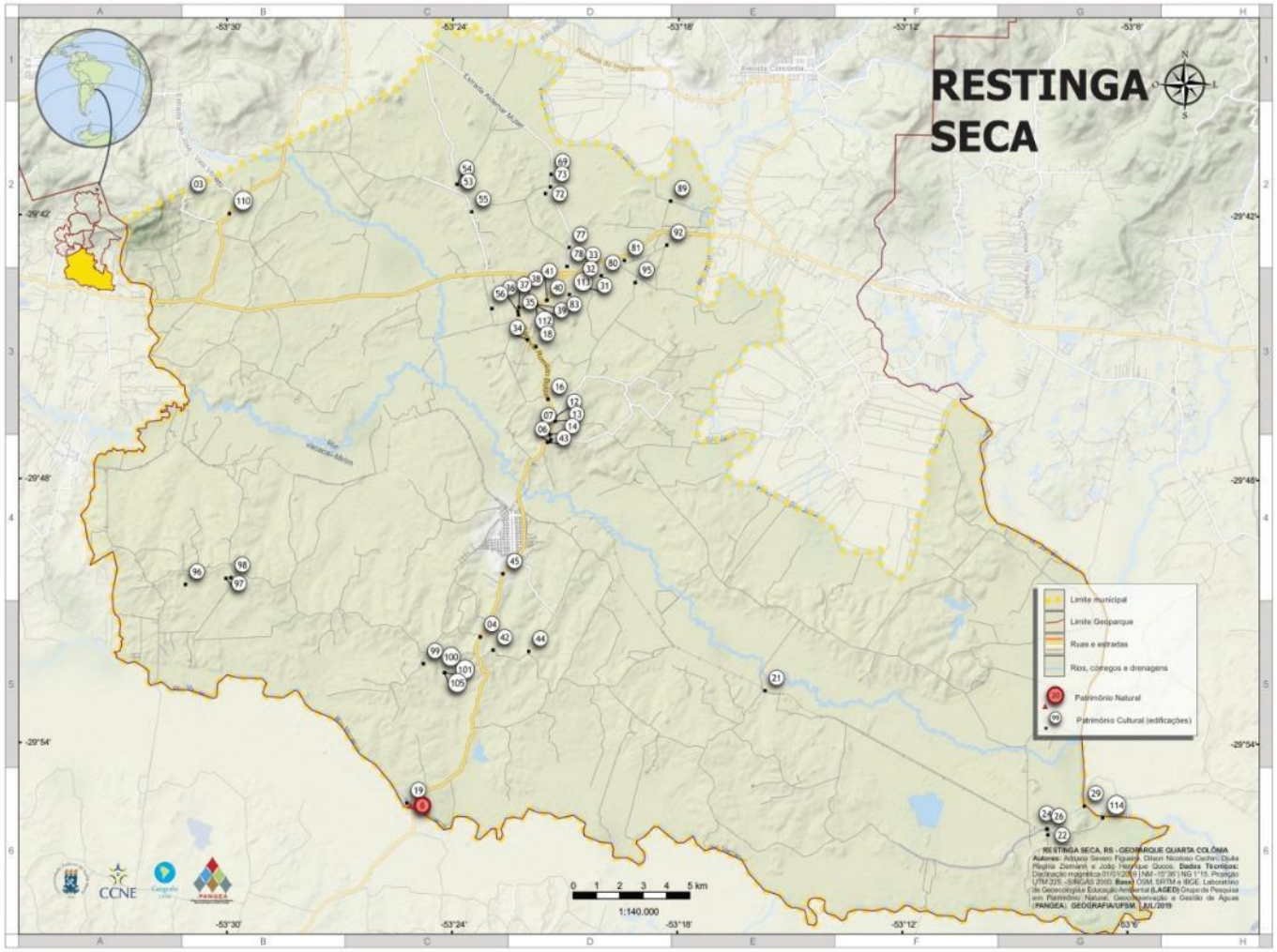
Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Figura 66 – Relação do Patrimônio Cultural e Natural no município Pinhal Grande (Verso).



Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Figura 67 – Mapa de distribuição do Patrimônio Cultural e Natural no município Restinga Seca (Frente).

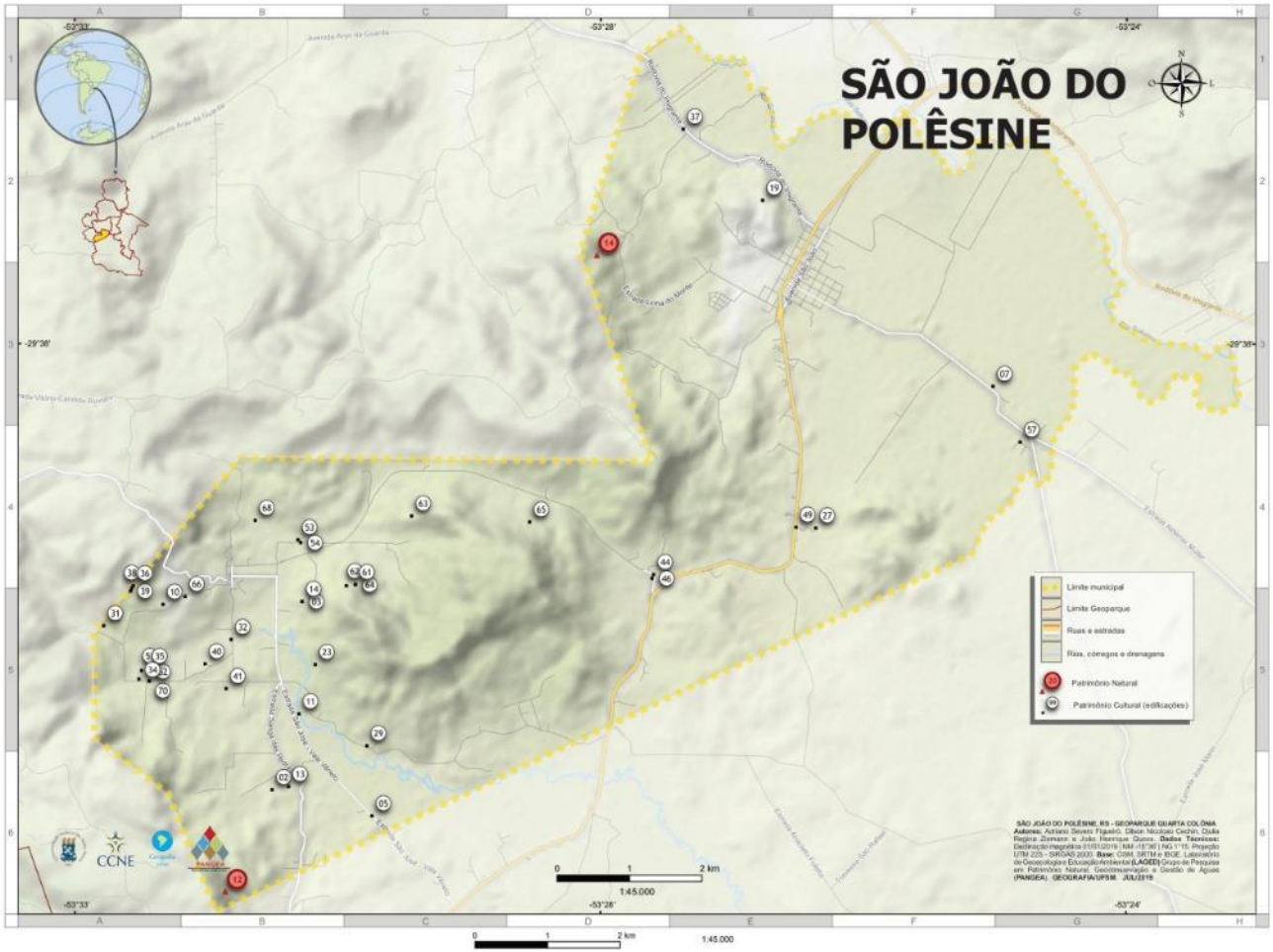


Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Figura 68 – Relação do Patrimônio Cultural e Natural no município Restinga Seca (Verso).

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Figura 69 – Mapa de distribuição do Patrimônio Cultural e Natural no município São João do Polêsine (Frente).

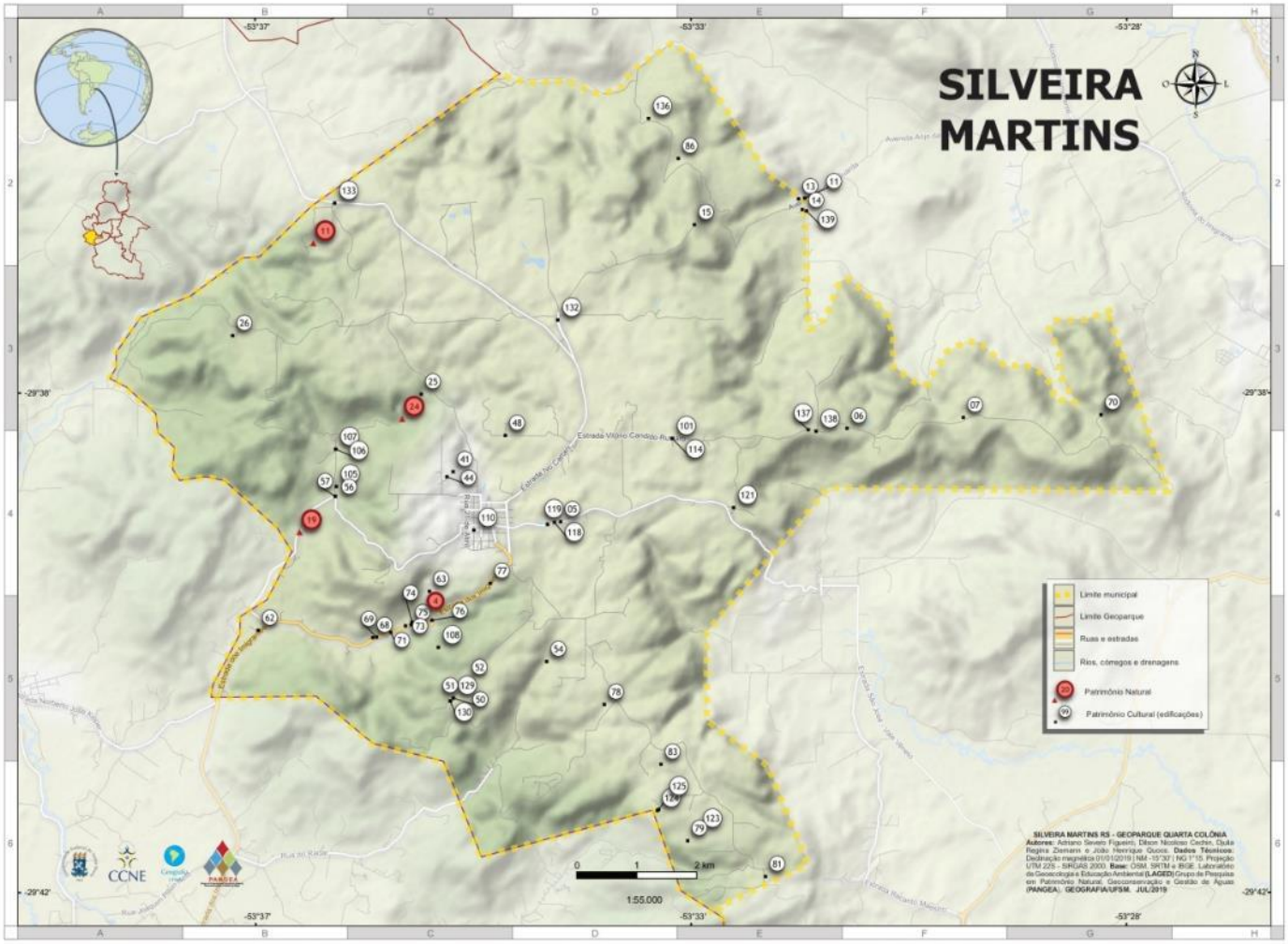


Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Figura 70 – Relação do Patrimônio Cultural e Natural no município São João do Polêsine (Verso).

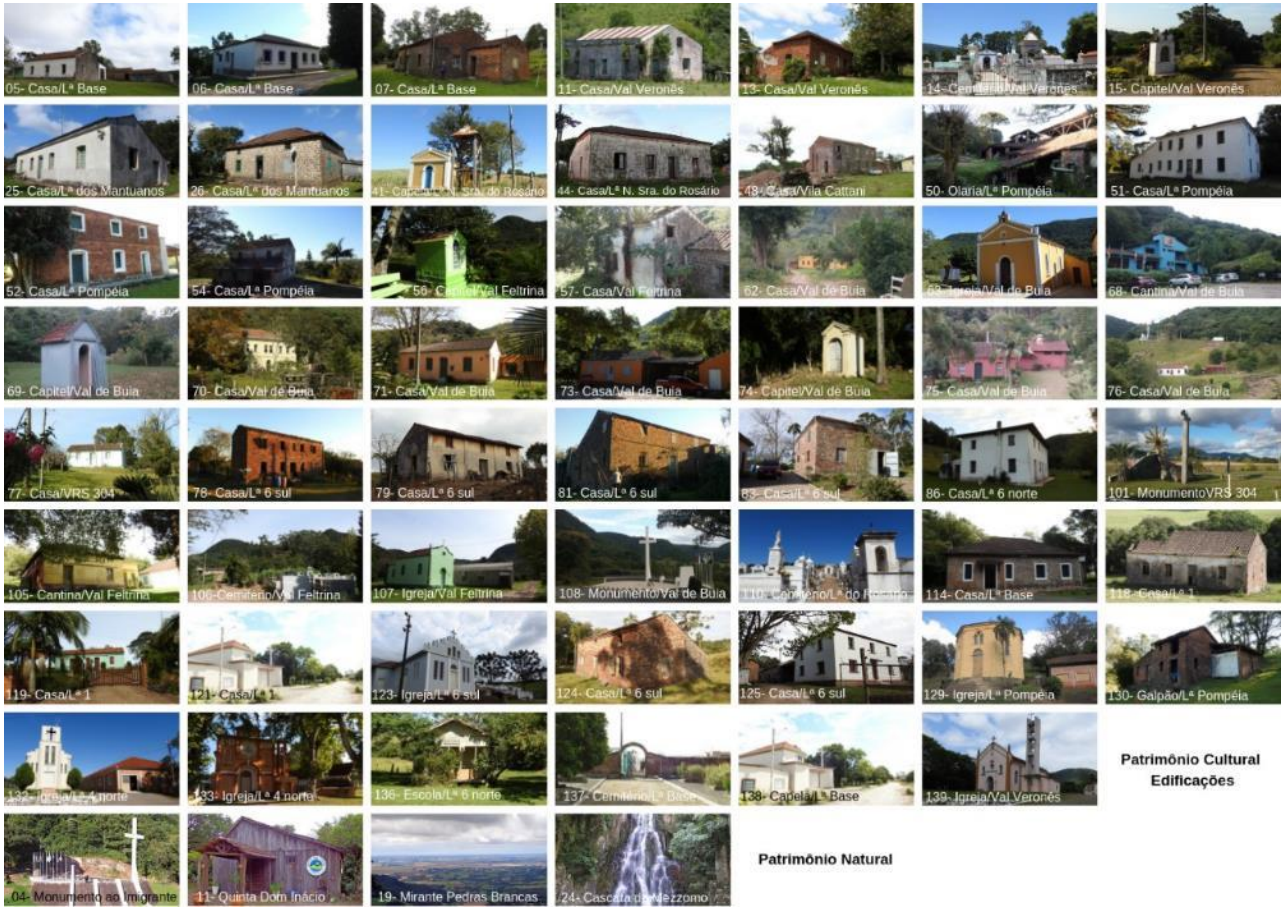
Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Figura 71 – Distribuição do Patrimônio Cultural e Natural no município Silveira Martins (Frente).



Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Figura 72 – Relação do Patrimônio Cultural e Natural no município Silveira Martins (Verso).



Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Após a análise dos mapas, percebe-se que nem todos os LIPs e Geossítios possuem proximidade, o que os tornam de difícil integração. Muitas vezes a inexistência de estradas impossibilita o acesso. Quando perceptíveis ao longo das estradas, mesmo à distância, por sua escala e beleza cênica, podem ser considerados como recursos a serem interpretados, preferencialmente em conjunto com o patrimônio natural.

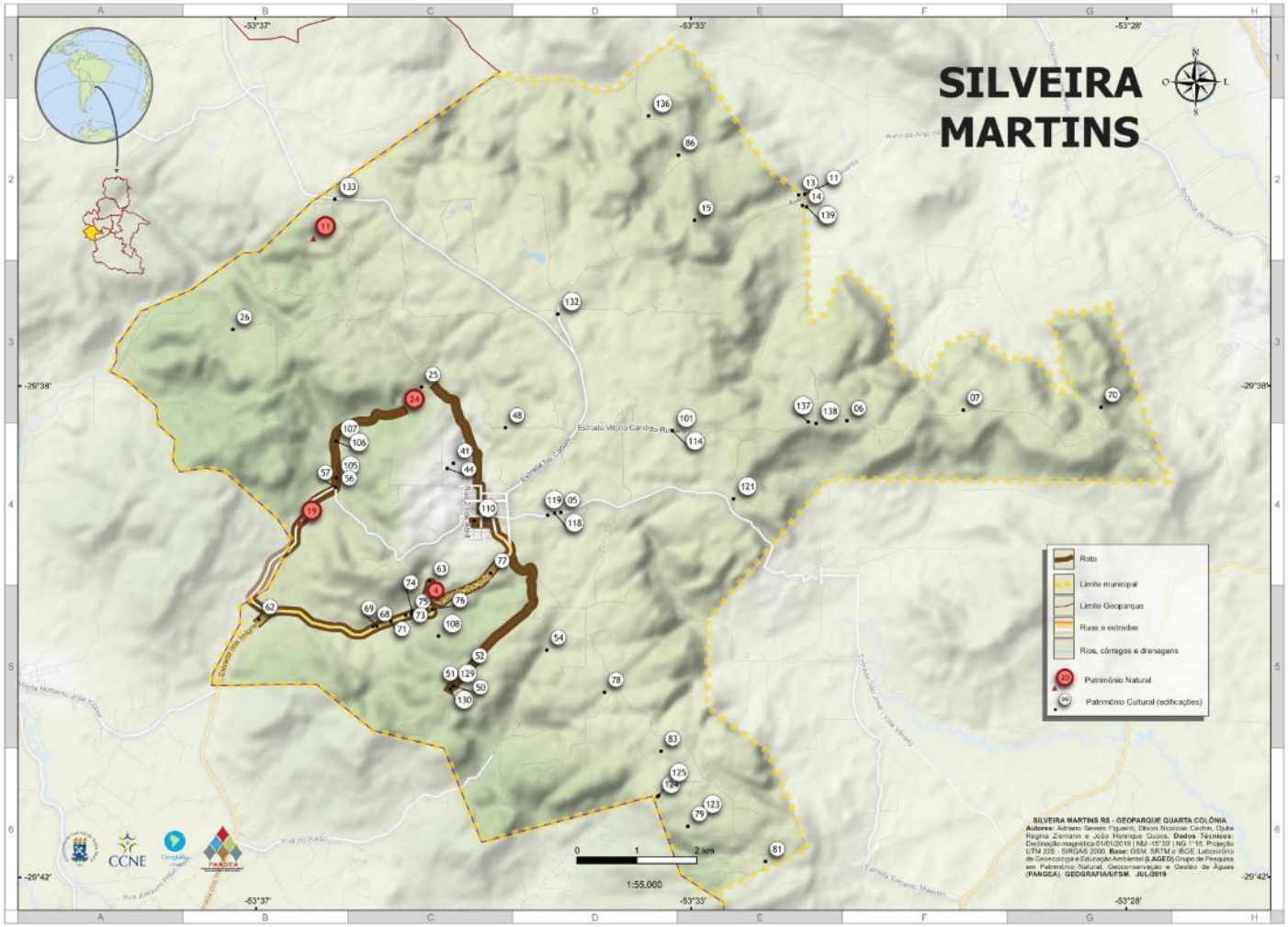
5.3 PROPOSTA DE ROTEIROS GEOTURÍSTICOS PARA O GQC

Um dos objetivos fundamentais de promoção e de divulgação da geodiversidade pode ser através de produtos, exemplo, um roteiro geoturístico.

Para o Geoparque Quarta Colônia, como complementação qualitativa, foram propostos dois modelos de georroteiros, dentro do município de Silveira Martins onde foram utilizadas as mesmas bases dos mapas do subcapítulo 5.2.2. Preliminarmente foram definidos os pontos turísticos classificados como LIPs (Locais de Interesse Patrimonial), ao longo das rodovias e estradas e adicionados marcadores nos pontos (Figuras 72 e73). Para suporte dos temas, foram utilizados como bases os shapes dos municípios, a localização dos geossítios e dos LIPs culturais, incluindo conteúdos da malha rodoviária. Os shapes utilizados foram produzidos a partir dos recursos disponibilizados no Google Earth e a criação de arquivos pertinentes foi através do *software* QGIS. Para uma melhor visualização dos roteiros pelos turistas, foram adicionadas fotografias e informações gerais, quanto a distâncias a serem percorridas.

Baseado na interpolação dos LIPs (Locais de Interesse Patrimonial) apresenta-se, como proposta, um modelo de roteiro geoturístico, com deslocamento automotivo, ou a pé, de aproximadamente 30 km no município de Silveira Martins (Figura 73).

Figura 73 – Proposta modelo de roteiro Geoturístico - Silveira Martins.



Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

O início dá-se na sede do município Silveira Martins onde pode-se visitar ambientes históricos e culturais: a Praça central, com monumento a Gaspar da Silveira Martins, presidente da Província do Rio Grande do Sul (como ministro dos Negócios da Fazenda, alocou recursos para a colonização do núcleo da *Cittá Nuova*), monumento a Giuseppe Garibaldi (revolucionário italiano); Igreja matriz Santo Antônio de Pádua (única na América Latina com torre cilíndrica, em estilo bizantino,); Colégio Bom Conselho, (Centro Cultural e Espaço Multidisciplinar de Pesquisa e Extensão da UFSM), edifício construído em 1908 com arquitetura de estilo neoclássico; e outros bens particulares com traços da arquitetura italiana, como hotéis, casas comerciais e residências; à noroeste da cidade o Cemitério Municipal (expoente arquitetura cemiterial italiana); e, mais adiante, 200 m à direita, a Linha Nossa Senhora do Rosário.

Saindo da cidade, em direção sul, 3,5 km de estrada de chão ensaibrada, avistam-se capitel, casas, casarões com mais de cem anos, e o conjunto histórico e arquitetônico da Pompéia, que preserva as características típicas do tempo da imigração, composto pela Capela Nossa Senhora da Pompéia, Olaria dos Guerra, Casarão dos Guerra e galpão. A Capela em formato octogonal foi construída no início do século 20, em cumprimento de promessa feita pelo imigrante italiano Vincenzo Guerra, cuja família povoou a Pompéia e até hoje zela pelo patrimônio histórico-arquitetônico do local.

Depois, voltando 3 km até a VRS-804, em direção oeste, descendo o perau, 1,9 km, numa curva bem acentuada, à direita, a Gruta Nossa Senhora de Fátima, seguindo mais abaixo, 350 m, à direita, o Monumento do Imigrante Italiano, em comemoração aos cem anos da Imigração Italiana. É considerado um geossítio GQC. Deste ponto pode-se observar os processos geomorfológicos na escarpa do planalto, o vale onde se instalaram provisoriamente as primeiras levas de imigrantes italianos, o *Val de Buia* (nome dado à semelhança do local de origem, na região do Friulli) e, abaixo do monumento, à direita, a demarcação do que seria o cemitério dos primeiros desbravadores.

Descendo até o núcleo de Val de Buia, 3,6 km, ainda pela VRS-804, pode-se observar capitéis, casas e casarões remanescentes daquela época, a igreja São João Batista, o Moinho e alambique de cachaça da Família Moro, o único ainda em funcionamento que usa o potencial da energia hidráulica, através do Arroio do Veado.

Depois, tomando a direção norte, 3,8 km, em estrada de chão ensaibrada, o povoado de Val Feltrina. Este trecho faz parte do Roteiro das Uvas e das Águas. No caminho: balneários, capitel, cantinas de vinho históricas, a Igreja São Vitor e Santa Corona e cemitério. Mais adiante, antes da ponte, à direita, somente a pé e por dentro do rio, aproximadamente 1,5 km, considerado um geossítio, a cascata do Mezzomo.

O retorno à sede se dá por outra linha, a Estrada dos Piasentini, bastante íngreme. Depois da cantina da família Torri, na bifurcação à esquerda, onde há o capitel Santo Antônio de Pádua, aproximadamente 4,5 km, uma derivação à esquerda leva ao geossítio Mirante da Pedra do Guerino, cerca de 1,5 km. Um geossítio do qual se tem um vista panorâmica do vale em direção a Santa Maria (Figura 74). Retornando à estrada principal, à direita, mais 2 km, em direção à sede do município encerra-se o roteiro.

Figura 74 – Mosaico das localidades presentes neste roteiro geoturístico em Silveira Martins.

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Outro modelo de roteiro Geoturístico é o Caminho dos Imigrantes - Silveira Martins (VESTENA et al., 2019). Conforme inventário do patrimônio natural e cultural do GQC foram elencados pontos de paradas, considerados como Locais de Interesse Patrimonial (LIPs), capaz de apresentar aos visitantes, de forma cronológica, a história de formação da paisagem no tempo profundo (das estruturas naturais) e no tempo recente (da transformação da natureza pelo imigrante) (Figura 75).

Figura 75 – Proposta modelo de roteiro Geoturístico Caminho dos Imigrantes-Silveira Martins.

Fonte: ZIEMANN, QUOOS e NOTZOLD (2019).

Este roteiro tem início o centro da cidade de Santa Maria (altitude de 139 m), município limite a oeste do GQC, com extensão de 28 km pela BR-287, depois pela VRS-804, por um período de quatro horas de visitação guiada, com deslocamento automotivo. Observa-se desde as planícies sedimentares do centro do estado, atravessando a zona de escarpa e vales intramontanos até o topo do planalto

vulcânico, onde se situa a cidade de Silveira Martins (altitude de 421 m), capital da Quarta Colônia italiana de imigração.

O roteiro envolve a visita ao (1) Arroio do Veado (processos fluviais em planície aluvial e vista da escarpa), (2) Moinho do Moro (incorporação da energia hidráulica na cultura imigrante), (3) Monumento ao Imigrante (processos geomorfológicos na escarpa do planalto e desafios à instalação dos imigrantes), (4) Gruta Nossa Senhora de Fátima (religiosidade imigrante), (5) Conjunto Histórico da Pompéia (histórico da extração de argila e indústria cerâmica), (6) Centro Cultural Bom conselho (arquitetura italiana), (7) Igreja Santo Antônio de Pádua (características da religiosidade imigrante), Praça central da cidade, com monumento (8) a Gaspar Silveira Martins (Presidente da Província do Rio Grande do Sul, que coordenou a imigração) e (9) monumento a Giuseppe Garibaldi (revolucionário italiano considerado "herói de dois mundos"). A proposta é encerrar o roteiro com um almoço típico italiano no (9) Ristorante La Sorella na sede de Silveira Martins.

5.4. GEOPRODUTOS E PRODUTOS INTERPRETATIVOS

Como contribuição à implantação do Geoparque Quarta Colônia, apresentam-se alguns produtos interpretativos: maquete do Geoparque Quarta Colônia estabelecida no Centro Interpretativo do GQC, sediado no CAPPA e mapa geoturístico. Como geoprodutos foram elaborados cartões postais, baseados em fotos de aquarelas alusivas ao GQC, elaboradas pelo autor e com cedência de direitos de reprodução.

5.4.1 Maquete do Geoparque Quarta Colônia

A maquete física, em terceira dimensão (3D), originada a partir da representação cartográfica (2D), transmite informações de geomorfologia, hidrografia, geologia, entre outros, como também da presença humana, da urbanização, da cultura, da economia, etc. Estimula a análise 3D dos fenômenos espaciais, pois nela podem ser abordadas noções de posição, de distância, de direção, entre outros, facilitando o entendimento das representações planas. A

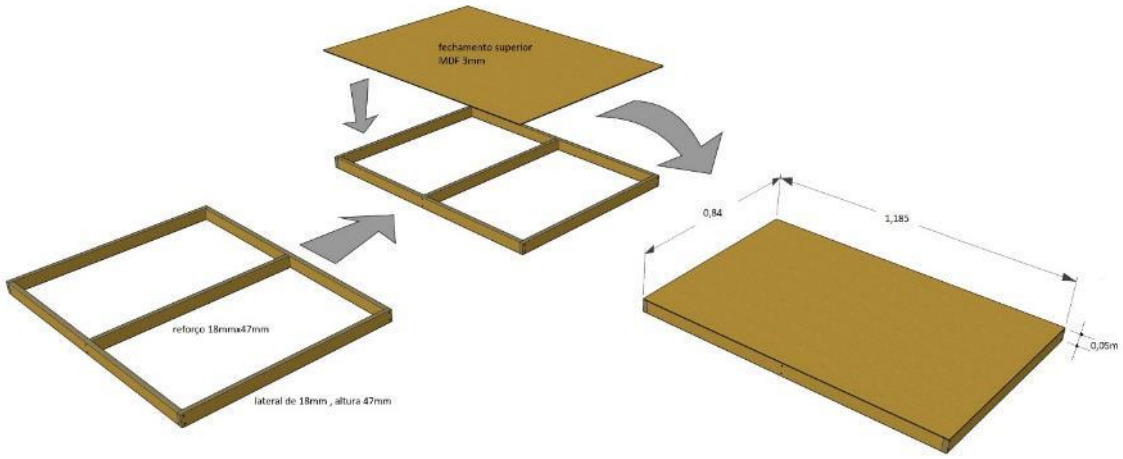
maquete torna mais acessível a interpretação dos dados nela contidos e é uma ferramenta didática relevante. Auxilia na compreensão de temas com elevado grau de dificuldade e abstração, por exemplo, as curvas de níveis. Torna possível a leitura de mapas e cartas hipsométricas. Como ferramenta de um Geoparque facilita atingir uma das finalidades básicas, a Interpretação Patrimonial, natural e cultural, além de promover a inclusão de pessoas portadoras de deficiência visual, parcial ou total, através da manipulação tátil.

A maquete teve por projeção a montagem em programa de CAD (Computer Aided Design), através de 12 cartas geográficas, disposição de 3x 4, fornecidas pela diretoria de serviço geográfico do Ministério do Exército, escala 1/50.000 e disponibilizadas pela Universidade Federal de Santa Maria, no link: CARTAS: Link cartas do exercito / UFSM: <http://coral.ufsm.br/cartografia/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=47>

A metodologia empregada e descrita abaixo, de forma bastante condensada, é prática comum, rotineira, aos cursos de Arquitetura e Geografia. Para a representação do relevo na construção da maquete do GQC, com dimensões de 3,56 m x 2,52 m, foram definidas duas escalas, uma na escala 1/25.000 na horizontal (que representa a relação entre as medidas planas) e outra escala 1/5.000 na vertical (que representa a relação entre as amplitudes altimétricas reais e as da maquete). O exagero vertical na maquete, mesmo fugindo da sua real situação, é necessário para termos a noção de altitude.Neste caso foi de cinco vezes a escala horizontal.

Devido ao grande tamanho, para facilitar o trabalho e transporte, foi dividida em nove módulos de 1,185m x 0,84m, apoiada em suporte de MDF, espessura de 0,005m, estruturada em madeira (quadro de ripas com reforço central) de 0,025m x 0,05m, coladas e pregadas (Figura 75).

Figura 76 – Composição da estrutura dos módulos (painéis) base da maquete.



Fonte: José Luiz Rossato Dalcin (maquetista).

Posteriormente os módulos foram conjugados no local de exposição sobre uma base de 0,60 m de altura, para uma melhor apreciação de grupos escolares (Figura 77).

Figura 77 – Estrutura base para apoio da maquete.

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Para modelar o relevo e a altura, foram escolhidas placas de poliestireno (EPS), sobrepostas e coladas. A escolha da espessura das placas de isopor (EPS) foi levada em conta a escala vertical pretendida para o modelo tridimensional, uma vez que tal escala é pela relação d/D = 1/T, onde a espessura útil da folha está representada por "d" e a equidistância das curvas de nível é representada por "D". Foi adotada a espessura das placas de isopor de 0,025m, sendo útil 0,020m de sobreposição para colagem. A equidistância das curvas de nível da carta topográfica é 20m (2.000cm). Devido à proximidade das curvas nas plantas, foi efetuado o corte a cada 5 curvas, que equivale a 100m na distância vertical. Desse modo, aplicando-se a relação escalar, a escala vertical de nosso modelo será de 1/5.000, onde 1cm representará 50 m de altitude do terreno real (Figura 78).

Para a obtenção das curvas de nível com equidistâncias, foi necessário usar o processo de interpolação de curvas de nível, no qual, a partir de valores altimétricos conhecidos, se obtêm valores intermediários. Entre os vários métodos existentes para a interpolação de curvas de nível, o mais usual é o processo visual de avaliação.

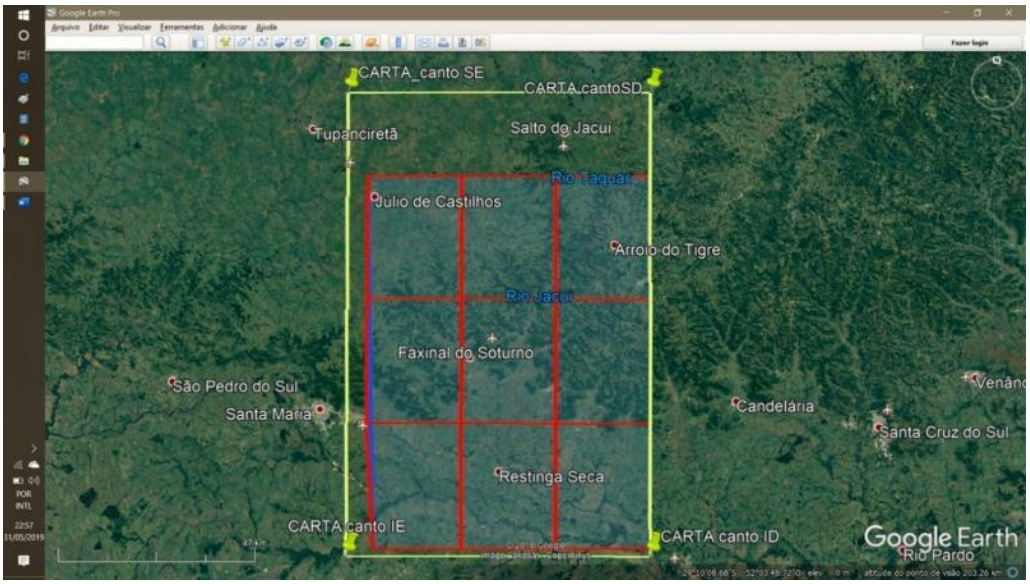
Figura 78 – Modelamento do relevo com placas de EPS.

Fonte: José Dalcin (maquetista).

Como matriz, as mesmas foram recortadas conforme as curvas de níveis das cartas topográficos do Exército Brasileiro, escala 1/50.000: Júlio de Castilhos (SH.22-V-I-2, MI-2948/2); Cascada do Ivaí (SH.22-V-C-II-1, MI-2949/1); Nova Jacuí (SH.22-V-C-II-2, MI-2949/2); Val de Serra (SH.22-V-C-I-4, MI-2948/4); Nova Palma (SH.22-V-C-II-3, MI-2949/3); Sobradinho (SH.22-V-C-II-4, MI-2949/4); Camobi (SH.22-V-C-IV-2, MI-2965/2); Faxinal do Soturno (SH.22-V-C-V-1, MI-2966/1); Agudo (SH.22-V-C-V-2, MI-2966/2); Arroio do Só (SH.22-V-C-IV-4, MI-2965/4); Restinga Seca (SH.22-V-C-V-3, MI-2966/3); e Jacuí (SH.22-V-C-V-4, MI-2966/4).

Utilizando os recursos do *software*, as cartas foram ampliadas para serem impressas na escala 1/25.000. Nesta montagem, foi feito um recorte nas coordenadas: 29°11’00”S, 53°42’00”O; 29°11’00”S, 53°00’00”O; 29°59’00”S, 53°42’00”O e 29°59’00”S, 53°00’00”O, formando um novo quadro para abranger somente a área de estudo (quadrilátero vermelho no google earth) e 29°00’00”S, 53°45’00”O; 29°00’00”S, 53°00’00”O; 30°00’00”S, 53°45’00”O e 30°00’00”S, 53°00’00”O (Quadrilátero Amarelo que representa as cartas do Exército) (Figura 79).

Figura 79 – Imagem de referência para ampliação das cartas.



Fonte: Google Earth.

O Recorte foi feito dentro das coordenadas das cartas do Exército (Figura 80).

Figura 80 – Cartas do Exército como matriz.

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

Para elaboração da maquete, diversos materiais se fizeram necessários, tais como papel vegetal, papel carbono, fita adesiva, canetas coloridas, alfinetes, cola branca ou de isopor, massa corrida acrílica, lixa fina, tintas acrílicas e pincéis.

Para conformação do relevo, recobrimento e reforço das placas, foi usado papel toalha e, sobre este, aplicação de massa de cimento branco e cola PVA. Após secagem, para acabamento da superfície, o revestimento foi feito com materiais que reproduzem os elementos geográficos que compõem a paisagem, tais como serragem de madeira na tonalidade da vegetação, resinas para representação dos rios e composto de serragens e fragmentos de EPS, indicando matas e vegetação mais densa.

Por último, o acabamento com pintura acrílica em cores contrastantes (Figura 81).

Figura 81 – Maquete do Geoparque Quarta Colônia em fase de acabamento.

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

5.4.2 Mapa geoturístico do Geoparque Quarta Colônia

Um Geoparque é entendido como um território com limites bem definidos, que possui geossítios com grande valor científico, histórico, cultural e ambiental. Apresenta raridade, riqueza geológica e paleontológica e permite a compreensão sobre a história e evolução da Terra e da vida. O geoturismo, dentro deste, é uma atividade intrínseca baseada nas estruturas geológicas, nas formas de relevo, em geossítios geológicos, geomorfológicos, paleontológicos, arqueológicos e integrados com as culturas humanas locais. Este seguimento turístico demanda produtos geoturísticos para seu funcionamento, para as comunidades aí presentes, para visitantes e turistas. Um destes produtos é um mapa geoturístico, que expressa essa diversidade de atrativos, que proporciona visibilidade, valorização e divulgação pelo queo território tem a oferecer. Esta é uma demanda que o Geoparque Quarta Colônia necessita para divulgar seus atrativos, naturais e culturais.

O Geoparque Quarta Colônia (GQC), localizado na Mesorregião Centro-Ocidental do Rio Grande do Sul, precisamente entre ecossistemas de Campos da Depressão Periférica Central e Campos do Planalto Médio, dentro da Bacia do rio Jacuí, na transição da Depressão Central para o Planalto Meridional brasileiro, nas escarpas do Planalto Médio, é composto por 24 (vinte e quatro) geossítios distribuídos pelos 9 (nove) municípios que formam este território (Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, São João do Polêsine, Restinga Seca, e Silveira Martins).

Os geossítios são: Geomonumento Monte Grappa e Cascata Queda Livre – no município Ivorá; Escarpas Alagadas, Mirante Paga Peão, Trilha do Pororó e Cascata da Ferreira – no município Pinhal Grande; Ermida São Pio, Mirante Cerro Comprido e Chapadão – no município Faxinal do Soturno; Monumento ao Imigrante, Quinta Don Inácio, Cascata do Mezzomo e Mirante Pedras Brancas – no município Silveira Marins; Geomonumento Morro Agudo, Cerro Finkemberg, Cascata Raddatz, Morro (Cerro) da Igreja e Gruta do Índio - no município Agudo; Balneário das Tunas – no município Restinga Seca; Cascata do Pingo e Rota das Esculturas – no município Nova Palma; Mirante Recanto Maestro e Roteiro Pedras Brancas– no município São João do Polêsine; Cascata do Segatto– no município Dona Francisca.

O mapa elaborado, como produto geoturístico, a ser distribuído pelo Centro de Interpretação do GQC, ou através de parceiros, apresenta um caráter didático educativo com forte potencial para uso nas instituições de ensino fundamental e médio. Tem o objetivo principal de promover e divulgar a geodiversidade e suas potencialidades culturais, de forma agregada, deste território. Foi elaborado com o propósito de localizar os geossítios e pontos de interesses culturais, desempenhando a função de servir, como base, para futuros produtos destinado aos turistas, estudantes, guias e condutores, pessoal do setor hoteleiro e de transporte, as comunidades locais e outros.

O projeto gráfico do mapa geoturístico do Geoparque Quarta Colônia foi elaborado em etapas, através do programa Adobe Photoshop e Corel Draw. Contou com a colaboração do professor André K. Dalmazzo do Curso de Desenho Industrial/UFSM:

a) Primeira etapa - a produção do projeto gráfico do Geoparque da Quarta Colônia partiu do estudo de mapas de outros geoparques e de mapas que representam a região da Quarta Colônia.

b) Segunda etapa - a realização do levantamento dos principais pontos turísticos e geoturísticos que deveriam constar no mapa, juntamente com a localização de cada um em um mapa base.

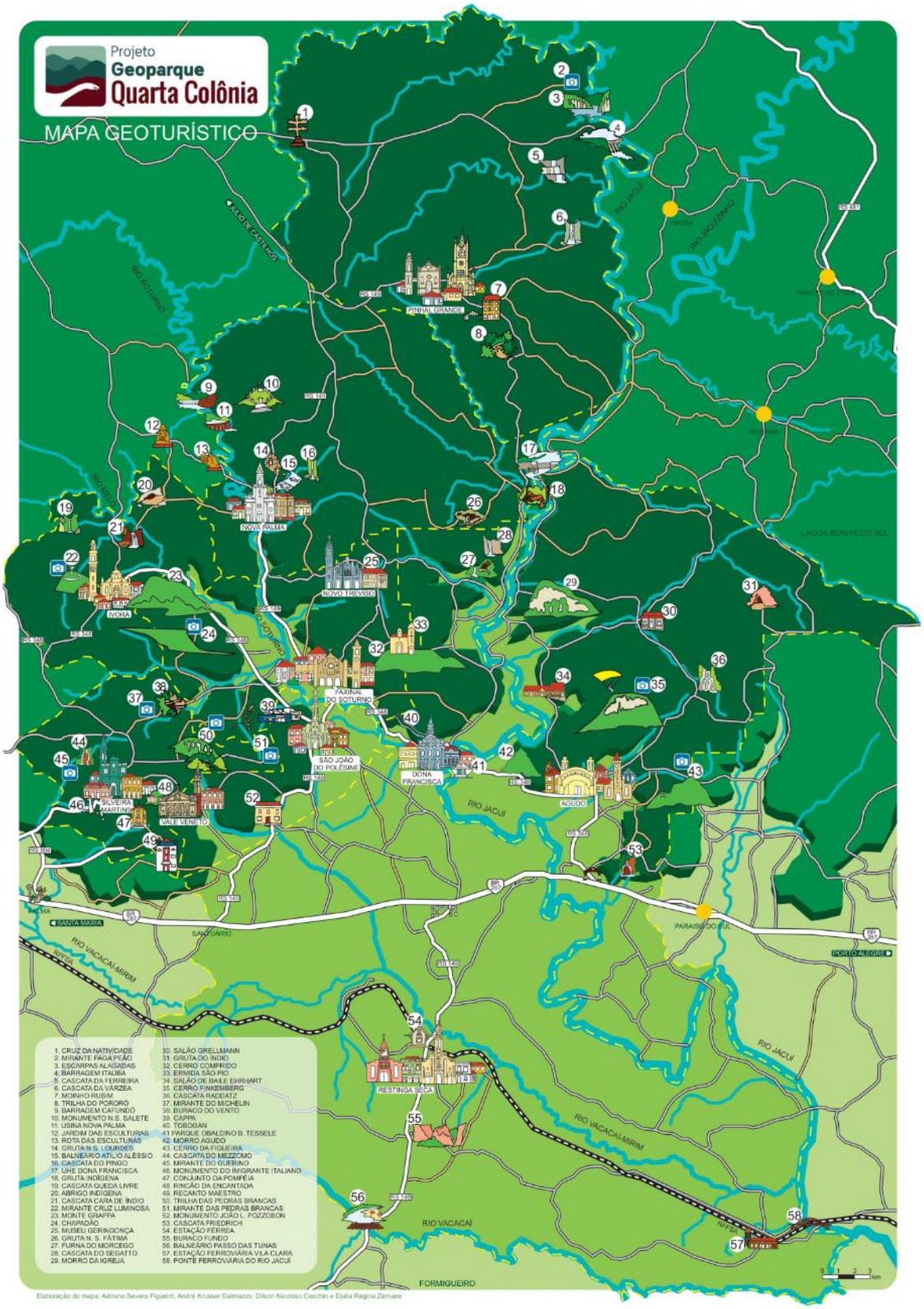
c) Terceira etapa - a coleta e análise de informações visuais, da história e da relevância de cada ponto que deveria constar no mapa. Estes levantamentos e estudos serviram como referenciais para desenvolvimento do projeto gráfico do mapa.

d) Quarta etapa - a dedicação aos desenhos, onde foram feitos esboços e leiautes em várias técnicas e estilos, até se encontrar um estilo gráfico adequado para expressar visualmente o mapa. Nesta fase, foram desenhadas as sínteses de todos os locais ilustrados que deveriam constar no mapa.

e) Quinta etapa - os desenhos foram digitalizados, vetorizados e coloridos em computação gráfica e o mapa foi desenhado digitalmente, assim como os limites territoriais, as estradas, a demarcação do relevo, a aplicação das legendas, numerações e da identidade visual.

d) Sexta etapa - foram revisados todos os desenhos e textos e a realização do ajuste de cores e a preparação para impressão (Figura 82).

Figura 82 – Mapa Geoturístico do Geoparque Quarta Colônia.



Fonte: Coordenado por Dilson Nicoloso Cecchin.

5.4.3 Cartões Postais

Um dos geoprodutos apresentados no presente estudo foi a elaboração de cartões postais aos visitantes, turistas e comunidade local, para divulgar o potencial cultural e natural do Geoparque Quarta Colônia. A confecção de cartões postais é uma ferramenta para a divulgação de conhecimento científico sobre a geodiversidade do GQC, integrando tema e conceito, referente ao Patrimônio Cultural, ao geoturismo e à interpretação/educação ambiental.

As cenas reproduzidas a partir de aquarelas do autor deste trabalho, leiaute de Djulia Regina Ziemann, demonstram as relações cotidianas no território do GQC, os elementos da cultura humana associada à geodiversidade. Compreende a relevância da proteção, não só dos bens imóveis, como também dos elementos geológico/geomorfológicos que compõem os locais expressos nos cartões postais.

Os cartões postais propostos seguem a mesma identidade visual, enfatizando o nome do Geoparque Quarta Colônia, com uma programação simples e atual, elaborados pelo programa Adobe Photoshop (design gráfico de imagens), com dimensões de 10,4 cm x 14,6 cm.

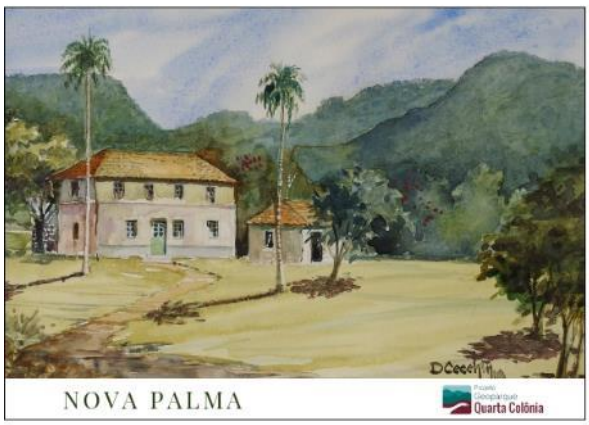
As cenas retratam as transformações na paisagem, com grande apelo cênico, adquirindo relevância para o entendimento da configuração ambiental do GQC, informando o que pode ser admirado durante um passeio turístico, seja numa trilha ou num roteiro. É uma mostra parcial, uma série ilustrada alusiva à paisagem de cada município, os quais poderão ser adquiridos nos setores de divulgação de turismo da região. O autor cede os direitos de reprodução e autoriza a venda, ressalvado que os recursos devem ser revertidos para o GQC (Figuras 83, 84 e 85).

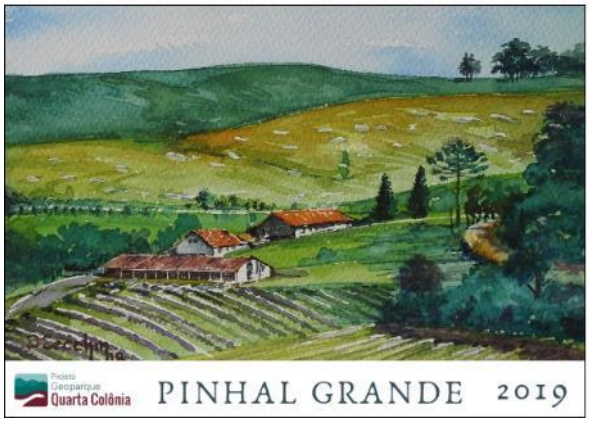
É sabido que nos dias atuais este tipo de correspondência está em desuso, em função do avanço tecnológico. Uma foto do motivo visitado pode ser enviada no mesmo momento, instantânea. Por esta razão se optou por uma ilustração, que além de mostrar uma cena turística de extrema beleza, surpreende pelo inusitado de forma artística. Ao mesmo tempo que um postal funciona como souvenir, um artigo tradicional e característico do local visitado, serve como mensagem, lembrança ou como presente, apresentando baixo custo e muito difundido em pontos turísticos.

Figura 83 – Cartões postais de localidades de Agudo, Dona Francisca e Faxinal do Soturno (frente e verso).

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin; layout de Djulia Regina Ziemann.

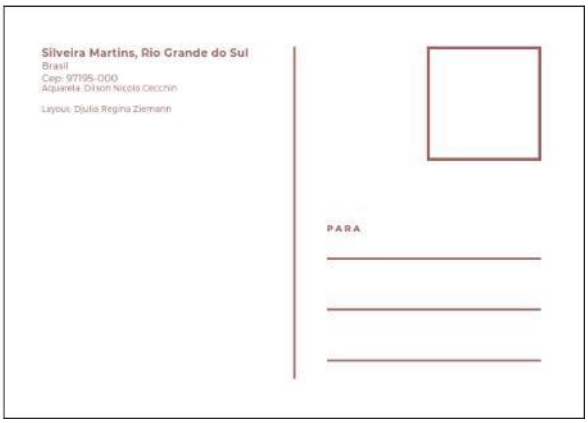
Figura 84 – Cartões postais de localidades de Ivorá, Nova Palma e Pinhal Grande (frente e verso).





Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin; layout de Djulia Regina Ziemann.

Figura 85 – Cartões postais de localidades de Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins (frente e verso).



Fonte: Dilson Nicoloso Cechin; layout de Djulia Regina Ziemann.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aquarela: Dilson Nicoloso Cecchin

"A NOSSA HISTÓRIA E A HISTÓRIA DA TERRA ESTÃO INTIMAMENTE LIGADAS.
AS SUAS ORIGENS SÃO AS NOSSAS ORIGENS.
A SUA HISTÓRIA É A NOSSA HISTÓRIA E O SEU FUTURO SERÁ O NOSSO FUTURO"

Carta de Digne

6. CONCLUSÃO

Este estudo buscou contribuir para a implantação do Geoparque Quarta Colônia identificando bens imóveis rurais como Locais de Interesse Patrimonial (LIPs) dos nove municípios que formam o território. A pesquisa proporcionou através de mapas cartográficos a integração de bens patrimoniais culturais imóveis e bens patrimoniais naturais para possibilitar a elaboração de roteiros geoturísticos. Esse conjunto de dados oportoniza a proposição de modelos de roteiros geoturísticos para os municípios, quanto para o território do Geoparque, e na elaboração de produtos e geoprodutos interpretativos.

É evidente e oportuno reconhecer a dificuldade encontrada na obtenção das informações a campo, face à dispersão dos LIPs, ora pela dificuldade de acessá-los, ora pelo abandono, ora pelo tempo limitado, o que pode ter contribuído de forma insuficiente na especialização deste tema. Entretanto, ressalva-se que pesquisas na área da Geografia geralmente resumem a aplicação em pequenas áreas ou estudos de caso, que proporcionam maior aprofundamento. Mesmo assim, transitar pelas estradas, interagir com as paisagens que conectam os municípios do GQC, possibilitou constatar a exploração e transformação das mesmas, sob forte influência de culturas étnicas europeias que caracterizam a região.

O patrimônio cultural imóvel rural da Quarta Colônia, mesmo com alguma descaracterização ou em processo de ruína, e com pouco incentivo pelos poderes públicos, ainda é um elemento identificador do território. Esse patrimônio está representado por uma arquitetura padrão, remanescente da imigração europeia, cujos valores não se restringem somente ao edifício em si, mas implica, também, para o ambiente onde está inserido, de forma contribuitiva para um belo cenário paisagístico.

Apresentar os atrativos culturais e naturais que estão neste espaço geográfico ao público visitante, na versão de roteiros geoturísticos, pode contar a história geológica, recente e passada. Neste cenário de transformações culturais, ressalta seus vínculos com a Geodiversidade e Biodiversidade local. Consolida a proposição de estabelecimento do Geoparque Quarta Colônia, auxiliando no desenvolvimento do potencial turístico, pois o acervo é portador de muitos significados, memórias e sentimentos das comunidades presentes.

O patrimônio cultural material e imaterial, móvel ou imóvel, da Quarta Colônia, representa, em parte, a memória dessa sociedade. Pode estar representado por um elemento de natureza abiótica ou biótica, por uma identidade coletiva ou por uma tradição social que propaga, de forma temporal, valores do passado no presente e para o futuro. O passado como história na memória destes povos passa a compor o conjunto de símbolos que está representado na paisagem, seja um determinado objeto, um lugar, a cultura ou a identidade.

Essa significação dos bens patrimoniais e sua relação com a paisagem ainda precisa dialogar com as populações locais e também com os turistas. Um plano de gestão e interpretação para a conservação ambiental do Geoparque Quarta Colônia pode articular e transformar estes bens em atrativos turísticos efetivos, impulsionando meios de geração de renda e por consequência o desenvolvimento local. Para isso, é fundamental a continuidade deste trabalho de reconhecimento na identificação dos bens patrimoniais, incorporando os bens imóveis urbanos e de antigas fazendas, para despertar interesse turístico às comunidades das localidades levantadas em novas propostas de roteiros geoturísticos. Outros desafios devem complementar o GQC. O espaço cedido no CAPPA, mesmo de forma provisória, para o Centro Interpretativo não é adequado. Há a necessidade de um projeto específico.

O resultado alcançado neste estudo contribuirá para a consolidação da gestão territorial e implantação do Geoparque Quarta Colônia, para o desenvolvimento sustentável da região e para o fortalecimento de união e identidade cultural e local. Para essa união, as ações consistem em intervenções humanas sobre o patrimônio ambiental (natural e cultural) do território. Significa executar uma série de atividades, de forma conjunta, para alcançar resultados atrelados à consciência ambiental, com ações mais equilibradas entre a população e o meio em que vive, conforme princípios de um geoparque. Cabe aos responsáveis essas intervenções: ao poder público, a coletividade, à sociedade civil, como também às pessoas físicas individuais, de forma recíproca.

Mesmo pouco povoada a região da QC consagra lugares específicos, ambientes culturais que parecem fazer sentido para os que ali vivem e que, de algum modo, social, participativo e recíproco, os protegem. Mas do ponto de vista da complexidade deste território, do ambiente natural, com elevada diversidade natural (bio e geodiversidade) resultado em paisagens singulares, pouco estudadas e

conservadas pelos seus valores, são estes mesmos habitantes que protegem e compreendem a necessidade de sua manutenção?

Para o êxito de um geoparque, essa é uma realidade que reforça a necessidade de se pensar em novas estratégias de conservação da paisagem e não só da parte cultural. Para que as populações sintam-se incluídas e respeitadas devem ser considerados outros valores e distintos saberes na compreensão do que vem a ser a conservação ambiental. Isto pode abrir novas possibilidades quando incluir propostas de roteiros geoturísticos.

É uma nova significação para as estradas rurais e sua aproximação com a paisagem que deve dialogar com as populações locais (e também com os viajantes). Um plano de conservação ambiental utilizando as estradas como articuladoras pode transformar esses trechos em atrativos turísticos efetivos, impulsionar a geração de renda e, consequentemente, auxiliar na construção do desenvolvimento local. Daí a importância do reconhecimento dos bens culturais e naturais, da identificação da população com cada local de interesse paisagístico levantado nesta pesquisa. Nesse sentido, a ficha de valoração cultural, elaborada e aplicada no percurso do trabalho de campo, foi efetiva para identificar, valorar e guiar a busca por informações pertinentes a cada LIP. Não há dúvidas que, para utilização da mesma, em outros trabalhos ou outras áreas de estudo, são necessárias adaptações.

Objetivando o debate sobre patrimônio cultural em roteiros geoturísticos, paisagens na ciência geográfica – identificando os melhores trechos e propondo uma interpretação ambiental – e problematizando a condição vulnerável do GQC, esta pesquisa pode servir como um instrumento de ordenamento territorial e de gestão pública. Pode nortear o planejamento de uso e ocupação, de diagnósticos ambientais, de análises de impactos, de planos de manejo, do desenvolvimento turístico, da definição de patrimônio e de políticas de conservação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios**: repensando o desenvolvimento rural. Fortaleza: MEPF/Governo do Ceará, 1998. 18p. (Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável) (abramovay@usp.br).

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Pedro Sisnando Leite et al. (orgs.). Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento /Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

ABREU, Y. V.(Org.). Desenvolvimento Endógeno. In: ABREU, Y. V.; OLIVEIRA, H. R.; LEAL, J. E. G. **Biodiesel no Brasil em Três Hiatos**: Selo Combustível Social, Empresas e Leilões, 2005 a 2012 – Málaga, Espanha: Eumed.net, Universidad de Málaga, 2010. 214 p. Disponível em: <http://www.eumed.net/libros-gratis/2012b/1224/desenvolvimento-endogeno.html>. Acesso em: 20 jun. 2019.

AGUILAR, C. G. **Alternativas e experiências de sustentabilidade no Pampa**. (Palestra) Congresso Internacional do Pampa e Seminário da Sustentabilidade da Região da Campanha, 3, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO/UFSM, Santa Maria, RS, Brasil, 2016.

ALVES, V. M. S. **DE VARINE, Hugues. As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Revista Eletrônica do Programa de Pó-graduação em Museologia e Patrimônio/PPG-PMUS. Unirio-MAST- v. 6, n. 2, p.187-192, 2013.

AMARAL, J. F.A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. In: **Planejamento e Políticas Públicas**, v.1, n.1, jun. 1989.

ARAÚJO, E. L. da S. **Geoturismo**: Conceptualização, Implementação e Exemplo de Aplicação ao Vale do Rio Douro no Sector Porto-Pinhão, 2005. 213 p. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) Universidade do Minho, Portugal, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.**NBR 14653-7**. Avaliação de bens Parte 7: bens de patrimônios históricos e artísticos, 2009. Disponível em: <https://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=38548>.Acesso em: 02abr. 2019.

_____. **NBR 14653-7:2009**: Avaliação de Bens de Patrimônios históricos e artísticos, 2009.

BACCI, D. C. Geoparque**:** estratégia de geoconservação e projetos educacionais. **Revista do Instituto de Geociências,** São Paulo, Publicação Especial, v. 5, p. 7-15, 2009.

BARQUERO, V. A. Desarrollo endógeno y globalización. **EURE**, Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile, v. 26, n. 79, p. 1-28, 2000. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/196/19607903.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2016.

_____. **Desenvolvimento Endógeno em tempos de globalização**. Trad. Ricardo Brinco. Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BECERRA, R. **Patrimonio cultural, patrimônio antropológico y museos de antropologia.** Boletín del Instituto Andaluz del Patimonio Histórico, 21, p. 42-52. Salvador: 1997.

BENTO, L. C. M. **Um novo olhar para a geodiversidade através do geoturismo**. Instituto de Geografia; Universidade Federal de Uberlândia (IG-UFU), Campus Santa Mônica, Uberlândia, 2011.

BENTO, L. C. M.; RODRIGUES, S. C. **Geoturismo no Parque Estadual do Ibitipoca/MG**: potencialidades e limitações. Boletim de Geografia, Maringá, v. 32, n. 2, 2014, p. 50-64, jan./abr., 2014.

BEVILACQUA, D. (Org.) **Quarta Colônia**: construção do planejamento municipal e regional. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

BEVILACQUA, D. et. al. (Org.) **Quarta Colônia**: atlas ambiental, mapas-base e temáticos. Santa Maria: UFSM; CONDESUS, 2013.

BIANCHI, A. C. **Avaliação de propostas públicas municipais e regionais no âmbito do planejamento integrado do turismo sustentável na Quarta Colônia, RS, Brasil**. 2007. 162 p.Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Concentração e Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, Santa Cruz, 2007.

BORBA, M. F. S. **La marginalidade como potencial para la construcción de outro "Desarollo"**:el caso de Santana da Boa Vista, Rio Grande do Sul, Brasil. 2002. 338 p. Tese (Doutorado em Sociologia, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável) Universidad de Cordoba. Córdoba, Espanha, 2002, 338 p.

BORSA, G. N. O. **Correlação cronoestratigráfica do Cinturão Triássico preservado no Gráben Arroio Moirão (RS)**. 2017, 46 p.Dissertação (Mestrado em Geociências) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências Porto Alegre, 2017, 46p.

BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, Paris, n. 31, p. 2-3, 1980.

_____. Les trois états du capital social culturel. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, Paris, n. 31, p. 3-6, 1979.

_____. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes,1998.

_____. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (ed.) **Handbook of theory and research for the sociology of education**. Nova Iorque: Greenwood Press, 1986.

Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/.../bourdieu-forms-capital.htm>. Acessado em: 08 abr. 2019.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo**: Marcos Conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006: 5.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasi**l. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Título VIII; Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto. Seção II - Da Cultura, Art. 216, p. 126. ed., atualizada: Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. ISBN: 978-85-7018-698-0.

_____. Ministério do Turismo. **Introdução à regionalização do turismo** Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Módulo 1. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007a. 69 p. il.

_____. Ministério do Turismo. **Inventário da Oferta Turística**: estratégia de gestão. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

_____. Ministério do Turismo. **Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização** – 2ª edição: Manual de Orientações Metodológicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2010a.

_____. Ministério do Turismo. **Roteirização Turística**. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007b. 51 p. il.

_____. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo e o mercado**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação – Brasília: Ministério do Turismo, 2010b. 170 p.; 24 cm.

_____. Ministério do Turismo.**Dados e Fatos**. Estatísticas e Indicadores. <https://www.dadosefatos.turismo.gov.br/ . Acesso em: 13 ago. 2018.

BRILHA, J. B. R. A Importância dos Geoparques no Ensino e Divulgação das Geociências. **Revista do Instituto de Geociências/USP**, Publ. espec. São Paulo, v. 5, p. 27-33, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/gusppe/article/download/45388/49000>. Acesso em: 07 out. 2016.

_____. A rede global de geoparques nacionais: um instrumento para promoção Internacional da Conservação. In: SCHOBBENHAUS, C. **Geoparques do Brasil**: propostas. Rio de Janeiro: CPRM, 2012. p. 29-37.

_____. **Inventory and Quantitative Assessment of Geosites and Geodiversity Sites:** a Review. Published online: 15 January 2015. The European Association for Conservation of the Geological Heritage, 2015. Geoheritage (2016) 8:119–134 DOI 10.1007/s12371-014-0139-3.

_____. **Inventory and Quantitative Assessment of Geosites and Geodiversity Sites**: a Review. Geoheritage. DOI 10.007/s 12371-114-0139-3 Received: 19 february 2014.

_____. **Patrimônio Geológico e Geoconservação**: a conservação da natureza na sua vertente geológica. Viseu: Palimage Editores, 2005.

BRUM NETO, H. **Os territórios da imigração alemã e italiana do Rio Grande do Sul**. 2012. 318 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente: [s.n.], 2012, 318 p.

BRUM NETO, H.; BEZZI, M. L. Regiões culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. **Sociedade & Natureza**, UNESP. Uberlândia, p. 135-155, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v20n2/a09v20n2.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2016.

_____. Identidade Cultural e Organização do Espaço na Microrregião Geográfica de Restinga Seca-RS.**Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 18 (34): 63-76, jun. 2006.

BUCKLEY, R.; PANNELL, J. Environmental impacts of tourism and recreation in national parks and conservation reserves. **The Journal of Tourism Studies**, v. 1, p. 24-32, 1990.

CARDOSO, T. I. S. **(Re)conhecer Castelo de Paiva**: Projeto para o Centro de Interpretação da Cultura Local de Castelo de Paiva. 2017. 133 p. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2017, 133 p.

CARTER, J. **A sense of place**– an interpretive planning handbook (editor and coauthor) 2ª ed. Published by the Tourism and Environment Initiative, Inverness, 2001. Disponível em: <http://www.greentourism.org.uk/SOFP.PDF>. Acesso em: 03 fev. 2015.

CECCHIN, J.; LIMBERGER, L. A importância de estudos de percepção ambiental como subsídios para a educação ambiental.In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DOS ESPAÇOS DE FRONTEIRAS, 1. **Anais**...UNIOESTE, Paraná, 2011.

CECHIN, D. N. **Aspectos do desenho de sobrados rurais remanescentes da 4.ª Colônia de imigração italiana no Rio Grande do Sul.** 2002. 125 p.Dissertação

(Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2002, 125 p.

CECHIN, D. N.; ZIEMAN, D. R.; FIGUEIRÓ, A. S. **O patrimônio cultural material edificado presente no território da proposta Geoparque Quarta Colônia, RS**, **Brasil**. ENANPEGE, Porto Alegre, 2017.

CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. Ed. Ática, São Paulo, 2000.

COLEMAN, J. S. “Social Capital in the Creation of Human Capital” in: LESSER, L. L. **Knowledge and Social Capital**: Foundations and Applications, Boston, Butterworth Heinemann, 1999.

_____. **Foundations of Social Theory**. Cambridge, Mass: Belknap Press of Harvard University Press, 1994, 993 p.

_____. **Social Capital in the Creation of Human Capital**. American Journal of Sociology, Vol. 94, Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure (1988), p. S95-S120 Published by: The University of Chicago Press. Disponível em: <https://faculty.washington.edu/matsueda/courses/587/readings/Coleman%201988.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2019.

COLÔMBIA. Ministério de Cultura. Dirección de Patrimonio. **Manual para Inventario**: bienes culturales muebles. Bogotá D.C.: Imprensa Nacional, 2005. ISBN 958-8250-18-8.

COLUSSO, I; RORATO, G. Experiências de planejamento para elaboração de planos diretores em municípios de pequeno porte articulados regionalmente e compatibilizados com o plano de desenvolvimento regional. In*:* BEVILACQUA et. al. **Quarta Colônia**: construção do planejamento municipal e regional. Santa Maria/RS: Ed. UFSM; Porto Alegre/RS, 2010.

CONDESUS. Consórcio de Desenvolvimento Sustentável Quarta Colônia. **Missão**. Disponível em: <http://condesusquartacolonia.com.br/quemsomos/missao/>. Acesso em: 22 ago. 2016.

_____. **Rota Paleontológica**. Disponível em: <http://www.condesusquartacolonia.com.br/projetos/rota-paleontologica-centro/54>.Acesso em: 15 jun. 2017.

CONTRERAS, W. L. D. **Análisis de las Potencialidades del Geoturismo en el Oasis de los Comondú, B.C.S.**, y Propuesta de Nuevos Productos Geoturísticos, La Paz, 2012.

CPRM. SERVIÇOS GEOLÓGICOS DO BRASIL. **Geoparques**. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Geoparques-134>. Acesso em: 26 maio 2017.

DA ROSA, Á. A. S. **Sítios fossilíferos de Santa Maria, RS, Brasil**. Ciência e Natura, UFSM, 26 (2): 75-90, Santa Maria: 2004.

DA SILVA, M. F. As alterações sócio-culturais nas famílias integrantes do projeto Caminhos de Pedra – Bento Gonçalves/RS. In: CONGRESSO INTERNACIONAL TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2, 2002, Santa Maria, **Anais**... Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2002, (não paginado).

DE GRANDI, S. M. **Capital Social e Desenvolvimento Teritorial Endógeno**: desafios e perspectivas para a criação de um Geoparque em Caçapava do Sul, RS (Brasil), 2018. 309 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Santa Maria: 2018, 309 p.

DECLARAÇÃO DE AROUCA. **Congresso Internacional de Geoturismo** – Geotourism in Action: Arouca, 2011. Disponível em: <http://www.azoresgeopark.com/media/docs/declaracao_de_arouca_geoturismo.pdf >. Acesso em: 07 abr. 2016.

DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Org.). **Percepção ambiental**: a experiência brasileira. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1999.

DELPHIM, C. F. M. Patrimônio Cultural e Geoparque. **Revista do Instituto de Geociências**, Publ. espec., São Paulo, v. 5, p. 75-83, out. 2009. Disponível on-line: <www.igc.usp.br/geologiausp>.

DOWLING, R. K. **Geotourism's Global Growth.** Geoheritage (2011) 3:1–1 Received: 11 January 2010 / Accepted: 18 October 2010 / Published online: 16 November 2010 # Springer-Verlag 2010.

DOWLING, R.K. & NEWSOME, D. eds. **Geotourism**: sustainability, impacts and management. The scope and nature of geotourism. Elsevier - Butterworth Heinemann, Oxford, UK, 2006, 289 p.

DUQUE, E. **Capital social como instrumento de desenvolvimento sustentável**. Revista de Sociologia Configurações. Disponível on-line: <https://journals.openedition.org/configuracoes/1862 Acesso em 20/09/2017>.

EDER W.; PATZAK M. **Geoparks - geological attractions**: a tool for public education, recreation and sustainable economic development. Episodes, 27 (3): 162–164, 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/279563920_Geoparks-geological_attractions_A_tool_for_public_education_recreation_and_sustainable_economic_development>.

EMBRATUR. MinTur. **Plano Aquarela 2020–Marketing Turístico Internacional do Brasil**, 2009. Disponível em:

<www.embratur.gov.br/lai_embratur_secom/export/.../Plano_Aquarela_2020.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2019.

EUROPEAN GEOPARKS NETWORK. **História.** Disponível em: <http://www.europeangeoparks.org/?page_id=637&lang=pt>. Acesso em 23 maio 2017.

_____. **What is a Geopark.** Disponível em: <http://www.europeangeoparks.org/?page_id=165>. Acesso em: 09 maio 2017.

FERREIRA, É. S.; PESSÔA, V. L. S. **Capital Social e desenvolvimento territorial**: umaabordagem teórico-conceitual. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 7, n. 14, p. 1-33, ago., 2012.

FIGUEIREDO, L. C. **Quarta Colônia de imigração italiana na região central do Rio Grande do Sul**: os sitios históricos na construção do patrimônio e da paisagem cultural. R. Ra'e Ga, Curitiba, v. 31, p. 147-183, Ago. 2014.

FIGUEIRÓ, A. S.; VIEIRA, A. A. B.; CUNHA, L. Patrimônio geomorfológico e paisagem como base para o geoturismo e o desenvolvimento local sustentável. **Climatologia e Estudos da Paisagem**, Rio Claro (SP),v. 8, n. 1, janeiro/junho/2013, p. 49-81.

FIPE- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Ministério do Turismo. **Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2010/2011.** Relatório Executivo – Principais Resultados Selecionados, São Paulo, setembro/2012. file:///D:/21.08.2017/Usuario/Downloads/Demanda_Turistica_Domestica_2012.pdf. Acesso em: 29 jan. 2018.

FROEHLICH, J. M. **Rural e Natureza**: A construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul. 2002. 220 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Rio de Janeiro, RJ. 2002. 220 p.

FROEHLICH, J. M.; DULLIUS, P. R.; VENDRUSCOLO, R. Território Quarta Colônia/RS: patrimônio cultural e gastronomia em foco. **Projeto de pesquisa Identidades e Desenvolvimento Territorial**: estudo prospectivo de potencialidades a partir da noção de Indicação Geográfica. Programa de Pós-graduação em Extensão Rural (PPGExR), UFSM – RS – Brasil, 2007.

GARCIA, A. M. Análise e discussão da tecnologia lítica no sítio arqueológico do Pororó, Pinhal Grande - RS. Tarairiú. **Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB**, v. 1, p. 54-84, 2013.

GARCIA, A. M.; MILDER, S. E. S. Sítio arqueológico do Pororó: um cerrito no centro do Rio Grande do Sul, Pinhal Grande. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE

INICIAÇÃO CIENTÍFICA E ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 15. **Anais**... São José dos Campos/SP: Universidade do Vale do Paraíba, 2011, p. 1-4.

GLOBAL GEOPARKS NETWORK. **Documentos**. Disponível em: <http://www.globalgeopark.org/>. Acesso em: 07 abr. 2019.

_____. **Guidelines and Criteria for National Geoparks seeking UNESCO's assistance to join the Global Geoparks Network** (GGN), 2017. Disponível em: <http://www.europeangeoparks.org/wpcontent/uploads/2012/03/Geoparks_Guidelines_Jan2014.pdf>. Acesso em: 15 maio 2017.

GODOY, M. M.; BINOTTO, R. B.; SILVA, R. C.; ZERFASS, H. Geoparque Quarta Colônia (RS)-proposta. In: SCHOBBENHAUS, C.; SILVA, R. C. **Geoparques do Brasil**: propostas. Rio de Janeiro: CPRM, 2012. p. 417-456.

GRAY, M. **Geodiversity**: valuing and conserving abiotic nature. Chichester: John Wiley & Sons Ltd., London, 2004, 434 p.

HANIFAN, L. J. The Rural School Community Center. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Vol. 67, New Possibilities in Education (Sep., 1916), p. 130-138.

HIDAKA, L. T. F. **Indicador de Avaliação do Estado de Conservação Sustentável de Cidades – Patrimônio Cultural da Humanidade**: teoria, metodologia e aplicação. 2011. p. 231. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Desenvolvimento Urbano, Recife, 2011. 231 p.

HIGGINS, S. S. **Os Fundamentos Teóricos do Capital Social**. Chapecó: Argos Ed. Universitária, 2005.

HOSE, T. A. **3G's for Modern Geotourism.**Geoheritage (2012) 4:7–24. DOI 10.1007/s12371-011-0052-y.

_____.**The English Origins of Geotourism** (as a Vehicle for Geoconservation) and their relevance to current studies. Acta Geographica Slovenica 51-2. Ljubljana, 2011, 343-360. DOI: 10.3986/AGS51301

HOYUELA JAIO, J. A. **Paisagem como lugar versus planejamento sustentável, patrimônio e projeto - desafios e perspectivas**. 3º Colóquio Ibero-americano. Belo Horizonte, 2014.

IBGE. **Cidades**: **Censo Demográfico, 2010.** Disponível em: <ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso: 07 jul. 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1991**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/defaulttab_munic.shtm>. Acesso em: 07 jul. 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**.Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/defaulttab_munic.shtm>. Acesso em: 07 jul. 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. In: IBGE Cidades @: **Estimativa da População 2016**. Brasília, 2013. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 04 abr. 2015.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**/**Portal. **Parques Paleontológicos Integrados da Quarta Colônia/RS.** Ed. 2008. Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/180>.Acesso em: 27 fev. 2017.

ISAIA, A. Silveira Martins. In: **Centenário da Imigração italiana**. Porto Alegre: Ed. EDEL Ltda., 1975.

ISABELLE. A. **Viagem ao Rio Grande o Sul, 1833-1834**. Trad. e notas de Dante de Laytano. 2.ed. Porto Alegre: Mrtins Livreiro, 1983.

ITAQUI, J. Quarta Colônia, Patrimônio Cultural. In: BEVILACQUA, D. et. al. **Quarta Colônia, Patrimônio Cultural/Introdução**. Porto Alegre: Ed. UFSM, 2010.

KOSLOWSKI, S. **Geodiversity**: the concept and scope of geodiversity. Przeglad Geologiczny, v. 52, p. 833-837, 2004.

LAZZAROTTO, D. **História do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

LIMA, F. F.; VARGAS, J. C. **Geoconservação, geoturismo egeoparques**. Universidade Frderal de Santa Catarina. Departamento de Engenahria Sanitária e Ambiental/Centro Tecnológico, Florianópolis: [s.n], 2014.53 p.il., grafs., mapas.

LINDENER, M. **Turismo rural e desenvolvimento local**:estudo da rota gastronômica de Santa Maria, Silveira Martins, RS: Ed. UFSM, Santa Maria: 2007.

LUSTOZA, R. E. **Patrimônio ambiental urbano**: revendo conceitos. interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente. 9º seminário docomomo brasil. Brasília, junho de 2011.

MACEDO, F. R. Arquitetura luso brasileira. In: WEIMER, G. (Org.) et. al. **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. EST, 1987.

MACIEL FILHO, C. L. **Carta Geotécnica de Santa Maria**. Santa Maria: Imprensa Universitária UFSM, 1990.

MAKHZOUMI, J.; PUNGETTI, G. **Ecological landscape design and planning**: the Mediterranean context. Taylor & Francis e-Library, 2005.

MANOSSO, F. C. **Potencialidades da paisagem na região da Serra do Cadeado - PR**: abordagem metodológica das relações entre a estrutura geoecológica, a geodiversidade e o geoturismo. 2012. 183 f. Tese (Doutorado em Geografia, Análise Regional e Ambiental) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2012.

MARCONI, M. A.; PRESOTTO, Z. M. N. **Antropologia**: uma introdução. Ed. Atlas, 7. Ed. São Paulo: 2010.

MARIN, M. Z. **Políticas de desenvolvimento rural e estratégias de reprodução na agricultura familiar da Quarta Colônia - RS**, 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano). UFSC, Florianópolis, SC, Brasil, 2010.

MARTINS, R. A.; VAZ, J. C.; CALDAS, E. L. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. **Revista Administração Pública,** v. 44, n. 3, Rio de Janeiro, May/June 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122010000300002>. Acesso em: 12 fev. 2017.

MC KEEVER P.J.; ZOUROS N.; PATZAK M. The UNESCO Global Network of National Geoparks. **The George Wright Forum - The journal of parks, protected areas, and cultural sites**, 21(1): 14-18, 2010.

MC KEEVER, P. J.; ZOUROS N. **Geoparks**: Celebrating Earth heritage, sustaining local communities. Episodes, v. 28, n. 4, p. 274-278, 2005.

MEDEIROS, C. A. F.; GOMES, C. S. C. D.; NASCIMENTO, M. A. L. Gestão em Geoparques: desafios e realidades. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 9(2), p. 342-359, maio/ago., 2015.

MEIRA, S. A.; MORAIS, J. O. **Os conceitos de Geodiversidade, Patrimônio geológico e Geoconservação**: abordagens sobre o papel da geografia no estudo da temática. Bol. geogr., v. 34, n. 3, p. 129-147, Maringá, 2016.

MENESES, U. T. B. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto, Minas Gerais, 2009, **Anais...** v. 2,ISBN: 978-85-7334-212-3.

MIRANDA, C.;TIBURCIO, B. (Org.) **Reflexões sobre políticas de desenvolvimento territorial**– Brasília: IICA, 2010.

MYANAKI,J.; LEITE, E.; DE ALCANTARA, P.; CESAR, B.; STIGLIANO, B. V. **Cultura e Turismo**. Ed. ver. e ampl., São Paulo: IPSIS,2007.

MORALES, J. **La interpretación del patrimonio natural y cultural:** todo un camino por recorrer. PH. Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Junta deAndalucía, Sevilla, 1998, Año nº 6, Número 25, págs. 150-157.

MOREIRA, J. C. **Geoturismo e interpretação ambiental**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2014, 157 p.

NASCIMENTO, M; AZEVEDO, Ú. R; MANTESSO-NETO, V. **Geodiversidade, geoconservação e geoturismo**: trinômio importante para a conservação do patrimônio geológico. Rio de Janeiro: SBGeo, 2008.

NOVAIS, A. L. M.Metodologias de valoração de danos ao patrimônio cultural utilizadas pelo ministério público. In: CONGRESSO DE ENGENHARIA DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS, 18. **Anais**... Belo Horizonte, MG: 2015, não paginado.

OLIVEIRA, H. R. e ABREU, Y. V. Referencial teórico sobre o desenvolvimento endógeno, fonte de energia e meio ambiente e do papel do Estado na definição de políticas energéticas. In: ABREU, Y. V. (Org.). **Biodísel no Brasil em três hiatos**: Selo Combustível Social, Empresas e Leilões, 2005 a 2012. Málaga, Espanha: Eumed.net, Universidad de Málaga, 2010. 214 p.: il. http://www.eumed.net/libros-gratis/2012b/1224/desenvolvimento-endogeno.html Acesso em: 20/06/2019.

OLIVEIRA, C. N.; IMBERNON, R. A. L.; GONÇALVES, P. W.; BRILHA, J. B. R.Geoparques**:** uma proposta de educação ambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 9. 10 a 14 de novembro de 2013. **Atas**... Águas de Lindóia, SP, 2013.

OLIVEIRA, L. **A percepção da qualidade ambiental**: A ação do homem e a qualidade ambiental. ARGEO e Câmara Municipal de Rio Claro: 1983, p. 1.

OLIVEIRA, L.; MACHADO, L. M. C. P. Percepção, cognição, dimensão ambiental e desenvolvimento com sustentabilidade. In: VITTE, A. C.; GUERRA, A. J. T. (Org.). **Reflexões sobre a Geografia Física no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (OMT). **Introdução ao turismo**. Tradução de Dolores Martins Rodriguez Corner. São Paulo: Roca, 2001.

_____. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

_____. **Sustainable Development of Tourism,** 2005. <http://sdt.unwto.org/es/content/definicion>. Acesso em: 28 fev. 2018.

PACHECO, J. L. **A Interpretação do património geológico: uma aplicação ao geoparque Arouca.** . 2012. 112 p. Dissertação (Mestrado em Património Geológico e Geoconservação) – Universidade do Minho, Escola de Ciências, PT, 2012, 112 p.

PAVANATTO, A. E. B. Não era dos dinossauros. **Revista Arco**, Dossiê. UFSM, 2017. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/arco/Digital/Noticia.php?Id_Noticia=439>. Acesso em: 02 maio 2017.

PEDRINI, A. de G. **O contrato social da ciência**: unindo saberes na educação ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PEDRON, F. de A. **Classificação do potencial do uso da terra no perímetro urbano de Santa Maria-RS**. 2005. 65 p. Dissertação (Mestrado Ciência do Solo) - Universidade Federal de Santa Maria, 2005, 65 p.

PESCA, A. **Estatística fundamental**. Porto Alegre: Sulina, 1976.

PINHEIRO, I. de F. S.; LIMA, V. L. A.; FREIRE, E. M. X.; MELO, A. A. A percepção ambiental de uma comunidade da caatinga sobre o turismo:visões e perspectivas para o planejamento turístico com vistas a sustentabilidade. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, ano 23, n.3, p. 467-482, set/dez. 2011.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. **O que são os modelos de desenvolvimento econômico aliados a crise ambiental?**https://www.portaleducacao.com.br/biologia/artigos/38765/o-que-sao-os-modelos-de-desenvolvimento-economico-aliados-a-crise-ambiental Acesso em 02/02/2017.

POSENATO, J. A arquitetura residencial rural norte-italiana e a da imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, L. A. et al. (Org.) **A presença italiana no Brasil**. v. 1 e 2. Porto Alegre: EST, Fondazione Giovanni Agnelli, 1987; 1990.

PREFEITURA DE SILVEIRA MARTINS. **Inventário do Patrimônio Cultural Histórico (rural) do município Silveira Martins-RS** (Ministério da Cultura-SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA 10.ª DR-1989)., 2017.

PRODESUS/CONDESUS. **Quarta Colônia. Relatório de atividades**. Programa PED-RS. Faxinal do Soturno: CONDESUS, 1998.

PROJETO DOCES MATAS. Grupo Temático de Interpretação Ambiental. **Manual de Introdução à Interpretação Ambiental**. Belo Horizonte: [s.n.], 2002.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Tradução de: Luiz Alberto Monjardim. 5ª Ed. Rio de Janeiro, FGV, 2006, 206 p.

_____. **Making democracy work**: Civic traditions in modem Italy. Princeton University Press, Princeton, New Jersey, 1993, 258 p.

RÁDIO AGUDO. Disponível em: <http://radioagudo.com.br/noticia>. Acesso em: 02 fev. 2017.

RELATÓRIO BRUNDTLAND. **Nosso Futuro Comum**/Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente. 2. Ed. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, RJ, 1991. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/5957493/relatorio-brundtland-nosso-futuro-comum-em-portugues>. Acesso em: 18 abr. 2017.

RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua origem. São Paulo: Perspectiva, 2014.

_____. Opera della natura e opera d'arte. In: SCARROCCHIA, S. (a cura di). ***Aloïs Riegl:*** teoria e prassi della conservazione dei monumenti. Antologia di scritti, discorsi, raporti - 1898-1905. Bologna: Clueb, 1995.

RISSO, L. C. Os conceitos de percepção e território como lentes para o entendimento cultural. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.8, n.2, p. 309-319, jul/dez. 2014.

ROBAINA, L. E. S.; TRENTIN, R.; NEVES, P. C. P. **Descobrindo o planeta através das paisagens gaúchas**. Departamento de Geociências, UFSM, Santa Maria, RS, 2010.

ROMERO, A. G.; JIMÉNEZ, J. M. **El paisaje en el ámbito de la geografia III.2.** Instituto de Geografia, UNAM, Ciudad Universitaria Del. Coyoacán, C. P. 04510 México, D. F.

RUSCHMANN, D. M. **O planejamento do turismo e a proteção do meio ambiente.** 1994. 268f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. O Turismo Rural e o Desenvolvimento Sustentável. In: **Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Universidade Federal de Santa Maria, 1998.

_____. **Turismo e planejamento sustentável**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1999.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821**. Trad. Leonam de Azevedo Penna. Belo Horizonte: Itatiaia; São Pulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

SANTI, J. R. **O passado no presente: vestígios pré-coloniais como suporte analítico da paisagem no Vale do Soturno, RS**. 2009. 318 p. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2009, 318 p.

SANTIN, S. Sonhos diferenciados ou defeitos: Silveira Martins, a Quarta Colônia no cenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. In: Marin, J. R. (org). **Quarta Colônia**:novos olhares. Porto Alegre: EST, 1999.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. 4. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

SARTORI, M. G. B. **O clima de Santa Maria, RS: do regional ao urbano**. 1979. 163 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979, 163 fl.

SAUER, Carl O. A Morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; HOSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 12-74.

_____. **A Morfologia da Paisagem**. 1ª ed., São Paulo: ed. Martins Fontes, 1997. 3 reimp., 2006. 227 p.

SCARROCCHIA, Sandro (a cura di). **Aloïs Riegl**: teoria e prassi della conservazione dei monumenti. Antologia di scritti, discorsi, raporti - 1898-1905. Bologna: Clueb, 1995.

SCHIRMER, G. **Zoneamento geoambiental da Quarta Colônia – Rio Grande do Sul**,2015. 253 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015, 253 p.

SCHOBBENHAUS FILHO. C. **Relatório de Viagem a Portugal**– Geoparque Arouca e Naturtejo. Ministério de Minas e Energia, Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Serviço Geológico do Brasil – CPRM, 2010. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/media/geoparque_arouca_naturtejo_portugal.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2016.

SCHOBBENHAUS, C.; SILVA, C. R. da (Orgs.). **Geoparques do Brasil**: propostas. Rio de Janeiro: CPRM, 2012. 748 p.

SCHULTZ, C.L. Os répteis fósseis da região de Santa Maria. **Ciência e Ambiente**, v. 1, n. 1, Universidade Federal de Santa Maria: Ed. UFSM, Santa Maria, jul. 1990.

SCHWERZ, J. P. **Valores e conflitos na preservação do patrimônio cultural**: o olhar técnico e o olhar público na identificação do patrimônio arquitetônico de Agudo (RS). 2009. 219 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2009, 219 p.

SCIFONI, S. **A construção do patrimônio natural**. São Paulo: FFLCH, 2008, 199p.

SCÓTOLO, D.; PANOSSO NETTO, A. **Contribuições do Turismo para o Desenvolvimento Local**. Contributions of Tourism for Local Development. CULTUR, ano 09 - nº 01 – Fev/2015. Disponível em: <www.uesc.br/revistas/culturaeturismo>. Acessado em: 19 jun. 2019.

SEBRAE – Turismo. **Hábitos e comportamento dos turistas**. <http://www.sebraemercados.com.br/aventura-e-ecoturismo-no-brasil/>. Acesso em 01 mar. 2018.

SEYFERTH, G. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1990.

SILVA, C. N. da. A percepção territorial-ambiental em zonas de pesca. **Bol. Mus. Emílio Goeldi - Ciências Humanas**, Pará, Belém, v. 2, n. 3, p. 25-32, set-dez. 2007.

SILVA, J. C. R.; ARAUJO, W. C. **Geografia turística do Nordeste**. Recife: SUDENE/DPS, 1987.

SOARES, M. B. P.As novas concepções do patrimônio histórico cultural. **Revista Territorium Terram**, v. 1, n. 1, Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), p. 04-23, Out/Mar, 2012/2013.

SOUZA, C. S. Plano Diretor da Quarta Colônia/ RS: desafios de pensar a noção de região.In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA,14, 28 de maio a 31 de julho de 2009. **Anais**... Rio de Janeiro (RJ) Grupo de Trabalho “Questão Urbana” Universidade Federal de Santa Maria.

SPONCHIADO, B. A. **Imigração e 4ª Colônia – Nova Palma e Pe. Luizinho**. Santa Maria: UFSM, 1996.

STRANZ, A. et al. **Banco de dados de sítios paleontológicos em ambientes SIG (PALEOSIG)**:estudo de caso da Região da Quarta Colônia (RS-Brasil), 2008. Disponível em: <http//coralx.ufsm.br/rgeomatica/imagens/vl32/5.pdf>. Acesso em: 21 set. 2016.

SUNYER, P. Introdução. In: CHECA-ARTUSU, M.; GARCIA, C. A.; SOTO, V. P.; SUNYER, M. P. (Coords.)**Paisaje y território**: articulaciones teóricas y empíricas. Tirant Humanidades, Universidad Autónoma Metropolitana, México D.F., 2014, 423 p.

TILDEN, F. **Interpreting Our Heritage**. The University of North Carolina Press Chapel Hill, Third Edition, 1977.

TORRES, M. A. **Bases para el uso público de sitios patrimoniales**. Estudio y desarrollo de un plan de manejo para el sitio arqueológico e histórico Los Colorados, Provincia de La Rioja. Manuscrito no publicado, 2009.

_____. **El Diseño en la comunicación del patrimonio cultural.**UP/Universidad de Palermo, Facultad de Dyseño y Comunicación, 2012.

TOURTELLOT, J. B. **The Geotourism Approach**: an overview of implications and potential effects. Le Pagine di Risposte Turismo, numero due, 2016. ISSN 2499-O795. Disponível em: <http://www.risposteturismo.it/paginedirt_archivio/>. Acesso em: 02 out. 2017.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

UNESCO (2017a). **Man and the Biosphere Programme**. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/man-and-biosphere-programme/>. Acesso em: 28 maio 2017.

_____. (2017b). **List of New Unesco Global Geoparks Endorsed by the Executive Board.**Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/earth-sciences/unesco-global-geoparks/2017-new-unesco-global-geoparks/>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Convenção relativa à proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural**. Conferência Geral da UNESCO, 16 de novembro de 1972. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2016.

_____. **Guidelines and Criteria for National Geoparks seeking UNESCO's Assistance to join the Global Geoparks Network (GGN)**. April, 2010. Disponível em: <http://www.globalgeopark.org/UploadFiles/2012_9_6/GGN2010.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2016.

_____. Guidelines and Criteria for National Geoparks seeking. UNESCOS's assistance to join the Global Geoparks Network (GGN). **Global Geoparks Network**. 2010. 12 p. Disponível em: <www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/pdf/sc_geoparcs_2010guidelines.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.

UNITED NATIONS. **International Recommendations for Tourism Statistics 2008**, Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division Studies in Methods Series M No. 83/Rev. 1, New York, 2010.

UNWTO/UNEP**. Making Tourism More Sustainable** A Guide for Policy Makers. Madrid, Spain, 2005, 222 p. Disponível em: <http://www.unep.fr/shared/publications/pdf/dtix0592xpa-tourismpolicyen.pdf>. Acesso em 12 abr. 2018.

VALDERRAMA, G. J.; GARRIDO, M.L.; TORREJÓN, A. C.; SOLBES, R. M.V. **Guía para el Uso Sostenible del Patrimonio Geológico de Andalucía,** Consejería de Medio Ambiente y Ordenación del Territorio. Junta de Andalucía,2013.

VARINE-BOHAM, H. **A experiência internacional**: notas de aula. São Paulo: FAU/USP, 1974.

VESTENA, M. H.; FIGUEIRÓ, A.S.; ZIEMANN, D.; CECHIN, D. N. **A integração do patrimônio geomorfológico com a cultura do território:** um estudo de caso no Geoparque Quarta Colônia- RS- Brasil. III Encontro Luso-brasileiro de Património Geomorfológico e Geoconservação; A geoconservação no contexto do antropoceno: desafios e oportunidades. Portugal: 2019

VEVERKA, J. A. **Way Your Scenic Byway Can't Succeed without "Real" Interpretation.** National Scenic Byways Program National Conference, August,

1999, Louisville, KY. Disponível em: <http://www.heritageintrp.com/scenic1.htm>. Acesso em: 11 fev. 2016.

VICROADS. **Cultural Heritage Interpretation Guidelines**. Revision 3, October 2013 Document ID: 1283642.

VIEIRA, E. F. **Rio Grande do Sul**: geografia da população. Porto Alegre: Ed. Sagra, 1985.

WERLANG, W**. Colônia Santo Ângelo (1857-1890)**. Santa Maria: Pallotti, 1991.

_____. **História da Colônia Santo Ângelo**. Santa Maria: Pallotti, 1995.

_____. **A Família de Johannes Heinrich Kaspar Gerdau**: um estudo sobre a Industrialização no Rio Grande do Sul, Brasil. Agudo: Editora Werlang, 2002.

WHYTE, A. V. T. **Guidelines for Field Studies in Environmental Perception.**MAB Technical Notes 5/ UNESCO, Paris, 1977. Disponível em: <www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/pdf/sc_geoparcs_2010guidelines.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.

ZANIRATO, S.H.; RIBEIRO, W. C. Patrimônio cultural:a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, Associação Nacional de História. São Paulo, v. 26, n. 51, janeiro-junho, 2006, p. 251-262. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26305112>. Acesso em: 07 fev. 2017.

ZERFASS, H. **Geologia da Folha de Agudo**, SH.22-V-C-V, escala 1:100.000. Serviço Geológico do Brasil-CPRM, CD-ROM, 2007.

ZIEMANN, D. R. **Estratégias de geoconservação para a proposta Geoparque QUARTA COLÔNIA-RS**. 2016. 241 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, 2016, 241 p.

ZIEMANN, D. R.; FIGUEIRÓ. A. S. **Geoturismo em quedas d'água**: levantamento do potencial geoturístico no município de Agudo (RS).ENANPEGE, Porto Alegre, 2017.

ZOUROS, N. The European Geoparks Network. **Geological heritage protection and local development**. Episodes, v. 27, n. 3, p. 165-171, 2004.

ZOUROS, N.; MC KEEVER, P. **EUROPEAN GEOPARKS**: Geoconservation and Sustainable local development. 2005. Disponível em: <https://www.yumpu.com/en/document/view/21493639/european-geoparks geoconservation-and-sustainable-local-/5>. Acesso em 22 maio 2017.

APÊNDICE A – ENTREVISTA AINDIVÍDUOS DE COMUNIDADES DA QUARTA COLÔNIA

Tópicos que se relacionam para Entrevista

1- **MEMÓRIA**: referência à imagem do passado, lembrança e recordação.
2- **SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO**: referência à identidade coletiva.
3- AUTORIA: mérito ao construtor.
4- **DISPONIBILIDADE DO BEM**: contribuição cultural.

Questões dirigidas a indivíduos de comunidades do território da Quarta Colônia, ao responsável (preferentemente), morador, ou vizinhosdo bem cultural observado, sobre a percepção ambiental do GQC.

Esclarecimento dos objetivos da pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa social com o objetivo de:

- conhecer e obter informações dos responsáveis (preferência a proprietários),moradores, ou vizinhos do bem cultural da Quarta Colônia;
- captar o senso de memória, autoria, pertencimento e disposição do bem,objetivando o uso em roteiros geoturísticos;
- assimilar, através de relatos orais, a percepção do ambiente construído, atividades e histórias de vida.

Espera-se que os resultados desta pesquisa, como ferramenta de planejamento possa contribuir para o futuro desenvolvimento dascomunidades.

Coleta de dados iniciais

Código do Inventário do Patrimônio Histórico Cultural material selecionado:.....
Coordenadas Geográficas:.....
Nome do respondente:.....
Sexo:M □F □
Faixa etária do respondente: 18 a 40 □ 41 a 65□ mais de 66□
Local de nascimento: Agudo□ Dona Francisca□ Fx. do Soturno□ Ivorá□ Nova Palma□ Pinhal Grande□ Restinga Seca□ São João do Polêsine□ Silveira Martins□ Outro .....
Considera-se: Agudense □ Francisquense □ Faxinalense □ Ivorense □ Nova-Palmense □ Pinhal-Grandense□ Restinguense□ Polesinense□ Silveirense□ Outro.....
Quantos moram no local?.....
Denominação do bem cultural: .....
Endereço do bem cultural: .....
Distância à sede:..... Da Vila:.....Da estrada principal:.....

1– Há quanto tempo (anos) reside/trabalha no local?
1 a 20 □ 21 a 40 □ 41 a 65 □ 66 a 80 □ mais de 80 □
2– Qual a idade do bem (imóvel)?

15 a 40 □ 41 a 65□ 66 a 85□ 86 a 105 □ mais de 105 □

3– O bem imóvel sempre pertenceu à família?

Sim □ Não □Se não, a quem pertenceu antes?.....

4 – O(a) senhor(a) gosta de morar aqui?

Sim □ Não □Por quê? .....

5– Pretende, ou deseja, que seus familiares continuem a morar neste lugar, propriedade?

Sim □ Não □ Por quê? .....

6– Autoria:por considerar que o bem se enquadra num recorte temporal, passado, em que pouco ou quase nada havia de profissionais da academia naqueles idos,ou seja, está representado à história da comunidade como um elemento identificador da sua cultura, de uma etnia, evidências de uma produção em função de uma época associada a um período, estilo ou tendência,a importância de valor do bem está para o esforço de quem o construiu. A responsabilidade deve ser documentada ou, excepcionalmente atribuída por quem a edificou, família ou construtor. Quem construiu?

- □ Pai do proprietário
- □ Avô do proprietário
- □ Bisavô do proprietário
- □ Trisavô do proprietário
- □ Proprietário anterior. Quem?.....

7–Houve modificação no original? Em que década aproximada?

- □ Frente Década: .....
- □ Fundos Década: .....
- □ Lateral esquerda Década: .....
- □ Lateral direita Década: .....
- □ Parte superior Década: .....

8– Como o(a) senhor(a) considera o estado de conservação de seu imóvel?

1 ruínas□ 2 precário□3 regular□ 4 bem conservado□5 muito bem conservado□

9– O valor de Memória enquanto Significação cultural.

Numa escala de 1 a 5, com relação ao que o bem proporciona ao senhor(a), apreço referente à imagem do passado, lembrança, recordação incorporada ao presentecomo parte essencial da sua cultura, como parte de sua identificação cultural;quanto o proprietário (família) ou vizinho considera de valor de memória?

1□ 2□ 3□ 4□ 5□

10–No sentido de pertencimento a esta região, com relação ao que o bem proporciona ao sujeito, comovalor simbólico, umavez que representa referências a uma identidade coletivasobre um conjunto de bensculturais,para a comunidade e ao território sociocultural da região, como símbolo, como importância que os outros dão a sua propriedade,numa escala de 1 a 5, o bem desperta curiosidades? Alguém já paroupara pedir informações e fotografar?

1□ 2□ 3□ 4□ 5□

11– Você é a favor do Turismo?

Sim □ Não □ Por quê?.....

12– Você considera que o Turismo pode gerar desenvolvimento?

Sim □ Não □ Por quê?.....

13 – O que consideras de atrativo natural em sua propriedade para visitar?

Rio□ Montanha□ Gruta□ Mata□ Campo□ Animais□ Outros□.....

14 –Disponibilidade:considerando o bem imóvel, como um expoente recurso de valor patrimonial cultural, como proprietário(a) (ou na falta deste, a opinião de vizinhos), numa escala de 1 a 5, considera importante preservar comopatrimônio e que venha a ser integrado em programas de turismo e geoturismo?

1□ 2□ 3□ 4□ 5□ Não responderam□

15 – Estarias disposto a oferecer serviços adicionais na visitação turística (café, almoço, ou alojamento)?

Sim □ Não □Por quê?.....

16– O(a) senhor(a) teria alguma restrição ou exigências?

Não □ Sim □Quais?.....Não responderam□

17– Relacionado à paisagem, que nota daria para o bem cultural inserido nesta?

Feia 1□ 2□ 3□ 4□ 5□ LindaSem resposta□

18– Em relação aos elementos da natureza qual o elemento que você considera que valoriza a paisagem?

Rio□ Montanha□ Gruta□ Mata□ Campo□ Animais□ Outros□.....

19– Em sua propriedade é produzido algum tipo de artesanato?

Não □ Sim □ Tipo.....
È comercializado?Não □ Sim □ Onde?.....
Com quem aprendeu? .....

20– Alguém da sua família participa de alguma associação ou grupo de artesãos?

Não □ Sim □ Qual?.....

21 – Conhece algum elemento (fenômeno) geográfico da QC que considera importante para o Turismo?

Não□ Sim□ Qual?.....

22–A natureza ajuda ou atrapalha o desenvolvimento da QC?

Não ajuda □Sim, ajuda □

23– Em relação ao meio ambiente (natureza) que atitudes ou benefícios são praticados na sua propriedade em relação à sustentabilidade?

Lixo		Fossa séptica		Água		Sem resposta
Recolhido	Queimado/ enterr.	Sim	Não	Fonte; poço; arteziano	Corsan	

24– Como você imagina de que como será o futuro desta paisagem?
Destruída 1□ 2□ 3□ 4□ 5□ ConservadaNão responderam□

25– Costuma passear pela QC?
Não□Sim□ Onde?..... Não responderam□

26 –Na condição de estar integrado o município na QC, traz vantagens para o desenvolvimento?
Não 1□ 2□ 3□ 4□ 5□ Muita Sabem pouco ou nada□

27– Que tipo de melhoria você considera necessário para sua comunidade.
Estrada □ Ônibus□ Telefonia □ Saúde □ Àgua□ Nada □ S/resposta□

28–A atuação do CONDESUS promove o desenvolvimento do seu município?
Não 1□ 2□ 3□ 4□ 5□ Muita Sabem pouco ou nada □

29– Você participou de algum projeto, programa da EMATER? Qual?
Não□ Sim □ Qual?.....

30 – Você já ouviu falar do Geoparque Quarta Colônia?
Sim □ Não □

Encerramento da entrevista: agradecimento ao entrevistado valorizando a sua participação como contribuição para o aprendizado do pesquisador e importância para este trabalho.

Muito obrigado.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: INTEGRAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL AO CULTURAL COMO RECURSO GEOTURÍSTICO NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DO GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA, RS, BRASIL

Pesquisador responsável: Dilson Nicoloso Cechin
Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria/Departamento de Geociências
Telefone para contato: (55) 999778341

Prezado(a) Senhor(a)

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte ao responsável pelo estudo qualquer dúvida que você tenha. Após ser esclarecido(a), no caso de aceite de fazer parte do estudo assine ao final deste documento que está em duas vias.

A presente pesquisa, intitulada “INTEGRAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL AO NATURAL COMO RECURSO GEOTURÍSTICO NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DO GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA, RS, BRASIL”, visa identificar, selecionar e avaliar o Patrimônio Cultural ImóvelRural mais expressivo do território Quarta Colônia com o propósito de integrar roteiros com o Patrimônio Natural, como complemento na implantação do Geoparque Quarta Colônia.

Para tanto, com o objetivo de obter informações sobre sua percepção em relação ao ambiente construído, ao patrimônio natural e cultural e em relação ao desenvolvimento econômico da Quarta Colônia, contamos com sua colaboração através desta entrevista. Se você concordar em participar do estudo seu nome e identidade serão mantidos em sigilo.

Ciente, conforme o que fora exposto anteriormente, eu,_____ _____ estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

_____
Assinatura do Participante da Pesquisa

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa para a participação neste estudo.

_____
Pesquisador responsável

Quarta Colônia, de de 201.

APÊNDICE C – RELAÇÃO DE BENS INVENTARIADOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL IMÓVEL (RURAL) DO MUNICÍPIO AGUDO/RS.

(continua)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município AGUDO			
Código: AGU 001 **Capela** **Indisponível** **Linha Nova Boêmia** S 29 48 841 W 53 28 824 	**Código: AGU 002** **Casa** **Danilo Kobs** **Picada do Rio/ L. Boemia** S 29.56528º W 53.28019º 	**Código: AGU 003 (conj.)** **Cancha de Bolão (1940)** **Armindo Luis Ehrhardt** **Picada do Rio/ L. Boemia** S 29 56.363 W 53 27.683 	**Código: AGU 004 (conj.)** **Salão de Festas (1901)** **Armindo Luis. Ehrhardt** **Linha Boêmia** S 29 56.363 W 53 27.683
Código: AGU 005 (conj.) **Casa (1900)** **Armindo Luis Erhardt** **Picada do Rio/ L. Boemia** S 29.56363º W 53.27683º 	**Código: AGU 006** **Casa (1926)** **Hélio Nelson Raddatz** **Linha Teutônia** S 29.61334º W 53.20606º 	**Código: AGU 007** **Casa (1965)** **Nelda Fürsternau** **Linha Teutônia** S 29.61421º W 53.20676º 	**Código: AGU 008 (conj.)** **Casa (1948)** **Reinaldo Fisher** **Linha Teutônia** S 29.61485º W 53.20762º
Código: AGU 009 (conj.) **Galpão (1934)** **Reinaldo Fischer** **Linha Teutônia** S 29.61462º W 53.20783º 	**Código: AGU 010 (conj.)** **Galpão (1912)** **Valdino Kräuse** **Linha Teutônia** S 29.62052º W 53.212140º 	**Código: AGU 011(conj.)** **Salão/bolão (1930)** **Valdino Kräuse** **Linha Teutônia** S 29.62041º W 53.21209º 	**Código: AGU 012 (conj.)** **Casa** **Valdino Kräuse** **Linha Teutônia** S 29.62067º W 53.21220º
Código: AGU 013 **Casa abandonada** **Indisponível** **Linha Teutônia** S 29.63997º W 53.23212º	**Código: AGU 014** **Casa (1924)** **Líria Ulman Radatz** **Linha Teutônia** S 29.65873º W 53.23292º	**Código: AGU 015** **Casa** **Indisponível** **Linha Teutônia** S 29.63903 W 53.23112º	**Código: AGU 016** **Casa Flia. Hensteche (100+)** **Verner Kilian** **Linha Nova Boêmia** S 29.63651 W 053.22969

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município AGUDO

Código: AGU 017
Casa (1952)
Arnaldo Ivo Roos
Linha Teutônia
S 29.6301º
W 53.22866º

Código: AGU 018
Bodega/Casa (1928)
Werner Becker
Linha Teutônia
S 29.63486
W 53.22485

Código: AGU 019
Casa
Valdir Richard
Linha Teutônia
S 29.63496°
W 53.22494°

Código: AGU 020
Casa
Valdir Richard
Linha Teutônia
S 29.63485º
W 53.22514°

Código: AGU 021
Casa (1900)
Helvino Rilisner
Linha Coqueiros?Teotonia?
S 29.62487º
W 53.22004º

Código: AGU 022 (1900)
Salão baile/Depósito
Sildo Heidelman
Linha Nova Boêmia
S 29.48310º
W 53.26211º

Código: AGU 023
Casa
Elio Neunfildt
Linha Nova Boêmia
S 29.48573º
W 53.28392º

Código: AGU 024 (conj.)
Casa Grellmann/Cemitério
Gerd Santos Cavalheiro
Linha Nova Boêmia
S 29.48743º
W 53.28472º

Código: AGU 025 (conj.) (1890)
Casa Grellmann/Cemitério
Gerd Santos Cavalheiro
Linha Nova Boêmia
S 29.48743º
W 53.28472º

Código: AGU 026 (conj.)
Seminário Fcano. (1928)
Inst.Cult.S. Fco.de Assis
Canto Católico
S 29.65376º
W 53.2245º

Código: AGU 027(conj.)

Casa (1910)
Edi Frida Mundt
Canto Católico
S 29.65206°
W 53.22597°

Código: AGU 028 (conj.)

Casa (1910)
Ermino Krabner
Canto Católico
S 29.65168°
W 53.22589°

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município AGUDO

Código: AGU 029 (conj.)
Casa (1910)

Nilton Klein
Canto Católico
S 29.65194°
W 53.22614°

Código: AGU 030 (conj.)
Casa/antigo Hospital (1895)
Amauri Unfer
Linha Canto Católico
S 29.65257°
W 53.22617°

Código: AGU 031 (conj.)
Casa (origem Sicredi,100+)

Lindolfo Schüller
Linha Canto Católico
S 29.65269°
W 53.22639°

Código: AGU 032 (conj.)
Casa (1936)

Família Dickow
Rincão do Mosquito
22 J 282410,086
6710563,099

Código: AGU O33 (Conj.)
Salão de Baile (1910)
Arthur Dickow
Rincão do Mosquito
22 J 282596,239
6710433,381

Código: AGU O34(Conj.)
Cemitério
Prehn Dickow
Rincão do Mosquito
22 J 282614,991
6710587,154

Código: AGU O35(1919)
Casa/Salão de Baile
Celby Ivo Dickow
Cerro Chato
22 J 282569,453
6710904,431

Código: AGU O36
Pórtico de acesso
Municipalidade
Cerro Chato
22 J 282118,269
6710783,04

Código: AGU O37
Comerci (1943)
Milton D. Temp
Cerro Chato
22 J 282410,086
6710563,099

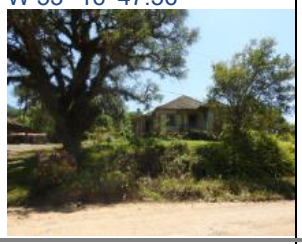
Código: AGU O38
Casa (1919)
Laurivo Bendlin
Esquina Goltz
22 J 282313,471
6715682,582

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município AGUDO

Código: AGU O39
Casa amarela (dir)
Indisponível
Linha Picada do Rio
22 J 285411
UTM 6718900

Código: AGU O40
Casa verde (esq)
Indisponível
Linha Picada do Rio
S 29º 38' 02.74"
W 53º 16' 47.56"



Código: AGU O41
Casa Rosa (esq)
Indisponível
Linha Picada do Rio
S 29.62385
W 53.28687

Código: AGU O42
Cemitério
Indisponível
Linha Picada do Rio
22 J 0275676
UTM 67 29175

Código: AGU O43
Casa azul com cipreste
Indisponível
Linha Picada do Rio
S 29.54689
W 53.31519

Código: AGU O44
Casa branca
Indisponível
Linha Picada do Rio
22 J 0278572
UTM 6720709

Código: AGU O45 (conj)
Casa/galpão (1898)
Flori Fenner
Linha Picada do Rio
S 29.61277
W 53.28096

Código: AGU O46
Casa e Comércio
Ilga Guse
Linha Picada do Rio
S 29.60770
W 53.27848

Código: AGU O47
Casa
Clésio Dirceu Friedrich
Linha Picada do Rio
S 29.60723
W 53.27831

Código: AGU O48
Cemitério
Municipalidade
Linha Picada do Rio
22 J 0279209
UTM 6723148

Código: AGU O49(100+)
Casa/armazém-tropeiros
Dorildo Tiemme
Linha Picada do Rio
S 29.59869
W 53.28272

Código: AGU O50
Casa
Balduino Arnildo Buske
Linha Picada do Rio
S 29.59855
W 53.26291

Código: AGU 051 (100+)
Casa
Indisponível
Linha Picada do Rio
22 J 0278559
UTM 6723769

Código: AGU O52 (100+)
Casa geminada (dir)
Indisponível
Linha Picada do Rio
22 J 0278154
UTM 6725104

Código: AGU 053 (100+)
Cemitério
Indisponível
Picada do Rio
S 29º 34' 15"
W 53º 17' 02"

Código: AGU O54
Igreja Evangélica
Com. Evangélica
Linha Picada do Rio
S 29 56 935
W 53 29 029

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município AGUDO

Código: AGU O55
Casa verde claro
Indisponível
Linha Picada do Rio
S 29º 34' 03"
W 53º 17' 02"

Código: AGU 056 (conj.)
Comércio
Indisponível
Linha Picada do Rio
S 29º 34' 01,77"
W 53º 17' 02,18"

Código: AGU 057 (conj)
Casa Comercial Müller
Rudolf Bender
Linha Picada do Rio
S 29 56685º
W 53 28385º

Código: AGU O58
Casa Verde
Indisponível
Linha Picada do Rio (fim)
22 J 0278648
UTM 6727185

Código: AGU O59
Casa dupla
Indisponível
Linha Nova Boemia
S 29º 33' 44.59"
W 53º 17' 19.71"

Código: AGU O60 (100+)
Casa Karl Radatz
Lai Müller
Linha Nova Boemia
S 29.55890º
W 53.29372º

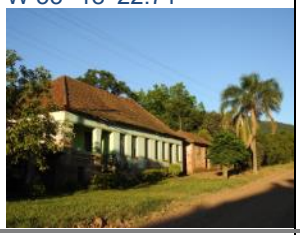
Código: AGU O6 (100+)
Casa Ilson Paulus
Ilson Paulus
Linha Nova Boemia
S 2955713
W 5329499

Código: AGU 062
Casa verde
Indisponível
Linha Nova Boemia
S 29º 33' 10.18"
W 53º 17' 49.92"

Código: AGU O63
Cemitério Cerro da Igreja
Indisponível
Linha Nova Boemia
22 J 0277102
UTM 67 28806

Código: AGU O64
Casa
Indisponível
Linha Nova Boemia
22 J 027 7102
UTM 67 28 806

Código: AGU 065
Comércio
Linha Nova Boemia
indisponível
S 29º 32' 56.51"
W 53º 18' 22.71"



Código: AGU O66
Casa em L
Indisponível
Linha Nova Boemia
S 29º 32' 55.27"
W 53º 18' 44.88"

Código: AGU O67
Casa Verde (4 águas)
Indisponível
Linha Nova Boemia
22J 0276796
UTM6731230

Código: AGU O68
Casa
Indisponível
Linha Nova Boemia
S 29º 31' 28.69"
W 53º 18' 09.10"

Código: AGU O69
Casa
Indisponível
Linha Nova Boemia
S 29.52142
W 53.30508

Código: AGU O70
Casa
Roberto Danilo Paul
Linha Nova Boemia
S 29.51892
W 53.30551

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município AGUDO

Código: AGU O71
Casa - Salão
Ildemar Wappler
Linha Nova Boêmia
22 J 02277705
UTM 6734685

Código: AGU 072
Casa verde e oficina (vila)
Indisponível
Linha Nova Boêmia
S 29º 29’ 26.22”
W 53º 17’ 19.86”

Código: AGU O73
Hotel (sede PEQC)
Pq. Estad. QuartaColônia
Linha Nova Boemia
22 J 0277784
UTM 6739958

Código: AGU O74
Escritório UHE (casa)
Indisponível
Linha Nova Boemia
22 J 0277782
UTM 7639952

Código: AGU O75
Barragem UHDF
Indisponível
Linha Nova Boemia
S 29º 27' 02"
W 53º 17' 08"

Código: AGU O76
Casa
Indisponível
Linha Boemia
S
W

Código: AGU O77
Casa
Indisponível
Linha Boemia
S 29º 33’ 12”
W 53º 15’ 08”

Código: AGU O78
Casa de tijolo aparente
Indisponível
Linha Boemia
S 29º 33’ 11”
W 53º 15’ 02”

Código: AGU O79
Casa
Indisponível
Linha Boemia
S
W

Código: AGU O80
Cemitério
Indisponível
Linha Boemia
S 29º 33’ 00.93”
W 53º 13’ 42.28”

Código: AGU O81
Igreja Luterana
Indisponível
Linha Boemia
S 29º 33’ 00.93”
W 53º 13’ 42.28”

Código: AGU O82
Casa branca
Indisponível
Linha São Paulo (início)
S 29º 33’ 01.23”
W 53º 13’ 26.99”

Código: AGU O83
Casa enxaimel
Indisponível
Linha dos Pomeranos?
S 29.604132
W 53.174781

Código: AGU O84
Casa (cascata Radatz)
Valdino A. Vitalis
Linha Nova
S 29.587197
W 53.178296

Código: AGU 085
Cemitério Vila Nova
Indisponível
Linha Nova
S 29.609102
W 53.174773

Código: AGU 086
Igreja IECLB Vila Nova
Indisponível
Linha Nova
S 29.612918
W 53.166164

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município AGUDO

Código: AGU O87
Casa em tapera
Indisponível
Linha Nova
S 29º 36' 39"
W 53º 10' 20"

Código: AGU O88
Comércio
Indisponível
Linha
S 29.588025
W 53.151253

Código: AGU O89
Salão baile/Comércio
Indisponível
Linha dos Pomeranos
S 29.579442
53.128771

Código: AGU O90
Casarão
Nelson Beskow
Linha dos Pomeranos
S 29.555450
W 53.131638

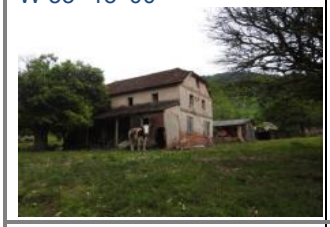
Código: AGU 091
Centro Comunitário IECBL
Indisponível
Linha dos Pomeranos
S 29.558426
W 53.121182

Código AGU 092
Bar do Nilo
Indisponível
Linha dos Pomeranos
S 29º 33' 29"
W 53º 06' 15"

Código: AGU 093
Igreja Católica e Cemitério
Mitra Diocesana Sta. Maria
Linha dos Pomeranos
S 29.558188
W 53104039

Código: AGU O94
Casa
Hélio Teobaldo Hegler
Linha Teotônia Norte
S 29º 33' 19"
W 53º 13' 13"

Código: AGU O95(conj.)
Casa com tacaniça
Indisponível
Linha Teotônia Norte
S 29º 33' 26"
W 53º 13' 00"



Código: AGU O96 (conj.)
Casa em L
Indisponível
Linha Teotônia Norte
22 J 0284697
UTM 6728783

Código: AGU O97
Casa rosa
Indisponível
Linha Teotônia Norte (fim)
S 29º 33' 06"
W 53º 13' 20"

Código: AGU O98
Salão /Comércio Müller
Mário e Alci Müller
Linha Boemia
S 29.51745
W 53.18455

Código: AGU 099
Salão Grellmann
Família Grellmann
Linha Novo São Paulo
S 29º 29' 10"
W 53º 10' 15"

Código: AGU 100
Marco Mon. pto. mais alto
Municipalidade
Linha Novo São Paulo
S 29º 33' 02"
W 53°07'08"

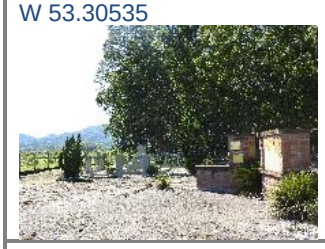
Código: AGU 101
Cemitério histórico
Indisponível
Linha Teotonia Sul?
S
W

Código: AGU 102
Casa
Indisponível
Cerro Chato
22 J 0280445
UTM 6712481

(conclusão)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município AGUDO

Código: AGU 103
Monto. Imigrante Alemão
Municipalidade
Linha Cerro Chato
S 29.51897
W 53.30535

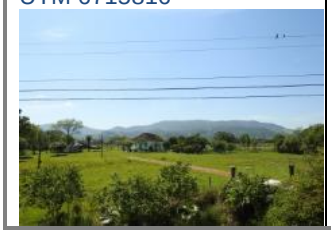


Código: AGU 104
Casa em ruína
Indisponível
RS 348-Rincão Despraiado
S 29.66745
W 53.24818

Código: AGU 105
Armazém (RS-348, dir)
Indisponível
Rincão Despraiado
S 29.66745
W 53.24818

Código: AGU 106
Casa
Indisponível
RS-348 - Rincão Despraiado
22 J 0282283
UTM 6715732

Código: AGU 107
Casa branca
Indisponível
RS-348 - Rincão Despraiado
22 J 0282335
UTM 6715816



Código: AGU 108
Casa com galpões
Indisponível
Linha Teutônia Sul?
22 J 028 5411
UTM 67 18 900

Código: AGU 109
Casa
Indisponível
Linha Teutônia Sul?
22 J 028 4524
UTM 67 17 662

Código: AGU 110
Casa Edwino Pape
Armindo Steuernagel
Linha das Pedras
S
W

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin

APÊNDICE D –BENS INVENTARIADOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL IMÓVEL (RURAL) DO MUNICÍPIO DONA FRANCISCA/RS.

(continua)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município DONA FRANCISCA			
Código: DON 001 (conj) **Casa (1913)** **Helio Henning** **Linha Ávila, S/N** S 29°30,459'ou22 J 0276055 W 53°18,395'UTM 6732340 	**Código: DON 002** **Casa** **Indisponível** **Linha Ávila, S/N** S W 	**Código: DON 003 (conj.)** **Cancha de Bolão Picada dolngo Bartz** **Linha Ávila, S/N** S 29°32,378' W 53°18,835' 	**Código: DON 004 (conj.)** **Casa** **Ingo Bartz** **Linha Ávila, S/N** S 29°32,378' W 53°18,835'
Código: DON 005 (conj.) **Galpão/Venda (comércio)** **Ingo Bartz** **Linha Ávila, S/N** S 29°32,378' W 53°18,835' 	**Código: DON 006 (conj.)** **Casa** **Olivo Hinerasky** **Linha Ávila, S/N** S 29°32,026' W 53°19,466' 	**Código: DON 007 (conj.)** **Cemitério** **Olivo Hinerasky** **Linha Ávila, S/N** S 29°32,012' W 53°19,470' 	**Código: DON 008** **Casa** **Ditmar Sthall** **Linha Ávila, S/N?** S 29°31.758' W 53°19.105'
Código: DON 009 **Armazém de fumo** **Indisponível** **Linha Ávila, S/N** S 29°31,772' W 53°18,732' 	**Código: DON 010(1935)** **Casa** **Eno Ari Prochnow** **Linha Ávila e Trombudo?** S 29°31,984' W 53°19,613' 	**Código: DON 011** **Casa** **Alcido Shütz** **Linha Ávila, S/N?** S 29°32,167' W 53°19,592' 	**Código: DON 012 (1900)** **Casa/comércio** **Indisponível** **Linha Ávila, S/N** S 29°32,167' W 53°19,592'
Código: DON 013 **Casa** **Indisponível** **Avenida Linha Grande, 1205** S 29°37.098' W 53° 20.694'	**Código: DON 014** **Casa** **Laci Valdino Baldisser** **Aven. Linha Grande, S/N** S 29°37.083 W 53°20.660	**Código: DON 015** **Casa** **Mathilde Maria Bortolazzi** **Aven. Linha Grande, S/N** S 29°35,846' W 53°19,292'	**Código: DON 016 (1945)** **Casa (galpão)** **Geroni Cassol** **Aven. Linha Grande, S/N** S 29°35,804'ou 22J0237494 W 53°19,241'UTM6709371

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município DONA FRANCISCA

Código: DON 017 (1949)
Casa
Leomar Mattjie
Avenida Linha Grande, S/N
S 29°35,875'
W 53°19,344'

Código: DON 018
Capitel Monumento da Fé
Mitra Diocesana Sta. Maria
Aven. Linha Grande, S/N
S 29°35.901'ou 22J0237494
W 53°19.383UTM6709371

Código: DON 019 (1900)
Casa
Onira Serafim
Aven. Linha Grande, S/N
S 29°36,059'
W 53°19,459'

Código: DON 020
Casa
Família Lobler
Linha Ávila, S/N
S 29°31,554'
W 53°20,245'

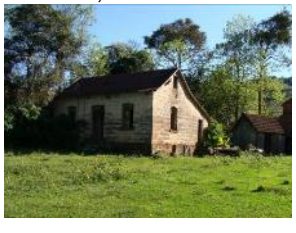
Código: DON 021
Casa (ampliação.1960)
Famíia Cassol
Avenida Linha Grande, S/N
S 29°37,115'
W 53°20,511'

Código: DON 022 (conj)
Cemitério
Família Henning
Linha Ávila
S 29°30,481'
W 53°18,322'

Código: DON 023
Casa
Sigmar Klein
Linha Ávila e Formoso,S/N
S 29°30,590'
W 53°18,418'

Código: DON 024 (1950)
Casa
Edite Bortolas
Linha Ávila, S/N
S 29°31,070'
W 53°18,813'

Código: DON 025 (1900)
Casa/sobrado
Lincoldo Henning
Linha Ávila, S/N
S 29°29,892' ou 22J0277007
W 53°18,033'UTM 6734616



Código: DON 026
Casa
Fabio Furtado Cabreira
Linha Ávila
22 J 0275870
UTM 6731934

Código: DON 027
Igreja São Valentin
Sanga Funda, S/N
Mitra Dioc. de Santa Maria
S 29°30,192'
W 53°19,649'

Código: DON 028 (conj.)
Casa (1965)
Lea Fogliarini Cassol
Aven. Linha Grande, 948
S 29°61,955'
W 53°20.801'

(continuação)

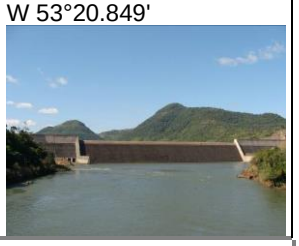
Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município DONA FRANCISCA

Código: DON 029 (conj.)
Casa (1880)
Lea Fogliarini Cassol
Avenida Linha Grande, 948
S 29°37.160
W 53°20.849'

Código: DON 030
Casa com alpendre
Indisponível
Avenida L. Grande, 35
S 29° 37.150
W 53° 20.769'

Código: DON 031
Casa
João Pedro Bortolin
Avenida Linha Grande, s/n
S 29° 37.178
W 053.34677

Código: DON 032
Usina Hidroelétrica Dona Francisca
Linha Ávila, S/N S 29°37.160
W 53°20.849'



Código: DON O33 (105+)
Capitel
Mitra Dioc. Santa Maria
Avenida Linha Grande, S/N
S 29º 36'12.88"?
W 53º 20'12.88"

Código: DON O34
Casa
Indisponível
Aven. Linha Grande, S/N
S 29º 36'17.16"?
W 53º19'44.48"

Código: DON O35
Casa
Indisponível
Aven. Linha Grande, S/N
S 29º 36'13.79"?
W 53º19'41.56"

Código: DON O36
Casa
Indisponível
Aven. Linha Grande, S/N
22 J 0237494
UTM 6709371

Código: DON O37
Casa
Indisponível
Cerro dos Dambró?
22 J 0237494
UTM 6709371

Código:DON O38(1895?)
Casa
Reny Galle
Formoso
22 J 0272363
UTM 6728166

Código: DON O39
Casa
Gildo Antonio Ziani
Formoso
29°34'05,33"S
53°21'58,18"O

Código: DON O40
Casa
Elgert L. Jaluwitzki
Formoso
29°34'05,33"S
53°21'58,18"O

Código: DON O41
Igreja Luterana de Formoso
Comunidade de Formoso
Formoso
22 J 0237494
UTM 6709371

Código: DON O42 (1974)
Mon. Imigração Alemã
Comunidade de Formoso
Formoso
22 J 0237494
UTM 6709371

Código: DON O43 (105+)
Cemitério
Comunidade de Formoso
Formoso
22 J 0237494
UTM 6709371

Código: DON O44
Casa
Indisponível
Formoso
22 J 0272279
UTM 6727726

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município DONA FRANCISCA

Código: DON O45 (105+)
Casa c/sótão
Derli Maria Pfaf
Formoso
S 2963482 ou 22 J 0272281
W 5322487 UTM 6727885

Código: DON O46
Casa c/sótão
Leonardo Alves daCruz(fal)
Formoso
22 J 0272279
UTM 6727725

Código: DON O47 (105+)
Casa c/sótão
Moisés Augusto Giordani
Formoso
S 29 63482ou 22J0272279
W 53 22487UTM 6727725

Código: DON O48
Casa c/sótão
Nelson Calegari
Formoso?
S 2950563ou 22J0276727
W 5330328UTM6733775

Código: DON 049
Galpão/armazém
Indisponível
Formoso
22 J 0272363
UTM 6728166

Código: DON O50
Igreja
Mitra Dios. de Santa Maria
Trombudo?
S 29º31'32,02"
W 53º21'01.13"

Código: DON O51
Casa
Indisponível
Trombudo
S 29º31'32.01"
W 53º21'02.66"

Código: DON O52
Casa c/sótão
Indisponível
Trombudo
S 29º31'30.19"
W 53º20'37.82"

Código: DON O53
Casa
Indisponível
Trombudo
S 29º31'26.15"
W 53º20'08.42"

Código: DON O54
Casa
Marili Brondani Bertolin
Linha do Soturno
S 29º37'26,9"
W 53º22'42,6"

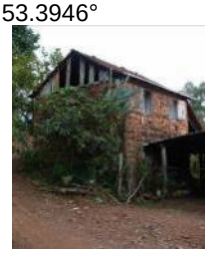
Código: DON O55
Casa
Indisponível
Linha do Soturno
S 29º35'46,9"
W 53º24'46,3"

Código: DON O56
Casa/sobrado
Ronaldo Mazzonetto Arlet
L. Trombudo/Nova Palma
22 J 0270125
UTM 6733218

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin

APÊNDICE E – BENS INVENTARIADOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL IMÓVEL (RURAL) DO MUNICÍPIO FAXINAL DO SOTURNO/RS.

(continua)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município FAXINAL DO SOTURNO			
Código: FAX 001 Capitel Mitra Diocesana de Sta.Maria Saída para Novo Treviso, S/N S 29º31'30,21" W 53º24'20.00" 	**Código: FAX 002 (1900)** Casa/sobrado Milvo Vendrúsculo Linha São Caetano S 29.511470 ou 29º30'41" W 53.408463 ou 53º24'30" 	**Código: FAX 003 (100+)** Casa Ivo Cassol Linha Novo Treviso, S/N S 29.532° W 53.3946° 	**Código: FAX 004** Chiqueiro Edi Zago Saída p/ Nova Palma, S/N S 29.5751° W 53.4533°
Código: FAX 005 Casa/sobrado Indisponível Linha Formosa, S/N S 29.5522° W 53.3828° 	**Código: FAX 006** Casa Augustinho Soldera Linha Formosa, S/N S 29.5649° W 53.4004° 	**Código: FAX 007** Casa Família Zamberlan Val Veronês, S/N S 29.5982° W 53.5317° 	**Código: FAX 008** Casa/sobrado Gema Maria C. Sonsini Val Veronês, S/N S 29.6023° W 53.5273°
Código: FAX 009 (Conj.) Casa/sobrado Vitalino Marchesan Linha Guarda Mor, S/N S 29.5756° W 53.534° 	**Código: FAX 010** (Conj.) Casa/sobrado Roque Marchesan Linha Guarda Mor, S/N S 29.5757° W 53.5343° 	**Código: FAX 011** Casa/sobrado Amália Maria dos Santos Val Veronês, S/N S 29.5968° W 53.5314° 	**Código: FAX 012** Casa/sobrado Idis Mariotto? Val Veronês, S/N S 29.5943°ou 29^{0}34'38.3" W 53.5207°53^{0}31'51.3"
Código: FAX 013 (Conj) Capela de São João Bosco Mitra Diocesana de Santa Linha Guarda Mor, S/N S 29.5759° W 53.534°	**Código: FAX 014 (1900)** Casa/sobrado Família Santini Próximo ao Distrito Industrial S 29.5871° W 53.4443°	**Código: FAX 015** Casa/sobrado Família Vendrúsculo Linha Colonial, S/N S 29.5744° W 53.4329°	**Código: FAX 016** Casa/sobrado Armando Braga Linha Novo Treviso, S/N S 29.5596° W 53.4221°

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município FAXINAL DO SOTURNO

Código: FAX 017
Cemitério
Mitra Diocesana de Santa
Linha Novo Treviso, S/N
S 29.5321°ou 22J0285223
W 53.3987°ou UTM 672823

Código: FAX 018
Ermida São Pio
Mitra Diocesana de Santa
Linha Formosa, S/N
S 29.5758°
W 53.3995°

Código: FAX 019 (100+)
Casa/sobrado
Família Refatti
Linha Dona Francisca, S/N
S 29.5961°
W 53.4126°

Código: FAX 020 (1921)
Casa/sobrado
Irmãos Bissacotti
Linha Dona Francisca, S/N
S 29.5939°
W 53.4205°

ódigo: FAX 021 (100+)
Casa/sobrado
Família Baratto
Vila Jardim, S/N
S 29.5731°
W 53.4284°

Código: FAX 022
Ponte metálica(desmontada)
Municipalidade
Linha Santos Anjos S/N
S 53.4645°
W 29.5832°

Código: FAX 023 (1950)
Casa
Valdomiro Bulegon
Linha Santos Anjos S/N
S
W

Código: FAX 024
Casa
José Zanuzzo
Linha Dona Francisca, S/N
S
W

Código: FAX 025
Casa
Indisponível
Linha Formosa
S
W

Código: FAX 026 (1910)
Casa
José Dalla Nora
Linha Dona Francisca, S/N
S 29.5959°
W 53.4019°

Código: FAX 027 (1950)
Sociedade Cirilo Refatti
Comunidade
Linha Dona Francisca, S/N
S 29.5986°
W 53.4091°

Código: FAX 028 (1940)
Casa
Atílio Dalla Nora
Linha Dona Francisca, S/N
S 29.5941°
W 53.3955°

Código: FAX 029 (1890)
Casa
Márcio Benetti
Linha Sassônia, S/N
S 29.612°
W 53.4954°

Código: FAX 030
Casa
Família Sari
Linha Sassônia, S/N
S 29.6108°
W 53.4991°

Código: FAX 031 (Conj)
Casa (1939)
Ângelo Stona
Linha Sassônia, S/N
S 29.6064°
W 53.5009°

Código: FAX 032 (Conj)
Cantina (1945)
Ângelo Stona
Linha Sassônia, S/N
S 29.6065°
W 53.5008°

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município FAXINAL DO SOTURNO

Código: FAX 033
Casa/sobrado
Família Pozzer
Linha Sassônia, S/N
S
W

Código: FAX 034
Casa
José Zanuzzo
Linha Dona Francisca, S/N
S 29.5965°
W 53.4053°

Código: FAX 035
Capitel
Mitra Diocesana de Santa
Linha Sassônia, S/N
S 29 42 30,8
W 53 43 16,5

Código: FAX 036
Capitel MTA
Mitra Diocesana de Santa
Linha Dona Francisca, S/N
S
W

Código: FAX 037 (1939)
Casa
Sereno Luiz Pienez
Linha Sassônia, S/N
S 29º 36’ 12.88”?
W 53º 20’ 12.88”

Código: FAX 038
Casa
Indisponível
Val Veronês
S 29 3605,4
W 53 2951,7

Código: FAX 039 (1922?)
Casa Angelin Zamberlan
Fagner Feck
Val Veronês
S 29 36 05,4
W 53 29 51,7

Código: FAX 040 (Conj)
Igreja N. Sra. Monte Bérico
Mitra Diocesana de Santa
Val Veronês
S 29 36 05,7
W 53 29 51,7

Código: FAX 041 (Conj)
Cemitério (atrás da igreja)
Mitra Diocesana de Santa
Val Veronês
S 29 36 05,7
W 53 29 51,7

Código: FAX 042
Casa
Família Zamberlan
Val Veronês
S 29 5982
W 53 5317

Código: FAX 043
Capitel
Mitra Diocesana de Santa
Guarda Mor
S 29 34 38,3
W 53 31 51,3

Código: FAX 044 (100+)
Casa/sobrado
Rafael Zarantonello
Guarda Mor
S 29º 34’38”
W 53º 31’57”

(conclusão)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município FAXINAL DO SOTURNO			
Código: FAX 045 Igreja Santo Isodoro Sítio dos Mello Mit. Dioc. Santa Maria S 29º 32' 56.96" ? W 53º 30' 15.22" ? 	**Código: FAX 046** Igreja N. Sra. do Caravaggio Sítio Alto Mit. Dioc. Santa Maria S 29º 31'46" W 53º 32'02" 	**Código: FAX 047** Cemitério Sitio Alto Mit. Dioc. Santa Maria Sítio Alto S 29º 31'42" W 53º 32'09" 	**Código: FAX 048 (1958)** Gruta N.Sra. de Lourdes Mit. Dioc. Santa Maria Sítio Alto S 29º31'26.92" W 53º32'39.31"
Código: FAX 049 Casa/sobrado Indisponível Linha São Luis S 29º31'32.15" W 53'25'49.87" 	**Código: FAX 050** Casa/porão Indisponível Linha São Luis S 29º31'08.99" W 53º26'09.48" 	**Código: FAX 051 (1952)** Cptel A.e L. Lago Barrichello Mit. Dioc. Santa Maria Linha São Lius S 29º31'03.62" W 53º26'34.51" 	**Código: FAX 052 (1967)** Capitel N. Sra. da Salette Mit. Dioc. Santa Maria Chapadão S 29º32'43.18" W 53º33'29.17"
Código: FAX 053 Capitel Mit. Dioc. Santa Maria Linha São Caetano 22J0265611 UTM6733372 	**Código: FAX 054** Casa Maria RagnaninVendrúsculo Linha São Caetano 22J0265617 UTM6733375 	**Código: FAX 055** Casa arenito rosa Indisponível Linha Formosa? 22JO270126 UTM6733215 	**Código: FAX 056 (100+)** Capitel N. Sra. da Saúde L. Formosa / Novo Treviso Mit. Dioc. Santa Maria S 29º33'28.30" W 53º 23'28.96"

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin

APÊNCICE F – BENS INVENTARIADOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL IMÓVEL (RURAL) DO MUNICÍPIO DE IVORÁ/RS.

(continua)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do municípioIVORÁ			
Código: IVO 001(Conj)(1960) Esc M. E. F. Duque de Caxias Municipalidade Linha 5, S/N S 29°29,893' W 53°37,295' 	**Código: IVO 002(Conj)** Igreja N.Sra. de Lourdes Mitra Diocesana Sta. Maria Linha 5 S/N S 29.4982° W 53.6214° 	**Código: IVO 003** Casa Indisponível Indisponível S W 	**Código: IVO 004 (1897)** Casa João Ângelo Cargnelutti Linha Londero Moro, S/N S 29°29.751' W 53°34.811'
Código: IVO 005 (1900) Casa (1900) Altivo Celestino Moro Linha Londero Moro, S/N S 29°29.816' W 53°34.750' 	**Código: IVO 006 (1904)** Casa/sobrado Alvenir Alberto Cargnelutti Linha Londero Moro, S/N S 29°30.355' W 53°34.713' 	**Código: IVO 007 (1980)** MonastérioMonges Cartuxos Linha Boca da Picada, S/N S 29.5678° W 53.6214° 	**Código: IVO 008** Igreja São João Vianei Mitra Diocesana Sta. Maria Linha Boca da Picada, S/N S 29°33.039' W 53°36.133'
Código: IVO 009 Casa Indisponível Linha Boca da Picada, S/N S 29°33.031' W 53°36.097' 	**Código: IVO 010** Casa Nair Grazotto Linha Boca da Picada, S/N S 29°32.494' W 53°35.952' 	**Código: IVO 011(Conj)** Casa/sobrado (1988?, 1908) Antônio Pio/Tereza Zancan Rua Gal. Osório, S/N S 29°30,729' W 53°34,863' 	**Código: IVO 012 (1888)** Depósito/cantina Lino Dal Bem Linha Londero Moro, S/N S 29°30,459' W 53°34,757'
Código: IVO 013(Conj) Casa/sobrado (1913-1917) Artidor Venturini Linha 1, S/N S 29.5125° W 53.5474°	**Código: IVO 014** Centro Comunitário Comunidade Linha 1 Linha 1, S/N S 29°30.530' W 53°32.831'	**Código: IVO 015** Capela(1975, reconstruída) Linha 1, S/N Mitra Diocesana Sta. Maria S 29°30.153' W 53°33.279'	**Código: IVO 016 (Conj)** Casa (1946) Aldi José Donato Linha 1, S/N S 29°30.095' W 53°33.192'

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município IVORÁ

Código: IVO 017(Conj)
Casa/sobrado (100+)
Sérgio Dal Ben
Linha 1, S/N
S 29°30.469'
W 53°33.334'

Código: IVO 018 (1910)
Casa/sobrado
Fiorino Fagan
Linha 1, S/N
S 29°30.601'
W 53°33.409'

Código: IVO 019 (100+)
Casa/sobrado
Guerino Binotto
Linha 1, S/N
S 29°31.006'
W 53°33.363'

Código: IVO 020 (Conj)
Casa (100+)
Municipalidade
Rua Euclides Londero S/N
S 29.5218°
W 53.5736°

Código: IVO 021 (Conj)
Casa (100+)
Municipalidade
Rua Euclides Londero S/N
S 29.5218°
W 53.5736°

Código: IVO 022 (1940)
Casa/museu
Egídio Peripolli
Linha Londero Moro, S/N
S 29°29,915'
W 53°34,580'

Código: IVO 023 (1890)
Casa/sobrado
Lídio Celestino Quatrin
Linha Londero Moro, S/N
S 29°29.704'
W 53°33.947'

Código: IVO 024 (1910)
Casa
Mario Renato Maziero
Linha Londero Moro, S/N
S 29°28.948'
W 53°34.121'

Código: IVO 025 (1950)
Balneário Recanto do Moinho
Solón Luis Moro
Linha Londero Moro, S/N
S 29°29.078'
W 53°33.756'

Código: IVO 026 (1942)
Casa/sobrado
Antônio Sarzi Sartori
Linha Londero Moro, S/N
S 29°28.790'
W 53°34.377'

Código: IVO 027 (1922)
Capela São Miguel
Mitra Diocesana Sta. Maria
Linha Barreiro, SN
S 29° 28.488'
W 53° 32.283'

Código: IVO 028 (1943)
Casa
Arlindo Francisco Moro
Linha Barreiro, SN
S 29°27.843'
W 53°32.374'

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município IVORÁ

Código: IVO O32 (1940)
Capitel Sto. Antônio de Pádua
Mitra Diocesana Sta Maria
Linha 5, S/N c. L. Filippin
S 29° 30.071'
W 53° 36.706'

Código: IVO O33
Cemitério
Mitra Diocesana Sta Maria
Linha Piruva?
S 29° 35.164'
W 53° 40,.445'

Código: IVO 034
Capitel Azul
Mitra Diocesana Sta Maria
Linha Piruva?
S 29° 29.908'
W 53° 35.942'

Código: IVO O35 (1890)
Cptel Sto. Antônio de Pádua
Mitra Diocesana Sta Maria
Linha Londero Moro, S/N
S 29° 29.903'
W 53° 35.939'

Código: IVO 036 (1970)
Capitel Santa Júlia Billiart
Mitra Diocesana Santa Maria
Linha Barreiro, S/N
S 29° 28.379'
W 53° 32.631'

Código: IVO 037 (1976)
Capitel N. Sra. Medianeira
Mitra Diocesana Sta. Maria
L. Barreiro/S.João dos Mello
S 29° 28.490'
W 53° 32.287'

Código: IVO 038
Igreja Santo Antônio
Mitra Diocesana Sta. Maria
Linha Venturini e Zancan
S 29° 28.490'
W 53° 32.284'

Código: IVO 039 (1915)
Ctel S.Fsco/S.Roque/Pádua
Mit. Dioc. Sta Maria
Linha Venturini e Zancan
S 29° 28.490'
W 53° 32.284'

Código: IVO 040 (2002)
Cptel Sgrdo Corção de Jesus
Mitra Diocesana Sta. Maria
Linha Zancan S/N
S 29° 32.184'
W 53° 36.874'

Código: IVO 041 (1962)
Capitel São Paulo
Mitra Diocesana Sta. Maria
Linha Venturini, S/N
S 29° 32.006'
W 53° 36.229'

Código: IVO 042 (!900)
Cptel N.S.Bom Parto
Mitra Diocesana Sta. Maria
Linha Londero Moro, SN
S 29° 29.572'
W 53° 35.040'

Código: IVO 043
Capitel Verde
Mit. Dioc. Santa Maria
Linha 5, S/N
S 29° 29.574'
W 53° 35.009'

Código: IVO 044 (1943)
Capitel Sto. Antônio de Pádua
Mit. Dioc. Santa Maria (r2013)
L. Boca da Picada (RS-348)
S 29°33.039'
W 53°36.133'

Código: IVO 045 (100+)
Casa/sobrado
Maria Madalena Tonel
L. São Francisco
S 29° 32.521'
W 53° 34.916'

Código: IVO 046 (1993)
Capitel S. Fsco de Assis
Mit. Dioc. Sta Maria
L. São Francisco
S 29° 32.302'
W 53° 34.957'

Código: IVO 047
Capitel
Mitra Diocesana Sta. Maria
Barreiro?
S 29° 30.435'
W 59° 33.082'

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município IVORÁ

Código: IVO 048 (1945) Capitel Sta. Escolástica Mitra Diocesana Sta. Maria Linha 1 (Simonetti), S/N S 29.513892 W 53.535242 	**Código: IVO 049 (1995)** Capitel N. Sra. da Saúde Mitra Diocesana Sta. Maria Linha Simonetti S 29º31'02.07" W 53º30'53.96" 	**Código: IVO 050** Escola/Oratório N. S. I. Con. Esc M. E. F. David Simonetti Linha Simonetti S 29º31'07.23" W 53º31'25.12" 	**Código: IVO 051 (2002)** Capitel Sta. T. do M. Jesus Mitra Diocesana Sta. Maria Linha 1 S 29.509326 W 53.558247
Código: IVO 052 (Conj) Casa antiga (1888?) Aldi José Donato Linha 1, S/N S 29°30.095' W 53°33.192' 	**Código: IVO 053 (1946)** Capitel Gruta de Sant'ana Mit. Dioc. Santa Maria Linha Barreiro S 29.480739 W 53.560882 	**Código: IVO 054 (1965)** Cpitel N. Sra. de La Guardia Mit. Dioc. Santa Maria Monte Grappa S 29º 31' 13" W 53º 34' 0,5" 	**Código: IVO 055 (1941?)** Casa Luiz Francisco Cerezer Linha Sete S 29° 34.074' W 53° 33.365'

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin

APÊNDICE G–BENS INVENTARIADOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL IMÓVEL (RURAL) DO MUNICÍPIO NOVA PALMA/RS.

(continua)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município NOVA PALMA			
Código: NOV 001 Cemitério Mitra Diocesana Sta. Maria Caemborá, S/N 22 J 276424,24 6738514,118 	**Código: NOV 002** Capitel Mitra Diocesana Sta. Maria Pinhalzinho, S/N 22 J 273047,011 6735882,903 	**Código:NOV 003**(1928?) Igreja São Pedro Mitra Diocesana Sta. Maria Pinhalzinho, S/N 22 J 270669,502 6737400,556 	**Código: AGU 004 (1930)** Salão comunitário Comunidade Pinhalzinho, S/N 22 J 270666,041 6737386,348
Código: NOV 005 (1938) Cptel Giuseppe e L.Stefanello Mitra Diocesana Sta. Maria Vila Cruz, S/N 22 J 267906,401 6737132,55 	**Código: NOV 006** Igreja S. José Mitra Diocesana Sta. Maria Linha 5, S/N 22 J 264694,395 6736624,229 	**Código: NOV 007 (1923)** Capitel Santa Polônia Mitra Diocesana Sta. Maria Linha 2, S/N 22 J 262793,53 6736354,221 	**Código: NOV 008** Casa/sobrado Gilson Paulo Faccin Linha 2, S/N 22 J 262659,803 6736362,601
Código: NOV 009 (1950) Casa Elci Marion Vestermann Linha 2, S/N 22 J 261820,648 6736914,768 	**Código: NOV 010 (1946)** Capitel Vitorino/Helena Bellé Mitra Diocesana Sta. Maria Linha 2, S/N 22 J 261795,457 6736818,835 	**Código: NOV 011** Gruta N. Sra. de Lourdes Mitra Diocesana Sta. Maria Linha Geral, S/N 22 J 260880,574 6738595,716 	**Código: NOV 012** Monumento Dom Érico Mitra Diocesana Sta. Maria Linha Geral, S/N 22 J 260589,982 6739521,482
Código: NOV 013 (1926) Casa/sobrado Edilson Santi Linha Geral, S/N 22 J 260358,51 6740088,651	**Código: NOV 014** Momnto N. Sra da Salete Mitra Diocesana Sta. Maria Salete, S/N 22 J 258330,408 6746183,281	**Código: NOV 015** Casa/sobrado Indisponível Linha 1, S/N 22 J 257846,926 6740416,034	**Código: NOV 016** Gruta de Fátima Mitra Diocesana Sta. Maria Pinhalzinho 22 J 266707,083 6736735,915

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município NOVA PALMA

Código: NOV O17 (105+)
Casa/sobrado
Diomedes S. Rossato
L. Soturno RS -149
22 J 0269307
UTM 6725687

Código: NOV O18 (1931)
Casa/sobrado
Cleci Maria Rossato
L.Soturno RS 149
22 J 0259910
UTM 67 33 217

Codigo NOV 019 (conj)
Ctel RaimundoAléssio(1936)
Mitra Dioc. Santa Maria
L. Soturno RS -149
S 29° 30.628'
W 53° 28.468'

Código: NOV O20 (conj)
Antiga escola
Flia. Pretto
L. Soturno RS -149
S 29° 30.628'
W 53° 28.468'

Código: NOV O21
Casa/sobrado
Indisponível
L. Soturno RS -149
22 J 0259598
UTM 6735143

Código: NOV O22
Casa/sobrado
Indisponível
Linha 1, S/N
S 29º27.290'
W 53º28.077'

Código: NOV O23 (1940)
Capitel Olivério e A. P. Santi
Mitra Dioc. Santa Maria
Linha 1, S/N
S 29º26'43.51"
W 53º28'11.40"

Código: NOV O24
Igreja São Francisco
Mitra Dioc. Santa Maria
L. São Francisco
S 29º25.523'
W 53º27.244'

Código: NOV O25 (1945)
Igreja Santo Inácio
Mitra Dioc. Santa Maria
Santo Inácio
S 29º23'23.05"
W 53º26'59.60"

Código: NOV O26
Capela São Miguel
Mitra Dioc. Santa Maria
Novo Paraíso
S 29º25'18.13"
W 53º25'39.31"

Código: NOV O27
Capitel - Rincão dos Bugres
Mitra Dioc. Santa Maria
Novo Paraíso, S/N
S 29º24'21.42"
W 53º25'35.48"

Código: NOV O28 (1948)
Cptel Giccomo e E. Cargnin
Mitra Dioc. Santa Maria
Linha 5, S/N
S 29º28'40.56"
W 53º25'24.94"

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município NOVA PALMA

Código: NOV 029 (1996)
Cruz Monumento
Mitra Dioc. Santa Maria
Gramado
S 29º26’39.47”
W 53º22’23.90”

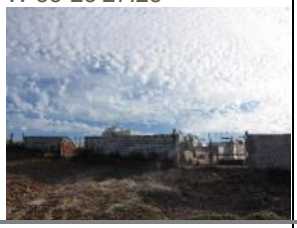
Código: NOV 030
Rota Jardim das Escultura
Municipalidade
Linha Bom Retiro
S 29º36’56’’
W 53º28’52’’

Código: NOV 031 (1929)
Capitel Casal Firmino Bellé
Mitra Dioc. Santa Maria
Linha Bom Retiro
22 J 0260413
UTM 6739675

Código: NOV 032
Capitel
Mitra Dioc. Santa Maria
Linha da Salete, S/N
22 J 0260413
UTM 6739675

Código: NOV 033
Monumento São Cristóvão
Municipalidade
Rincão dos Padilhas
S 29º25.523’
W 53º27.244’

Código: NOV 034
Cemitério
Mitra Dioc. Santa Maria
Comércio
S 29º21’42.75”
W 53º23’27.23”



Código: NOV 035
Ig. Sto. Isidro Comércio
Mitra Dioc. Santa Maria
Comércio
S 29º21’47.59”
W 53º22’20.71’

Código: NOV 036
Capitel
Mitra Dioc. Santa Maria
Gramado
S 29° 30.932’
W 53° 28.486

Código: NOV 037
Cemitério
Mitra Dioc. Santa Maria
Gramado
S 29º23’47.93”
W 53º22’25.20”

Código: NOV 038
Igreja Sto. Antônio Gramado
Mitra Dioc. Santa Maria
Gramado
S 29º23’52.34”
W 53º22’10.72”

Código: NOV 039
Casa/sobrado
Indisponível
Linha Santo Antônio (L. 3)
S 29º30’21.54”
W 53º26’56.90”

Código: NOV 040
Casa/sobrado
Indisponível
Linha Santo Antônio (L. 3)
S 29º30’20.61”
W 53º26’47.54”

Código: NOV 041
Cemitério
Mitra Dioc. Santa Maria
Linha Santo Antônio (L. 3)
S 29º30’16.47”
W 53º27’04.90”

Código: NOV 042
Igreja Santo Antônio
Mitra Dioc. Santa Maria
Linha Santo Antônio (L. 3)
S 29º30’13.41”
W 53º27’03.31”

Código: NOV 043
Casa/sobrado
Indisponível
Caemborá S/N
S 29º28’37.47”
W 53º18’03.25”

Código: NOV 044
Gruta Indígena
Indisponível
Caemborá S/N
S 29 27 52.15
W 53 17 36.67

(conclusão)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município NOVA PALMA			
Código: NOV 045 Igreja Cerro Azul e Salão Mitra Dioc. Santa Maria Cerro Azul S 29º25'11.04" W 53º17'59.56" 			

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin

APÊNDICE H – BENS INVENTARIADOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL IMÓVEL (RURAL) DO MUNICÍPIO DE PINHAL GRANDE/RS.

(continua)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município PINHAL GRANDE			
Código: PIN 001 Casa/Fazenda do Sobrado Mario José e Evaldo J. Rubin Com. Assentamento Sobrado S 29°19.6'26"ouS 29°20.431' W 53°26.8'38"W 53°22.113' 	**Código: PIN 002(conj.)** Igreja Mitra Diocesana Sta. Maria Comunidade São Cristóvão UTM 0263145 675202 	**Código: PIN 003(conj.)** Mnmento de São Cristóvão Mitra Diocesana Sta. Maria Comunidade São Cristóvão UTM 0263145 6752021 	**Código: PIN 004 (1983)** Cruz Jesuítica Municipalidade Com. Rincão dos Appel UTM 0262451 6762098
Código: PIN 005 Cemitério Mitra Diocesana Sta. Maria Com. Rincão dos Appel UTM 0262451 6762098 	**Código: PIN 006 (conj)** Igreja São Judas Tadeu Mitra Diocesana Sta. Maria Com. Rincão dos Appel UTM 0262451 6762098 	**Código: PIN 007 (conj)** SalãoCom.Rincão dos Appel Mitra Diocesana Sta. Maria Com. Rincão dos Appel UTM 0262451 6762098 	**Código: PIN 008** Casa Carmen Schmidt Com. Rincão dos Appel UTM 0262451 6762100
Código: PIN 009 Casa Indisponível Com. Rincão dos Appel UTM 0262448 6762097 	**Código: PIN 010** Capitel N. Sra. da Saúde Mitra Diocesana Sta. Maria Com. Rincão dos Appel UTM 0262448 6762097 	**Código: PIN 011 (conj)** Igreja Cerro Azul Mitra Diocesana Sta. Maria Com. Cerro Azul UTM 0276848 6743280 	**Código: PIN 012 (conj)** Salão Com. Cerro Azul Indisponível Com. Cerro Azul UTM 0276869 6743315

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município PINHAL GRANDE

Código: PIN 013
Cemitério
Mitra Diocesana Sta. Maria
Com. Cerro Azul
UTM 0276869
6743315

Código: PIN 014
IgrejaSão João Avelino
Comunidade Encruzilhada
Com. Encruzilhada
UTM 0277189
6747528

Código: PIN 015 (1935)
Casa/sobrado/Comercial
Novembrino Lago
Com. Encruzilhada
UTM 0277163
6747670

Código: PIN 016
Cemitério
Mitra Diocesana Sta. Maria
Com. Encruzilhada
UTM 0277069
6747862

Código: PIN 017
Igreja
Mitra Diocesana Sta. Maria
Com. Rincão dos Basílio
UTM 0279637
6748476

Código: PIN 018
Cemitério
Mitra Diocesana Sta. Maria
Com. Rincão dos Basílio
UTM 0279672
6748517

Código: PIN 019
Cemitério
Mitra Diocesana Sta. Maria
Com. da Gringuinha
UTM 0282092
6748774

Código: PIN 020
Camping da Barragem
Municipalidade
Com. da Gringuinha
UTM 0283635
6747910

Código: PIN 021
Casa
Márcio Dalmolin
Comunidade São José
UTM 0276590
6751163

Código: PIN 022 (1950)
Casa
Otilde Batistella Dalmolin
Comunidade São José
UTM 0276352
6751209

Código: PIN 023 (1957)
Casa
Régis Salles
Comunidade Medianeira
UTM 0275120
6766633

Código: PIN 024
Cemitério
Mitra Diocesana Sta. Maria
Comunidade Medianeira
UTM 0277922
6764881

Código: PIN 025 (conj)
Capela Santo Antão
Mitra Diocesana Sta. Maria
Comunidade Passo do Jacuí
UTM 0280664
6762462

Código: PIN 026 (conj)
Salão Comunitário
Indisponível
Comunidade Passo do Jacuí
UTM 0280657
6762460

Código: PIN 027
Cemitério
Mitra Diocesana Sta. Maria
Comunidade Passo do Jacuí
UTM 0281060
6762651

Código: PIN 028 (1960)
Casa
Indisponível
Comunidade Dois Irmãos
UTM 0273993
6758874

(conclusão)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município PINHAL GRANDE

Código: PIN 029 (1960)
Casa
Alberto Atílio Rubin
Com. Rincão dos Salles
UTM 0273993
6758874

Código: PIN 030
Casa
Almir Facco
Com. Rincão dos Salles
S
W

Código: PIN 031
Mirante Paga Peão
Indisponível
Comunidade Medianeira
S 29º 11' 51"
W 53º 15' 21"

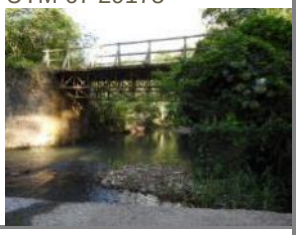
Código: PIN 032
Usina Hidrelétrica Itaúba
CEEE
Com. de Espinharedo
S 29º04'34"
W 53º12'23"

Código: PIN 033
Gruta
Indisponível
Com. Três Passinhos
S 29° 20.429'
W 53° 22.112'

Código: PIN 034
Salão Comunitário
Indisponível
Com. São Cristóvão
UTM 0263145
6752021

Código: PIN 035
Capitel
Mitra Diocesana Sta. Maria
Rincão dos Appel
UTM 0262488
6762097

Código: PIN 036
Ponte/Cantina Dal Pino
Com. de São José do Pinhal/Lajeado do Estaleiro
22 J 0275676
UTM 67 29175



Código: PIN 037
Cemitério
Mitra Diocesana Sta. Maria
Com. de São José do Pinhal
S 29º20'27.08"
W 53º17'57.20"

Código: PIN 038
Igreja e Salão Comunitário
Mitra Diocesana Sta. Maria
Com. da Gringuinha
UTM 0282092
6748774

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin

APÊNDICE I –BENS INVENTARIADOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL IMÓVEL (RURAL) DO MUNICÍPIO RESTINGA SECA/RS

(continua)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município RESTINGA SECA			
Código RES 001 Casa Carlos Matesdolfo Linha do Jacuí, S/N UTM 22 J 279215,195 6688819,667 	**Código RES 002** Ig. São Francisco de Assis Mitra Dioc. Sta Maria Linha do Jacuí, S/N UTM 22 J 274448,002 6692423,002 	**Código RES 003** Monto da Cruz/Santuário Mitra Dioc. Sta Maria Lomba Alta S/N UTM 22 J 271923,62 6702392,806 	**Código RES 004** Casa Eraclides Machado RS 149 UTM 22 J 269370,581 6694329,382
Código RES 005 Ig. Evang. Congnal do Brasil Indisponível Lomba Alta S/N UTM 22 J 272140,762 6702623,76 	**Código RES 006** Casa Urbano Kapke Lomba Alta S/N UTM 22 J 272154,376 6702590,444 	**Código RES 007** Casa/comércio Sandra Rhode Balzan Lomba Alta S/N UTM 22 J 272220,191 6702674,166 	**Código RES 008** Casa Márcia Rhode Lomba Alta S/N UTM 22 J 272230,636 6702634,428
Código RES 009 Escola Mpal de Ensino Fndtal 3 de Outubro –Lomba Alta Municipalidade UTM 22 J 272202,694 6702651,099 	**Código RES 010** Casa/Antigo açougue Família Rhode Lomba Alta, S/N UTM 22 J 272229,208 6702651,093 	**Código RES 011** Casa Vani Raddatz Lomba Alta, S/N UTM 22 J 272327,76 6703360,654 	**Código RES 012** Galpão Indisponível Lomba Alta, S/N UTM 22 J 272380,345 6703656,16
Código RES 013 Salão de Baile Indisponível Lomba Alta, S/N UTM 22 J 272381,35 6703462,799 	**Código RES 014** Casa Antônio Machado Lomba Alta, S/N UTM 22 J 272170,203 6702897,433 	**Código RES 015** Casa Aurio Kaple Lomba Alta, S/N UTM 22 J 272358,09 6703485,191 	**Código RES 016** Casa Indisponível Lomba Alta, S/N UTM 22 J 272052,481 6704375,106

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município RESTINGA SECA

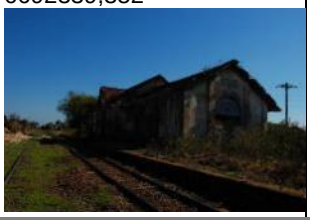
Código RES 017
Casa
Urbano Kapke
Lomba Alta, S/N
UTM 22 J 272365,739
6703521,209

Código RES 018
Casa
Ademar Ervino Procknow
São Miguel
UTM 22 J 271486,376
6706580,116

Código RES 019
Balneário
Indisponível
Passo das Tunas
UTM 22 J 266370,331
6687284,474

Código RES 020
Casa
Oscar Alves de Oliveira
Estiva S/N
UTM 22 J 281505,211
6692436,787

Código RES 021
Gare Estação Férrea
Municipalidade
Estiva S/N
UTM 22 J 281624,459
6692339,352



Código RES 022
Igreja Sagrada Família
Mitra Diocesana Sta. Maria
Jacuí S/N
UTM 22 J 293883,468
6686546,467

Código RES 023
Casa/Bar
Laurenci Zanon
Jacuí S/N
UTM 22 J 293859,219
6686732,914

Código RES 024
Gare Estação Jacuí
Municipalidade
Jacuí S/N
UTM 22 J 293827,919
6686779,202

Código RES 025
Casa funcionários da Rede
Municipalidade
Jacuí, S/N
UTM 22 J 293875,476
6686839,365

Código RES 026
Antiga Caixa d'água
Municipalidade
Jacuí, S/N
UTM 22 J 293852,382
6686794,035

Código RES 027
Casa
Getúlio Machado
Jacuí, S/N
UTM 22 J 293927,899
6686719,376

Código RES 028
Casa
Indisponível
Jacuí, S/N
UTM 22 J 293743,785
6686747,894

Código RES 029
Ponte metálica ferroviária
Municipalidade
Jacuí S/N
UTM 22 J 295415,73
6687784,157

Código RES 030
Casa
Indisponível
São Miguel S/N
UTM 22 J 272434,274
6708697,795

Código RES 031
Casa
Edenir Raddatz
Vila Rosa S/N
UTM 22 J 273314,535
6709175,84

Código RES 032
Monumento
Comunidade
Vila Rosa S/N
UTM 22 J 273418.33
6709264.87

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município RESTINGA SECA

Código RES 033
Casa
Ênio Holzschuh
Vila Rosa S/N
UTM 22 J 273501,854
6709436,82

Código RES 034
Casa/Comércio/Banco
Arnaldo Procknow
São Miguel S/N
UTM 22 J 271116,547
6706862,647

Código RES 035
Casa
Valcídio e Célia Balzan
São Miguel S/N
UTM 22 J 270707,704
6707891,72

Código RES 036
Salão Rockenbach
Comunidade
São Miguel S/N
UTM 22 J 270680,721
6708038,35

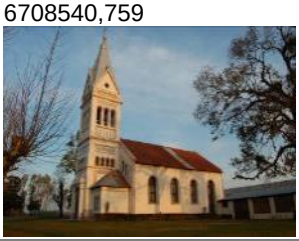
Código RES 037
Casa-Sítio São Miguel
Celso Peter
São Miguel S/N
UTM 22 J 270726,553
6708205,615

Código RES 038
Cemitério
Mitra Diocesana Sta. Maria
São Miguel S/N
UTM 22 J 270954,057
6708237,771

Código RES 039
Casa
Leonardo Ehrhardt
São Miguel S/N
UTM 22 J 271378,632
6708334,053

Código RES 040
Casa do Pastor
Comunidade luterana
São Miguel S/N
UTM 22 J 271896,36
6708528,921

Código RES 041
Ig.Evgélca Luterana do Brasil
Comunidade Luterana
São Miguel S/N
UTM 22 J 271932,56
6708540,759



Código RES 042
Buraco Fundo
Indisponível

UTM 22 J 269933,063
6693790,386

Código RES 043
Cemitério
Mitra Diocesana Sta. Maria
São Miguel S/N
UTM 22 J 272067,78
6702565,007

Código RES 044
Cemitério
Mitra Diocesana Sta. Maria
Linha do Jacuí
UTM 22 J 271458,793
6693767,401

Código RES 045
Cemitério municipal
RS - 149
Mitra Diocesana Sta. Maria
UTM 22 J 270282,587
6697001,227

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município RESTINGA SECA

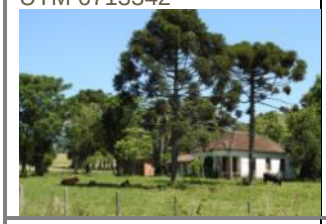
Código: RES O46
Capela São Sebastião
Mitra Diocesana Sta. Maria
São Sebastião
S 29º 43' 41"
W 53º 21' 24"

Código: RES O47
Capela São Roque
Mitra Diocesana Sta. Maria
São Roque
S 29º 41' 09"
W 53º 26' 51"

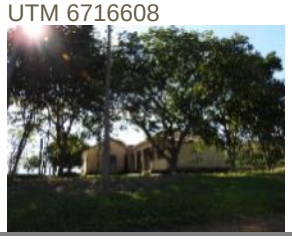
Código: RES O48
Casa
Indisponível
São Roque
S 29º 40' 41"
W 53º 29' 13"

Código: RES O49
Igreja São Rafael
Mitra Diocesana Sta. Maria
São Rafael
22 J 0263150
UTM 6716608

Código: RES O50
Casa
Indisponível
São Rafael
22 J 0267138
UTM 6713342



Código: RES O51
Escola Antonio Taschetto
Municipalidade?
São Rafael
22 J 0263150
UTM 6716608



Código: RES O52
Monto João Luiz Pozzobon
Mitra Diocesana Sta. Maria
São Rafael
22 J 0263150
UTM 6716608

Código: RES O53
Cemitério
Mitra Diocesana Sta. Maria
Três Vendas
22 J 0267964
UTM 6713326

Código: RES O54
Capitel
Mitra Diocesana Sta. Maria
Três Vendas
22 J 0267964
UTM 6713326

Código: RES O55
Casas geminadas
Indisponível
Três Vendas
S 29° 41.936'
W 53° 23.492'

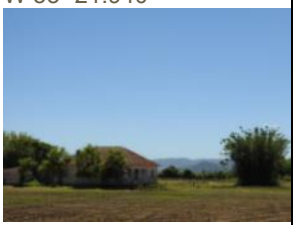
Código: RES O56
Engenho
Indisponível
Três Vendas
S 29° 44.136'
W 53° 22.952'

Código: RES O57
Casa com cadeado
Indisponível
Campo Bonito
S 29º 39.337'
W 53º 24.507'

Código: RES O58
Casa/Venda
Indisponível
Campo Bonito
22 J 0270798
UTM6715781

Código: RES O59
Casa
Indisponível
Campo Bonito
S 29º 40.331'
W 53º 21.940'

Código: RES O60
Casa abandonada
Indisponível
Campo Bonito ou V. do Meio
S 29º 40.331'
W 53º 21.940'



Código: RES O61
Casa tapera
Indisponível
Campo Bonito ou V. do Meio
22 J 0271196
UTM 6715522

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município RESTINGA SECA

Código: RES O62
Casa c/varanda central
Indisponível
Várzea do Meio
22 J 0271373
UTM6715372

Código: RES O63
Casa branca c/ muro
Indisponível
Várzea do Meio
22 J 0271712
UTM 6715119

Código: RES O64
Clube Familiar Unido
Comunidade
Várzea do Meio
22 J 0271824
UTM 6714990

Código: RES O65
Casa amarela var. cent.
Várzea do Meio
Indisponível
22 J 0272003
UTM 6714302

Código: RES O66
Casa rosa
Indisponível
Várzea do Meio
S 29º 41.331'
W 53º 21.243'

Código: RES O67
Casa salmão
Indisponível
Várzea do Meio
22 J 0271998
UTM6713958

Código: RES O68
Salão Comtário Sto. Antônio
Comunidade
Várzea do Meio
22 J 0271995
UTM6713951

Código: RES O69
Conj. 3 casas
Indisponível
Várzea do Meio
22 J 0271984
UTM 6713830

Código: RES O70
Casa c/ flamboyant
Indisponível
Várzea do Meio
22 J 0271971
UTM 6713577

Código: RES O71
Casa verde c/ coqueiros
Indisponível
Várzea do Meio
22 J 0271947
UTM 6713273

Código: RES O72
Cemitério
Mitra Diocesana Sta. Maria
Várzea do Meio
22 J 0271755
UTM 6713014

Código: RES O73
Armazém
Indisponível
Várzea do Meio
S 29º 41' 22"
W 53º 21' 24"

Código: RES O74
Casa c/ coqueiros
Indisponível
Várzea do Meio
22 J 0271983
UTM 6713066

Código: RES O75
Casa 4 águas e anexo
Indisponível
Várzea do Meio
22 J 0272002
UTM 6712907

Código: RES O76
Casa branca e cinza
Indisponível
Várzea do Meio
22 J 0272142
UTM 6712681

Código: RES O77
Casa pomerana
Indisponível
São Miguel Velho
27 J 0272822
UTM6710778

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município RESTINGA SECA

Código: RES O78
Casa c/lenhas
Indisponível
São Miguel Velho
22 J 0272750
UTM6709973

Código: RES O79
Casa Ocre
Indisponível
São Miguel Velho
S 29º 41.537'
W 53º 21.270'

Código: RES O80
Casa com varanda
Indisponível
Vila Rosa
22 J 0274225
UTM6709618

Código: RES O81
Cemitério
Mitra Diocesana Sta. Maria
Vila Rosa
22 J 0275202
UTM6710281

Código: RES O82
Casa laranja
Lindolfo Klisenner
Vila Rosa
22 J 0276384
UTM 67 10586

Código: RES O83
Casa avarandada
Rosemeri Mahlke Raddatz
Vila Rosa
22 J 0271472?
UTM 6708352?

Código: RES O84
Casa c/varanda facetada
Indisponível
Vila Rosa
22 J 0276500
UTM 6710683

Código: RES O85
Casa verde
Indisponível
Vila Rosa
22 J 0276533
UTM 6711053

Código: RES O86
Casa 4 águas c/ varanda
Indisponível
Vila Rosa
22 J 0276805
UTM 6711782

Código: RES O87
Casa abandonada
Indisponível
Vila Rosa
22 J 0276846
UTM 6711944

Código: RES O88
Casa
Arnildo Vastídeo Soares
Vila Rosa
22 J 0277132
UTM 6712816

Código: RES O89
Cemitério
Arnildo Vastídeo Soares
Vila Rosa
22 J 0277132
UTM 6712816

Código: RES O90
Casa e galpão
Indisponível
Vila Rosa
22 J 0277357
UTM 6712744

Código: RES O91
Casa
Indisponível
Vila Rosa
22 J 0277090
UTM 6711108

Código: RES O92
Casa bege c/ var. central
Indisponível
Vila Rosa
22 J 0277008
UTM 6710964

Código: RES O93
Casa armazém
Arnaldo Raddatz
Vila Rosa
22 J 0275747
UTM 6709563

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município RESTINGA SECA

Código: RES O94
Casa avarandada
Em frente Arnaldo Raddatz
Vila Rosa
22 J 0275747
UTM 6709563

Código: RES O95
Engenho
Indisponível
Vila Rosa
22 J 0275685
UTM 6709361

Código: RES O96
Capitel
Mitra Diocesana Sta. Maria
Colônia Borges
S 29° 50.413'
W 53° 31.100'

Código: RES O97
Cemitério
Mitra Diocesana Sta. Maria
Colônia Borges
S 29° 50.273'
W 53° 30.021'

Código: RES O98
Igreja N. S. de Lourdes
Mitra Diocesana Sta. Maria
Colônia Borges
S 29° 50.257'
W 53° 29.893'

Código: RES O99
Cemitério
Mitra Diocesana Sta. Maria
São Roque
S 29° 52.212'
W 53° 24.765'

Código: RES 100
Ig. Sto. Antonio Pedregulho
Mitra Diocesana Sta. Maria
Pedregulho
S 29° 52.415'
W 53° 24.204'

Código: RES 101
Casa
Maria Solange P. Flores
Pedregulho
S 29° 52.415'
W 53° 24.204'

Código: RES 102
Escola
Indisponível
Pedregulho
S 29° 52.415'
W 53° 24.204'

Código: RES 103
Casa
Agostinho Bovoli (falecido)
Pedregulho
S 29º 52' 10"
W 53º 24' 13"

Código: RES 104
Túmulos
Indisponível
Buraco Fundo
S 29º 52' 01"
W 53º 23' 06"

Código: RES 105
Cemitério
Mitra Diocesana Sta. Maria
Campo Novo
S 29° 52.419'
W 53° 24.203'

Código: RES 106
Cemitério
Mitra Diocesana Sta. Maria
Bom Retiro
S 29° 56.643'
W 53° 13.953'

Código: RES 107
Igreja
Mitra Diocesana Sta. Maria
Bom Retiro
S 29° 56.510'
W 53° 13.651'

Código: RES 108
Casa Quarta Colônia
CONDESUS
Santuário
22 J 0235165
UTM 6711148

Código: RES 109
Igreja N. S. de Fátima
Mitra Diocesana Sta. Maria
Santuário
22 J 0235165
UTM 6711148

(conclusão)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município RESTINGA SECA

Código: RES 110 Igreja São José Mitra Diocesana Sta. Maria São José 22 J 0258223 UTM 6711879 	**Código: RES 111** Casa verde e galpão Indisponível 22 J 0263150 UTM 6716608 	**Código: RES 112** Casa Edílio Raddatz São Miguel 22 J 0271472 UTM 6708352 	**Código: RES 113** Casa Armando Gehrke São Miguel 22 J 027892 UTM 670848
Código: RES 114 Ponte do Império Rio Vacacaí Jacuí 29º 55’ 41.05” 53º 06’ 40.25” 			

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin

APÊNDICE J –BENS INVENTARIADOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL IMÓVEL (RURAL) DO MUNICÍPIO SÃO JOÃO DO POLÊSINE/RS.

(continua)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município SÃO JOÃO DO POLÊSINE			
Código SJP 001 (1930) Casa Perci Santo Roratto Linha São Patrício S/N S 29º39'00.7" W 53º31'38.3" 	**Código SJP 002** Casa/sobrado Inst. Pedagógico Soc. Tabor L. Sanga das Pedras S/N S 29 10 19.2 W 53 31 18.0 	**Código SJP 003 (1920)** Casa/sobrado OrildesPivetta L. Sanga das Pedras, S/N UTM 22 J 271923,62 6702392,806 	**Código SJP 004 (1931)** Casa (conj) Indisponível Vale Vêneto, S/N S 29 39 43.6 W 53 31 18.2
Código SJP 005 (conj) Casa/Galpão taipa de barro Indisponível Vale Vêneto, S/N **S 29 39 43.6** **W 53 31 18.2** 	**Código SJP 006 (1960)** Casa Ana Sartori Dotto Lomba Vale Vêneto, S/N S 29 40 14.2 W 53 31 08.1 	**Código SJP 007 (1940)** Casa/sobrado Natálio Coconcelli Vila Ceolin, S/N 22 J 265795,011 6719735,046 	**Código SJP 008 (1920)** Casa Tânia Roratto Vale Vêneto, S/N S 29 40 108.7 W 53 31 18.0
Código SJP 009 (1964) Soc. Rec. Cultural Caravel Comunidade L. da Glória, S/N- Vale Vêneto S 29 40 02.5 W 53 31 14.2 	**Código SJP 010 (1900)** Casa/sobrado Benjamim Righi (falecido) Linha 3 S/N, Vale Vêneto S 029 39 26.9 W 053 32 14.7 	**Código SJP 011 (1940)** Casa c/roda d'água (conj) Gino Gentil Pivetta Linha da Glória, S/N S 029 40 016 W 053 31 04.9 	**Código SJP 012 (1978)** Momnto 100 anos imigração Comunidade Linha da Glória, S/N S W

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município SÃO JOÃO DO POLÊSINE

Código SJP 013 (1910)
Casa/sobrado
Fausto Lino Dott
Vale Vêneto, S/N
S 29 34 45.3
W 53 31 10.4

Código SJP 014 (1900)
Casa/sobrado
Albina Dotto Bortoluzzi
L. Sanga das Pedras, S/N
S
W

Código SJP 015(demolida)
Casa
Gino José Brondani
Linha 3, S/N
S
W

Código SJP 016
Casa/sobrado
Nelci Antônio Pivetta
Vila Ceolin, S/N
S
W

Código SJP 017
Engenho de arroz
Coop. Agrícola Santo Isidoro
Vila Ceolin, S/N
S
W

Código SJP 018
Monumento Mãe e Rainha
Mitra Diocesana Sta. Maria
Vila Ceolin, S/N
S 029 38 11.8
W 053 24 49.0

Código SJP 019 (1925)
Casa/sobrado
Pedro Cera
Linha da Lagoa, S/N
S 29° 36.428'
W 53° 27.115'

Código SJP 020
Casa
Luis Ceolin
Vila Ceolin, S/N
S 029 37 56.4
W 053 24 59.9

Código SJP 021 (1960)
Casa
Coop. Agrícola Santo Isidoro
Vila Ceolin, S/N
S 029 38 09.5
W 053 24 52.5

Código SJP 022
Casa
Indisponível
Vila Ceolin, S/N
S 029 38 12.1
W 053 24 49.8

Código SJP 023 (1935)
Casa/sobrado
Moacir Iop
Linha do Comércio, S/N
S 29 39.898'
W 53 30.942'

Código SJP 024 1940
Casa
Alceri Antônio Zuliani
Linha da Lagoa, S/N
S
W

Código SJP 025
Casa
Indisponível
Vila Ceolin, S/N
S
W

Código SJP 026
Casa
Natólio Nardi
Ribeirão, S/N
S 29º40'08.6"
W 53º28'26.1"

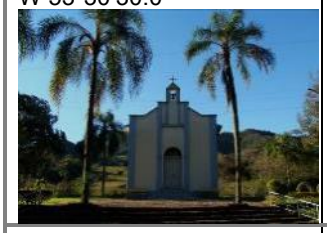
Código SJP 027 (1927)
Casa/sobrado
Museu Diácono Pozzobon
Linha São Francisco, S/N
S 29º38'52.6"
W 53º26'39.5"

Código SJP 028 (1932)
Casa
Antônio Clóvis Sartori
Linha da Glória, S/N
S 29º49'32.7"
W 53º30'14.9"

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município SÃO JOÃO DO POLÊSINE

Código SJP 029
Capela Nossa Sra. das Dores
Mitra Diocesana Sta. Maria
Linha da Glória, S/N
S 29º40'30.3"
W 53º30'30.0"



Código SJP 030
Casa
Flia. Dotto
Linha da Glória, S/N
S 29° 39.192'
W 53° 26.500'

Código SJP 031 (1950)
Casa (conj)
Anibal Brondani (falecido)
São Valentin, S/N
S 029 39 36.5
W 053 32 45.2

Código SJP 032
Casa c/ roda d'água
Sueli Worn
São Valentin, S/N
S 029 39 42.7
W 053 31 39.7

Código SJP 033
Casa
?
Vale Vêneto, S/N
S 29 10 16.3
W 53 31 21.8

Código SJP 034
Casa/sobrado
Lídio Stefanello
Linha 3, S/N-São Valentin
S 29° 40.007'
W 53° 32.452'

Código SJP 035 (1884)
Casa /sobrado (conj)
Léo Londero
São Valentin, S/N - Linha 4
S 29 39 55.7
W o53 32 22.4

Código SJP 036
Casa?
Lídio Stefanello
São Valentin, S/N
S 29 39 14.3
W 53 32 37.1

Código SJP 037 (1948)
Casa
Sérgio Rosso
Linha da Lagoa, S/N
S 29 35 53.8
W 53 27 47.6

Código SJP 038
Capitel Santo Antônio
Mitra Diocesana Sta. Maria
São Valentin, S/N
S 29 39 14.9
W 53 32 37.1

Código SJP 039 (1860?)
Casa
Deoclécio Brondani
São Valentin, S/N
S 29 39 14.9
W 53 32 37.1

Código SJP 040 (1880)
Casa/sobrado
Gildo e Gilberto Venturini
São Valentin, S/N
S 29 39 53.6
W 53 31 53.1

Código SJP 041 (1900)
Casa/sobrado
Lídio Stefanello
São Valentin, S/N
S 29 40 04.7
W 53 31 42.3

Código SJP 042
Casa
Indisponível
São Valentin, S/N
S 29 40 12.8
W 53 32 12.5

Código SJP 043
Casa
Dari José Dal Forno
Av. Ribeirão S/N
S
W

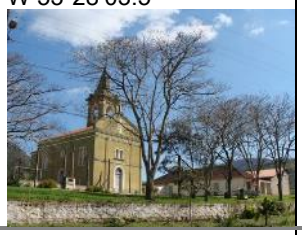
Código SJP 044 (1900)
Casa (antigo hospital)
Inês Ana Pelizzaro Foletto
Av. Ribeirão S/N
S
W

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município SÃO JOÃO DO POLÊSINE

Código SJP 045 (1950)
Casa
Inês Ana Pelizzaro Foletto
Av. Ribeirão, S/N
S
W

Código SJP 046 (1914)
Igreja São Pedro
Mitra Diocesana Sta. Maria
Ribeirão, S/N
S 29º39'15.2"
W 53º28'03.5"



Código SJP 047
Casa
Indisponível
Ribeirão, S/N
S
W

Código SJP 048 (1910)
Casa
Olavo Foletto
Ribeirão, S/N
22 J 261061,148
6716277,938

Código SJP 049(1959/1963)
Escola Brizoleta?
Municipalidade
Linha São Francisco, S/N
22 J 263116,044
6717730,851

Código SJP 050 (1965)
Casa (conj)
Tulio Brondani
São Valentin, S/N
S 29 39 56.6
W 53 32 25.7

Código SJP 051 (1880)
Casa (conj)
Tulio Brondani
São Valentin, S/N
S 29 39 56.6
W 53 32 25.7

Código SJP 052 (1893)
Capela São Valentin
Mitra Diocesana Sta. Maria
São Valentin, S/N
S 29 40 01.3
W 53 32 21.8

Código SJP 053
Casa/sobrado
Jacir Pedro Marcuzzo
Linha Duas-Vale Vêneto
22 J 256239,591
6717407,314

Código SJP 054
Casa/sobrado
Alcides Bolzan(falecido)
Linha Duas-Vale Vêneto
22 J 256277,043
6717369,921

Código SJP 055
Casa/sobrado
Luis Ceolin
Casa/sobrado
22 J 263883,306
6718381,017

Código SJP 056 (1940)
Casa/sobrado
Alcir Dal Molin
Linha Bonita
22 J 264608,598
6719539,414

Código SJP 057
Museu Virgílio Burin
Aléssio Burin
Vila Ceolin, S/N
S
W

Código SJP 058? FAX?
Casa/sobrado
Indisponível
Linha São Francisco, S/N
S
W

Código SJP 059
Casa/sobrado da Pedreira
Indisponível
Linha São Francisco, S/N
S
W

Fonte: Inventário do Patrimônio Cultural Histórico (rural) do município de São João do Polêsine - RS (BEVILACQUA, 2009).

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município SÃO JOÃO DO POLÊSINE

Código SJP 060
Casa
Flia. Mario?
Est. Mun. C. Marcuzzo
S 29° 43.011'
W 53° 331.301'

Código SJP 061
Monumento Pe. C Marcuzzo
Comunidade
Est. Mun. C. Marcuzzo
S 29° 39.301'
W 53° 30.599'

Código SJP 062
Casa/sobrado
Mauri Pivetta
L. Duas, S/N - Vale Vêneto
S 29° 39.310'
W 53° 30.676'

Código SJP 063
Capela Sant'Ana
Mitra Diocesana Sta. Maria
Linha Duas
S 29° 38.788'
W 53° 30.117'

Código SJP 064
Casa/sobrado
Italino Bortoluzzi
Est. Mun. C. Marcuzzo
S 29° 39.301'
W 53° 30.599'

Código SJP 065
Casa/sobrado
Dorvalino Sartori
L. Duas, S/N- Vale Vêneto
S 29° 38.833'
W 53° 29.107'

Código SJP 066
Gruta N. Sra. Lourdes
Mitra Diocesana Sta. Maria
Estrada p/ Silveira Martins
S 29° 39.390'
W 53° 32.056'

Código SJP 067
Salão de Festas da Gruta
Mitra Diocesana Sta. Maria
Estrada p/ Silveira Martins
S?
W?

Código SJP 068
Casa/sobrado
Angelo Brondani
Linha 3, S/N-Vale Vêneto
S 29° 38.821'
W 53° 31.456'

Código SJP 069
Casa
Reni Bortoluzzi
São Valentin, S/N
S?
W?

Código SJP 070
Casa/sobrado
Ana Maria. Forcin Venturine
São Valentin, atrás capela
S 29 40 01.3
W 53 32 21.8

Código SJP 071
Grutinha
Mitra Diocesana Sta. Maria
Linha da Glória
S 29° 40.856'
W 53° 30.306'

Código SJP 072
Casa/sobrado-amarelo
Indisponível
Linha da Glória
S 29° 40.960'
W 53° 29.741'

Código SJP 073
Casa
Anilce Pozzati Dal Forno
São Rafael
0263151
UTM 6716603

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin

APÊNDICE K – BENS INVENTARIADOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL IMÓVEL (RURAL) DO MUNICÍPIO SILVEIRA MARTINS/RS.

(continua)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município SILVEIRA MARTINS			
Cód.PRS/89-0010.00002 Casa (fundos) Flia. Rosa Linassi Vila Cattani 22 J 0251311 UTM 6719290 	**Cód.PRS/89-0010.00003** Casa Verani Savegnago Vila Cattani Demolido	**Cód.PRS/89-0010.00004** Casa Alcides Schio Linha Base Demolido	**Cód.PRS/89-0010.00005** Casa de Fiorelo Ruviaro Maristela Ruviaro Linha Base 22 J 0237342 UTM 6709660
Cód. PRS/89-0010.00006 Casa Luisa Ruviario Linha Base 22 J 0255712 UTM 6719513 	**Cód.PRS/89-0010.00007** Casa Heitor Dalla Favera Marco 50 / Linha Base 22 J 0257647 UTM 6719737 	**Cód.PRS/89-0010.00008** CapitelSto. Antônio Mitra Diocesana Sta. Maria Marco 50 Linha Base 22 J 0258389 UTM 6719720 	**Cód.PRS/89-0010.00009** Casa (modificada) Idi Weber Marco 50 Linha Base 22 J 0256195 UTM 6719420
Cód. PRS/89-0010.00010 Casa (modificada) Claudino Rapachi Marco 50 Linha Base 22 J 0256268 UTM 6719459 	**Cód.PRS/89-0010.00011** Casa (pertence Fx. do Sot.) Fagner Feck Val Veronês S 29 36 05,4 W 53 29 51,7 	**Cód.PRS/89-0010.00012** Casa Flia Zamberlan Val Veronês S 29° 36.182' W 53° 31.658' 	**Cód.PRS/89-0010.00013** Casa (Ivonete Michelin) Flia. Zamberlan Val Veronês S 29 35 48,2 W 53 31 52,8

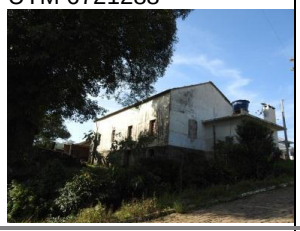
(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município SILVEIRA MARTINS

Cód. PRS/89-0010.00014
Cemitério
Mitra Diocesana Sta. Maria
Val Veronês
S 29º35'51"
W 53º31'51"

Cód.PRS/89-0010.00015
Capitel Michelin
Mitra Diocesana Sta. Maria
Val Verones
22 J 0253093
UTM 6722848

Cód.PRS/89-0010.00016
Casa
José Granzotto
Linha 2 Norte
22 J O250849
UTM 6721288



Cód.PRS/89-0010.00017
Casa
João Anversa
Linha 2 Norte

Demolido

Cód. PRS/89-0010.00018
Casa
Hélio Varini
Linha 2 Norte
22 J 0250870
UTM 6721279

Cód.PRS/89-0010.00020
Casa
Heroni Costa Beber
Linha 2 Norte
22 J 0251752
UTM 6721240

Cód.PRS/89-0010.00021
Casa
João Pissuti
Linha 2 Norte
22 J 0250863?
UTM 6721270

Falta foto

Cód.PRS/89-0010.00022

Ficha não encontrada

Cód. PRS/89-0010.00023
Casa
Olinto Varini
Linha 2 Norte

Demolido

Cód.PRS/89-0010.00024
Cpitel Sto.Antônio/Giacobbo
Mitra Diocesana Sta. Maria
Linha dos Mantuanos
22 J 0247356
UTM 6721039

Cód.PRS/89-0010.00025
Casa
Celso Pivotto
Linha dos Mantuanos
22 J 0248600
UTM 6719927

Cód.PRS/89-0010.00026
Casa/sobrado
Antonio Anversa
Linha dos Mantuanos
S 29º36'59"
W 53º37'44"

Cód. PRS/89-0010.00027
Casa
Valentin Weber
Linha Base
22 J 0255031
UTM 6720436

Cód.PRS/89-0010.00028
Casa
Antonio Weber
Linha Base

Não identificado

Cód.PRS/89-0010.00041
Capela. N. Sra. do Rosário
Mitra Diocesana Sta. Maria
Linha N. Sra. do Rosário
S 29° 38.211'
W 53° 35.462'

Cód.PRS/89-0010.00042
Casa
Ângelo Zotteli
Linha N. Sra. do Rosário
S 29° 38.211'
W 53° 35.462'

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município SILVEIRA MARTINS

Cód. PRS/89-0010.00043
Casa
Angelo Zotteli
Linha N. Sra. do Rosário

Demolido

Cód.PRS/89-0010.00044
Casa
Gino Belochio
Linha N. Sra. do Rosário
S 29° 38.573'
W 53° 31.387'

Cód.PRS/89-0010.00045
Casa
Adelino Antônio Zottele
Linha Zottele
S 29º 38' 08"
W 53º 36' 05"

Cód.PRS/89-0010.00046
Casa
Domingos Comaretto
Linha Zotteli

Demolido

Cód. PRS/89-0010.00047
Casa
Dileta Viera
Sede

Não identificado

Cód.PRS/89-0010.00048
Casa/sobrado
Flia. Pigatto
Vila Cattani
22 J 0250017
UTM 6719270

Cód.PRS/89-0010.00049

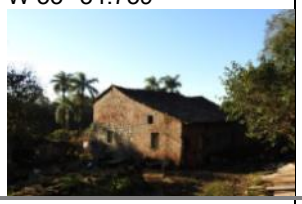
Ficha não encontrada

Cód.PRS/89-0010.00050
Olaria
Ludovico Guerra
Linha Pompéia
S 29° 40.250'
W 53° 35.457'

Cód. PRS/89-0010.00051
Casa/sobrado
Ludovico Guerra
Linha Pompéia
S 29° 40.277'
W 53° 35.488'

Cód.PRS/89-0010.00052
Casa/sobrado
José Lora
Linha Pompéia
S 29° 40.087'
W 53° 35.306'

Cód.PRS/89-0010.00053
Casa/sobrado
Francisco. Pomteli
Linha Pompéia
S 29° 39.645'
W 53° 34.759'



Cód.PRS/89-0010.00054
Casa/sobrado
Dino Bolzan
Linha Pompéia
S 29º39.922'
W 53º34.492'

Cód. PRS/89-0010.00055
Casa/sobrado/cantina
Flia. Visentini
Val Feltrina
22 J 0247072
UTM 6719077

Cód.PRS/89-0010.00056
Capitel Sto. Antônio Pádua
Mitra Diocesana Sta. Maria
Val Feltrina
22 J 0247203
UTM 6718195

Cód.PRS/89-0010.00057
Casa/sobrado
Adelino Cassol
Val Feltrina
22 J 0247203
UTM 6718195

Cód.PRS/89-0010.00058
Casa
Abramo Schio
Val Feltrina

Demolido

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município SILVEIRA MARTINS

Cód. PRS/89-0010.00059
Moinho
Vitório R. Carlesso
VRS 304/Val de Buia

Demolido

Cód.PRS/89-0010.00060
Casa/sobrado
Ramiro Primo Brondani
VRS 304/Val de Buia
S 29º40.297'
W 53º37.448'

Cód.PRS/89-0010.00061
Casa
Antonio Kapp
Val de Buia

Demolido

Cód.PRS/89-0010.00062
Casa/sobrado/moinho
Etelvino Moro
VRS 304/Val de Buia
22 J 0245595
UTM 67122831

Cód. PRS/89-0010.00063
Igreja São João Batista
Mitra Diocesana Sta. Maria
VRS 304/Val de Buia
22 J 0248809
UTM 6716648

Cód.PRS/89-0010.00064
Casa
Ingrazia Pelesi Patene
VRS/304-Val de Buia
22 J 0246867
UTM 6715909

Cód.PRS/89-0010.00065
Casa
Família Refosco?
VRS 304/Val de Buia
22 J 0246999
UTM 6715862

Cód.PRS/89-0010.00066
Casa
Flia. Rossatto
Val de Buia

Demolido

Cód. PRS/89-0010.00067
Casa
Flia. Nicoloso
Val de Buia
22 J 0247752
UTM 6715740

Cód.PRS/89-0010.00068
Cantina (Rest. Val de Buia)
Aita
VRS 304/Val de Buia
22 J 0247882
UTM 6715857

Cód.PRS/89-0010.00069
Capitel Nossa Senhora
Mitra Diocesana Sta. Maria
VRS 304/Val de Buia
22 J 0247944
UTM 6715867

Cód.PRS/89-0010.00070
Casa/sobrado
Heitor Aita
VRS 304/Val de Buia
22 J 0259942
UTM 6719832

Cód. PRS/89-0010.00071
Casa(1941)
Firmino Aita
VRS 304/Val de Buia
22 J 0248176
UTM 6715952

Cód.PRS/89-0010.00072
Casa
João Aita
Val de Buia

Não identificado

Cód.PRS/89-0010.00073
Casa
Albino Aita
VRS 304/Val de Buia
S 29º 39' 36"
W 53º 35' 57"

Cód.PRS/89-0010.00074
Capitel Sto. Antônio Pádua
Mitra Diocesana Sta. Maria
VRS 304/Val de Buia
S 29º 39'34"
W 53º 35'53"

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município SILVEIRA MARTINS

Cód. PRS/89-0010.00075
Casa (Osteria Val de Buia)
Clemor Balem
VRS 304/Val de Buia
22 J 0248516
UTM 6716083

Cód.PRS/89-0010.00076
Casa Valentin Aita
VRS 304/Val de Buia
22 J 0248861
UTM 6716167

Cód.PRS/89-0010.00077
Casa
Lino Vedoin
VRS 304/perau
22 J 0249820
UTM 6716803

Cód.PRS/89-0010.00078
Casa/sobrado
Santo Dorneles
Linha 3 ou Linha 6 Sul?
S 29º 40.309'
W 53º 33.896'

Cód. PRS/89-0010.00079
Casa/sobrado
Valdir Moro
L. 6 Sul/São Roque
S 29º 41.537'
W 53º 33.035'

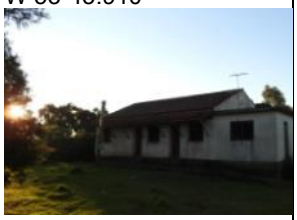
Cód.PRS/89-0010.00080
Casa (em ruína)
Luis Franke
Linha 6 Sul
S 29º41.551'
W 53º32.875'

Cód.PRS/89-0010.00081
Casa/sobrado
Olmiro Guerra
Linha 6 Sul
S 29º42.183'
W 53º32.094'

Cód.PRS/89-0010.00082
Casa/galpão (em ruína)
Santo Guerra
Linha 6 Sul
S 29º41.314'
W 53º32.876'

Cód. PRS/89-0010.00083
Casa/sobrado
Giácomo Palese
Linha 6 Sul
S 29º 40.848'
W 53º 33.311'

Cód.PRS/89-0010.00084
Casa (modificada)
Flia. Tolfo
Linha 3
S 29º42.534'
W 53º43.910'



Cód.PRS/89-0010.00085
Casa
Darci Guerra
Linha 6 Sul
S 29º 39.741'
W 53º 34.304'

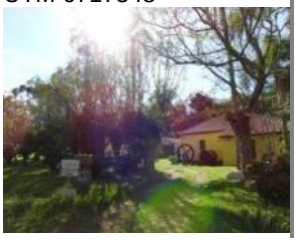
Cód.PRS/89-0010.00086
Casa/sobrado
Flia. Gentill Cereser
Linha 6 Norte
22 J 0252801
UTM 6723945

Cód. SIL 101
Monto ao Imigrante Italiano
Municipalidade Sta. Maria
RS 287-VRS 304
22 J 0252804
UTM 6719282

Cód. SIL 102
Casa
Francisco de Assis Brondani
Estrada dos Brondani
S 29º40.176'
W 53º37.681'

Cód. SIL 103
Casa esquina
Indisponível
VRS 304/Val de Buia
22 J 0246113
UTM 6716061

Cód. SIL 104
Casa/Cantina
Família Sala
ValFeltrina
22 J 0246562
UTM 6717348



(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município SILVEIRA MARTINS

Cód, SIL 105
Casa/Cantina
Virgílio Torri
Val Feltrina
22 J 0247217
UTM 6718359

Cód, SIL 106
Cemitério
Mitra Diocesana Sta. Maria
Val Feltrina
22 J 0247193
UTM 6718981

Cód, SIL 107
Ig. S. Vitor e Sta. Corona
Mitra Diocesana Sta. Maria
Val Feltrina
22 J 0247193
UTM 6718981

Cód. SIL 108 (1977)
Mnto. Imigrante Italiano
Municipalidade
VRS 304/Val de Buia
S 29º 39.794'
W 53º 35.611'

Cód. SIL 109
Gruta N. Sra. de Fátima
Municipalidade
VRS 304/Val de Buia
22 J 0248798
UTM 6716663

Cód. SIL 110
Cemitério Municipal
Mitra Diocesana Sta. Maria
Linha do Rosário
S 29º 38.737'
W 53º 35.244'

Cód. SIL 111
Capitel
Mitra Diocesana Sta. Maria
Linha do Rosário
S 29º 38.737'
W 53º 35.447'

Cód. SIL 112
Casa
Indisponível
Linha do Rosário
S 29º 38.739'
W 53º 35.501'

Cód. SIL 113
Casa
Indisponível
L.
S 29º38'19"
W 53º36'05"

Cód. SIL 114
Casa/chácara Sta. Eulália
Felisberto Antônio Barros
Linha Base
22 J 0252798
UTM 6719280

Cód. SIL 115
Indústria Catani
Flia Cattani
Linha Base
22 J 0251158
UTM 6719196

Cód. SIL 116
Casa
Indisponível
Linha Base
22 J 0250997
UTM 6718974

Cód. SIL 117
Casa
Indisponível
Linha 1
22 J 0250759
UTM 6716058

Cód. SIL 118
Casa
Darci Dalla Corte
Linha 1
22 J 0250867
UTM 6717843

Cód. SIL 119
Casa verde
Indisponível
Linha 1
22 J 0250753
UTM 6717806

Cód. SIL 120
Casa
Flia. Soprano
Linha 1
S
W

(continuação)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município SILVEIRA MARTINS

Cód. SIL 121
Casa/galpão
Silvana Pivotto
Linha 1
22 J 0253848
UTM 6718151

Cód. SIL 122
Casa
Indisponível
L. 6 Sul/ São Roque
S 29º41'06"
W 53º32'52"

Cód. SIL 123
Igreja São Roque/cemitério
Mitra Diocesana Sta. Maria
L.6 Sul/ São Roque
S 29º 41.448'
W 53º 32.923'

Cód. SIL 124
Casa/sobrado
Nilton José Stefanel
Linha 6 Sul
S 29º 41.197'
W 52º 33.365'

Cód. SIL 125
Casa/sobrado
Nilton José Stefanel
Linha 6 Sul
S 29º 41.254'
W 53º 33.334'

Cód. SIL 126
Casa
Indisponível
Linha Pompéia
22 J 0249642
UTM 6715374

Cód. SIL 127
Capitel São Pedro
Mitra Diocesana Sta. Maria
Linha Poméia
S 29° 24.631'
W 54° 44.064'

Cód. SIL 128
Casa
Indisponível
Linha Pompéia
S 28° 40.322'
W 53° 35.348'

Cód. SIL 129
Igreja N. Sra. Pompéia
Mitra Diocesana Sta. Maria
Linha Pompéia
S 29° 40.250'
W 53° 35.457'

Cód. SIL 130
Galpão
Ludovico Guerra
Linha Pompéia
S 29° 40.277'
W 53° 35.488'

Cód. SIL 131
Casa
Indisponível
Linha dos Mantuanos
22 J 0248785
UTM 6722292

Cód. SIL 132
Igreja Santa Inês
Mitra Diocesana Sta. Maria
Linha 2 Norte
22 J 0250848
UTM 6721212

Cód. SIL 133
Ig. N. S. da Saúde/Cemitério
Mitra Diocesana Sta. Maria
Linha 4 Norte
22 J 0247087
UTM 6723076

Cód. SIL 134
Igreja São Valentin
Mitra Diocesana Sta. Maria
Linha 6 Norte
S 29º35.029'
W 53º33.438'

Cód. SIL 135
Cemitário
Mitra Diocesana Sta. Maria
Linha 6 Norte
S 29º35.029'
W 53º33.438'

Cód. SIL 136
Escola (Brizoleta)
Municipalidade
Linha 6 Norte
S 29º35.029'
W 53º33.438'

(conclusão)

Bens inventariados do Patrimônio Cultural material imóvel (rural) do município SILVEIRA MARTINS

Cód. SIL 137 Cemitério (Santo. Anselmo) Mitra Diocesana Sta. Maria Linha Base 22 J 0255066 UTM 6719476 	**Cód. SIL 138** Capela Santo Anselmo Mitra Diocesana Sta. Maria Linha Base 22 J 0255197 UTM 6719454 	**Cód. SIL 139** Igreja Mitra Diocesana Sta. Maria Val Veronês S 29 36 05,7 W 53 29 51,7 	**Cód. SIL 140** Casa João Pissuti? Linha 2 22 J 0250635 UTM 6721270
Cód. SIL 141 Casa Celso Bianchi ValFeltrina 22 J 0247186 UTM 6719007 			

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

APÊNDICE L – QUADROS DE APLICAÇÃO DE CRITÉRIOS VALORATIVOS (*IN SITU)* PARA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS BENS DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL IMÓVEL RURAL DOS MUNICÍPIOS, COMO LIPS.

(continua)

Município Agudo: Patrimônio Cultural material imóvel rural							
Critérios de valor − seleção/classificação							
Edif. Rural CÓDIGO	**Acesso**	**Tipologia**	**Antiguidade**	**Técnica construtiva**	**Conservação**	**Inserção na paisagem**	**Soma**
AGU 001	4	3	2	4	3	3	19
AGU 002	5	4	3	4	4	4	**24**
AGU 003	5	3	1	3	4	5	**21**
AGU 004	5	5	4	4	4	5	**27**
AGU 005	5	5	5	4	4	5	**28**
AGU 006	4	3	2	4	5	4	**22**
AGU 007	4	3	1	3	5	4	20
AGU 008	4	3	1	3	5	5	**21**
AGU 009	4	4	1	2	4	4	19
AGU 010	5	4	3	3	5	4	**24**
AGU 011	5	4	2	4	4	4	**23**
AGU 012	4	3	1	4	4	4	20
AGU 013	4	3	3	2	4	2	18
AGU 014	4	2	2	4	5	3	20
AGU 015	4	3	1	4	3	3	18
AGU 016	4	4	3	2	5	4	**22**
AGU 017	4	3	1	4	4	4	20
AGU 018	5	4	2	4	4	3	**22**
AGU 019	4	4	2	4	3	3	20
AGU 020	5	3	2	4	4	2	20
AGU 021	5	4	5	2	4	3	**23**
AGU 022	4	3	2	2	4	4	19
AGU 023	4	3	1	4	4	3	19
AGU 024	4	4	5	4	4	4	**25**
AGU 025	4	3	5	3	4	4	**23**
AGU 026	4	4	3	4	4	5	**24**
AGU 027	4	3	3	4	3	3	20
AGU 028	4	4	4	3	3	4	**22**
AGU 029	4	3	4	2	4	3	20
AGU 030	4	3	5	4	4	4	**24**
AGU 031	5	3	4	3	3	3	**21**
AGU 032	5	5	3	3	4	4	**24**
AGU 033	5	5	4	4	4	4	**26**
AGU 034	5	4	2	5	3	3	**22**
AGU 035	4	5	3	4	4	4	**24**
AGU 036	5	3	1	4	3	3	19
AGU 037	5	5	1	4	3	3	**21**
AGU 038	4	4	1	4	4	3	20
Observação: em vermelho, reavaliados *in situ.* Na sequência, em azul, demais bens observados a campo.							
AGU 039	4	4	1	2	4	2	17
AGU 040	4	4	1	2	3	2	16
AGU 041	4	4	3	3	3	3	20
AGU 042	5	4	4	3	2	2	20
AGU 043	4	4	1	2	3	3	17
AGU 044	3	3	2	2	3	3	15
AGU 045	4	4	3	3	4	4	**22**
AGU 046	5	3	1	1	3	2	15
AGU 047	4	3	1	2	4	2	15
AGU 048	5	5	5	4	4	4	**27**
AGU 049	5	4	3	3	3	3	**21**

(continuação)

Município Agudo: Patrimônio Cultural material imóvel rural							
Critérios de valor − seleção/classificação							
Edif. Rural CÓDIGO	Acesso	Tipologia	Antiguidade	Técnica construtiva	Conservação	Inserção na paisagem	Soma
AGU 050	4	4	2	3	5	3	**21**
AGU 051	4	5	3	4	3	3	**22**
AGU 052	2	5	3	4	2	5	**21**
AGU 053	4	4	3	4	3	4	**22**
AGU 054	4	4	4	3	5	4	**24**
AGU 055	4	4	2	2	5	3	20
AGU 056	5	3	1	2	4	2	17
AGU 057	5	4	3	4	4	2	**22**
AGU 058	4	3	1	2	3	2	15
AGU 059	4	4	3	3	2	5	**21**
AGU 060	4	5	4	4	3	4	**24**
AGU 061	4	4	4	4	3	4	**23**
AGU 062	4	3	2	2	4	3	18
AGU 063	5	4	4	4	4	4	**25**
AGU 064	4	5	3	4	3	3	**22**
AGU 065	5	3	2	2	3	3	18
AGU 066	4	2	2	2	4	2	16
AGU 067	4	2	1	2	3	5	17
AGU 068	4	2	2	2	4	2	16
AGU 069	4	4	2	3	4	2	19
AGU 070	4	4	3	4	4	4	**23**
AGU 071	5	2	2	2	3	2	16
AGU 072	5	4	2	2	4	2	19
AGU 073	3	4	1	1	4	3	16
AGU 074	4	4	2	3	5	4	**22**
AGU 075	5	5	1	4	5	5	**25**
AGU 076	4	3	2	2	3	2	16
AGU 077	5	3	1	2	3	2	16
AGU 078	4	3	2	3	3	2	17
AGU 079	4	3	3	3	3	3	19
AGU 080	5	5	5	4	4	4	**27**
AGU 081	4	5	1	2	5	4	**21**
AGU 082	5	3	2	3	4	4	**21**
AGU 083	5	4	3	4	3	2	**21**
AGU 084	3	4	4	4	4	4	**23**
AGU 085	5	5	5	4	4	4	**27**
AGU 086	4	5	1	2	5	4	**21**
AGU 087	4	3	3	3	2	2	17
AGU 088	5	3	1	1	3	2	15
AGU 089	5	3	1	1	3	2	15
AGU 090	4	5	2	3	3	4	**21**
AGU 091	4	5	1	2	5	4	**21**
AGU 092	5	3	1	2	3	2	16
AGU 093	4	5	1	2	5	4	**21**
AGU 094	4	3	1	2	5	2	17
AGU 095	4	4	2	3	3	4	20
AGU 096	4	4	2	3	4	4	**21**
AGU 097	4	2	1	2	4	2	15
AGU 098	5	4	3	4	3	2	**21**
AGU 099	4	4	3	3	4	3	**21**
AGU 100	4	4	1	1	4	3	17
AGU 101	5	4	4	4	4	4	**25**
AGU 102	4	3	1	3	4	1	16
AGU 103	5	4	1	4	5	2	**21**
AGU 104	4	3	2	2	1	1	13
AGU 105	5	3	1	2	4	2	17
AGU 106	4	3	1	2	4	3	17
AGU 107	4	3	1	2	4	3	17

(conclusão)

Município Agudo: Patrimônio Cultural material imóvel rural							
Critérios de valor − seleção/classificação							
Edif. Rural CÓDIGO	Acesso	Tipologia	Antiguidade	Técnica construtiva	Conservação	Inserção na paisagem	Soma
AGU 108	4	3	1	2	4	4	18
AGU 109	4	3	1	2	4	4	18
AGU 110	4	5	2	3	4	2	20

Obs: Em negrito bens culturais classificados conforme Mediana resultada (= 21).

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

(continua)

Município DONA FRANCISCA: Patrimônio Cultural material imóvel rural							
Critérios de valor − seleção/classificação							
Edif. Rural CÓDIGO	Acesso	Tipologia	Antiguidade	Técnica construtiva	Conservação	Inserção na paisagem	Soma
DON 001	4	4	3	3	3	4	**21**
DON 002	4	2	1	2	3	2	14
DON 003	4	4	1	3	4	3	19
DON 004	4	4	2	4	4	3	**21**
DON 005	5	3	1	2	3	2	16
DON 006	4	4	4	4	2	2	**20**
DON 007	4	4	4	4	4	4	**24**
DON 008	4	3	1	3	4	2	17
DON 009	5	3	1	4	3	3	19
DON 010	4	4	2	3	4	3	**20**
DON 011	4	3	1	3	1	2	14
DON 012	4	4	4	2	4	3	**21**
DON 013	5	4	1	2	4	2	18
DON 014	4	4	1	2	3	2	16
DON 015	4	4	2	2	2	2	17
DON 016	4	4	2	2	4	3	19
DON 017	4	3	1	2	4	2	16
DON 018	4	4	2	2	5	2	19
DON 019	4	3	2	2	3	3	17
DON 020	4	4	2	3	4	3	**20**
DON 021	4	3	2	2	4	2	17
DON 022	5	4	4	4	4	4	**25**
DON 023	4	3	2	2	3	3	17
DON 024	4	3	1	2	3	3	16
DON 025	4	4	5	3	2	3	**21**
DON 026	4	4	3	4	2	3	**20**
DON 027	5	4	1	3	3	3	19
DON 028	5	3	1	2	4	3	18
DON 029	4	4	5	4	3	3	**23**
DON 030	5	3	1	2	4	3	18
DON 031	5	3	1	2	4	3	18
DON 032	5	4	1	4	4	4	**22**
Observação: em vermelho, reavaliados *in situ.* Na sequência, em azul, demais bens observados a campo.							
DON 033	5	5	2	2	5	1	**20**
DON 034	4	2	1	2	4	2	15
DON 035	4	2	1	2	4	3	16
DON 036	4	3	2	2	4	3	18
DON 037	4	3	3	2	3	3	18
DON 038	4	4	2	3	4	3	**20**
DON 039	4	5	4	4	4	3	**24**
DON 040	4	5	4	3	3	3	**22**
DON 041	5	4	2	3	5	2	**21**

(conclusão)

Município DONA FRANCISCA: Patrimônio Cultural material imóvel rural							
Critérios de valor − seleção/classificação							
Edif. Rural CÓDIGO	Acesso	Tipologia	Antiguidade	Técnica construtiva	Conservação	Inserção na paisagem	Soma
DON 042	5	4	1	2	5	2	19
DON 043	5	4	4	3	4	3	**24**
DON 044	4	5	4	4	2	3	**22**
DON 045	4	4	4	3	4	3	**21**
DON 046	4	4	3	3	3	3	**20**
DON 047	4	4	4	3	4	3	**21**
DON 048	4	4	4	2	4	3	**21**
DON 049	5	4	3	3	3	2	**20**
DON 050	5	4	2	3	5	2	**21**
DON 051	4	4	2	3	4	2	19
DON 052	3	3	2	2	4	3	17
DON 053	4	4	2	3	4	3	**20**
DON 054	4	4	2	3	4	3	**20**
DON 055	4	3	2	2	2	3	16
DON 056	4	4	3	3	4	4	**22**

Obs: Em negrito bens culturais classificados conforme Mediana = 20.

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin

(continua)

Município FAXINAL DO SOTURNO: Patrimônio Cultural material imóvel rural							
Critérios de valor − seleção/classificação							
Edif. Rural CÓDIGO	Acesso	Tipologia	Antiguidade	Técnica construtiva	Conservação	Inserção na paisagem	Soma
FAX 001	5	4	1	2	4	3	19
FAX 002	4	4	5	4	2	4	**23**
FAX 003	4	4	4	3	3	3	**21**
FAX 004	3	2	1	2	2	3	13
FAX 005	4	4	3	3	4	3	**21**
FAX 006	4	2	2	2	4	3	17
FAX 007	5	3	2	2	4	2	18
FAX 008	4	4	3	3	4	3	**21**
FAX 009	5	4	4	3	4	3	**23**
FAX 010	5	4	5	3	3	3	**23**
FAX 011	5	4	3	3	3	3	**21**
FAX 012	3	4	2	2	2	2	15
FAX 013	5	4	1	2	5	3	**20**
FAX 014	4	4	5	3	1	3	**20**
FAX 015	4	4	2	3	3	2	18
FAX 016	4	4	4	2	3	3	**20**
FAX 017	5	4	4	3	4	3	**23**
FAX 018	5	4	1	3	5	4	**22**
FAX 019	4	4	3	3	4	3	**21**
FAX 020	4	4	2	3	4	2	19
FAX 021	5	4	2	3	4	3	**21**
FAX 022	0	0	0	0	0	0	0
FAX 023	5	4	1	2	4	1	17
FAX 024	4	4	2	2	2	2	16
FAX 025	5	4	1	2	4	3	19
FAX 026	5	3	4	3	3	2	**20**
FAX 027	4	3	1	2	4	2	16
FAX 028	4	4	1	2	4	2	17
FAX 029	4	2	5	2	4	2	19
FAX 030	4	3	2	2	2	2	15
FAX 031	5	4	1	2	3	3	18

(conclusão)

Município FAXINAL DO SOTURNO: Patrimônio Cultural material imóvel rural							
Critérios de valor − seleção/classificação							
Edif. Rural CÓDIGO	**Acesso**	**Tipologia**	**Antiguidade**	**Técnica construtiva**	**Conservação**	**Inserção na paisagem**	**Soma**
FAX 032	5	3	1	2	3	3	17
FAX 033	4	3	3	3	3	2	18
FAX 034	5	3	1	2	4	1	16
FAX 035	5	4	1	2	5	3	**20**
FAX 036	5	4	1	2	4	3	**19**
Observação: em vermelho, reavaliados *in situ.* Na sequência, em azul, demais bens observados a campo.							
FAX 037	4	4	1	2	4	3	18
FAX 038	5	3	1	2	5	2	18
FAX 039	4	4	2	3	4	3	**20**
FAX 040	5	4	1	3	5	3	**21**
FAX 041	4	4	4	3	4	3	**21**
FAX 042	5	4	3	3	4	2	**21**
FAX 043	5	4	1	2	4	2	18
FAX 044	4	4	3	3	4	3	**21**
FAX 045	5	4	1	4	5	2	**21**
FAX 046	5	4	1	4	5	2	**21**
FAX 047	5	4	4	3	4	3	**23**
FAX 048	5	4	1	3	4	3	**20**
FAX 049	4	4	2	2	4	3	19
FAX 050	4	4	1	2	3	3	17
FAX 051	5	4	2	2	4	3	**20**
FAX 052	5	4	1	2	4	2	18
FAX 053	5	4	2	3	4	2	**20**
FAX 054	5	4	2	3	4	2	**20**
FAX 055	4	4	3	3	4	3	**21**
FAX 056	5	4	1	3	4	3	**20**

Obs: Em negrito bens culturais classificados conforme Mediana = 20.

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin

(continua)

Município IVORÁ: Patrimônio Cultural material imóvel rural							
Critérios de valor − seleção/classificação							
Edif. Rural CÓDIGO	**Acesso**	**Tipologia**	**Antiguidade**	**Técnica construtiva**	**Conservação**	**Inserção na paisagem**	**Soma**
IVO 001	5	4	1	2	4	2	18
IVO 002	5	4	2	3	5	2	**21**
IVO 003	4	4	2	2	1	2	15
IVO 004	5	4	5	3	4	3	**24**
IVO 005	5	4	4	3	4	2	**22**
IVO 006	4	4	4	3	4	2	**21**
IVO 007	4	4	1	2	5	2	18
IVO 008	5	4	1	2	5	2	19
IVO 009	4	4	1	2	4	2	17
IVO 010	4	4	1	2	4	2	17
IVO 011	4	4	4	2	5	3	**22**
IVO 012	4	4	5	3	4	2	**22**
IVO 013	4	4	3	5	3	3	**22**
IVO 014	5	4	1	2	4	2	18
IVO 015	5	3	1	4	5	3	**21**
IVO 016	4	4	1	2	4	3	18
IVO 017	4	4	4	4	3	3	**22**
IVO 018	4	4	4	4	3	3	**22**
IVO 019	3	5	4	5	4	4	**25**

(conclusão)

Município IVORÁ: Patrimônio Cultural material imóvel rural							
Critérios de valor − seleção/classificação							
Edif. Rural CÓDIGO	**Acesso**	**Tipologia**	**Antiguidade**	**Técnica construtiva**	**Conservação**	**Inserção na paisagem**	**Soma**
IVO 020	4	3	4	3	5	3	**22**
IVO 021	4	3	4	3	5	3	**22**
IVO 022	4	4	1	4	4	3	20
IVO 023	5	4	5	4	4	3	**25**
IVO 024	3	4	4	3	3	4	**21**
IVO 025	3	4	1	2	4	3	17
IVO 026	3	3	1	2	4	3	16
IVO 027	5	4	2	3	5	3	**22**
IVO 028	4	3	1	2	3	2	15
IVO 029	4	4	1	2	5	5	**21**
IVO 030	3	5	5	-	5	4	**22**
IVO 031	4	4	4	3	4	2	**21**
Observação: em vermelho, reavaliados *in situ*. Na sequência, em azul, demais bens observados a campo.							
IVO 032	5	4	1	2	4	2	18
IVO 033	5	4	4	3	4	3	**23**
IVO 034	5	4	1	2	4	2	18
IVO 035	5	4	5	2	4	2	**22**
IVO 036	5	4	1	2	4	3	19
IVO 037	5	4	1	2	4	2	18
IVO 038	5	4	1	2	5	2	19
IVO 039	5	4	3	3	5	2	**22**
IVO 040	5	4	1	2	4	2	18
IVO 041	5	4	1	2	4	4	20
IVO 042	5	5	5	3	4	2	**24**
IVO 043	5	4	1	1	3	2	16
IVO 044	5	3	1	2	5	2	18
IVO 045	3	5	4	4	2	4	**22**
IVO 046	5	4	1	1	3	2	16
IVO 047	5	4	1	2	4	2	18
IVO 048	5	4	1	3	5	3	**21**
IVO 049	5	4	1	2	5	2	19
IVO 050	5	4	1	3	5	4	**22**
IVO 051	5	4	1	1	4	3	18
IVO 052	4	5	5	3	3	2	**22**
IVO 053	5	4	1	2	4	2	18
IVO 054	1	5	1	4	5	5	**21**
IVO 055	5	4	1	3	3	3	19

Obs: Em negrito bens culturais classificados conforme Mediana = 21.

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin

(continua)

Município Nova Palma: Patrimônio Cultural material imóvel rural							
Critérios de valor − seleção/classificação							
Edif. Rural CÓDIGO	**Acesso**	**Tipologia**	**Antiguidade**	**Técnica construtiva**	**Conservação**	**Inserção na paisagem**	**Soma**
NOV 001	5	4	4	3	4	2	**22**
NOV 002	5	4	1	1	3	2	16
NOV 003	5	5	2	3	5	2	**22**
NOV 004	5	3	2	2	4	2	18
NOV 005	5	4	1	1	5	3	19
NOV 006	5	5	2	3	5	3	**23**
NOV 007	5	5	2	2	5	3	**21**
NOV 008	5	4	2	3	4	3	**21**

(conclusão)

Município Nova Palma: Patrimônio Cultural material imóvel rural							
Critérios de valor − seleção/classificação							
Edif. Rural CÓDIGO	**Acesso**	**Tipologia**	**Antiguidade**	**Técnica construtiva**	**Conservação**	**Inserção na paisagem**	**Soma**
NOV 009	4	3	1	2	3	2	15
NOV 010	5	5	1	2	5	3	**21**
NOV 011	5	4	1	3	5	3	**21**
NOV 012	5	4	1	2	5	4	**21**
NOV 013	4	4	2	4	4	3	**21**
NOV 014	5	4	1	3	5	4	**22**
NOV 015	4	4	2	3	4	3	20
NOV 016	5	-	5	5	4	4	**23**
Observação: em vermelho, reavaliados *in situ*. Na sequência, em azul, demais bens observados a campo.							
NOV 017	4	4	3	3	5	3	**22**
NOV 018	5	4	1	3	5	3	**21**
NOV 019	5	5	1	3	5	2	**21**
NOV 020	5	3	1	3	3	2	17
NOV 021	4	4	2	3	4	4	**21**
NOV 022	4	4	2	3	4	3	20
NOV 023	5	4	1	2	4	2	18
NOV 024	5	5	1	2	5	2	20
NOV 025	5	3	1	2	5	2	18
NOV 026	5	4	1	3	5	2	20
NOV 027	5	4	1	2	5	2	19
NOV 028	5	4	1	2	5	3	20
NOV 029	5	5	1	2	4	4	**21**
NOV 030	5	4	1	4	4	4	**22**
NOV 031	5	5	2	2	4	3	**21**
NOV 032	5	4	1	2	5	3	20
NOV 033	5	4	1	2	5	1	18
NOV 034	5	4	2	3	4	2	20
NOV 035	5	5	1	2	5	2	19
NOV 036	5	4	1	2	4	2	18
NOV 037	5	4	2	3	5	2	**21**
NOV 038	5	4	1	2	5	2	19
NOV 039	4	3	2	3	4	2	18
NOV 040	5	4	2	3	4	3	**21**
N0V 041	4	4	2	3	5	3	**21**
NOV 042	4	5	2	3	4	3	**21**
NOV 043	4	4	4	5	4	3	**24**
NOV 044	3	-	5	5	5	3	**21**
NOV 045	5	4	1	2	5	2	19

Obs: Em negrito bens culturais classificados conforme Mediana resultada (= 21).

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin

(continua)

Município Pinhal Grande: Patrimônio Cultural material imóvel rural							
Critérios de valor − seleção/classificação							
Edif. Rural CÓDIGO	**Acesso**	**Tipologia**	**Antiguidade**	**Técnica construtiva**	**Conservação**	**Inserção na paisagem**	**Soma**
PIN 001	4	1	5	4	1	2	17
PIN 002	5	4	1	2	5	2	**19**
PIN 003	5	5	1	2	5	2	**20**
PIN 004	5	5	1	2	4	3	**20**
PIN 005	5	5	2	3	4	2	**21**
PIN 006	5	4	1	2	5	2	**19**
PIN 007	5	4	1	1	4	2	17

(conclusão)

Município Pinhal Grande: Patrimônio Cultural material imóvel rural							
Critérios de valor − seleção/classificação							
Edif. Rural CÓDIGO	**Acesso**	**Tipologia**	**Antiguidade**	**Técnica construtiva**	**Conservação**	**Inserção na paisagem**	**Soma**
PIN 008	5	4	1	1	4	2	17
PIN 009	4	3	1	2	3	3	15
PIN 010	5	5	2	2	5	3	**22**
PIN 011	5	4	1	1	5	2	18
PIN 012	5	4	1	1	4	2	17
PIN 013	4	5	2	2	4	2	**19**
PIN 014	5	5	2	4	5	3	**24**
PIN 015	5	3	1	2	4	2	17
PIN 016	5	5	2	3	3	2	**20**
PIN 017	5	4	1	2	5	2	**19**
PIN 018	5	5	2	2	4	2	**20**
PIN 019	4	5	2	2	3	2	18
PIN 020	4	4	1	1	3	4	17
PIN 021	4	4	2	3	4	3	**20**
PIN 022	5	4	1	2	4	3	**19**
PIN 023	4	4	1	2	4	2	17
PIN 024	5	5	2	3	4	2	**21**
PIN 025	5	4	1	1	5	2	18
PIN 026	5	4	1	1	4	2	17
PIN 027	5	5	2	2	3	2	**19**
PIN 028	5	4	1	2	4	2	18
PIN 029	5	3	1	2	4	2	17
PIN 030	4	4	1	2	4	2	17
PIN 031	3	–	5	4	5	4	**21**
PIN 032	5	5	1	5	5	4	**25**
Observação: em vermelho, reavaliados *in situ*. Na sequência, em azul, demais bens observados a campo.							
PIN 033	5	5	1	2	5	2	**20**
PIN 034	5	4	1	1	5	2	18
PIN 035	**= PIN 010**						
PIN 036	5	5	1	4	4	3	**22**
PIN 037	5	5	2	3	4	2	**21**
PIN 038	5	4	1	1	4	2	17

Obs: Em negrito bens culturais classificados conforme Mediana resultada (=19).

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

(continua)

Município Restinga Seca: Patrimônio Cultural material imóvel rural							
Critérios de valor − seleção/classificação							
Edif. Rural CÓDIGO	**Acesso**	**Tipologia**	**Antiguidade**	**Técnica construtiva**	**Conservação**	**Inserção na paisagem**	**Soma**
RES 001	4	3	1	1	2	1	12
RES 002	5	4	1	1	4	2	17
RES 003	4	4	1	1	4	4	**18**
RES 004	4	4	2	2	4	2	**18**
RES 005	4	4	1	1	4	2	16
RES 006	4	4	2	2	4	2	**18**
RES 007	4	4	2	2	4	2	**18**
RES 008	4	3	1	1	4	1	14
RES 009	4	3	1	1	4	1	14
RES 010	4	4	1	1	3	1	14
RES 011	4	3	1	1	4	1	14
RES 012	5	4	4	1	2	2	**18**
RES 013	5	3	2	3	4	2	**19**
RES 014	4	4	2	4	3	2	**19**

(continuação)

Município Restinga Seca: Patrimônio Cultural material imóvel rural							
Critérios de valor − seleção/classificação							
Edif. Rural CÓDIGO	**Acesso**	**Tipologia**	**Antiguidade**	**Técnica construtiva**	**Conservação**	**Inserção na paisagem**	**Soma**
RES 015	4	4	1	2	4	1	16
RES 016	4	4	2	3	4	2	**19**
RES 017	4	3	1	1	4	1	14
RES 018	4	4	3	2	3	2	**18**
RES 019	3	5	1	3	4	5	**21**
RES 020	4	2	1	2	4	2	15
RES 021	5	4	2	5	2	2	**20**
RES 022	5	4	1	2	5	1	**18**
RES 023	5	3	1	2	3	1	15
RES 024	5	4	2	5	2	2	**20**
RES 025	4	3	1	2	2	1	13
RES 026	5	4	2	3	3	1	**18**
RES 027	5	3	2	1	2	1	14
RES 028	5	4	1	1	4	1	16
RES 029	3	5	3	4	4	3	**22**
RES 030	4	4	1	2	3	2	16
RES 031	5	4	1	2	4	2	**18**
RES 032	5	4	1	2	4	2	**18**
RES 033	4	4	3	2	3	2	**18**
RES 034	4	4	4	3	4	2	**21**
RES 035	4	4	3	3	4	2	**20**
RES 036	5	4	4	3	4	2	**22**
RES 037	4	4	3	3	4	2	**20**
RES 038	5	4	3	3	4	2	**21**
RES 039	4	4	2	2	4	2	**18**
RES 040	4	4	2	2	4	2	**18**
RES 041	4	4	2	4	4	2	**20**
RES 042	4	5	1	3	4	5	**22**
RES 043	5	4	3	3	4	1	**20**
RES 044	5	4	3	3	3	2	**20**
RES 045	5	4	3	3	4	1	**20**
Observação: em vermelho, reavaliados *in situ.* Na sequência, em azul, demais bens observados a campo.							
RES 046	5	4	1	2	4	1	17
RES 047	5	4	1	2	4	1	17
RES 048	4	3	1	2	4	2	16
RES 049	5	4	1	2	4	1	17
RES 050	4	4	1	2	3	2	16
RES 051	5	4	1	2	3	1	16
RES 052	5	4	1	1	4	1	16
RES 053	5	4	3	3	3	2	**20**
RES 054	5	5	1	2	4	2	**19**
RES 055	4	4	3	3	3	2	**21**
RES 056	5	4	1	2	4	2	**18**
RES 057	3	3	1	2	4	2	15
RES 058	5	3	1	2	4	2	17
RES 059	4	2	1	2	3	2	14
RES 060	4	2	1	2	3	2	14
RES 061	4	1	2	2	1	2	13
RES 062	4	4	1	2	4	2	17
RES 063	4	3	1	2	4	2	16
RES 064	5	4	1	2	4	1	17
RES 065	4	3	1	2	4	2	16
RES 066	4	3	1	2	4	2	16
RES 067	4	3	2	2	4	2	17
RES 068	5	3	1	2	4	1	16
RES 069	5	4	2	3	4	2	**20**
RES 070	4	2	2	2	4	2	16

(conclusão)

Município Restinga Seca: Patrimônio Cultural material imóvel rural							
Critérios de valor − seleção/classificação							
Edif. Rural CÓDIGO	**Acesso**	**Tipologia**	**Antiguidade**	**Técnica construtiva**	**Conservação**	**Inserção na paisagem**	**Soma**
RES 071	4	3	1	2	4	2	16
RES 072	4	4	3	3	3	2	**19**
RES 073	5	4	2	2	4	2	**19**
RES 074	4	3	1	2	4	2	16
RES 075	4	4	1	2	3	2	16
RES 076	3	3	1	2	3	2	14
RES 077	4	4	3	3	4	3	**21**
RES 078	4	4	3	3	3	2	**19**
RES 079	4	2	2	2	4	2	16
RES 080	5	4	2	3	4	2	**20**
RES 081	5	4	3	3	3	2	**20**
RES 082	5	4	1	2	4	1	17
RES 083	5	4	3	3	4	1	**20**
RES 084	4	4	1	3	4	1	17
RES 085	4	3	1	2	4	1	15
RES 086	3	3	1	2	4	1	14
RES 087	4	4	1	2	3	2	16
RES 088	4	3	1	2	4	2	16
RES 089	4	5	2	3	3	2	**19**
RES 090	4	3	2	2	3	2	16
RES 091	4	4	1	2	4	2	17
RES 092	4	4	2	2	4	2	**18**
RES 093	5	4	1	2	4	1	17
RES 094	4	3	1	2	4	1	15
RES 095	5	4	1	2	4	2	**18**
RES 096	5	4	1	2	5	2	**19**
RES 097	5	4	3	3	4	3	**22**
RES 098	5	4	1	3	5	2	**20**
RES 099	5	4	3	3	4	3	**22**
RES 100	4	4	2	3	5	2	**20**
RES 101	5	4	2	3	4	2	**20**
RES 102	5	4	1	2	3	2	17
RES 103	4	3	2	2	3	3	17
RES 104	4	4	2	2	3	2	17
RES 105	5	4	3	3	4	2	**21**
RES 106	4	3	2	3	4	2	17
RES 107	5	4	1	2	4	1	17
RES 108	5	4	1	2	4	1	**17**
RES 109	5	4	1	2	4	1	17
RES 110	5	4	1	2	5	2	**19**
RES 111	4	3	1	2	4	2	16
RES 112	4	4	3	3	4	2	**20**
RES 113	4	4	3	3	4	3	**21**
RES 114	5	3	5	4	2	3	**22**
RES 115	4	3	1	2	4	2	16

Obs: Em negrito, bens culturais classificados conforme Mediana resultada (=18).

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

(continua)

Município São João do Polêsine: Patrimônio Cultural material imóvel rural							
Critérios de valor − seleção/classificação							
Edif. Rural CÓDIGO	**Acesso**	**Tipologia**	**Antiguidade**	**Técnica construtiva**	**Conservação**	**Inserção na paisagem**	**Soma**
SJP 001	4	4	1	1	3	3	16
SJP 002	4	4	2	3	4	3	**20**
SJP 003	4	4	3	3	5	3	**21**
SJP 004	4	4	1	2	3	2	16
SJP 005	4	4	2	4	3	2	**19**
SJP 006	4	4	1	2	5	2	18
SJP 007	4	4	1	3	5	2	**19**
SJP 008	4	4	3	2	3	2	18
SJP 009	5	4	1	2	4	2	18
SJP 010	4	4	5	4	3	3	**23**
SJP 011	5	4	1	4	4	3	**21**
SJP 012	5	4	1	2	4	2	18
SJP 013	4	4	4	3	4	3	**22**
SJP 014	4	3	5	3	4	3	**22**
SJP 015	demolido						–
SJP 016	3	5	2	3	2	3	18
SJP 017	5	4	1	3	4	2	**19**
SJP 018	5	4	1	2	4	2	18
SJP 019	4	4	2	3	4	3	**20**
SJP 020	4	4	1	2	4	2	17
SJP 021	5	4	1	2	4	1	17
SJP 022	5	4	1	2	4	1	17
SJP 023	4	4	1	3	4	3	**19**
SJP 024	5	4	1	2	4	2	18
SJP 025	5	4	1	2	4	2	18
SJP 026	4	3	1	2	4	3	17
SJP 027	5	5	2	3	4	3	**22**
SJP 028	5	4	1	2	4	2	18
SJP 029	5	5	1	3	5	2	**21**
SJP 030	5	4	1	2	3	2	17
SJP 031	4	4	1	3	4	4	**20**
SJP 032	4	4	2	3	4	4	**21**
SJP 033	4	4	1	3	2	2	16
SJP 034	4	3	2	3	4	3	**19**
SJP 035	4	5	5	4	4	3	**25**
SJP 036	5	4	1	3	3	3	**19**
SJP 037	5	4	1	2	4	3	**19**
SJP 038	5	4	1	2	5	3	**20**
SJP 039	4	5	5	4	3	3	**24**
SJP 040	4	4	5	3	4	3	**23**
SJP 041	3	5	5	4	2	3	**22**
SJP 042	2	4	2	3	1	3	15
SJP 043	5	4	1	2	4	2	18
SJP 044	5	2	5	4	1	3	**20**
SJP 045	5	4	1	2	4	2	18
SJP 046	5	5	2	3	5	3	**23**
SJP 047	4	4	1	3	3	2	17
SJP 048	4	4	4	2	2	2	18
SJP 049	5	5	1	3	3	2	**19**
SJP 050	4	4	1	2	4	3	18
SJP 051	4	5	5	4	3	3	**24**
SJP 052	4	5	5	4	5	3	**26**
SJP 053	4	4	4	3	5	2	**22**
SJP 054	5	4	3	3	5	2	**22**
SJP 055	4	4	2	3	2	2	17
SJP 056	4	4	1	3	2	2	16
SJP 057	5	5	1	5	3	1	**20**
SJP 058	4	4	1	3	2	2	16

(conclusão)

Município São João do Polêsine: Patrimônio Cultural material imóvel rural							
Critérios de valor − seleção/classificação							
Edif. Rural CÓDIGO	**Acesso**	**Tipologia**	**Antiguidade**	**Técnica construtiva**	**Conservação**	**Inserção na paisagem**	**Soma**
SJP 059	4	4	2	3	3	2	18
Observação: em vermelho, reavaliados *in situ.* Na sequência, em azul, demais bens observados a campo.							
SJP 060	4	4	1	2	4	3	17
SJP 061	5	5	1	3	4	2	**20**
SJP 062	5	4	3	3	4	3	**22**
SJP 063	4	5	2	3	5	3	**22**
SJP 064	5	4	3	3	4	3	**22**
SJP 065	5	5	3	3	4	2	**22**
SJP 066	5	5	1	3	4	3	**21**
SJP 067	4	4	1	2	4	3	18
SJP 068	4	4	3	3	5	3	**22**
SJP 069	3	1	5	3	1	3	16
SJP 070	4	4	3	3	4	3	**21**
SJP 071	5	5	1	1	4	2	18
SJP 072	3	4	1	2	4	3	17
SJP 073	4	3	2	2	5	2	18

Obs: Em negrito bens culturais classificados conforme Mediana resultada (= 19).

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

(continua)

Município Silveira Martins: Patrimônio Cultural material imóvel rural							
Critérios de valor − seleção/classificação							
Edif. Rural CÓDIGO	**Acesso**	**Tipologia**	**Antiguidade**	**Técnica construtiva**	**Conservação**	**Inserção na paisagem**	**Soma**
PRS/89-0010.00002	4	4	2	2	2	1	15
PRS/89-0010.00003	Demolido						–
PRS/89-0010.00004	Demolido						–
PRS/89-0010.00005	4	4	4	3	4	2	**21**
PRS/89-0010.00006	5	3	3	3	4	2	**20**
PRS/89-0010.00007	4	4	4	3	3	3	**21**
PRS/89-0010.00008	5	3	2	3	4	2	19
PRS/89-0010.00009	4	1	2	1	4	2	14
PRS/89-0010.00010	4	1	2	1	4	2	14
PRS/89-0010.00011	4	4	2	3	4	3	**20**
PRS/89-0010.00012	5	3	2	2	4	2	18
PRS/89-0010.00013	5	4	3	3	3	3	**21**
PRS/89-0010.00014	4	4	4	3	4	3	**21**
PRS/89-0010.00015	5	4	2	2	4	3	**20**
PRS/89-0010.00016	5	3	2	2	4	1	17
PRS/89-0010.00017	Demolido						–

(continuação)

Município Silveira Martins: Patrimônio Cultural material imóvel rural							
Critérios de valor − seleção/classificação							
Edif. Rural CÓDIGO	**Acesso**	**Tipologia**	**Antiguidade**	**Técnica construtiva**	**Conservação**	**Inserção na paisagem**	**Soma**
PRS/89-0010.00018	5	3	2	2	4	2	18
PRS/89-0010.00020	4	3	2	2	4	2	17
PRS/89-0010.00021	5	3	2	2	3	1	16
PRS/89-0010.00022	Ficha não identificada						
PRS/89-0010.00023	Demolido						–
PRS/89-0010.00024	5	2	1	2	5	2	17
PRS/89-0010.00025	5	4	3	3	4	2	**21**
PRS/89-0010.00026	5	5	5	4	4	2	**25**
PRS/89-0010.00027	4	3	1	2	4	2	16
PRS/89-0010.00028	Não identificado						–
PRS/89-0010.00041	4	4	5	3	5	3	**24**
PRS/89-0010.00042	3	4	4	3	2	3	19
PRS/89-0010.00043	Demolido						–
PRS/89-0010.00044	4	4	4	3	5	3	**23**
PRS/89-0010.00045	3	3	2	2	2	2	14
PRS/89-0010.00046	Demolido						–
PRS/89-0010.00047	Não identificado						–
PRS/89-0010.00048	4	5	4	4	3	3	**23**
PRS/89-0010.00049	Ficha não identificada						–
PRS/89-0010.00050	5	4	4	3	3	2	**21**
PRS/89-0010.00051	5	4	4	3	4	2	**22**
PRS/89-0010.00052	4	4	4	3	4	2	**21**
PRS/89-0010.00053	4	4	3	3	3	2	19
PRS/89-0010.00054	5	4	4	2	4	2	**21**
PRS/89-0010.00055	3	3	2	2	5	3	18
PRS/89-0010.00056	5	4	2	2	5	3	**21**
PRS/89-0010.00057	4	4	4	3	3	3	**21**
PRS/89-0010.00058	Demolido						–
PRS/89-0010.00059	Demolido						–
PRS/89-0010.00060	4	4	2	2	4	3	19
PRS/89-0010.00061	Demolido						–
PRS/89-0010.00062	4	5	5	5	4	4	**27**
PRS/89-0010.00063	5	4	3	3	5	3	**23**

(continuação)

Município Silveira Martins: Patrimônio Cultural material imóvel rural							
Critérios de valor − seleção/classificação							
Edif. Rural CÓDIGO	**Acesso**	**Tipologia**	**Antiguidade**	**Técnica construtiva**	**Conservação**	**Inserção na paisagem**	**Soma**
PRS/89-0010.00064	4	3	3	2	4	3	19
PRS/89-0010.00065	4	2	5	3	1	2	17
PRS/89-0010.00066	Demolido						–
PRS/89-0010.00067	4	1	4	2	4	2	17
PRS/89-0010.00068	4	4	3	2	4	3	**20**
PRS/89-0010.00069	5	5	3	2	5	3	**23**
PRS/89-0010.00070	4	4	4	4	5	3	**24**
PRS/89-0010.00071	5	4	4	3	5	3	**24**
PRS/89-0010.00072	Não identificado						**–**
PRS/89-0010.00073	4	4	4	3	5	3	**23**
PRS/89-0010.00074	4	5	4	3	5	3	**24**
PRS/89-0010.00075	4	3	4	3	5	3	**22**
PRS/89-0010.00076	4	5	4	3	5	3	**24**
PRS/89-0010.00077	4	4	3	3	4	2	**20**
PRS/89-0010.00078	4	5	4	4	2	2	**21**
PRS/89-0010.00079	4	4	4	3	3	2	**20**
PRS/89-0010.00080	3	2	3	2	1	2	13
PRS/89-0010.00081	5	5	3	3	4	2	**22**
PRS/89-0010.00082	3	2	3	2	1	2	13
PRS/89-0010.00083	5	4	4	5	3	2	**23**
PRS/89-0010.00084	4	3	2	2	4	1	16
PRS/89-0010.00085	4	3	3	2	1	2	15
PRS/89-0010.00086	3	4	4	4	4	3	**22**
Observação: reavaliados *in situ.* Na sequência, em azul, outros bens observados a campo.							
SIL 101	5	5	1	2	5	2	**20**
SIL 102	3	2	5	2	4	3	19
SIL 103	5	4	1	2	4	3	19
SIL 104	5	3	1	2	4	2	17
SIL 105	5	5	3	4	4	2	**23**
SIL 106	5	5	4	2	4	2	**22**
SIL 107	5	5	5	3	5	2	**25**
SIL 108	5	5	1	5	5	3	**24**
SIL 109	5	4	1	2	3	3	18
SIL 110	5	4	5	4	4	3	**25**
SIL 111	5	3	1	2	5	2	18
SIL 112	4	4	3	2	3	2	18
SIL 113	3	3	2	2	3	2	15
SIL 114	4	4	5	4	5	2	**24**
SIL 115	5	4	1	3	2	2	17
SIL 116	5	4	2	2	4	2	19

(conclusão)

Município Silveira Martins: Patrimônio Cultural material imóvel rural							
Critérios de valor − seleção/classificação							
Edif. Rural CÓDIGO	**Acesso**	**Tipologia**	**Antiguidade**	**Técnica construtiva**	**Conservação**	**Inserção na paisagem**	**Soma**
SIL 117	5	4	1	1	3	2	16
SIL 118	4	5	4	3	3	2	**21**
SIL 119	4	4	3	3	4	2	**20**
SIL 120	4	4	3	3	3	2	19
SIL 121	4	4	3	3	4	2	**20**
SIL 122	5	3	2	2	4	2	18
SIL 123	5	5	3	4	5	2	**24**
SIL 124	4	5	3	4	3	3	**23**
SIL 125	4	4	3	4	4	3	**22**
SIL 126	4	4	2	2	4	3	19
SIL 127	5	5	1	2	4	2	19
SIL 128	4	4	2	2	2	2	16
SIL 129	5	5	4	5	4	2	**25**
SIL 130	5	5	5	4	2	2	**23**
SIL 131	5	4	1	2	4	2	18
SIL 132	5	5	1	3	5	1	**20**
SIL 133	5	5	2	3	5	2	**22**
SIL 134	5	4	1	2	5	2	19
SIL 135	5	4	2	2	4	2	19
SIL 136	5	4	1	4	3	2	**20**
SIL 137	5	4	3	2	4	3	**21**
SIL 138	5	4	1	3	5	3	**21**
SIL 139	5	4	1	3	5	3	**21**
SIL 140	4	4	1	2	4	2	17
SIL 141	4	2	3	2	4	2	19

Obs: Em negrito bens culturais classificados conforme Mediana resultada (= 20).

Fonte: Dilson Nicoloso Cecchin.

ANEXO A – DECLARAÇÃO DE AROUCA

Sob os auspícios da UNESCO decorreu no Arouca Geopark (Portugal), de 9 a 13 de Novembro de 2011, o Congresso Internacional de Geoturismo – "Geotourism in Action - Arouca 2011". Como resultado das discussões ocorridas durante este evento a Comissão Organizadora, de acordo com os princípios estabelecidos pelo Center for Sustainable Destinations – National Geographic Society apresenta a "Declaração de Arouca", que estabelece o seguinte:

1. Reconhece-se a necessidade de clarificar o conceito de geoturismo. Deste modo entendemos que geoturismo deve ser definido como o turismo que sustenta e incrementa a identidade de um território, considerando a sua geologia, ambiente, cultura, valores estéticos, patrimônio e o bem-estar dos seus residentes. O turismo geológico assume-se como uma das diversas componentes do geoturismo;

2. O turismo geológico é uma ferramenta fundamental para a conservação, divulgação e valorização do passado da Terra e da Vida, incluindo a sua dinâmica e os seus mecanismos, e permitindo ao visitante entender um passado de 4600 milhões de anos para analisar o presente com outra perspectiva e projetar os possíveis cenários futuros comuns para a Terra e a Humanidade;

3. A valorização do património geológico deve procurar ser inovadora e privilegiar a utilização de novas tecnologias de informação, de preferência para melhorar o conteúdo veiculado pelos clássicos painéis de informação;

4. Recorrentemente as experiências de valorização e informação do património geológico não são inteligíveis pelo público em geral. Normalmente deparamos com autênticos tratados científicos que, ao usarem uma linguagem altamente especializada, implicam a incompreensão dos visitantes e limitam a sua utilidade turística. A disponibilização de informação deverá ser acessível e inteligível para o público em geral, vertida em poucos conceitos básicos, apresentados de forma clara, em resultado da conjugação dos esforços de cientistas, especialistas de interpretação e técnicos de design;

5. Entendemos assim ser tempo de relembrar os princípios básicos de interpretação propostos em 1957 por Freeman Tilden e de aplicá-los ao património geológico:

   - Toda a valorização do patrimônio geológico que não se adeque, de uma forma ou de outra, à personalidade ou à experiência de vida de um visitante é estéril.

   - A informação não é interpretação. A interpretação é uma revelação baseada na informação. As duas coisas são totalmente diferentes, mas toda a interpretação apresenta informação.

- A interpretação de um espaço natural deve provocar e despertar a curiosidade e a emoção muito mais do que ensinar.

6. Encorajamos os territórios a desenvolver o geoturismo, focado não apenas no ambiente e no património geológico, mas também nos valores culturais, históricos e cénicos. Neste sentido, incentivamos o envolvimento efetivo entre cidadãos locais e visitantes, para que estes não se restrinjam ao papel de turistas espectadores, ajudando assim a construir uma identidade local, promovendo aquilo que é autêntico e único no território. Desta forma conseguiremos que o território e os seus habitantes obtenham integridade ambiental, justiça social e desenvolvimento económico sustentado.

Arouca (Arouca Geopark, Portugal), 12 de Novembro de 2011.

ANEXO B – DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS À MEMÓRIA DA TERRA

O texto abaixo foi elaborado a 13 de junho de 1991, em Digne-Les-Bains, França, durante o Primeiro Simpósio Internacional sobre a Proteção do Patrimônio Geológico.

A tradução é de Carlos Fernando de Moura Delphim.

1 Assim como cada vida humana é considerada única, não é chegado o tempo de reconhecer também a condição única da Terra?

2 A Terra, nossa Mãe, é base e suporte de nossas vidas. Somos todos ligados a Terra. A Terra é o elo de união entre todos nós.

3 A Terra, com quatro bilhões de anos e meio de idade, é o berço da Vida, da renovação e das metamorfoses de todos os seres vivos. Seu longo processo de evolução, seu lento amadurecimento, deu forma ao ambiente no qual vivemos.

4 Nossa história e a história da Terra estão intimamente entrelaçadas. As origens de uma são as origens de outra. A história da Terra é nossa história, o futuro da Terra será nosso futuro.

5 A face da Terra, a sua feição, são o ambiente do Homem. O ambiente de hoje é diferente do ambiente de ontem e será diferente também no futuro. O Homem não é senão um dos momentos da Terra. Não é uma finalidade, é uma condição efêmera e transitória.

6 Da mesma forma como uma velha árvore registra em seu tronco a memória de seu crescimento e de sua vida, assim também a Terra guarda a memória do seu passado... Uma memória gravada em níveis profundos ou superficiais. Nas rochas, nos fósseis e nas paisagens, a Terra preserva uma memória passível de ser lida e decifrada.

7 Atualmente, o Homem sabe proteger sua memória: seu patrimônio cultural. O ser humano sempre se preocupou com a preservação da memória, do patrimônio cultural. Apenas agora começou a proteger seu patrimônio natural, o ambiente imediato. É chegado o tempo de aprender a proteger o passado da Terra e, por meio dessa proteção, aprender a conhecê-lo. Essa memória antecede a memória humana. É um novo patrimônio: o patrimônio geológico, um livro escrito muito antes de nosso aparecimento sobre o Planeta.

8 O Homem e a Terra compartilham uma mesma herança, um patrimônio comum. Cada ser humano e cada governo não são senão meros usufrutuários e depositários desse patrimônio. Todos os seres humanos devem compreender que a menor depredação do patrimônio geológico é uma mutilação que conduz a

sua destruição, a uma perda irremediável. Todas as formas do desenvolvimento devem respeitar e levar em conta o valor e a singularidade desse patrimônio.

9 Os participantes do 1° Simpósio Internacional sobre a Proteção do Patrimônio Geológico, composto por mais de uma centena de especialistas de trinta diferentes nações, solicitam com urgência a todas as autoridades nacionais e internacionais que levem em consideração a proteção do patrimônio geológico, por meio de todas as necessárias medidas legais, financeiras e organizacionais.